



HISTÓRIA:

A CIÊNCIA DO PASSADO
NO PRESENTE

VOLUME III

Frederico Celestino Barbosa

História: a ciência do passado no presente

3ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

3ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238H História: a ciência do passado no presente

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

247 f.: il

DOI: 10.37423/2022.edcl566

ISBN: 978-65-5367-186-7

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. tempo 2. espaço 3. arquivo I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 900

<https://doi.org/10.37423/2022.edcl566>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022

CAPÍTULO 1	6
CIDADES SITIADAS: REPRESENTAÇÕES DO MEDO DA MORTE E DAS ENFERMIDADES NA PANDEMIA DO COVID-19 E NAS CHARGES DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL.	
Élcia de Torres Bandeira	
DOI 10.37423/220806405	
CAPÍTULO 2	21
"BARRAGENS PATRIMÔNIO E COMUNIDADES AFOGADAS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE ALQUEVA E ITAPARICA. "	
Maria S Ramalho Braga	
DOI 10.37423/220806406	
CAPÍTULO 3	50
JOÃO PENTEADO NA TERRA DO "QUERO, POSSO E MANDO!": POSSIBILIDADES DE FONTES CARTORIAIS NO RESGATE DA INFÂNCIA DE UM INTELLECTUAL E PROFESSOR ANARQUISTA	
Daniel da Silva Barbosa	
DOI 10.37423/220806407	
CAPÍTULO 4	66
PAIXÕES QUE MATAM: PODER E VIOLÊNCIA EM RELAÇÕES AFETIVAS-SEXUAIS NO MARANHÃO (XVIII-XIX)	
Nila Michele Bastos Santos	
DOI 10.37423/220806427	
CAPÍTULO 5	80
PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CAIÇARA EM PARATY. 1975 – 2015	
Bruno Tavares Magalhães Macedo	
DOI 10.37423/220806430	
CAPÍTULO 6	98
"PELAS PÁGINAS, TRAÇOS E ILUSTRAÇÕES: INDÍCIOS DA REFORMA ATÍLIO VIVACQUA NAS CARTILHAS DE MARIANO DE OLIVEIRA 1928 – 1930 "	
Valter Natal Valim Carlos	
DOI 10.37423/220806446	
CAPÍTULO 7	120
OS MAIÔS OLÍMPICOS: DOS PRIMÓRDIOS A DÉCADA DE 1970	
ROSANGELA SOARES CAMPOS	
DOI 10.37423/220806459	

CAPÍTULO 8	137
CORRESPONDÊNCIA ATIVA DA INTENDÊNCIA DE SANTA MARIA – RS NO ARQUIVO HISTÓRICO: CONSERVAÇÃO E LEITURA PALEOGRÁFICA	
SONIA ELISABETE CONSTANTE	
FERNANDA KIELING PEDRAZZI	
DOI 10.37423/220806464	
CAPÍTULO 9	156
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MEDO DO SOBRENATURAL NA MODERNIDADE: DEMÔNIOS POSSESSORES, EXORCISMOS E VAMPIROS (1565-1751)	
Gabriel Elysio Maia Braga	
DOI 10.37423/220806465	
CAPÍTULO 10	172
A HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR CORONEL ANTÔNIO DA SILVA BERNARDES (1916-1939): CONSTITUIÇÃO E CULTURA ESCOLAR	
Denilson Santos de Azevedo	
Gracielle de Castro Martins e Figueiredo	
DOI 10.37423/220806469	
CAPÍTULO 11	194
O ESTUDO ICONOGRÁFICO DOS "PUTTI" NO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PINTURAS MURAIS RELIGIOSAS	
Silvana Borges	
DOI 10.37423/220806470	
CAPÍTULO 12	208
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA CIDADE EDUCADORA: O USO DE PARADIDÁTICOS EM QUADRINHOS NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.	
Aurino Francisco do Nascimento Junior	
DOI 10.37423/220906500	
CAPÍTULO 13	224
À SOMBRA DA SEGUNDA GRANDE GUERRA: REPRESENTAÇÕES NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA	
Gabriela Fujimori da Silva	
DOI 10.37423/220906501	
CAPÍTULO 14	235
A ESCRAVIZAÇÃO E A REESCRATIVIZAÇÃO PRESENTIDAS: TENSÕES EM TORNO DA MANUTENÇÃO DA LIBERDADE NO CEARÁ OITOCENTISTA	
Antonia Márcia Nogueira Pedroza	
DOI 10.37423/220906506	

Capítulo 1

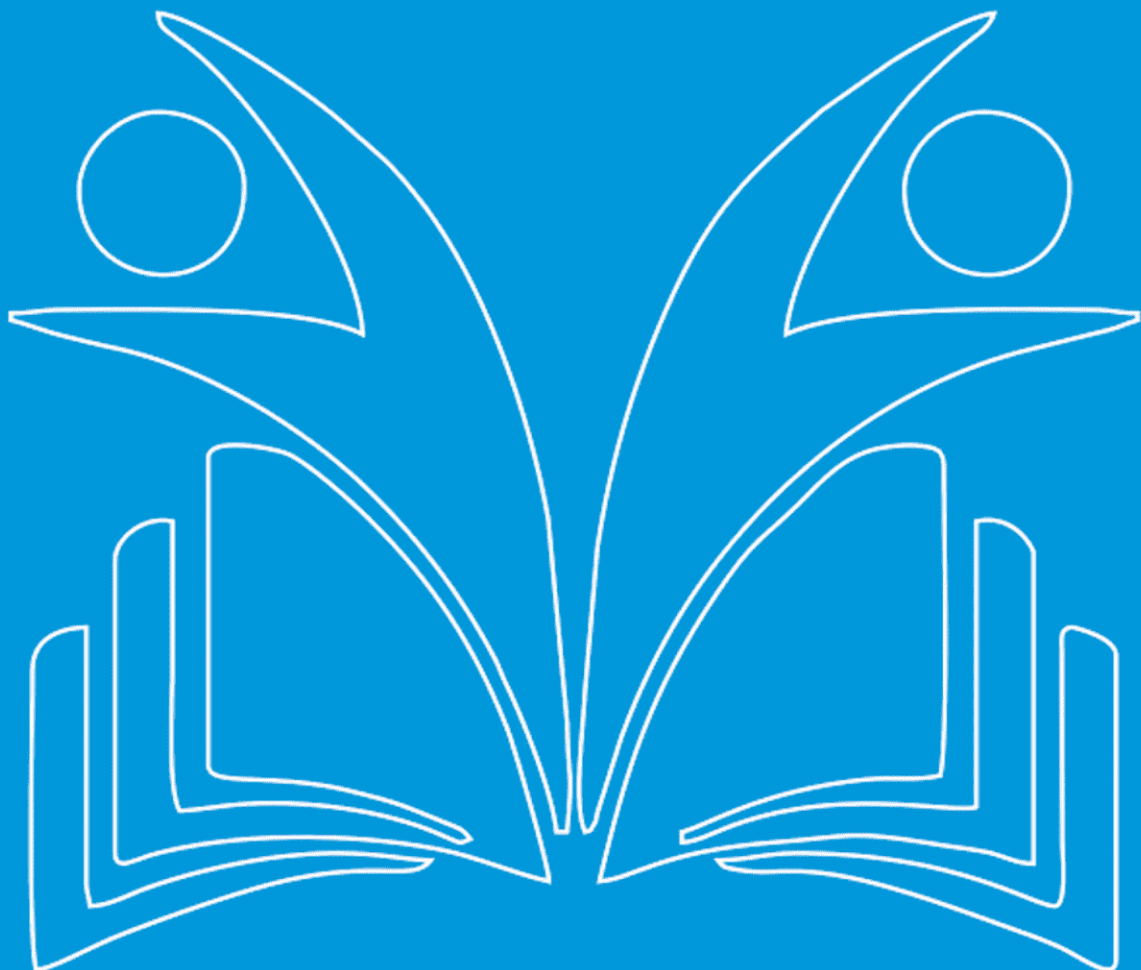


10.37423/220806405

CIDADES SITIADAS: REPRESENTAÇÕES DO MEDO DA MORTE E DAS ENFERMIDADES NA PANDEMIA DO COVID-19 E NAS CHARGES DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL.

Élcia de Torres Bandeira

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO



Resumo: As epidemias assolaram o Brasil em diversos períodos da história como o final do século XIX e repercutiram largamente na Revista Ilustrada, coordenada pelo chargista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini. O medo das enfermidades e da morte nos acompanha ao longo da história e gera práticas e representações associadas ao contexto histórico da época. Hoje, a pandemia do covid-19 ceifa milhares de vidas no Brasil e no mundo, e a forma como nos apropriamos da trágica realidade nos leva a produzir representações que resvalam, em muitos casos, para o negacionismo científico e contribuem para que muitas vidas ainda sejam perdidas pelos discursos e práticas esvaziados de fundamentação científica. Sitiadas, as cidades enfrentam o microscópico inimigo com distanciamento social e medidas sanitárias de higiene básica, enquanto a vacinação não consegue imunizar a maioria da população brasileira. O amor e a empatia tornam-se lenimentos no vazio deixado pela ausência de vacinas suficientes ou remédio específico contra o coronavírus até o presente momento, em 20 de março de 2021. Janelas antes fechadas são abertas para propiciar a visão do outro. Destacaremos neste artigo a relação entre sentimentos e suas expressões representativas relativas ao medo da morte e das enfermidades nas linguagens escrita e iconográfica e procuraremos articulá-los aos fatos históricos que serviram de palco para a sua construção. Analisar as práticas e representações associadas à saúde pública e desenvolver um estudo comparativo entre as epidemias do final do século XIX e a pandemia do covid-19 torna-se relevante para encontrarmos soluções realistas que nos conduzam com segurança para a liberdade, a saúde e o usufruto da vida em comunidade.

Palavras-chave: Covid-19, charges, representações.

A tecitura da História remete-nos às balizas que sempre nortearam a sua escrita: o tempo e o espaço. Sem o contexto em que os fatos históricos ocorrem, sua significação perde-se no emaranhado das possibilidades infinitas da transição entre passado e presente, sem acrescentar sua contribuição efetiva para a compreensão do mundo em que vivemos. É necessário sempre situar as práticas e representações no tempo histórico e no espaço geográfico em que foram erigidas. Chartier nos aponta a necessidade de considerar as apropriações que fazemos da realidade e como elas estabelecem elos entre as práticas e as representações que construímos a partir delas ao elaborarmos nossos discursos. Sobre a definição de História Cultural ele afirma:

Por um lado, é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. (CHARTIER, 2002, p. 27)

A elaboração discursiva está sempre permeada de simbolismos. Nossos medos, anseios, sonhos, desejos, expectativas de vida expressamos em diversas linguagens que interagem com o cotidiano e se revestem de códigos de acesso que se conectam entre si. A subjetividade cria interpretações próprias que revelam os espelhos com que refletimos nós mesmos e o mundo que nos rodeia. Destacaremos neste artigo a relação entre sentimentos e suas expressões representativas relativas ao medo da morte e das enfermidades nas linguagens escrita e iconográfica e procuraremos articulá-los aos fatos históricos que serviram de palco para a sua construção.

Considerando as balizas do medievo europeu Jacques Le Goff apresenta a cidade:

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. (...) Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança. (...) Mas os doentes, como os leprosos que não podem mais trabalhar, causam medo, e essas estruturas de abrigo não demoram a tornar-se estruturas de aprisionamento, de exclusão. (LE GOFF, 1988, p. 71)

As muralhas foram erguidas no medievo europeu em busca de proteção. Período marcado por guerras, especialmente pelas invasões bárbaras, elas pareciam constituir refúgios contra o perigo ameaçador que atingia a Europa Ocidental. Contudo elas não estenderam esta proteção a todos os habitantes nem de forma igualitária. A exclusão social demarca suas fronteiras e elas refletem as desigualdades que também atingem as esferas entre a doença e a saúde, entre a vida e a morte. As cidadelas eram erigidas com fossos, muralhas e paredes espessas para assegurarem que a população em seu interior estaria mais resguardada dos perigos externos que as ameaçavam. Mas as doenças geravam o medo do desconhecido que poderia encaminhar para a morte e promoviam a exclusão

social dos enfermos. A doença dentro da cidadela poderia significar a morte de muitas pessoas intramuros e extramuros.

Em 2020, vimos as fronteiras serem fechadas diante de uma outra ameaça: a pandemia do novo coronavírus, também chamada Covid-19, que se alastrou pelo mundo, tomando como ponto de partida a China continental no final do ano de 2019. A grande muralha da China foi ineficaz para conter o inimigo. A rapidez com que o vírus se propagou continua assombrando a população mundial e nos leva a buscar formas alternativas de convívio social, especialmente nas cidades, onde residem milhares de pessoas em espaços compactados pela demanda social. Se de um lado a busca por segurança em condomínios fechados demarca a ocupação do espaço urbano no século XXI, esta segurança torna-se frágil diante do inimigo invisível, microscópico, que não poupa ricos nem pobres e invade áreas públicas e privadas ceifando milhares de vidas.

Diante do perigo ainda pouco conhecido, a Organização Mundial de Saúde e os profissionais da saúde clamam pelo distanciamento social como forma de conter o avanço inexorável da pandemia. Esta tem sido a medida mais defendida de contenção da enfermidade associada a medidas profiláticas como a higiene básica, como a lavagem das mãos, e a utilização de máscaras. Máscaras antes utilizadas formalmente nos meios de pesquisa e atendimento na área da saúde, ou simbolicamente associada aos festejos carnavalescos ou ainda à necessidade do anonimato para os agentes de segurança ou marginais, agora ganham as ruas nas cidades como imposição dos poderes públicos estaduais e municipais e dos profissionais da saúde no Brasil que lutam para combater o vírus e suas trágicas consequências para a população. Governos estaduais e municipais têm tomado várias medidas restritivas para a circulação populacional visando à redução da propagação da enfermidade que atinge índices alarmantes em 2021 durante a segunda onda pandêmica no Brasil. Também chamado “*lockdown*”, o fechamento do comércio, geralmente excetuando os serviços essenciais tais como farmácias, supermercados e bancos, passa a ser imposto por governos estaduais e municipais em alguns municípios por alguns períodos durante a pandemia, que incluiu ainda o uso obrigatório de máscaras em espaços públicos dentre outras medidas restritivas como o rodízio de veículos e a proibição de acesso a espaços públicos como bares, praias, parques e restaurantes, enquanto o negacionismo científico do governo federal, que deveria coordenar as ações de combate à pandemia no Brasil, leva ao avanço do mal que continua a ceifar milhares de vidas em todo o mundo.

Somamos no dia 10 de março de 2021, no Brasil, 270.917 mortos por Covid-19 e, em 24h, 2.349 óbitos pela doença, com um total de 11.205.972 casos confirmados desde o início da pandemia no país,

informações divulgadas pelo Consórcio de Veículos de Imprensa através do Jornal Nacional da Rede Globo de televisão. Números estes apenas indicativos da alta mortalidade da infecção respiratória, sendo apenas indicativos subnotificados, uma vez que a reduzida disponibilidade de testes para a Covid-19 levou a sua aplicação apenas em doentes em estado grave, profissionais de saúde e de segurança no início da pandemia, não se tendo como avaliar a real gravidade do problema. A maioria da população continua sem o acesso ao diagnóstico e, muitas vezes, sem acesso a um atendimento no serviço de saúde, que em vários estados brasileiros já entrou em colapso, sem condições de oferecer leitos, especialmente de UTI com respiradores, indispensáveis para salvar vidas no caso de agravamento da doença e, em alguns municípios, sem oxigênio suficiente para atender à demanda social, como aconteceu em Manaus e no interior de Pernambuco. Muitos enfermos convalescem ou vêm a óbito em suas próprias residências.

Embora a maioria dos infectados consiga se restabelecer, não podemos descurar o assustador número de infectados e de óbitos por Covid-19 já alcançado no Brasil, que atingiu o *record* de 2.798 no número de mortos em 24h e um total de 282.400 óbitos desde o início da pandemia até o dia 16 de março de 2021. O Brasil superou os Estados Unidos da América e tornou-se o epicentro da pandemia, especialmente após a descoberta de nova variante do vírus em Manaus, considerada mais contagiosa que a maioria das mutações genéticas do vírus até agora identificadas, assemelhando-se às cepas do Reino Unido, da África do Sul e da Índia.

É imprescindível observar como a enfermidade tem transformado a vida de milhares de pessoas. Imagens de cidades quase desertas como Paris, Madrid, Roma, a cidade do Vaticano, Nova Iorque dentre tantas outras grandes capitais parecem vir do imaginário ou de simples manipulação digital em computador, quando em tempos normais vivem aglomeradas de pessoas circulando com os mais diversos objetivos. A cidade se resignificou.

Por outro lado, ao contrário do que se tem dito a respeito do “fragmentário” da cidade, penso que isso que se toma como fragmentário, em uma certa formação discursiva que dispõe sentidos sobre a cidade, é, na realidade, olhar, interpretação do mundo, da cidade em movimento: o sentido, repetimos, é também a janela de que se olha. E aí temos tanto o virtual como o real. (ORLANDI, 2004, p. 29)

O movimento do olhar recria novas percepções da cidade sitiada e imobilizada; o reduzido movimento de pedestres e de veículos se associa à frenética rede de circulação invisível da cidade que se opera no plano virtual-real, mediada pela internet, pelos smartphones, pelo computador, em uma agilidade impressionante na permuta de vivências. Os sentidos da cidade estão em trânsito. Possibilidades

remotas ocupam cada vez mais o tempo e o espaço dos fragmentos reais de vida nas cidades aterrorizadas pela pandemia.

A solidão, com a reclusão forçada nos espaços domésticos, aumentou a depressão e gerou a necessidade de tratar deste problema com a aproximação digital. A tecnologia vence distâncias e aproxima indivíduos e grupos fazendo emergir a solidariedade como novo elo e um dos pilares em que a população se apoia em busca de sustentação.

Parece-me que hoje, diante da ascensão da miséria que os poderes públicos não conseguem conter, aparece um revigoramento da solidariedade. (DUBY, 1998, p. 36)

A solidariedade aparece como elemento constitutivo de uma nova prática social e está associada à sobrevivência coletiva em tempos de pandemia do Covid-19. A morte parece-nos excessivamente próxima para nos colocar diante do dilema: enfrentá-la, buscando soluções alternativas como ações comunitárias afirmativas de socorro e sustentação para os enfermos isolados em suas residências, ou para os desempregados e componentes da categoria social constituída pelos autônomos que perderam a única fonte de renda que possuíam com os decretos estaduais e municipais de isolamento social - seja na forma de auxílio alimentar ou de equipamentos de proteção individual como máscaras e material de limpeza para garantir a contenção da velocidade aterradora com que se propaga o vírus, especialmente nos chamados grupos de risco que englobam a faixa etária dos que estão com ou acima dos 60 anos de idade, os que têm comorbidades como hipertensos graves, diabéticos, imunossuprimidos, cardiopatas e pessoas com prévias doenças respiratórias, ou se acomodar diante da sorte de não ser infectado e deixar a morte seguir seu curso sem nada fazer para tentar detê-la, sem se importar com a vida alheia. Hoje, os poderes públicos locais se associam à população civil organizada em ONGs formadas por grupos de voluntários, pelo empresariado, pelas comunidades e associações específicas locais no intuito de promoverem o bem-estar social.

Esses sujeitos coletivos são os que perpetuam a memória histórica de processos civilizatórios emancipadores, que constroem a indignação diante da reatualização de problemas antigos e da reconfiguração das misérias humanas e que sonham com a possibilidade de contribuir para a produção de uma sociedade mais justa e feliz. (SCHERER-WARREN, 1999, p.11)

O despertar da sociedade atual para a necessidade de preservação da vida tem nos contemplado com cenas emocionantes de convívio social reinventado. Profissionais de saúde são frequentemente aplaudidos e aplaudidas em cidades inteiras do interior dos edifícios, das sacadas dos apartamentos, como também eles e elas aplaudem a recuperação dos enfermos que vencem a morte e retornam à vida familiar cotidiana, levando em sua bagagem a gratidão pela vitória conquistada e o

reconhecimento pelo esforço dos e das profissionais de saúde na obtenção da cura. Nos corredores dos hospitais, alas são formadas por estes e estas profissionais da vida que comemoram as altas médicas dos pacientes convalescentes que passam recebendo aplausos e felicitações como se tivessem ressurgido para uma nova vida. Os pacientes internados ficam impedidos de um convívio maior com familiares e amigos e contam com Deus e com a dedicação das equipes responsáveis pelo seu tratamento. Cria-se, então, um elo afetivo que extrapola os limites profissionais: não é mais um número apenas que fugiu da morte; é uma vida singular que se preserva e que desenvolve um pertencimento maior com o mundo que o rodeia. O amor e a empatia tornam-se lenimentos no vazio deixado pela ausência de vacinas suficientes ou remédio específico contra o coronavírus até o presente momento, em 13 de junho de 2021.

O medo da morte é substituído pela substancialidade da vida, pela valorização de prioridades como afetividades e convivências em situações de risco limítrofes. Janelas antes fechadas são abertas para propiciar a visão do outro. A música aparece então como veículo catalizador de emoções que vencem as barreiras físicas estabelecidas pelo distanciamento social e levam felicidade de uma sacada a outra na Itália e em outros países, rompendo o silêncio devastador e levando um alento de vida, como um sopro que faz ressurgir o potencial social do ser humano. As *Lives* substituem grandes eventos, evitando as aglomerações favoráveis ao contágio e entram em nossas casas para trazer um fôlego novo com música e mensagens construtivas de protocolos de saúde, narrativas de vivências e mortes que convivem lado a lado no útero da sociedade.

As epidemias assolaram o Brasil em diversos períodos como o final do século XIX e repercutiram largamente na Revista Ilustrada, coordenada pelo chargista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini, que circulou no Brasil no período de 1876 a 1898. O medo das enfermidades e da morte nos acompanha ao longo da história e gera práticas e representações associadas ao contexto histórico da época (Fig 1).



Figura 1. AGOSTINE, Angelo. Revista Ilustrada, 1881, p. 1 –“Venha, querida epidemia! Preparei-te a cidade o melhor possível para que possas ter uma esplêndida colheita de vidas”.

Hoje, a pandemia do Covid-19 ceifa milhares de vida no Brasil e no mundo, e a forma como nos apropriamos da trágica realidade nos leva a produzir representações que resvalam, em muitos casos, para o negacionismo científico e contribuem para que muitas vidas ainda sejam perdidas pelos discursos e práticas esvaziados de fundamentação científica.

Em reportagem de Pedro Henrique Gomes, “ao responder nesta segunda-feira(20) à pergunta de um jornalista sobre o número de mortes por coronavírus no país o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não é “coveiro””(GOMES, 2020). Fazendo referência na mesma reportagem à resposta dada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 29 de março de 2020 à um jornalista na frente do Palácio da Alvorada em Brasília que comentava sobre o número de mortos no país pela pandemia do Covid-19: no dia 29/03 após voltar de um passeio à Brasília Bolsonaro repetiu o argumento de que “essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem. Não como moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos iremos morrer um dia”.

Na Revista Ilustrada de 1878, Ângelo Agostini apresenta na Fig.2 a representação das epidemias que ameaçavam a cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país, como três esqueletos armados com suas foices para ceifarem a vida de pobres mortais: a Febre Amarela, coroada ao centro, reinando sobre a Febre Tifoide e a Febre Perniciosa também coroadas. Hoje, a coroa está sobre o coronavírus que prevalece sobre a Febre Amarela, a Dengue, a Chikungunya e a Zica.



Figura 2. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 101, p. 4. “Ella está ahi acompanhada de suas primas-irmãs e imperando com toda a força. Terrível reinado de morte

Na Fig. 3, além dos já citados esqueletos representativos da Febre Amarela, da Febre Perniciosa e da Febre Tifóide, aparece também, em uma canoa guiada por um esqueleto que serve como barqueiro que segue em direção à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Febre Biliosa que causava pânico entre a população.



Figura 3. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1881, nº 238, p. 4. "S. M. a febre amarela e toda a sua Corte já tinham deixado a ilha para fazer a sua viagem quotidiana a cidade de S. Sebastião, pois que nada aconteceu aos seus vereadores."

Na Fig 4, uma mulher cheia de pústula com uma foice aparece ameaçando a cidade do Rio de Janeiro representada por outra mulher bem vestida, branca e com uma coroa na cabeça que pede socorro aos pés dos representantes da Junta de Higiene. Um apelo lançado aos representantes da Junta responsável pelo combate às epidemias como último recurso de uma população aterrorizada pela Varíola. Cabe lembrar que em 1878 estávamos vivendo na forma de governo monárquica e a cidade do Rio de Janeiro era a capital do país, por isto na sua representação como figura feminina ela aparece coroada. É interessante ressaltar que, apesar da imensa população preta residente na cidade, ela aparece ainda como mulher branca, embora a Revista Ilustrada defendesse a abolição e a República.

Os estigmas do racismo e do preconceito também derivado da escravidão se faziam presentes. Só quem tinha acesso ao letramento iria ler e entender as caricaturas, charges e textos publicados nos periódicos e isto levantava o velho sistema de exclusão social mais incidente sobre os(as) pretos(as) e pardos(as). Além da escravidão, a pobreza, a miséria e a falta de escolaridade que atingiam a grande massa da população brasileira naqueles tempos levavam à exclusão social.



Figura 4. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 131, p. 5. "O Governo e a Junta de Higiene procuram salvar a cidade da cruel epidemia."

As teorias sociais aparecem com mais força no século XIX, época do Darwinismo Social e de uma efervescente discussão científica, buscando respostas às vezes atreladas a preconceitos, discursos e práticas discriminatórias.

Em geral, até a segunda metade do século XIX, os miasmas gozariam de ampla aceitação de todas as ideias que atribuiriam a origem das epidemias – febres terçãs, febre amarela, cólera, etc. Tão estranhos elementos, se definiriam usualmente como substâncias imperceptíveis dissolvidas na atmosfera, originadas da decomposição de cadáveres, elementos orgânicos, ou inclusive por emanções de doentes. (ALMEIDA, 2018, p. 121-122)

As explicações médicas para o aparecimento e expansão das epidemias de febre amarela na Corte em dois momentos diferentes – na década de 1850, quando a doença apareceu pela primeira vez, e no início dos anos de 1870, quando ela retornou após ausência relativamente prolongada durante os anos 1860 – demonstram a contínua interdependência entre pensamento médico e ideologias políticas e raciais. [...] Em outras palavras, ao lidar com o problema da febre amarela num momento histórico particular, as autoridades de saúde pública dos governos do Segundo Reinado, inventaram alguns dos fundamentos essenciais do chamado "ideal de embranquecimento" – ou seja a configuração de uma ideologia racial pautada na expectativa de eliminação da herança africana presente na sociedade brasileira. Tal eliminação se produziria através da vinda de imigrantes, do incentivo à miscigenação num contexto demográfico alterado pela chegada massiva de brancos europeus, pela inércia e também pela

operação de malconfessadas políticas específicas de saúde pública.
(CHALHOUB, 1996, p.63)

É fato notório que a denúncia feita na charge de Ângelo Agostini no século XIX da Fig 5, na qual aparecem figuras representando os ricos com suas propriedades esbanjando água e outras representando os pobres, que dependiam dos chafarizes que não atendiam à demanda da população de baixa renda para se abastecerem (Fig. 6) aponta para um problema atual: como atender aos protocolos de higiene sem água, que se torna elemento primordial para evitar a propagação de vírus como o corona? A ausência de políticas públicas que garantam a equidade de direitos conduz às disparidades sociais que se agravam com o aumento demográfico e com o enraizamento dos estigmas que herdamos como o racismo e a exclusão social.



Figura 5. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada. 1878, nº 101, p. 4. "Ha grande falta d'agua, e no entanto ella é desperdiçada pelos ricos que a tem de sobra em detrimento dos pobres que não tem nenhuma."



Figura 6. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 101, p. 4. " Actual aspecto de um chafariz. Uma gota d'agua de 5 em 5 minutos."

Por outro lado, a deficiência de ações afirmativas do governo federal para controlar a pandemia, seguindo os protocolos de saúde já estabelecidos pela área científica, nos leva a ver o caos se

instalando mesmo na primeira onda da pandemia do coronavírus, como ocorreu em Manaus, no que se refere à quantidade elevada de corpos para serem enterrados nos cemitérios já lotados. Covas foram abertas em larga escala muito próximas umas às outras, enquanto filas de caminhões frigoríficos se formavam com os corpos das vítimas da pandemia esperando sepultamento. Na Fig. 7, vê-se a imagem de um defunto reclamando que contraiu bexigas com outros vizinhos enterrados ao seu lado, dada a proximidade das covas no cemitério.



Figura 7. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, p. 4. “As pessoas que tiverem falecido de moléstias contagiosas, serão enterradas em lugar especial. Esta medida, deve-se talvez às queixas de alguns defuntos que apanharam bexigas ultimamente de alguns outros, victimas da actual epidemia.”

No dia 18 de março de 2020, em Bérgamo na Itália, vimos um comboio de caminhões do exército retirando centenas de corpos para serem enterrados fora da cidade. No Rio de Janeiro, em 1878, como apresenta em sua sátira social a Revista Ilustrada (Fig. 8), a inovação pensada para lidar com a elevada quantidade de corpos a serem enterrados vítimas das epidemias foi propor a criação de um crematório nas proximidades da cidade e transportá-los através de trem, chamado de carro mortuário, até o local do enterro. Isto nos leva a recuperar a velha discussão higienista do século XIX de construir cemitérios laicos, sem o controle das irmandades, para se evitar a propagação de enfermidades com a prática de enterros intramuros nas igrejas e nos seus adros. Para transportar os corpos até o local da cremação no Rio de Janeiro, pensou-se em usar trens mortuários adequando a cidade aos padrões modernos que prezavam então. As estradas de ferro simbolizaram a modernização do Brasil no XIX, produto da Revolução Industrial. Devido à demanda provocada pela Covid-19 no século XXI, caminhões frigoríficos, produto da modernização atual, aguardavam lotados de cadáveres pelos enterros nos cemitérios abarrotados.



Figura 8. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 134, p. 4. "Ahi serão assadas as pessoas que, depois de longos soffrimentos na terra durante a vida, nada mais querem com ella depois da morte.

E assim ficarão reduzidos a cinzas, o que é muito mais aceado, comodo e elegante."



Figura 9. AGOSTINI, Angelo. Revista Ilustrada, 1878, nº 134, p. 4. "Os cadáveres serão conduzidos pela estrada de ferro do Rio de Ouro em carros mortuários. Ida e volta 10 leguas só."

Este estudo comparativo entre as representações do medo das enfermidades e da morte na Covid-19 e nas charges de Angelo Agostini no final do século XIX permite-nos avaliar por fragmentos vivências cotidianas em tempos de pandemia e de epidemias que ceifaram inexoravelmente milhares de vidas e deixaram suas sequelas físicas e psicológicas na população brasileira.

Aprendemos a lidar com nossos medos e a enfrentar as enfermidades e a própria morte com um espírito maior de solidariedade, mas ainda nos defrontamos com as barreiras impostas pela ignorância e pelo descaso com a saúde da população que atingem ainda alguns governantes e parte da população que teima em não dar ouvidos à ciência e à necessidade de responsabilidade e respeito na convivência social. Muitas vidas poderiam ter sido preservadas com o respeito aos protocolos de saúde. A demanda por políticas públicas que amparem as camadas menos favorecidas da população com abastecimento hídrico, indispensável ao combate às enfermidades, fornecimento de energia elétrica, produto da segunda Revolução Industrial no século XIX, educação e saúde, que devem ser prioridades em qualquer governo, tornam-se preocupações urgentes para que possamos trilhar o caminho do bem-estar social juntos e juntas, garantindo assim a construção de uma sociedade pautada pelo respeito aos direitos humanos e pela acessibilidade coletiva à felicidade.

Hoje, 19 de junho de 2021, atingimos um patamar aterrador de 500.022 óbitos (GLOBO, 2021) desde o início da pandemia no Brasil em 2020. Já perdemos mais de meio milhão de vidas no Brasil. A vacinação está sendo ampliada e novas vacinas aparecem no cenário brasileiro para nos dar novo fôlego para continuarmos na luta pela sobrevivência e pela vivência de melhores dias.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Angelo. Revistailustrada. RiodeJaneiro, 1878e1881. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/acervodigital/revista-ilustrada/332747>. Acesso em 12 de junho de 2021.
- ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. A epidemiologia histórico-ontológica da febre amarela em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2018.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Algés, Portugal: DIFEL, 2002.
- DUBY, Georges. Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos. Tradução Eugênio Michel da Silva; Maria Regina Lucena Borges-Osório. Revisão do texto em Português Ester Mambrini. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- GOMES, Pedro Henrique. Presidente do Brasil Jair Bolsonaro em 20 de abril de 2020. Disponível em <http://www.G1.globo.com>. Acesso em 25/04/2021.
- LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Le Brun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- ORLANDI, Eni P. Cidade dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- GLOBO, Brasil chega à marca de 500 mil mortes por Covid. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em 19 de junho de 2021.

Capítulo 2

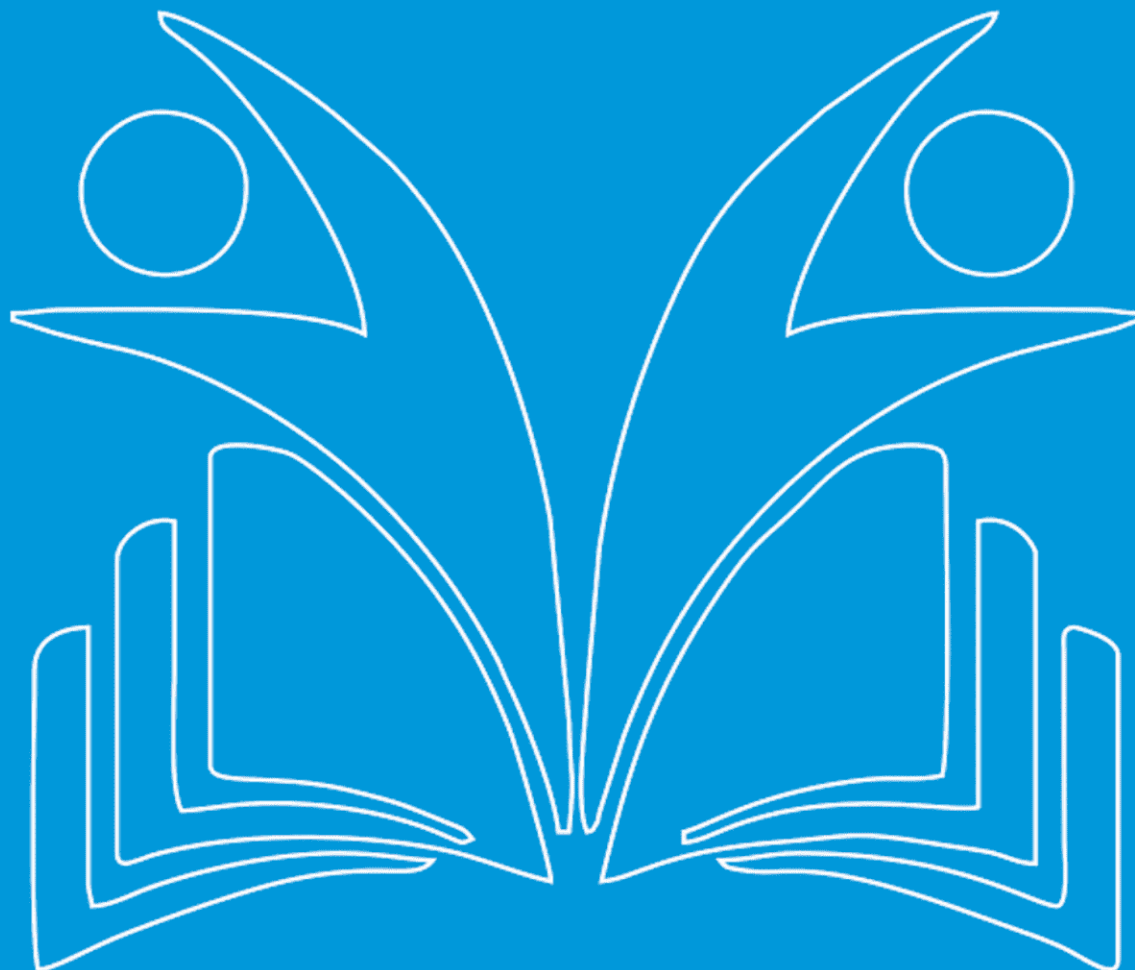


10.37423/220806406

"BARRAGENS PATRIMÓNIO E COMUNIDADES AFOGADAS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE ALQUEVA E ITAPARICA. ”

Maria S Ramalho Braga

*Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra*



Resumo: Este estudo procurou relacionar e analisar historicamente a construção de duas barragens hidrelétricas, no Brasil e Portugal com a ideia conceitual de desenvolvimento regional entre as duas regiões, deslocamento compulsório e prejuízos culturais aos atingidos entre as duas comunidades. A barragem de Alqueva construída na região do Alentejo sul de Portugal, é conhecida por gerar o maior lago artificial da Europa. Situação semelhante é verificada no Brasil, na região do submédio São Francisco do Sertão Pernambucano com a construção da hidrelétrica de Itaparica. No entanto, não foi só desenvolvimento económico que se vê com as megas construções hidrelétricas entre os dois países, mas sim, desequilíbrio territorial, migrações regionais, perda de património material e imaterial e desapropriação de comunidades. A escolha destas duas construções para investigação se deu por suas singularidades, que permitiram destacar o ponto de interseção das políticas públicas de desenvolvimentos económicos nos dois países, ambas criaram espelhos d'água que fizeram submergir núcleos de povoações tradicionais suscitando algumas controvérsias socioculturais. Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo alcançar analiticamente semelhanças e diferenças sobre o tema do deslocamento compulsório e prejuízos socioculturais entre os dois países no período considerado.

Palavras – chave: Barragem. Hidroelétrica. Alqueva. Itaparica

1 INTRODUÇÃO

Muitas foram as transformações que marcaram a região do Alentejo nas últimas décadas. A região que era caracterizada por uma intensa produção agrícola, que nos anos de 1970 chegava a representar, cerca de 50%, do total produzido, no ano de 2010 representou apenas 9,1% da produção, o que impacta no emprego da população, que se no final da década de 1950, a agricultura empregava 70% da população, após 2010 representa o emprego de apenas 10% (Vicente, 2014).

As tecnologias empregadas na produção agrícola aliadas ao deslocamento de mão-de-obra para o setor industrial impactou em um grande desequilíbrio territorial na região, pois o êxodo rural experimentado nas décadas de 1960, levou grande parte dos territórios da região ao baixo desenvolvimento econômico e ao agravamento do despovoamento e envelhecimento populacional.

Uma das maiores transformações ocorridas no Alentejo foi a construção da barragem do Alqueva, que modificou a dinâmica do território para que a região se desenvolvesse economicamente. No sertão pernambucano houve um empreendimento que muito se assemelhou à construção do grande lago artificial europeu, foi a construção da Hidrelétrica de Itaparica que afetou as regiões do submédio São Francisco, inundando 843km², atingindo 6000 moradores que, também, em grande parte, foram deslocados para a realização do empreendimento. A região de Petrolândia passou por uma modernização agrícola, porém, consta-se que a construção da Hidrelétrica não representou uma equidade social, pois as condições de moradia e infraestrutura da cidade ainda são precárias e a população depende de assistencialismo constante de órgãos governamentais.

Diante dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, em que os pilares políticos, econômicos, sociais e ambientais devem ser considerados para os projetos de desenvolvimento de um país e/ou região, questiona-se: Há sustentabilidade no desenvolvimento do Alentejo e Petrolândia por meio da construção da Barragem do Alqueva e a Hidrelétrica de Itaparica? Quais foram os impactos econômicos, sociais e ambientais dessa empreitada para as regiões mencionadas?

Diante do exposto, o artigo pretende compreender os impactos da construção da barragem do Alqueva e do Itaparica para a região do Alentejo e do Sertão Pernambucano sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Como objetivos específicos pretende-se: descrever as características da população e da produção na região do Alentejo e na região do Sertão Pernambucano antes e depois da construção da barragem do Alqueva e Itaparica; apresentar, brevemente, o histórico das políticas de sustentabilidade, bem como, seu conceito; analisar se a construção da barragem promoveu o desenvolvimento sustentável ou o desequilíbrio territorial nas regiões analisadas.

A sustentabilidade aparece em dez dimensões para a concretização de seus objetivos de desenvolvimento, sendo estas: a dimensão política, ambiental, econômica, social, espacial, cultural, jurídico, psicológica, tecnológica e ética.

Justifica-se a pesquisa pois compreende-se que somente com a implantação de Políticas Públicas que versam sobre o desenvolvimento sustentável, com ações éticas, considerando o ambiente como um direito fundamental, podem reverter o agravamento do quadro de exclusão social e pobreza resultados da globalização.

Para a realização da pesquisa foi utilizado o procedimento metodológico da revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, em que autores como: Freire (2015), Sequeira (2014), Moraes (2019) entre outros. No primeiro tópico descreve-se as características da população e produção no Alentejo e do Serão Pernambucano antes e após a construção da barragem do Alqueva e Itaparica; no segundo tópico apresenta-se, o histórico das políticas de sustentabilidade e o conceito de desenvolvimento sustentável, e no terceiro tópico analisam-se os impactos da construção das barragens.

1 A POPULAÇÃO RURAL E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A agricultura portuguesa tem sido alvo de inúmeros debates, em que defensores de um “regresso a terra” afirmam que as exportações dos produtos advindos da produção agrícola têm promissor crescimento, devendo, portanto, ser intensificadas, ao mesmo passo que deve haver a avaliação e priorização sobre uma agricultura e desenvolvimento sustentável (Freire, 2015).

Almeida (2018) afirma que a questão agrária no Alentejo é alvo das políticas públicas de desenvolvimento desde a época das sesmarias, em que se tentava estabelecer populações em meio rural e promover a autossuficiência com a produção agrária.

A falta de população e, conseqüente, mão-de obra, no Alentejo foi detectada ainda na Idade Média, nos escritos do Padre Severim de Faria que dava sugestões para o povoamento da região, ou, mais adiante, os diversos tratados enviados para a Academia Real de Ciências de Lisboa objetivando a reconversão da agricultura no Alentejo:

Oliveira Martins, no seu Projeto de Lei sobre o Fomento Rural, apresentado em 1887, escreveu que o absentismo rural produz frequentemente o espetáculo de um dispêndio considerável nas cidades, “um vício inerente à condição de proprietário”. Propôs então obras de hidráulica agrícola, reordenamento da população, colonização do Alentejo, coletivismo, com sociedades anónimas, cooperação, propriedade coletiva da terra; emparcelamento no norte, parcelamento no sul; diversificação cultural, florestação, caça e pesca; e a constituição de um banco rural (Almeida, 2018, p.2).

O Liberalismo económico, característico do século XIX, favoreceu a circulação de alimentos (Freire, 2015), dessa forma, a expectativa para o crescimento da região do Alentejo era grande, pois as mudanças na economia portuguesa eram notáveis após as reformas institucionais e censitárias provocadas pelo avanço do liberalismo. Fonseca (1998) explica que houve um massivo investimento na região do Alentejo, com a construção de linhas férreas, a liberalização do mercado que gerou oportunidades para a indústria agrária, fundiária, mineiro e industrial:

As primeiras quatro décadas que se seguiram ao triunfo liberal trouxeram uma grande actividade ao mercado fundiário alentejano. Este facto não acarretou uma alteração nos aspectos básicos da estrutura fundiária regional e a dominância da grande propriedade permaneceu como a imagem de marca da região. No entanto, conduziu a mudanças expressivas na titularidade da terra e, em particular, possibilitou reajustamentos significativos nos patrimónios familiares locais. Neste mercado e nestas mudanças as novas elites moldadas pelo liberalismo tiveram um papel fundamental (Fonseca, 1998, p.514)

Compreende-se que, apesar do intenso investimento imobiliário na região do Alentejo durante o século XIX, houve o desinteresse de exploração caracterizado pelo absentismo direto ou oculto (quando a exploração agrícola é realizada por intermédio de um latifundiário ou gerente, porém com o proprietário ausente). No final do século XIX ainda se nota a modernização na tecnologia para a agricultura.

Dessa forma, houve aumento demográfico: “a sociedade de matriz agrária tornou-se mais complexa, houve uma recomposição do grupo de elite, aumentou o nível de urbanização, tendo sido mesmo criados de raiz alguns núcleos urbanos exclusivamente industriais” (Fonseca, 1998, p.498).

Nesse contexto de modernização para a região do Alentejo, o setor agrícola que se caracterizava pelo latifúndio passou por importantes mudanças, em que houve um crescimento moderado na produção caracterizada pela expressiva produção vegetal, responsável por cerca de 73% do total produzido (Fonseca, 1998). A região do Alentejo foi profundamente marcada pelo século XIX, pois passou por mudanças estruturais que definiria o futuro da região:

A partir de meados do século XIX as mudanças sucedem-se e adquirem um ritmo acelerado: a nível científico e tecnológico, o aparecimento dos adubos viria a aumentar a capacidade produtiva das terras; a nível político começa a surgir uma nova mentalidade interventora e proteccionista que fazem da exploração agrícola uma actividade rentável; a nível económico o Alentejo é explorado exaustiva, sistemática e até cientificamente, alcançando elevados níveis de produção. Também a estrutura fundiária começou por ser alvo de intervenção no início do século. As leis de Mousinho da Silveira e o decreto "mata frades" (Joaquim António de Aguiar) vieram alterar a titularidade dalgumas propriedades (Santos, 2011, p.22).

Essa dinâmica seria modificada pelas transformações no século XX, que conforme Freire (2015) explica, as políticas que objetivavam o fomento da autossuficiência da região se aliaram as políticas que objetivavam o protecionismo e a redução de importações em conjunto com ações de intensificação para a exploração dos recursos internos.

Na década de 1930 houve um aumento demográfico para a população do Alentejo, tendo por densidade populacional 24,6 hab. por km², em contrapartida aos 26,5 hab./km² registrado em período anterior (Santos, 2011), dessa forma, houve aumento no número de desemprego na região e o maior agravamento após a II Guerra Mundial, pois o acontecimento comprometeu os empreendimentos agrícolas.

Freire (2015) afirma que a partir dos anos de 1960 houve mudanças na estrutura da economia e sociedade de Portugal:

Portugal foi o último país agrícola da Europa Ocidental, mas fez uma transição relativamente rápida para uma economia assente em serviços e indústria. Na primeira metade do século XX, o sector primário contribuía com cerca de 30% para o Produto Interno Bruto, na década de 80 essa percentagem já era 9% e não mais recuperou. A progressiva abertura dos mercados nacionais à diversidade de produtos agrícolas da Europa e do Mundo, acelerada com a integração na Comunidade Económica Europeia (1986), ajudou a marginalizar uma agricultura apresentada como sinónimo de atraso e pobreza, acentuando a dependência alimentar do exterior (Freire, 2015, p.137).

No ano de 1957 houve as primeiras ideias para a construção de uma barragem na região do Alentejo, como forma de reverter a situação de despovoamento da região. O objetivo era fixar pessoas na região para a promoção do desenvolvimento local por meio do incentivo à agricultura com programas de Regas. Dessa forma, o Projeto Alqueva, maior investimento já realizado na região, propunha combater o problema de falta de água e promover a modernização.

Almeida (2018) lembra que durante o ano de 1975 foi posta em prática a Reforma Agrária, porém, o resultado das medidas realizadas não apresentou sucesso no decorrer dos anos, o que impacta no envelhecimento do mundo rural de Portugal. Esse processo pode ser percebido pelas medidas que se sucederam, pois com a construção da barragem de Alqueva, o discurso para a atração de pessoas foi do turismo, pois como ressalta Almeida (2018, p.3): “Os discursos e as estratégias de atração de pessoas e empresas foram alterados para salientar questões ligadas a uma vivência do rural já não baseada na agricultura, mas nos serviços, entre os quais se salienta o turismo, a caça, o desporto e a natureza”.

A albufeira de Alqueva somente ficou pronta no ano de 2002 atingindo a cota máxima de enchimento em 2010 e questionada até os dias atuais sobre a eficácia de seus objetivos, o impacto para a vida da população local e o desenvolvimento sustentável. As políticas de incentivo agrícola que foram responsáveis pela construção da barragem, tinham como objetivos:

Reforçando os objectivos de crescimento económico do país, defende-se que o fomento agrícola deveria permitir aumentar e melhorar a produção de cereais, produtos hortícolas, frutas, produtos pecuários e florestais até aos limites das necessidades de abastecimento do país, abrindo ainda possibilidades de exportação. Contemplavam-se grandes projectos de hidráulica agrícola no Alentejo, povoamento florestal em terrenos públicos e particulares, reorganização agrária (conclusão de projectos de colonização já iniciados, parcelamento, emparcelamento e novas regras para o arrendamento rural), reforço técnico e humano da rede institucional de defesa sanitária de plantas e animais; alargamento das incidências dos financiamentos para melhoramentos agrícolas, especial atenção para as infra-estruturas de armazenamento de produtos agrícolas, melhoria da rede viária rural e alargamento do sistema de abastecimento de água às populações rurais (Freire, 2012, p.10).

Almeida (2018) afirma, ainda, que, ao Alentejo, principal zona latifundiária de Portugal, é atribuído o desígnio de atraso e decadência, e a culpa de uma elite que não se abre a modernização e ao desenvolvimento, porém, revisitações históricas demonstram que durante o século XIX, no advento das políticas liberais, a região do Alentejo era uma das áreas de Portugal que mais progrediram. O que se pode afirmar é que a região do Alentejo foi movida por uma pluralidade de atores sociais, os quais os interesses variavam entre urbanos e agrícolas, porém, as iniciativas de exploração agrícolas alcançaram grandes feitos na região:

De facto, na segunda metade do século XIX a elite económica eborense, no que toca a gestão agrária, não se limitou a preservar ou instalar grandes explorações agrícolas baseadas em práticas tradicionais. O seu desempenho nesta matéria foi mais progressivo do que se pensava: dotou as propriedades com novas instalações, promoveu a exploração mista e o arroteamento, submeteu as culturas arvenses a um método, investiu na «criação e educação» dos montados de sobro e azinho, expandiu a plantação de arvoredos e da vinha, cuja cultura foi «altamente lucrativa», incorporou cada vez mais inputs externos na exploração, inovando lenta, mas progressivamente, o aparato técnico (por exemplo, na tecnologia de mobilização dos solos)... (Almeida, 2018, p.533).

Essa perspectiva de forte desenvolvimento agrícola ocorrido no Alentejo entre o século XIX e começo do século XX, também integra a visão de Santos (2011, p.23), que afirma:

É hoje facto assente que em termos agrários o Alentejo a partir do último terço do século XIX foi uma das regiões mais dinâmicas do país, integrando uma economia agrícola com contornos de vincada comercialização e inserção capitalista, agricultura caracterizada, especialmente após a en

trada do século XX, por uma apreciável taxa de mecanização, pelo recurso a mais eficientes alfaías agrícolas e por um mais intenso e precoce uso de adubagem industrial.

Compreende-se, então, que a região do Alentejo não foi condenada a decadência ou ao atraso por atitudes de uma “burguesia agrária” que se negavam a modernização.

1.1 A POPULAÇÃO RURAL E A AGRICULTURA NO NORDESTE BRASILEIRO

No Brasil, a agricultura, desde os primórdios, representa uma das maiores oportunidades econômicas da nação. Castro (2013) afirma que, atualmente são quase 90% da população nordestina dedicando-se a agricultura familiar. O tipo de cultura e as tecnologias empregadas na produção agrícola são bem variadas, com destaque para a cana-de-açúcar como o produto mais produzido na região.

No ano de 2006, foram produzidas 58.989.062 toneladas de cana-de-açúcar, sendo o estado de Alagoas, o principal produtor. Ainda, se pode destacar a produção de mamão, manga, coco da baía, abacaxi, algodão herbáceo, feijão de cor, feijão fradinho, banana, melão, soja em grão, milho em grão, mandioca, limão, babaçu, coentro, tomate e uva (Castro, 2013).

Bassoi et al (2017) explica que a agricultura irrigada passou a ser uma preocupação do governo federal como forma de incentivo ao desenvolvimento industrial do país. Para tanto, no ano de 1948 foi criada a Comissão do Vale do São Francisco, sendo a primeira providência a distribuição de água por meio de motobombas para uma limitada rede de canais que estavam à margem do São Francisco, porém, a ação não era tão eficaz pois enfrentava os impactos das cheias periódicas e da salinização.

Castro (2013) revela que o clima semiárido, típico da região nordestina, mostra-se como uma das limitações para o pleno desenvolvimento agrícola da região:

Parte considerável da região convive historicamente com o problema da seca. Especificamente a região conhecida como Semiárido, que abrange a maior parte do sertão e do agreste nordestinos, encontra-se nesta situação. No Semiárido, a precipitação média anual quanto às precipitações pluviométricas é inferior a 800 mm (Castro, 2013, p.80).

Ademais, outra limitação para o desenvolvimento da agricultura é pelas características do solo, que em diversas regiões é pobre em nutrientes, e há grandes perdas do solo pela degradação dos sistemas de produção, como explica Araújo, Araújo e Sampaio (2005), afirmando que o semiárido nordestino tem cerca de 1 milhão de km² e é habitado por cerca de 20 milhões de pessoas que vivem, quase que exclusivamente, da agropecuária, apresentando indicadores e sociais mais baixos do Brasil. Com o nível tecnológico precário para os processos agrícolas há uma intensa degradação ambiental que se

perdura há anos, porém, apesar do governo brasileiro ser signatário da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África, e afirmar ações de mitigação dos impactos negativos que a inadequada exploração agrícola representa, bem como, suas consequências econômicas e sociais, por meio do Decreto n.2.741, de 1998, tem feito pouco em relação aos entraves agrícolas e de desenvolvimento social e econômico no nordeste.

Pois, como forma de fomentar a agricultura e o desenvolvimento regional, o governo brasileiro intervinha concedendo ao latifundiário verbas para que este pudesse ampliar sua produção e empregasse as vítimas da seca nordestina, de forma, que foi perpetuada uma agricultura sem finalidade social, beneficiário ao latifundiário e que mantinha a intensa exploração de mão-de-obra barata (Furtado, 1964).

Dorigatti Junior (2010) afirma que o nordeste brasileiro gera cerca de 10% da renda nacional, enquanto o Centro-Sul gera mais de 50%. A agricultura no Nordeste é responsável por 26,1% do total nacional, sendo o setor mais produtivo da região, porém, em comparação a agricultura do Centro-Sul representa 66% da renda gerada para o setor, sendo o setor menos produtivo que tem seu forte na Indústria, responsável por 90% da renda. Esses dados revelam há uma grande desigualdade entre as regiões, as quais são consequências da estrutura econômica e do tipo de relação econômica que se pensou para a região.

A realidade da seca e falta de investimento na industrialização, que se concentra, principalmente no Centro-Sul do país, impôs para a população o convívio com a fome e a dependência de empregos temporários do governo ou na zona da mata como garantia de subsistência. O latifúndio, investido pelo governo Federal, utiliza seus excedentes para abrir extensão de terras de cultivo ou na aplicação industrial em regiões do Centro-Sul que se faz, notoriamente, mais promissora para o retorno da aplicação, de forma que não fomenta o mercado interno nordestino, que se encontra estagnado, seja pelos baixos salários ofertados, a grande parcela da população vivendo em nível de subsistência e o baixo investimento industrial, já que a indústria representa apenas 7,2% da renda do Nordeste (Dorigatti Junior, 2010).

Compreende-se que a agricultura, ainda, se faz predominante para a renda produzida pelo Nordeste, além da ocupação da população, porém, enfrenta diversos obstáculos, como o clima semi-árido que caracteriza as secas e o comprometimento do solo para a produção. Esse fator causou um

desequilíbrio territorial, já que são notáveis as desigualdades no desenvolvimento econômico e social entre a região Centro-Sul e Nordeste.

Segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (2020), o Nordeste tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,68 e o Sul tem um IDH de 0,83, o que significa o maior índice do Brasil, em contraste com o Nordeste ocupando o último lugar da lista, o que ilustra o desequilíbrio territorial entre as regiões brasileiras.

1.2 O SERTÃO DE PERNAMBUCO

A região de Petrolândia – PE era, por muito tempo, moradia de índios, existentes até os dias atuais na região, são os chamados Pankararus. Foi na fundação das Fazendas Brejinhos da Serra e de Fora que se iniciaram os trabalhos de pecuária extensiva na região (Fernandes, 2010).

A cidade de Petrolândia, antiga Jatobá era frequentada apenas por vaqueiros que levavam os gados para beber água, situação que foi revertida com a construção de inúmeras casas dada a construção da linha férrea de Paulo Afonso no ano de 1883. A população, por conseguinte, cresceu rapidamente construindo um próspero comércio na região. Com a constituição de um sólido povoado a agricultura passou a ser a principal atividade dos moradores de Petrolândia.

Era cultivado cebola, arroz, tomate, melão, coco, goiaba, geralmente culturas temporárias eram as marcas do plantio da região. A cultura de irrigação era realizada pelo uso de motobombas e havia grande aproveitamento das terras dada as cheias do São Francisco. Aproveita-se a cultura de irrigação e de sequeiro, sendo que na agropecuária cultivava-se caprinos, suínos, aves, asininos, ovinos e bovinos. Já para o setor secundário verificava-se: “4 olarias, 4 padarias, 4 fábricas de goiabada, 2 serrarias, 1 fábrica de ração, 1 engenho de rapadura e 1 matadouro (Secretaria de Habitação, 1986, p.22).

O auge do desenvolvimento econômico da região se deu na década de 1980 com as atividades da CHESF que fez com que o comércio local se desenvolvesse rapidamente. Nascimento (2019) afirma que a presença da CHESF no nordeste brasileiro resultou na criação de bancos e outros empreendimentos para o desenvolvimento da região. Ademais, foi criada a cidade Chesf, a qual resultou na construção de escolas, hospitais e outras estruturas que após a retirada da empresa tornaram-se de uso público.

Os trabalhadores do empreendimento eram recrutados entre os próprios sertanejos, fato que resultou no crescimento exponencial de empregos e rendas para a região. Quando a obra chegou a Petrolândia,

os moradores passaram a conviver com o canteiro de obras e o medo, pois os petrolandenses já haviam assistido a forma em que os moradores de Sobradinho haviam sido retirados de suas terras, vítimas de violência e injustiça social:

Com medo de vivenciarem a mesma experiência da população de Sobradinhos, os trabalhadores rurais de Petrolândia organizaram um Polo Sindical em 1979, data em que as obras da barragem de Itaparica se faziam em percurso para que na unificação de posseiros, arrendatários, agricultores e sem terras da região lutassem por uma condição mais favorável de deslocamento (Braga, 2020, p.249).

Nesse sentido é destacado que Petrolândia vivenciou uma situação um pouco diferente de seus vizinhos de Sobradinho, na Bahia, que receberam apenas um valor simbólico por suas propriedades, pois os petrolandenses exigiram que as indenizações considerassem toda a terra de propriedade e os bens que ali eram produzidos. Dessa forma, foi acordado entre a CHESF e o Polo Sindical a construção das agrovilas:

As casas da agrovila seriam padronizadas, acompanhando a mesma um lote agrícola que variava entre 1,5 ha a 6 ha, conforme o tamanho da família (número de pessoas em cada família). Além do lote irrigado haveria área para o sequeiro, (cultivo de lavouras temporárias), atualmente indefinido (Lima, 2007, p.4).

Antes da Barragem da CHESF os agricultores trabalhavam às margens do rio São Francisco e cultivavam ovinos, caprinos e, também bovinos. Um documentário da TV Viva de 1986 fez uma transmissão em que mostrava cerca de 5 mil moradores de Petrolândia em protesto no canteiro de obras da CHESF, exigindo que a construção da nova Petrolândia considerasse a vida daquelas pessoas, não apenas na reposição de casas, mas de atividades produtivas para que os muitos trabalhadores que ali estavam presentes não deixassem de ter meios de prover seu sustento e de sua família (Tv Viva, 1987).

Entre as culturas agrícolas eles cultivavam o milho, o algodão, o arroz, o melão, a melancia, a batata doce, laranja, manga, coco, uva etc. Mesmo algumas dessas culturas não serem naturais do ambiente semiárido o sistema de irrigação já permitia que se cultivasse com sucesso esses plantios.

O coqueiro é originário da Ásia e foi introduzido no Brasil no século XVI. Normalmente é encontrada na costa devido ao fácil acesso a água. Em Petrolândia, assim como em Petrolina, a produção de coco só é possível por causa do sistema de irrigação (Lucena; Araujo; Medeiros, 2017, p.107).

Após as ações da CHESF, foram construídos 12 assentamentos para a população, na Bahia e em Pernambuco, sendo eles: “Pedra Branca, Rodelas BI1 e BI 2, Jusante e Glória, já no segundo foram construídos Caraíbas, Brígida, Manga de Baixo, IcóMandantes, Barreiras BI 1 e BI 2 e Apolônio Sales”

(Lucena; Araujo; Medeiros, 2017, p.107), além das agrovilas foram reconstruídas as cidades de Itacuruba e Petrolândia.

As ações de irrigação na região Nordeste, iniciativas do governo federal, tiveram como finalidade o combate a pobreza, porém, as ações de irrigação, em sua maioria, não atingiram seus objetivos, levando irrigação para uma parcela limitada do Nordeste, para além, há um grande atraso tecnológico, com baixo nível de instrução para os agricultores (Castro, 2015).

Dessa forma, por mais que existam projetos para o desenvolvimento da região, há uma padronização que leva para resultados insatisfatórios, com pouca técnica e capacitação dos agricultores, dados revelados por Castro (2015) com base no IBGE, revelam que 90% dos agricultores nordestinos não tem o Ensino Fundamental completo o que impacta diretamente na adoção de novas tecnologias agrícolas.

2 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O advento das práticas industriais e do modelo de acumulação com escopo nos lucros de produção, geraram uma sociedade pautada em parâmetros de consumo, irracionalidade ambiental e desigualdade social. A relação entre pobreza, desigualdade social e práticas que degradam o meio ambiente devem ser compreendidas para que haja a implantação de uma gestão social pautada em conceitos democráticos.

Com o avanço da Revolução Industrial que as explorações aos recursos naturais se intensificaram e a poluição provocada pelos meios de produção era vista como símbolo de poder e vitória sobre a natureza (Silva, 2012).

Dessa configuração exploratória, surgiu novas concepções econômicas e trabalhistas, o acúmulo do capital e os operários. As ações capitalistas criaram uma sociedade pautada em princípios de consumo, irracionalidade ambiental e desigualdade social. Porém, Bacha, Santos e Schaun (2010) afirmam que somente na passagem da década de 1960 para 1970 que os danos sociais e ambientais da exploração predatória ao meio ambiente passaram a ser debatidos, objetivando minimizar as injustiças sociais e os danos à natureza a partir de ações que promovessem a viabilidade econômica, a justiça social e a prudência ambiental – Tripple Bottom Line.

A sustentabilidade, então, tem duas origens, segundo Nascimento (2012), estas são: biológica e econômica. A origem biológica está relacionada a resiliência dos ecossistemas frente as “agressões antrópicas” ou agressões naturais. As agressões antrópicas são agressões causadas pela ação humana, como a ação do fogo, o desmatamento e o uso descontrolado dos recursos naturais. Já as agressões

naturais seriam desastres com potencial destrutivo que não são necessariamente relacionadas à ação humana, como: terremotos, erupções vulcânicas, tornados, tsunamis etc.

A origem econômica se refere ao uso humano dos recursos naturais para suprir suas necessidades comerciais e econômicas, de forma abusiva e desordenada, sem compensação ao meio ambiente em ações de mitigação como o reflorestamento ou preservação. Essas ações não podem existir por muito tempo pela escassez dos recursos, e pelo dano à terra que esta prática causa, no entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável, remete a possibilidade de organizar todos os aspectos da vida, de forma a garantir o desenvolvimento econômico e social de modo a não prejudicar o meio ambiente a ponto de inviabilizar a existência de gerações futuras com a mesma qualidade de vida.

Segundo Boff (2014) o conceito de sustentabilidade nasce da percepção da escassez, ao desmatar e desflorestar suas terras para suprir as necessidades da produção industrial nacional, os países europeus se depararam com a escassez de recursos naturais, percebendo, então, que é impossível seguir com a produção industrial à base de recursos naturais sem que se trace uma estratégia para a reposição dos mesmos, ou a minimização dos danos. Para responder essa questão, surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

No ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia, a Organização das Nações Unidas organizou o primeiro debate que colocava em pauta a relação do Homem com o Meio Ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado formalmente pela primeira vez na assembleia das Nações Unidas (ONU) em 1979, no entanto o conceito de sustentabilidade já é conhecido pelo homem há centenas de anos. No ano de 1983, a ONU realizou mais uma conferência para as questões ambientais, intitulada: Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, porém, dessa Comissão nasceu o relatório Brundtland, em 1987 (Bacha; Santos & Shaun, 2010).

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, formada pelo ONU no início da década de 1980, foi um grande passo para as teorias sobre desenvolvimento sustentável, e o início da criação das teorias para alcançá-lo. As principais finalidades da comissão eram avaliar a situação do meio ambiente, examinar as questões relacionadas a ele e formular propostas visando o desenvolvimento sustentável, bem como, analisar a viabilidade e aplicabilidade de tais propostas, criando mecanismos de cooperação internacional entre países, ONG's, empresas e indivíduos, incentivando-os para o engajamento na luta pelo desenvolvimento sustentável e preservação ambiental.

O mais importante relatório formulado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, anterior a “Agenda 21” foi lançado com o nome de “Nosso Futuro Comum”, e ficou conhecido como Relatório Brundtland, nome dado em homenagem ao presidente Gro Harlem Brundtland. O relatório levantou questões críticas acerca da relação entre a humanidade e o meio ambiente.

O documento tinha como alvo os governos nacionais e fazia recomendações sobre como devia progredir o desenvolvimento sustentável a nível de políticas públicas. As principais recomendações do relatório são: preservar a biodiversidade e reduzir a velocidade do processo de urbanização selvagem para diminuir a agressão a natureza; a utilização de tecnologias ecológicas na produção industrial evitando o uso de matérias-primas poluentes e danosas ao meio ambiente, e o incentivo ao uso e desenvolvimento de novas fontes energéticas renováveis (Brundtland, 1991).

Dessa forma, os principais objetivos do relatório são: retomar o crescimento mundial, alterar a qualidade do desenvolvimento, incluir a preocupação ao meio ambiente nas decisões políticas, manter um nível populacional saudável, reorientar a produção tecnológica e atender as necessidades da população de maneira igual e eficiente sem agredir o meio ambiente (Brundtland, 1991), bem como, o controle das taxas de natalidade.

O relatório Brundtland (1987) e os embates sobre o tema da sustentabilidade na reunião da ONU, em Estocolmo (1972), amplificaram as reflexões acerca da sustentabilidade. Da reunião da ONU, nasceu a ideia de que a sustentabilidade ambiental deveria estar relacionada a equidade social, pois a pobreza estaria relacionada às agressões ambientais levantando a questão da distribuição de renda.

No entanto, interesses econômicos e industriais entraram em conflito com os interesses do ambientalismo e da sustentabilidade, pois os países desenvolvidos se preocupavam com a qualidade de vida de suas populações e por essa razão defendiam a alteração das formas de produção industrial e convívio com o meio ambiente visando a sustentabilidade, e os países em desenvolvimento voltavam seus esforços para a aceleração do desenvolvimento social e econômico, temendo que a recente preocupação ambiental fosse impactar negativamente sobre suas economias emergentes. Dentro desse contexto, é realizada a Conferência de Estocolmo (1972), em que foram realizados debates acalorados entre líderes governamentais, criando uma cisma entre desenvolvimentistas e ambientalistas (Gurski; Gonzaga & Tendolini, 2012).

O relatório cita o declínio das taxas de natalidade dos países desenvolvidos e atribui isso ao desenvolvimento econômico e social, bem como, a mudança do papel da mulher com a sua massiva

inserção no mercado de trabalho, e recomenda que o controle demográfico também seja aplicado nos países em desenvolvimento. Dessa forma, nota-se que partir do relatório Brundtland (1987) nasce inúmeras ideias relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

No ano de 1992, as Nações Unidas realizaram nova Conferência objetivando compreender e propor soluções para as relações do Homem com o Meio Ambiente, essa nova convenção foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil e foi conhecida como ECO92. Os documentos que foram criados a partir dessa convenção continuam sendo referências nas legislações ambientais.

O documento mais importante nascido da ECO92 é o Agenda 21, que acordado entre 179 países objetivou um planejamento de desenvolvimento sustentável abrangendo a gestão correta de recursos necessários ao desenvolvimento, considerando questões econômicas e sociais, responsabilizando os grupos envolvidos e estabeleceu um plano de implementação (Silva, 2012).

A Agenda 21 estabelece uma relação de compromisso para o desenvolvimento sustentável criando compromissos para as empresas, para o governo, além de estabelecer um plano de conscientização para as crianças e adolescentes como tática de mudança cultural de longo prazo para as questões ambientais, criando uma nova geração consciente e que aplique conhecimentos tecnológicos para a preservação ambiental.

A partir desses marcos legais, coube a mídia o papel de propagadora massiva dos conceitos de sustentabilidade. Silva (2012) explica que após a ECO92 os meios de comunicação passaram a apostar na insistência do assunto para contribuir com as novas políticas e práticas sustentáveis que estavam surgindo.

Nesse contexto, no ano de 2002, é realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, conhecida como Rio +10, dessa conferência nasceu a Declaração de Jonhasburgo que reafirmou os compromissos já estipulados na Agenda 21. Se para o Rio-92 os desafios foram concordarem em medidas de preservação, para o Rio+10, o desafio basicamente se deu na elaboração de medidas de implantação das políticas já previstas anteriormente.

Após 10 anos da Conferência na África, a Organizações das Nações Unidas retorna ao Rio de Janeiro em Cúpula do Rio + 20. A Conferência sustentou-se na avaliação dos progressos e lacunas que se haviam chegado até ali, 20 anos após a primeira conferência no Rio e definir o futuro para a próxima década.

Do Rio + 20 nasceram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são 17 objetivos em que os países devem se esforçar para atingir, sendo estes: a erradicação da pobreza, acabar com a fome, promoção de saúde e bem-estar, ofertar uma educação de qualidade, lutar pela equidade de gênero, distribuir água potável, saneamento básico e energia limpa e renovável, garantir o trabalho e oportunidade de crescimento, a indústria que renova-se, minimização das desigualdades sociais, incentivo a comunidade sustentável, preocupação com mudanças climáticas, preservação da vida aquática, bem como, a vida na terra, garantir a paz e a justiça e parcerias de implementação (Organização das Nações Unidas, 2020).

Sendo assim, a necessidade da preocupação ambiental é percebida por todos os líderes governamentais do mundo, no entanto alguns não se veem em condição de participar da luta do desenvolvimento sustentável, pois a base da sua produção econômica e industrial é a exploração e exportação de matérias-primas naturais e não renováveis, criando uma polêmica entre a necessidade da preservação ambiental e o desenvolvimento econômico.

Embora existam essa pluralidade de estratégias para o desenvolvimento sustentável, não existe um consenso global adotado como melhor caminho a seguir, apesar dos muitos tratados que façam determinações políticas visando a sustentabilidade, e apesar das recomendações e relatórios da ONU através da comissão mundial sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, como a “Agenda 21”, os parâmetros e vias para a sustentabilidade ainda constitui um grande desafio para a humanidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável se pauta na construção de uma sociedade economicamente desenvolvida e socialmente justa, o que requer a ação de múltiplos atores e setores sociais. Oliveira (2010) afirma que o desenvolvimento sustentável é a promoção de desenvolvimento econômico sem o comprometimento da biodiversidade. Dessa forma, é no aproveitamento dos recursos e desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o melhor uso dos recursos esgotáveis, bem como, novas fontes de energias renováveis e tratamento de resíduos:

A economia atual baseia-se na dinâmica capitalista de acumulação, marcada pela criação através do marketing da criação incessante de novas necessidades de consumo. Com a Revolução industrial a capacidade humana de intervenção na natureza deu um salto e continuou a aumentar até hoje. Além dos desequilíbrios ambientais decorrentes dessa capacidade de intervenção o uso intensivo de grandes reservas de combustíveis fósseis abriu caminho para uma expansão inédita do consumo em escala e de atividades que pressionam a base dos recursos naturais (Oliveira, 2010, p.17).

Tendo a conscientização de que os recursos naturais são esgotáveis, foi necessário estipular novos padrões de desenvolvimento para que se poupasse recursos necessários a manutenção da vida humana.

O impacto dessas ações recai diretamente nos setores industriais, pois requerem novas posturas das organizações, que podem repercutir nos custos gastos com a produção. Há, ainda, a preocupação do desenvolvimento da comunidade em que a empresa se insere, como o auxílio para a manutenção do bairro, projetos sociais e geração de renda para as pessoas das comunidades próximas (Sebrae, 2017).

Sendo assim, a economia pela dimensão da sustentabilidade abrange três dimensões: a social, a econômica e a ambiental, tem-se então:

Sustentabilidade econômica é um conjunto de práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam o desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações (Rede Sustentabilidade, 2016 citado de Sebrae, 2017, p.9).

Lourenço e Carvalho (2013) afirmam que as preocupações com o meio ambiente devem considerar os seres-humanos que nele se inserem, de forma que as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável contemplem aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Chaves e Castello (2013) explicam que o desenvolvimento sustentável em todas as suas esferas não pode apenas fazer parte de discursos e propagações teóricas que não se concretizam na realidade. Considera-se, assim, que a sustentabilidade econômica advém do conceito de alcançar resultados econômicos positivos com práticas que considerem as ações sobre o meio ambiente e o meio social em que a organização se insere. Por desenvolvimento sustentável entende-se o conjunto de ações que se pautam nos princípios da sustentabilidade para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Entre as vantagens de uma economia sustentável pode-se afirmar que há uma maior economia de recursos financeiros à médio e longo prazo, há um aumento de lucros e redução de riscos por medidas de combate a degradação ambiental, ganhos com qualidade de vida e desenvolvimento de condições equitativas para as futuras gerações, além de vantagem competitiva, pois adquire-se diferencial e confiabilidade dos fornecedores e clientes, agregando valor a empresa e produtos (Sebrae, 2017).

2.1 OS IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

O primeiro impacto que se deve considerar é a mudança da paisagem e a inundação de grandes territórios, o que impacta no deslocamento de muitas pessoas que vivem na região atingida. Grande parte das áreas alagadas, são áreas florestais o que resulta na morte de diversos organismos e perda de habitats e animais que vivem na região. Por mais que haja ações de mitigação de impactos de perda de animais, com a captura de espécies para que vivam em outras áreas, muitos não se adaptam as novas condições e não sobrevivem (Andrade, 2012).

Outro problema considerado é o desvio dos ciclos naturais do rio, o que resulta em intervenções na dispersão e reprodução dos peixes e outras espécies, o que impacta, também, no aumento da temperatura local e alteração no ciclo das chuvas, além de contribuir para uma maior liberação de gases com a composição da matéria orgânica que fica submersa nos lagos e rios. Outra consequência é a menor incidência de luz na água, que, somado a outros fatores, reduz o teor de oxigênio, ocasionando a morte de maior quantidade de peixes.

Para a limpeza da região das barragens e controle de crescimento das vegetações, utilizam-se substâncias que, por serem tóxicas matam diversas espécies. Além dos impactos sociais que se fazem em duas dimensões, uma com o deslocamento compulsório, o qual faz com que as famílias sejam obrigadas a abandonarem suas casas e viverem em outra região que, por vezes, é mais afastada dos centros urbanos e/ou não apresentam as mesmas condições que a cidade anterior ofertava para o desenvolvimento agrícola e de trabalho, a outra são as regiões que com o desvio do rio sofrem com a seca e a falta de peixes, o que dificulta a vida e desenvolvimento local (Araújo, 2001).

Andrade (2012) afirma que a pressão da sociedade fez com que o governo passasse a se preocupar com o impacto ambiental causado em grandes empreendimentos hidrelétricos, além dos impactos sociais, que se expressam na ausência ou ineficiência do acompanhamento para as populações afetadas para o enfrentamento de dificuldades inerentes ao processo de deslocamento compulsório, o que gera a falta de atendimento às comunidades que são afetadas, além do agravamento de tensões sociais.

3 DESEQUILIBRIO TERRITORIAL NO ALENTEJO

Compreendendo o conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, nota-se que os projetos que viabilizam o desenvolvimento económico, nem sempre, são centrados para atender,

também, as questões sustentáveis em todas as esferas de sua atuação, isto é, ambiental, social, económica e social.

Pinto (2003) acredita que grandes empreendimentos envolvem conflitos e debates acerca das questões controversas diante dos predizeres do desenvolvimento sustentável. São décadas de discussão sobre a eficácia e sustentabilidade do Alqueva, porém, atualmente é notado o aumento de posicionamentos desfavoráveis a tal empreendimento.

O projeto foi pensado para evitar que a região do Alentejo sofresse com a desertificação, declínio da agricultura, saída de capital financeiro e humano de Portugal, crescente emigração e redução do emprego rural (PINTO, 2003). Estima-se que apesar de minimizar alguns dos eventos citados, a barragem não solucionou todos os problemas da região e acrescentou mais alguns.

Nota-se que a fixação de mais pessoas na região e a criação de empregos teve relação direta com o período de construção da barragem. Moraes (2019) explica que durante a construção da barragem ao Alqueva houve um intenso fluxo de pessoas e fixação de moradias no Concelho de Mourão, principalmente de mão-de-obra vindas de fora de Portugal, que foram preferidas pela EDIA por serem mais baratas para a contratação, esse fato estimulou a economia local, pois foi efeito passageiro.

Arvela (2018, p.66) afirma que é notado, no Alentejo, um êxodo rural desde a década de 1950, sendo que o Alentejo Central, ainda hoje, apresenta um saldo demográfico negativo e a concentração da população na capital industrial “Évora, principal cidade do Alentejo Central, ao qual se alia a parca geração de emprego e fraco crescimento económico desta região comparativamente com outras”.

Um efeito permanente da construção da barragem foi o deslocamento da Aldeia da Luz que demandou a construção de 212 casas, estabelecimentos comerciais, estruturas públicas e, todo esse investimento não levou benefícios económicos para a população que ficou, ainda mais distante de outras localidades, com menos empregos e com uma população ainda mais reduzida e envelhecida (PINTO, 2003).

Freire, Fonseca e Godinho (1997, p.43) afirmam que uma das revoltas dos agricultores quanto as barragens é a inundação de terras férteis de cultivo porque as indenizações são menores do que os bens de suas propriedades, o que os gera prejuízo: “as obras realizadas pelo Estado e que não foram solicitadas pelas populações vêm alterar as práticas tradicionais”.

O mesmo problema foi observado com a construção da barragem do Alqueva que foi inaugurada em 2002. Nesse contexto, Freire (2012) explica que a água para o regadio é considerada a força motriz das políticas de desenvolvimento agrícola nas regiões de sequeiro do Alentejo:

É certo que na velha agricultura a prosperidade também estava associada à intensificação produtiva, permitida pela maior ou menor disponibilidade de água. Mas a ambição de superar os limites impostos pela Natureza, que está subjacente à consolidação da agronomia na segunda metade do século XIX, passava por aumentar a oferta de água para maximizar a rentabilização económica dos diversos factores de produção postos ao serviço da agricultura, pela ciência e indústria (Freire, 2012, p.2).

Correia et al (2020) afirmam que o problema de escassez da água não foi resolvido pela albufeira de Alqueva, o que compromete a equidade territorial e a sustentabilidade da região do Alentejo. Os autores afirmam que o Sul de Portugal já sofre com a escassez da água e a degradação dos solos, porém, o problema se agrava ainda mais com a má gestão pública de distribuição que concentra as áreas de regadio, limitando o acesso a uma área muito restrita, o que impacta em grande lucro com intensa produção, porém, apenas para um certo número de empresas, deixando o restante da população em situação precária.

A equidade territorial, as políticas de desenvolvimento sustentável e a paisagem do Alentejo, além de programas europeus que comprometem cerca de 30% do ordenamento público, de forma a configurar um investimento maior que o peso económico da agricultura são comprometidos enquanto não houver uma melhor gestão da água e do solo na região (Correia et al, 2020).

O desequilíbrio territorial é notado no Alentejo quando se analisa a parte para o regadio sendo como correspondente a 15% do total de 2,6 milhões de hec. Correia et al (2020) afirma que, se não é possível que haja regas para toda essa região, as políticas de gestão devem priorizar as condições do solo para que seja possível investir em alternativas agropastoris e movimentar economicamente e socialmente a região.

Silva (2011) afirma que a partir da crise petrolífera dos anos de 1970, o desenvolvimento passou por uma crise em seu conceito, passando a integrar a sustentabilidade como forma de preservação dos recursos naturais interligados às problemáticas dos Direitos Humanos, no caso do Alentejo, o turismo serviu como uma conformação territorial para que se legitimasse o discurso de sustentabilidade para as diversas legislações produzidas para a região. Dessa forma, o autor ressalta, ainda, que o turismo e o discurso produzido escondem os conflitos sociais por meio da divulgação da água, não como recurso natural, mas sim como um recurso da paisagem:

Através da análise dos diferentes discursos de autoridade, e do texto legal em particular, se permite destacar o quanto contribuem para a objectificação da cultura e para uma abordagem da paisagem que submete as relações sociais concretas, as interrelações dos indivíduos, a desígnios turístico-promocionais, sujeitando-as a normativos exógenos, caracterizados e determinados pela sua dimensão económica. Exemplo do indicado ocorre com as relações que as populações locais estabeleciam com a água, em parte derivadas do direito tradicional, assente em relações sociais concretas, agora fortemente delimitadas pela sua ordenação no direito ambiental. A esta alteração, de manifesta prevalência do direito ambiental e cujos impactos se encontram por estudar, junta-se a circunstância da dimensão turística de Alqueva ter atribuído novos valores à água, fundamentalmente estéticos (Silva, 2011, p.99).

Compreende-se, assim, que o desenvolvimento pretendido pelo Alqueva se faz no desdobramento do “esquecimento” de atores e conflitos, de memórias encobertas pelo Grande Lago que nada representa do cotidiano social, mas sim uma nova urbanização para a região, a turística.

Nesse ponto, Menezes (2010) explica que as assimetrias territoriais não dizem respeito somente a desproporção de distribuição da população, mas, também, a desproporção de distribuição económica. O Alentejo, apesar de ser o maior território de Portugal com 31,6 mil km², tem 50 mil habitantes em sua cidade mais populosa, Évora, o restante de seu território é constituído por pequenos vilarejos e propriedades rurais.

No discurso legislativo e governamental, Alqueva é divulgado como protagonista de um desenvolvimento sustentável, o que há de se concordar é que Alqueva abrange uma área superior a qualquer regadio público ou privado da região, porém, Salema (2020), defensor da sustentabilidade nas ações de Alqueva, afirma que a barragem não tem como contemplar toda a região do Alentejo, porém beneficia muitas áreas de regadio, muitas das quais, possuem áreas de sequeiros, beneficia regadios privados, fornece água de forma gravítica e em menor quantidade e beneficia territórios dispersos geograficamente, ligados por sequeiros.

Já Sequeira (2014) afirma que não há sustentabilidade em Alqueva, citando o caso da previsão do abatimento de 10.000 azinheiras. O autor afirma que, considerados os pilares que fundamentam o desenvolvimento sustentável, pode-se afirmar que economicamente, os agricultores pagam pela água um alto preço, que os representantes da EDIA afirmam corresponder a apenas 20 a 25% do custo total, dessa forma, se os preços forem subsidiados aos agricultores, estes terão de abandonar o empreendimento dos regadios por ser economicamente inviável. O autor também afirma que o turismo é uma iniciativa comprometida pelas condições apresentadas pela albufeira:

Outra fonte de rendimento prevista é o turismo, embora as infra-estruturas sejam muito reduzidas (626 camas) com uma ocupação variando de cerca de 30 a 83%, com a particularidade de a ocupação ser predominante de turistas portugueses, variando o turista estrangeiro ente 2 e 12%.

A albufeira, com enormes variações anuais de nível, (variações prováveis da cota 135m – área de 10.000 ha, até à cota de 152 m- área de 25.000 ha) com uma zona despida de vegetação, de péssima qualidade que pode atingir 15.000 ha, e com água de qualidade duvidosa para actividades turísticas, em especial em anos de seca, nunca será um destino turístico de qualidade (SEQUEIRA, 2014, p.1).

Continuando sua análise, Sequeira (2014) afirma que no aspecto social, há intensa imigração para o trabalho na Espanha, o que impacta em problemas sociais. Já para as questões ambientais, Sequeira (2014, p.2) ressalta que:

Com o alagamento pela albufeira foram destruídos totalmente 680 ha de culturas arvenses de regadio, 50 ha de pomares regados, 20 ha de vinha, 7350 ha de culturas arvenses de sequeiro, 1450 ha de olival extensivo, 7200 ha de montado, para além de matos e incultos, num total de 25 000 ha.

Haverá ainda a destruição dos biota nas áreas 120 000 ha a submeter a regadio, biotas estes que serão totalmente alterados.

Arvela (2013) atenta para as questões ambientais que preocupam com a construção da Barragem de Alqueva. Sequeira (2014) também acredita que há grande risco de erosão do solo e ainda afirma sobre o comprometimento do abastecimento de água para a população:

O aumento de sais da água da Albufeira será portanto inevitável, o que irá causar aumento de custos, pelo aumento das dotações de rega, e pior irá causar a degradação das águas subterrâneas, base de abastecimento de água potável à população, o que já se verifica nos aquíferos dos gabros de Beja (ver a situação de Ferreira do Alentejo), da Bacia de Alvalade, se irá verificar em Moura-Ficalho) e se irá verificar nos aquíferos fissurais das zonas de xisto e que abastecem montes e que permitem o abeberamento do gado. A lavagem dos sais arrasta antes do sódio os nitratos, diminuindo a eficiência da fertilização e agravando a degradação da qualidade da água dos aquíferos (água dos furos e poços) (Sequeiro, 2014, p.3).

Em uma projeção de consequências ambientais futuras, o autor afirma que no ano de 2050, a Alzinheira que envolve toda a albufeira apresentará resiliência, dessa forma, conforme os desafios climáticos acentuados, os azinhais e montados não sofrerão alterações, porém, não se expandirão as culturas de regadio, pelo progressivo declínio de recursos hídricos. O autor afirma que, ao que parece, a construção da albufeira, não considerou o risco de erosão e perda do solo, porém, em estudos prospectivos se tem que: “a perda de solo numa envolvente tão extensa quanto a da albufeira do Alqueva poderá conduzir ao assoreamento célere da barragem e acarretar custos desmesurados de desassoreamento de forma a assegurar o seu pleno funcionamento” (Arvela, 2013, p.143).

Há uma vasta literatura que defende o plano de regadio por meio da Albufeira de Alqueva para a intensificação da produção agrícola na região (Freire, 2012), porém, deve-se notar que, junto a barragem deveria ser programada uma infraestrutura que permitisse cumprir com o planejamento de abastecimento para uma sociedade urbana crescente. Freire (2012, pp.3-4) explica que “apenas alguns perímetros de regadio, como em torno do rio Caia, foi explorado com agricultura intensiva de produtos hortícolas e frutas”. Esse fato permite compreender que, mesmo após a construção da barragem, os regadios continuam subaproveitados.

Os debates quando o caráter sustentável do empreendimento da Albufeira parece que irá se estender ainda por um longo período, já que, de um lado, nota-se a defesa de que sua construção se alia ao desenvolvimento agrícola da região do Alentejo e da prevenção à desertificação do local, por outro lado, há críticas ferrenhas, afirmando que a construção da barragem aprofundou os problemas da região e não se configura em um desenvolvimento sustentável já que falha em cada um dos pilares previstos pelos princípios da sustentabilidade.

De forma comparativa Arvela (2018) afirma que os pontos positivos da barragem são: controlo de cheias, melhoria da qualidade de vida da população por meio do abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, melhora na produção agrícola com os programas de regas, o que reduz o período de seca, desenvolvimento turístico da região e geração de emprego.

Já como pontos negativos, se tem: a submersão de grandes áreas que impacta na perda de habitats naturais e áreas de cultivo; retenção de sedimentos do rio pela Albufeira que impede sua passagem para o mar, o que tem por consequência a alteração de paisagens; por receber o escoamento das atividades agrícolas, há uma elevada produção biológica e eutrofização da água, o que, ao longo do tempo compromete a sua qualidade.

Dessa forma, compreende-se que para que fosse possível concentrar uma grande quantidade de água, houve a submersão da Aldeia da Luz e parte da Aldeia da Estrela, o que significa, uma média de 30% do Concelho de Mourão submerso; o alagamento do vale da Guadiana afetou 13 espécies e resultou no desaparecimento de espécies aquáticas que estavam adaptadas às águas movimentadas do rio Guadiana, não conseguindo se adaptar às águas parada do lago artificial, da mesma forma, ocorreu com a substituição da agricultura de sequeiro pela rega, ocasionando perda significativa da fauna que não se adaptou ao novo ambiente (Averla, 2018). Dessa forma, cabe ressaltar que os pontos positivos da construção da barragem passaram a serem questionados quando na prática não estão cumprindo com os seus objetivos.

3.1 PETROLÂNDIA APÓS A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA

As políticas de incentivo e fomento social e econômico realizadas na região de Petrolândia, teve caráter de compensação social, porém, o Estado deve ir além do assistencialismo às famílias agricultoras e fomentar o desenvolvimento competitivo em relação às demais regiões do Brasil. Pois, como afirmado pela literatura, a agricultura somente será capaz de promover o Nordeste economicamente e socialmente, se for implantado um Programa que contemple todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, isto é, promovendo a capacitação dos agricultores, irradiação para todas as regiões, acesso à crédito e, acompanhamento para que haja o uso do solo correto de forma a não comprometer suas condições de cultivo, promovendo a consciência ambiental e social para as empresas e agricultores que atuam na região (Castro, 2015).

Dados do IBGE (2020), Petrolândia tem o sexto maior PIB do Pernambuco e o quarto maior PIB per capita do estado, porém, conta com uma média de 2,2 salários-mínimos para os trabalhadores formais, o que corresponde a apenas 12,6% da população da região (4.657 pessoas). Já 48% de sua população vive com uma renda mensal de até meio salário-mínimo e 11,4% é a taxa de desemprego (Instituto de Geografia e Estatística, 2010).

Foram contabilizadas 32.492 pessoas moradoras da Nova Petrolândia – PE, as quais são distribuídas em 6.305 domicílios urbanos e 2.267 domicílios rurais, 26,2% dos domicílios tem uma situação semi-adequada de saneamento básico e 7% não contam com saneamento básico. A taxa de analfabetismo é de 18,3%, sendo que 320 famílias não possuem rendimentos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

A incidência de pobreza no município é de 52,26, o que faz a cidade de Petrolândia ocupar a 143ª posição de cidade mais pobre de Pernambuco, em uma lista de 185, já em comparação com outras cidades do Brasil, ocupa a 1.560ª posição, de uma lista de 5.507 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

Silva e Silva (2016) afirma que todas as iniciativas federais de combate a pobreza devem considerar todos os aspectos do desenvolvimento social e econômico para que alcancem resultados satisfatórios, pois, sem contemplar todas as dimensões do desenvolvimento, contempla-se, apenas pequenos grupos que se beneficiam com os empreendimentos regionais, sendo, o coletivo, afetado de maneira negativa, perdendo terras férteis, propriedades e emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo revisou, brevemente, o histórico de desenvolvimento da região do Alentejo em Portugal, compreendendo que no século XIX a região era economicamente desenvolvida e modernizada nos processos agrícolas, porém, com o êxodo rural e a intensificação dos processos mecânicos na agricultura, o local passou por um período de significativas mudanças, decaindo em seu desempenho econômico e social.

Esse fato fez com que as Políticas Públicas voltassem os olhos para a região objetivando promover o crescimento por meio de incentivos para o aumento da produção agrícola e o turismo, meios em que acreditavam que iria atrair mais pessoas para fixar moradia nos locais que estavam ameaçados de desertificação e promover o desenvolvimento econômico por meio da geração de empregos e maior exportação da produção agrária.

Para a região do Nordeste brasileiro, compreendeu-se que o desequilíbrio territorial se inscreve na história brasileira, a partir do fomento industrial e investimento tecnológico no Centro-Sul do país, em contrapartida ao descaso das políticas públicas na região nordestina, que por consequência encontra-se na última posição de Índice de Desenvolvimento Humano.

O conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável passaram a ser discutidos a partir da conscientização de que o uso irrestrito dos recursos naturais ou a má distribuição e gestão dos mesmos, compromete, tanto a continuação de seu uso, tanto a qualidade de vida dos seres que vivem na Terra. Ampliado em seu fundamento, o desenvolvimento sustentável, configurado como política mundial, se fundamenta nos pilares da governança, social, ambiental e econômico. Dessa forma, o desenvolvimento econômico é aquele que promove o crescimento econômico e social conjuntamente, não agredindo e comprometendo o meio ambiente e construindo construções de equidade para a população.

Diante disso, nota-se que o empreendimento da construção da barragem do Alqueva e de Itaparica impactou na vida de toda a população do Alentejo em Portugal e do Sertão Pernambucano brasileiro, porém, ainda se questiona se as consequências da construção podem ser consideradas promotoras de crescimento ou de desequilíbrio territorial, pois, há na literatura indicações tanto favoráveis quanto contra o empreendimento.

O que este artigo propõe é uma reflexão de que muitos dos problemas do Alentejo em Portugal e do Sertão Pernambucano região do Nordeste do Brasil, não tiveram soluções com a construção da

barragem, pois, como foi demonstrado, no caso da Aldeia da Luz, o turismo como gerador de empregos, apenas teve impacto durante o período de construção da barragem, da mesma forma que a fixação de residências e atração de mais pessoas para a morada na região. Situação semelhante constata-se no Nordeste, pois houve um aumento expressivo de empregos e comércio na construção do empreendimento hidrelétrico, porém, os dados revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística afirmam a grande desocupação na região e baixa renda para, ao menos, metade da população.

A ampliação no abastecimento de água não condiz com as condições de muitas regiões, como a Aldeia da Luz que teve seu território submerso nas águas do Guadiana, porém, ainda sente a escassez da água para abastecimento como um problema crítico da região. Outros fatores como a extinção de habitats naturais e o desaparecimento de especiais pela mudança na paisagem, o isolamento e agravamento no saldo demográfico negativo, a baixa na produção da agricultura que está decaindo a cada ano, o problema da falta de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, falta de emprego na região, o envelhecimento populacional entre outros fatores que contribuem para que se questione o caráter sustentável da Albufeira.

Respondendo aos problemas de pesquisa que nortearam a pesquisa, pode-se afirmar, que é questionável o caráter sustentável do empreendimento da construção da Barragem do Alqueva e de Itaparica, e quando analisado os impactos sociais, ambientais e econômicos, descritos acima, nota-se que os pontos negativos se sobressaem aos benefícios das hidrelétricas, já que, pouca parcela da população pode aproveitar dos incentivos agrícolas.

Conclui-se, dessa forma, que os benefícios que o gigante investimento levou para o Alentejo e para o Sertão Nordestino é usufruído por poucos, porém, mais estudos devem ser realizados para que se possa considerar os impactos regionais para a população das cidades do Alentejo e Sub-Médio São Francisco, compreendendo as expectativas e perspectivas econômicas, sociais e políticas que se tem sobre as obras e o futuro das regiões.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M.A.F.P. (2018). O Alentejo: História, população, a questão agrária e a questão da água. *Água. Folha Informativa dos Amigos do Concelho de Avis – Associação Cultural*, abril, pp. 6-7.
- Andrade, E.S.M. (2012). *Geração Hidrelétrica no Nordeste: Risco Empresarial e Ambiental para o Setor Elétrico Brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE.
- Araújo, M.L.C. (2001). Grandes Obras...grandes impactos. *Cad. Est. Soc. Recife*, v. 17, til, p. 5-30, jan.
- Araújo, E.V.S.B.; Araújo, M.S.B. & Sampaio, Y.S.B. (2005). Impactos ambientais da agricultura no processo de desertificação no Nordeste do Brasil. *Revista de Geografia*, v.22, n.1.
- Arvela, A.F.S. (2013). Alterações da Paisagem decorrentes da construção da barragem do Alqueva: Cenários para 2025, 2050 e 2100.
- Bacha, M.L.; Santos, J. & Shaun, A. (2010). Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.
- Bassoi, L.H. et al. (2017). A agricultura irrigada no Nordeste do Brasil: estado da arte, desafios e oportunidades. In: Silva, J.A. et al (2017). *Aspectos a observar na seleção de sistemas agroflorestais sucessionais para análise financeira*, 2020. Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária, publicações.
- Boff, L. (2014). *História da Sustentabilidade*. [Internet]. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/coletanea-artigos_boff.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.
- Braga, M.S.R. (2020). Trabalhadores da CHESF e da EDIA: impactos das obras na vida dos moradores atingidos pelos empreendimentos. *Revista Científica do UniRios*.
- Brasil. (1998). Decreto n.2.741, de 20 de agosto de 1998. Promulga a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brundtland, G.H. (1991). *Nosso Futuro Comum*. 2ª edição. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Castro, C.N. (2013). A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. *Boletim regional, urbano e ambiental*, 08, jul.-dez.
- Chaves, D.A. & Castello, R.D.A. (2017). O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental empresarial. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 2, n. 86, p. 110-134, Mai/Ago.
- Correia, T.P. et al. Sustentabilidade da Agricultura do Alentejo em Risco. [Internet] *Expresso*, 21 jul. 2021. Recuperado de: <https://expresso.pt/opiniao/2020-07-21-Sustentabilidade-da-agricultura-no-Alentejo-em-risco>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- Dorigatti Junior, O.A. (2010). *Nordeste, um estudo da estrutura econômico-social da região*. Araraquara: Universidade Estadual Paulista.

Fernandes, C.T.C. (2010). Impactos socioambientais de grandes barragens e desenvolvimento: a percepção dos atores locais sobre a Usina hidrelétrica de Serra da Mesa. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

Fonseca, H.A. (1998). Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: O exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910). *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147).

Freire, D., Fonseca I., Godinho, P. (1997). O Dilema do Estado Novo: a criação de uma verdadeira política rural, ou o aumento da GNR de forma a poder substituí-la. *Arquivos da Memória– Movimentos Sociais*, 3, 35-52

Freire, D. (2012). Entre o sequeiro e regadio: políticas públicas e modernização da agricultura em Portugal (século XX). Instituto de Ciências Sociais: Universidade de Lisboa.

Freire, D. (2015). Como alimentar Portugal? Produção agrícola desde 1850. In J. Ferrão & A. Horta (Eds.), *Ambiente, Território e Sociedade. Novas Agendas de Investigação* (pp. 135-142). Lisboa: ICS.

Furtado, C. (1964). *Dialético do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Gurski, B.; Gonzaga, R.; Tendolini, P. (2012). *Conferência de Estocolmo: Um marco na questão ambiental*. Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Cidades – IBGE. [Internet] IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolandia/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Taxa de desemprego – Pernambuco. [Internet] IBGE, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/desemprpe.def>. Acesso em: 12 abr. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Índice de Desenvolvimento Humano. [Internet] IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=IDH&searchphrase=all>. Acesso em: 12 abr. 2021.

Lourenço, M.L. & Carvalho, D. (2013). Sustentabilidade Social e desenvolvimento sustentável. *RACE – Revista de administração, contabilidade e economia*, v. 12, n. 1, p. 9-38.

Menezes, N.S. (2011). Desequilíbrio territorial em Sergipe II. *Saber Ciência*, set.

Moraes, M.L. (2019). *Aldeia da Luz pós Alqueva: a relação da população com a albufeira sob o ponto de vista da água*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Nascimento, E.F. (2019). *Modernização e educação escolar no Nordeste brasileiro: as escolas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (1949 – 2000)*. Tese. 440f. [Doutor em Educação]. Recife – Brasil: Universidade Federal de Pernambuco.

Oliveira, D.L. (2010). *Economia e Sustentabilidade. Gestão & Tecnologia - Faculdade Delta*, Edição III janeiro/fevereiro.

Organização das Nações Unidas. *Objetivos da sustentabilidade*. [Internet] ONU, 2020. Recuperado de: <https://brasil.un.org/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Pinto, B.C.L.M.C.T.G. Participação, Informação e Comunicação nos processos de decisão pública – O Caso Alqueva. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Salema, J.P. (2020). Alqueva é essencial para a sustentabilidade da Agricultura do Alentejo. [Internet] Agroportal, 16 ago. 2020. Recuperado de: <https://www.agroportal.pt/alqueva-e-essencial-para-a-sustentabilidade-da-agricultura-do-alentejo-jose-pedro-salema/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Santos, M.O.G. (2011). Contributos para o conhecimento sobre o passado do Alentejo. Évora: Universidade de Évora.

Sebrae. (2017). Sustentabilidade econômica: como sua empresa pode ser mais lucrativa com a sustentabilidade. Cuiabá, MT: Sebrae.

Sequeiro, E.M. (2014). Alqueva. Que Sustentabilidade? Boletín especial del Día Mundial del Agua. Marzo.

Silva, F.J.C.O. (2011). Em redor do Grande Lago: a água e a paisagem através do texto legislativo e institucional. Lisboa: Instituto Tecnológico de Lisboa.

Silva, V.R.R. (2012). A evolução do conceito de sustentabilidade e a repercussão na mídia impressa do país. São Paulo: PUC.

Silva, A.F. & Silva, M.C.B.C. (2016). Agricultura no Nordeste semiárido e os resíduos orgânicos aproveitáveis. Revista Equador (UFPI), Vol.5, nº2, p. 102 – 119.

Capítulo 3

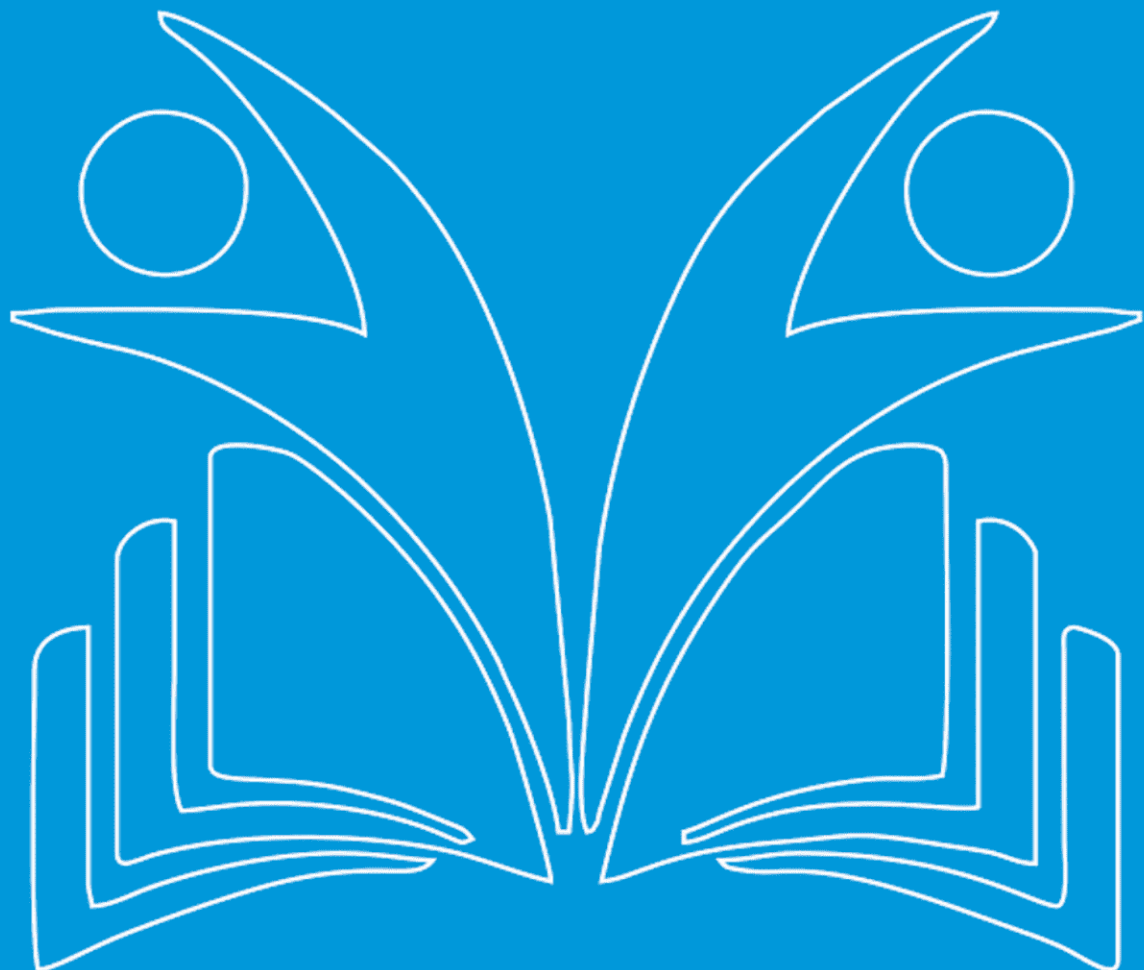


10.37423/220806407

JOÃO PENTEADO NA TERRA DO “QUERO, POSSO E MANDO!”: POSSIBILIDADES DE FONTES CARTORIAIS NO RESGATE DA INFÂNCIA DE UM INTELECTUAL E PROFESSOR ANARQUISTA

Daniel da Silva Barbosa

UNESP-Bauru



INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe compartilhar de levantamentos documentais que descortinam a infância de um anarquista muito importante para a história do ensino libertário no Brasil. A proposta está no debruçar sobre esta documentação e cruzá-la com bibliografias e outras fontes primárias na busca assertiva sobre o período da vida de João Penteado no município de Jaú entre 1877 e 1890. A expectativa é compreender melhor os ambiente familiar e intersocial que sua família participou em Jaú, assim como levantar hipóteses que justifiquem os caminhos pelos quais Penteado cruzou em seu desenvolvimento humano e que contribuíram para suas tomadas de posições em momentos diferentes de sua vida. A fundamentação teórica e o método que foram propostos na investigação é a Sociologia Cultural de William Raymond, sobretudo seu ponto de vista sobre as produções intelectuais dentro de círculo cultural restrito.

A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E A METODOLOGIA

Raymond Williams partiu de ideia de uma cultura em comum aos grupos de uma mesma sociedade, enquanto espaço de disputas políticas e sociais. Identificando uma cultura hegemônica – sistemas de significações e valores central, efetivos e dominantes -, Williams (2011) reconheceu haver dentro dessa cultura espaços para conflitos e culturas alternativas ou opostas na busca de soluções para crises existentes no espaço social. No entanto, tais culturas encontram limites para sua existência conforme seus novos significados, valores e práticas ou resistência da cultura hegemônica (WILLIAMS, 1992).

Neste artigo não chegaremos até a produção intelectual dos grupos de afinidade que João Penteado compartilhou na cidade de Jaú, porém, antes dessas produções houve uma experiência de vida nutrida um espaço social que procuraremos destacar de maneira introdutória neste artigo, do qual nos orientamos por certos questionamentos:

algumas ideias ou atividades partilhadas foram elementos de sua amizade, contribuindo diretamente para a sua formação e distinção enquanto um grupo e, indo além, se havia qualquer elemento na maneira como eles se tornaram amigos que aponta para fatores sociais e culturais mais amplo? (WILLIAMS, 2011, p. 203).

Esse convívio anterior é significativo, pois determinou João Penteado formas de se reconhecer no espaço social urbano em Jaú. Para refletir as informações que iremos trabalhar com as fontes cartoriais de Joaquim de Camargo Penteado, pai de João Penteado, é preciso reconhecer dois pontos: limites e possibilidades da fonte e a contextualização histórica da produção desta fonte.

AS FONTES CARTORIAIS E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Se tratando de um inventário, o principal documento desta fonte, há o limite de sua natureza econômica, pois há listas de bens materiais e seus destinos (FURTADO, 2011). No entanto, essas informações possibilitam um arranjo das condições socioeconômicas dos Camargo Penteado e seus entrelaçamentos familiares ao migrar para o povoado de Jaú em 1859. Devido à ausência de uma catalogação oficial no local armazenamento, procuramos nomear os outros documentos segundo as funções cartoriais (Inventário, 1869; Petição, 1877; Auto de Impetração, 1877; Autuação, 1881; Pedido de Emancipação, 1884). Tais documentos em conjunto ajudam a definir o destino dos bens, bem como recortam o círculo político-social de seu pai durante a infância de João Penteado. Por facilidade, chamaremos desse conjunto de fontes de *Inventário de Joaquim de Camargo Penteado*, já que é nomeado dessa forma no Arquivo Municipal de Jaú.

A contextualização do momento histórico da fonte exige algumas linhas a mais. As quatro bibliografias consultadas sobre a história de Jaú foram: Sebastião Teixeira (2009), Luis Fernandez (1955), Flávia Arlanch Martins Oliveira (1999) e Hamilton Chaves (2006), cada qual com sua abordagem, construíram e/ou reforçaram um recorte de temático apenas: os “fundadores do povoado”, mesmo que reconhecessem conflitos e tramas. Essa luz que focou nesse recorte ofuscou o espaço sociocultural mais marginal da história jauense. Direcionaremos nosso olhar para esse espaço ausente da luz oficial. Quem viveu no breu das fontes oficiais?

Cabe primeiro olhar para essa luz. As terras do primeiro morador da região foram vendidas em dois lotes: um para Joaquim de Oliveira Mattozinho e outro para Francisco Gomes Botão (TEIXEIRA, 2006; CHAVES, 2006, FERNANDEZ, 1953, OLIVEIRA, 1999). Na década de 1840, participantes da Revolução de 1842 se abrigaram e se juntaram aos primeiros proprietários da Jaú. Já na década de 1850 e 60 a família Pereira de Carvalho, organizou o Partido Liberal, primeiro partido da cidade (OLIVEIRA, 1999). Em 1958 uma família de grandes posses e envolvida com a política provincial chegou na região, eram os Almeida Prado (JESUS, 2018). José de Almeida Prado comprou as terras de Francisco Gomes Botão dividindo-a entre seus quatro filhos e dois cunhados. Essas terras foram divididas em seis troncos familiares cujos respectivos chefes eram: Francisco de Assis Bueno (tronco I), Joaquim Pires de Campos (tronco II), Lourenço de Almeida Prado (tronco III), Vicente de Almeida Prado (tronco IV), Francisco de Paula de Almeida Prado (tronco V), e João de Almeida Prado (tronco VI)¹. Na década de 1860, o líder do tronco III fundou o Partido Conservador da cidade.

A Lei de Terras de 1850 permitiu manobras para a aquisição de terras, pois tal legislação deixara um espaço jurídico para que proprietários mais poderosos contratassem “bons advogados que ao interpretarem a lei abriam brechas que os favoreciam” (1999, p. 32). Utilizando de práticas fraudulentas e do uso de violência, bem como de influências da burocracia jurídica local, esses proprietários se apossavam de grandes quantidades de terras. Essa associação da posse de terras ao poder político é justificada por Nelson Nery Costa que, no seu estudo sobre da história dos municípios no Brasil, afirmou que a nomeação de Vila já bastava para organizar Câmaras Municipais, cujo poder estava desde a organização de escolas, proteger o povoado de injúrias e obscenidades contra a moral pública, ditar os Códigos de Posturas, nomear seus empregados, “que eram os escrivãos, o procurador, um porteiro e ajudantes, fiscais e seus suplentes, bem como juízes de paz, a quem competiam julgar as multas por contravenções das posturas municipais” (COSTA, 2014, p. 75).

Jaú subiu para Distrito em 1858, para Vila em 1866 e Cidade em 1889. Daí coincidentemente, os primeiros juízes de paz fora o capitão José Ribeiro de Camargo, Luis Pereira Barbosa e Antonio Ferreira Dias. Entre os primeiros juízes municipais tiveram nomes como Antonio Ferreira Dias e Manoel Vidal Gonçalves Neves Navarro. E os primeiros delegados de polícia foram nomes como o de Antonio de Moraes Navarro e seus suplentes Manoel Vidal Gonçalves Neves de Carvalho e Capitão José Ribeiro de Camargo. Fase de hegemonia do partido liberal.

Após elevar-se a Vila, um evento significativo ocorreu, deixando transparecer com maior clareza os interesses no jogo político e a questão de terras. Em 1868, criou-se uma mesa eleitoral para votação dos futuros vereadores e juiz de paz. A confusão já iniciou com o nome do escrivão, responsável por organizar a mesa eleitoral. Liderança do Partido Liberal e Partido Conservador disputavam a nomeação do escrivão. Nenhum juiz de paz quis dar sequência no pleito. No interior da matriz, local do pleito, depois de muita violência e após o terceiro juiz de paz nomeado para dar fim no pleito foi que a eleição ocorreu e marcou a entrada dos conservadores na política jauense (TEIXEIRA, 2009; CHAVES, 2006)².

Qual associação possível entre contexto político jauense e a família Camargo Penteado? A primeira Câmara Municipal teve Francisco de Assis Bueno como presidente, que apesar de ser ligado aos Almeida Prado era do partido conservador. A questão política tem sentido em nossa análise, pois Joaquim de Camargo Penteado foi vereador na segunda Câmara, de 1869 e 1872 (TEIXEIRA, 2009; CHAVES, 2006), logo depois a confusão na votação de 1868. E como Joaquim Penteado se envolveu nesse emaranhado político? Para lançar luz sobre essa questão analisamos o Inventário da finada segunda esposa do pai de João Penteado. Muitas fontes documentais e pesquisas acadêmicas se

limitaram em informar que Joaquim de Camargo Penteado chegou a Jaú junto com Lourenço de Almeida Prado quando esse se radicou na cidade em 1859³ não indo além dessa informação. Homem de confiança do primeiro presidente da Câmara municipal, o tenente Lourenço de Almeida Prado, Joaquim Penteado foi levado a Jaú para ajudá-lo em sua instalação no novo território. Essas informações devem, no mínimo, aguçarem indagações sobre as condições reais de vida da família Camargo Penteado.

O caminho que percorremos para lançar luz sobre essas indagações foram o diálogo com o conjunto de fontes históricas *Inventário de Joaquim de Camargo Penteado*. Neste conjunto de documentação encontram-se o Inventário post-mortem do falecimento da segunda esposa – dona Maria Amália - de Joaquim Penteado⁴ (João Penteado é filho com a terceira esposa), o pedido para emancipação de dois escravos conforme os Fundos de Emancipação cujo retorno financeiro foi de 2:700\$000, o pedido para utilização das finanças dos Fundos de Emancipação para compra de duas residências na cidade, o pedido para emancipação através dos Fundos de Emancipação de outro escravo, e por fim, o pedido de seu filho José Pedro do segundo casamento para se emancipar-se. Este retorno serviu para a compra de duas casas na Vila de Jahú (Petição A, 1877) para o filho legítimo do casal, José Pedro de Camargo Penteado que emancipou-se em 1884 (Emancipação). A Atuação (1881) se tratou de um pedido de Joaquim Penteado para emancipar o filho Caetano dos dois escravos emancipados pelo Fundo de Emancipação para lhe oferecer educação. Qual a importância dessas fontes?

A FAMÍLIA CAMARGO PENTEADO E AS DISPUTAS POLÍTICAS EM JAÚ

Entre a chegada a Jaú, em 1859, e o nascimento de Penteado, em 1877, seu pai estabeleceu um tipo de relação com a cidade nada além da estrutura de “parentela” mencionada por Oliveira (1997, p. 52), mas foi desgastada à medida que a liderança política dos Almeida Prado se renovava. Joaquim de Camargo Penteado foi casado três vezes. Sua segunda esposa provavelmente faleceu em Tietê ou Itú, cidade de origem e cidade onde se casou com a segunda esposa. Essa esposa era Maria Amália de Oliveira e Mello (Inventário, 1869)⁵, foi filha do líder familiar do tronco I da família Almeida Prado instalada em Jaú, Francisco de Assis Bueno. No entanto, Joaquim e Maria Amália vieram já em 1859, juntamente com o chefe do tronco III, Lourenço de Almeida Prado - primeiro dos chefes familiares dos Almeida Prado a se instalar em Jaú – por ter um bom relacionamento digno de fidelidade (FERNANDEZ, 1955).

É importante ressaltar que além de Joaquim de Camargo Penteado, outro Camargo Penteado se instalou na Cidade. Oliveira (1997, p. 63) desconheceu as origens de Joaquim quando destacou em sua obra apenas a chegada em Jaú de José de Camargo Penteado, casado com a filha de Joaquim Pires de Campos – chefe do tronco II -, Antonia de Almeida Prado. Assim, os Camargo Penteado iniciaram sua vivência em Jaú com duas ramificações familiares (com Joaquim e José) inseridos na rede de parentela com a mesma família Almeida Prado.

Maria Amália faleceu em 11 de dezembro de 1868, segundo seu Inventário (1869), deixando como bens o sítio Saltinho de cinquenta e um alqueires e objetos materiais cuja somatória era de 6:251\$500⁶ e o filho José Pedro, de cinco anos de idade. Desses bens, Joaquim de Camargo Penteado ficou com parte das terras e suas benfeitorias, além do escravo Luis. Parte dessas terras foi utilizada para pagamento de dívidas de Maria Amália com a família, o que pode levantar alguma suspeita já que a família realizava arranjos para que as terras permanecessem nos domínios da família (OLIVEIRA, 1999). O Major Francisco de Paula de Almeida Prado⁷, enquanto curador do órfão José, ficou com a escrava Firmina e sua filha Constança, além de uma porcentagem de pastos do sítio.

No documento Petição (1877), Joaquim de Camargo Penteado entrou com pedido, em nome de seu filho José, para emancipação das escravas Firmina e Constancia, já com doze anos, fazendo uso dos Fundos de Emancipação de escravos para a aquisição da quantia de 2:500\$000. Com esta quantia, Joaquim Penteado, novamente em nome do filho José, deu entrada de compra de duas casas na cidade de Jaú no valor total de 2:500\$000, uma casa na rua das Palmas (rua Major Prado) pertencente a Barbosa & Irmão a casa de Emilio Ferreira de Moraes na rua da Palma, que passou a se chamar rua Marechal Bittencourt (AUTO DE IMPETAÇÃO, 1877, f. 03).

Provavelmente a casa da Rua das Flores, onde Joaquim residiu, possa ter sido passada para seu nome e foi nesta residência que João Penteado nasceu em 1877. E a outra residência, mais no centro da cidade, ficou em nome do herdeiro filho José, que pediu e teve emancipação de seu pai Joaquim em 1884⁸ e passou a frequentar o rol das elites comerciais econômicas da cidade⁹.

Num nível de fidelidade e confiança com o fundador do Partido Conservador de Jaú, Lourenço de Almeida Prado, e casado com a filha do segundo chefe do partido, Francisco de Paula de Almeida Prado, Joaquim Penteado foi eleito vereador na segunda Câmara municipal de Jaú (1869-1872), totalmente conservadora. Mesma Câmara onde mais dois sobrinhos de Lourenço eram vereadores (Francisco Pacheco de Almeida Prado e João Ferraz de Almeida Prado). Os Almeida Prado estabeleceram em Jaú o que já faziam na província de São Paulo há gerações (OLIVEIRA, 1997).

Observando a Ata da tesouraria da Câmara , foi possível perceber que Joaquim Penteado tinha agilidade com contabilidade, daí ter sido destacado para realizar pagamentos, emitir balanços, assinando como procurador da Câmara¹⁰. Esta Câmara significou uma mudança de poder político do partido liberal para partido conservador, sob o comando da família Almeida Prado juntamente com a família Pereiras de Carvalho.

Em 1873 faleceu Lourenço de Almeida Prado e Francisco de Paula d Almeida Prado se tornou o chefe do Partido Conservador e o líder articulador da família Almeida Prado redirecionando o poder da família e da política jauense. Joaquim Penteado não mais empreendeu diretamente em articulações políticas. O que se sabe pelas fontes foi que entrou para o correio jauense e lá esteve até sua morte em 1891. Sobre as condições de trabalho nesta função em Jaú, onde João Penteado auxiliou o pai no final de sua vida, Fernandez escreveu:

A agência foi instalada numa casa na Rua das Flores, com tosco balcão e ridícula prateleira, mais tarde mudou-se para a rua do Comércio, depois Amaral Gurgel. Foram agentes dos Correios José Luis Barbosa, Joaquim Campos Penteado que ficou de 1887 até 1890. [...] Poucos ficaram na função por muito tempo, pois exigia pesadas tarefas com poucos ganhos (FERNANDEZ, 1955, p. 10).

Ficou nítido nas linhas acima as condições em que Joaquim De Camargo Penteado terminou sua vida em Jaú e as condições as quais a João Penteado teve que enfrentar a chefia da família na ausência do pai.

NINGUÉM NASCE ANARQUISTA! O NASCIMENTO E A INFÂNCIA DE JOÃO PENTEADO

No prólogo de *Anarchism*, de 1963, George Woodcock colocou sob suspeita a frase de Sebastien Faure “quem nega a autoridade e luta contra ela é um anarquista” (1963, p. 07) para destacar que o anarquismo é mais que essa simples afirmação. Porém, se olharmos essa afirmação segundo o pensamento de Kropotkin (2007), podemos dizer que pode ser seu início, enquanto cultura da resistência. A negação de uma injustiça, egoísmo ou autoridade que prejudique a Humanidade é o princípio da sobrevivência da espécie (KROPOTKIN, 1913, p, 34) baseado no “sentimento moral do homem como a sociabilidade e a própria sociedade” numa empatia recíproca entre os membros da espécie. O anarquismo, segundo Kropotkin, é a base filosófica que orienta esse sentimento característico da sobrevivência da espécie humana. Portanto, o anarquista primeiro foi um negador do que considerava prejudicial para o bem comum, depois passou a refletir uma sociedade possível ante essa negação.

Claro que a *priori* fica simples justificar o porquê João Penteado ou qualquer outro anarquista se tornou um libertário, bastaria dizer que as mazelas e injustiças que conviveu os levaram ao comportamento e interpretação do mundo segundo os princípios anarquistas. Mas surgiria a dúvida: olhando para toda a sociedade, porque um e o outro não optou por essa interpretação de mundo? Para elucidar nossas dúvidas, algumas reflexões introdutórias sobre o espaço urbano sobre o qual João Penteado viveu podem gerar algumas assertividades sobre os diálogos com as fontes.

Sabe-se que João de Camargo Penteado nasceu em 04 de agosto de 1877, filho do terceiro casamento de Joaquim de Camargo Penteado com Isabel Arruda Camargo (PERES, 2012; FERNANDEZ, 1955) na casa da rua das Flores, a mesma que provavelmente pertenceu ao seu irmão do segundo casamento de seu pai, José Pedro. Esse terceiro casamento gerou quatro irmãos, João, Sebastiana, Jonathas e Joaquim¹¹.

É provável João Penteado conviveu até os 4 anos com outra criança, um escravo de nome Caetano, com não mais de 9 anos até 1881. Um pedido feito ao Juiz de Órfão em 1881 de permissão para emancipar um escravo menor de 10 anos através dos Fundos de Emancipação, sob a alegação seguinte:

Diz Joaquim de Camargo Penteado residente nesta Villa, que tendo de ser [sic] no dia 16 do corrente mez, pelo fundo de emancipação de escravos de nome Caetano, filho de Luiz e Firmina, ambos libertos, cujo escravo pertence ao filho do suplicante, este escravo pertence ao filho do suplicante, este escravo nascido e criado em a casa do suplicante existe até hoje em sua companhia, aconteceu que este escravo é menor de 10 anos, e precisa de alguma educação, e como o suplicante entende que os seus pais não pode dal-o uso educação; pois que Luiz vive apartado de sua mulher já a muitos annos, [...], nunca se importou com os seus filhos, tanto assim que sua filha de nome Constança, que já foi libertada pelo mesmo fundo de emancipação; [sic], e vive daqui para até sem auxilio alguns de seu pae e mãe, e Firmino também vive um vida imoral como é muito sofrido, e pois isso o suplicante entende que ambos os Paes não estão na casa de ficas com o menor, visto as circunstancias alegadas, [...] que sujo a casta de liberdade ao dito menor, que seja em mediatamente pois seu suspeitando despacho [...] ao suplicante o dito menor, para dal-lo alguma educação (ATUAÇÃO, 1881, f. 05).

A criança escravizada pertenceu ao filho José Pedro, que nesta época tinha dezoito anos, mas o garoto escravizado residia na casa de Joaquim. Então conviviam no dia-a-dia, mesmo que por um breve momento, João Penteado com 4 anos e seus irmãos junto com Caetano próximo dos 10 anos. Levantando os números totais de escravos na cidade de Jaú na década de 1880 podemos compreender melhor essa relação. Segundo Fernandez (1955), 1.384 escravizados no povoado, sendo destes 506 menos que a Lei do Ventre Livre emancipou, e apenas 34 escravos urbanos. Segundo Iglésias (2004),

o preço que o Fundo de Emancipação pagava por escravo era de 600\$000, mas não há como saber se esta transação converteu essa quantia para Joaquim ou ficou inteiramente para o proprietário, seu filho José Pedro, o que nos esclareceria a posição de Joaquim frente à questão da escravidão, o que provavelmente refletiu na educação de João Penteado. As palavras contidas no documento logo acima não podem nos dar respostas, visto que o objetivo era levantar justificativas que convencessem o Juiz de Órfão conceder a emancipação. No entanto, dão pistas sobre a infância de João Penteado.

Não podemos ignorar que o escravo Caetano fazia parte de uma família de escravos (o casal Firmina e Luis e a filha Constança) separada por uma sociedade escravista que, desde sua fundação, se desenvolveu com braços escravos (FERNANDEZ, 1955; TEIXEIRA, 2009), abrindo estradas e produzindo café. À medida que o ambiente urbano se desenvolveu, os escravos permaneceram majoritariamente no campo com a senzala e a plantação de café. O ambiente urbano de Jaú teve como característica seu desenvolvimento dentro de um contexto de migração interna – do nordeste para o sudeste - de escravos para a economia cafeeira, e seu preço era bem alto já que havia restrições para o tráfico de escravizados africanos; assim a concentração dos escravos se limitou a um número restrito de famílias proprietárias de terras (CASTRO, 1997). Apesar de haver uma pluralidade étnica na sociedade jauense, houve pouco espaço visível para o cativo no ambiente urbano. E no caso do liberto podemos tomar como exemplo as condições que Joaquim descreveu os rumos que a família de Caetano tomou.

Outro ponto de vista que pode ser destacado é o uso da educação no trecho de Joaquim Penteado. O fato de Joaquim ter justificado a necessidade de educação do cativo como princípio para sua liberdade ao invés do princípio de família é algo a considerar, pois a Lei do Ventre Livre, de 1871, incluía responsabilidades sobre a criança filha da escrava pelo dono da mãe cativa, mesmo que eles não estivessem dispostos a isso. Mas pela lei, os proprietários eram obrigados dispor de meios de educação para essas crianças (VILLELA, 2010). Portanto, juridicamente temos um início da educação como princípio de civilidade para os libertos com essa Lei e Joaquim usou dessa justificativa já que o direito de constituir família foi negado a Caetano e família para não sobrepor-se ao direito do proprietário dos cativos.

O documento em questão é datado de dezessete de novembro de 1881. Nesta data João Penteado tinha 4 anos e 3 meses de idade. Nessas condições, utilizamos da psicologia do desenvolvimento de Lev Semionovitch Vigotski para uma possível análise da infância de João. Segundo Vigotski,

a memória, em fases bem iniciais da infância, é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções. [...] a

criança expressa um resumo muito claro das impressões deixadas nela pelo tema em questão, e que ela é capaz de lembrar (VIGOTSKY, 2007, p. 47-48).

O que o autor afirmou no trecho acima é que a criança constrói seu pensar conforme suas impressões deixadas pela sua experiência. E como o ato de pensar, as recordações começam a conduzir as ações infantis¹². Mas crianças na idade de nosso personagem não são capazes de realizar formas intencionais de memorização se não for lhe ensinado cotidianamente, ou seja, num exercício contínuo e longo. Podemos supor que, aos quatro anos, João Penteado não teve experiência suficiente com Caetano para construir uma memória intencional que lembrasse o cativo no futuro. Mas, de alguma forma, essas experiências da família Camargo Penteado poderiam ter permitido que seus filhos tivessem com Caetano - com ausência da estrutura serviçal da própria escravidão – uma vivência onde reconhecia uma relação interpessoal mais próxima de uma horizontalidade. Tal hipótese limitada a essa experiência não se sustentaria, então quais outras experiências seriam responsáveis? Talvez o meio social fora do ambiente familiar poderia responder. Vamos levantar algumas informações sobre o espaço urbano onde viveu João Penteado.

UM GIRO PELO AMBIENTE URBANO JAUENSE: A RUA DAS FLORES

A rua das flores foi o local de nascimento de João Penteado. Na obra de Fernando Peres (2012) temos um mergulho sobre os grupos de afinidades de João Penteado, onde o autor percebeu uma influência demasiada no círculo da comunidade espírita, tendo personagens que mais tarde Penteado fez homenagem com sua obra *Digressão Histórica...* (PENTEADO, 1953). Mas qual a importância dessa rua para o ambiente geográfico da cidade de Jaú?

Oliveira (2013), destacou que a Rua das Flores foi o grande centro do comércio até a chegada da ferrovia na cidade, em 1887. Nela se instalaram diversos imigrantes que tinham condições financeiras para abrir lojas comerciais, sobretudo na década de 1880. Antes disso, o meio urbano jauense era espaço de

um número significativo de prostitutas, pessoas que praticavam pequenos furtos, escravos e ex-escravos, trabalhadores braçais que aceitavam qualquer tipo de serviço e vendedores ambulantes (OLIVEIRA, 2013, p. 28).

As famílias proprietárias das fazendas permaneciam no meio rural. Em meados dessa década a migração deu um salto sem precedentes, saltando em pouco mais de dez anos de 7512 habitantes para 18.341 em 1888. Nesse final de década a rua das Flores tinha mais de 95% dos estabelecimentos comerciais da cidade, sendo 60% de italianos. Havia estabelecimentos comerciais de famílias ricas como Miraglia, Nardini, Machesan, Romano e Peccioli. Entre esses comerciantes imigrantes tinha a

categoria que chegou com mais recursos para montar seus negócios e a categoria miserável que saiu das fazendas improvisando meios de sobrevivência, mas que não passavam ambulantes vivendo com parcas condições.

Entre os imigrantes italianos, maioria esmagadora dos estrangeiros que chegaram a Jaú, tinham os vênedos do nordeste italiano que passaram a exercer profissões como barbeiro, camareiro, lenhador, taberneiro, ambulantes, o que os deixavam distantes das elites locais. Os sulistas italianos conseguiam mais oportunidades de vencer em Jaú, sobretudo na construção civil, marmoraria, comércio, deixando claro sua aproximação com as famílias das elites locais (OLIVEIRA, 2008).

A ferrovia somou-se à modernidade preterida pelos jauenses, mesmo sob um ambiente de crise econômica. A partir de 1886^a economia cafeeira iniciou um novo ciclo de ascensão dos preços e procura do mercado externo que se seguiu até 1890, no entanto a elevação da taxa cambial a partir de 1887 limitou essa alta. A política monetária do Império de emissão de notas e facilitação de créditos aos cafeicultores nesta década aumentou a dívida externa (FAUSTO, 1997). Esse contexto gerou um *boom* na produção cafeeira que resultou no *Funding-Loan* de 1898, encarecendo os gêneros alimentícios. A grande safra de 1897 foi o preço declinar. Vicente de Carvalho Dizia em 1901 que o grande problema do café é sua superprodução (CARVALHO, 1901).

O período onde João Penteado tentou enveredar na prática da lavoura, como mencionou Fernandez (1955), foi após o falecimento de seu pai em 1891. Quando tinha 14 anos e liderando a família a crise cafeeira que se instalou. Os desenvolvimentos estruturais da cidade – calçamento, rede de esgoto, iluminação pública, abastecimento de água – se desenvolvem na década de 1890. À custa de impostos, mesmo sobre uma crise que gerava o aumento do custo de vida. Tanto é que surgiu uma greve dos carroceiros em 8 de janeiro de 1891 contra a nova tabela de impostos para financiar tais modernizações (TEIXEIRA, 2009). A ferroviária deslocou o espaço comercial da Rua das Flores, que ficava na margem direita da cidade, mais para o centro, local de palacetes e grandes comércios (OLIVEIRA, 2013).

Através da Imprensa local, as elites políticas passaram a almejar um progresso local com um discurso modernizador, a partir da década de 1890 (PAIVA, 2001) e isso se mostrou na narrativa de Teixeira (2009) escrita em 1898. A transformação se estabeleceu na área central reorganizando o espaço urbano da cidade e selecionando os transeuntes que frequentavam os locais modernos, como os jardins arborizados do centro. “O centro da cidade foi sendo tomado pelos casarões que a elite agrária construía buscando os padrões estéticos europeus” (PAIVA, 2001, p.132).

A Rua das Flores sofria uma importante reformulação social. Na década de 1890, essa rua recebia portugueses como Alberto Gomes Barbosa. Paulino de Oliveira Maciel iniciou o espaço de convívio espírita apenas em 1904, em sua casa num ponto de destaque do centro de Jaú (FERNANDEZ, 1955), posteriormente fundando o Centro Espírita União, Paz e caridade em 1908. E se o contato de João Penteado com a literatura espírita de Maciel proporcionou uma circulação de ideias no grupo de afinidade espírita, como afirmou Peres (2012).

Por outro lado, a própria questão de transição e tensão do remodelamento social seria o ponto inflexão. Afinal, há no espiritismo brasileiro a questão dos limites religiosos e positivista (FERNANDES, 2008), que coloca em dúvida a possibilidade de uma ambientação intelectual de tanta possibilidade de questionamento ao ponto de gerar o germe de um sentimento de contestação que poderia formar bases para algo como a cultura da resistência que Francisco Foot Hardman escreveu (2002). Carlo Romani (2002), ao resgatar as aventuras e perigos de Oresti Ristori pela região de Jaú em 1905, nos proporciona a ideia de que João Penteado poderia ter tido um contato mais próximo com as ideias anarquistas através de Ristori. Num texto escrito para um jornal local em 1913, sua experiência de vida em Jaú foi canalizada nas palavras anarquistas de João Penteado quando adjetivou Jaú como uma terra do “quero, posso e mando!” (BARBOSA, 2008, p. 82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com a biblioteca de Maciel e com o anarquismo de Ristori ocorreu no momento em que Penteado já tinha por volta seus 28 anos, quando sua personalidade já havia sido moldada pela experiência que Penteado teve desde seus 14 anos na sociedade urbana jauense. Dentro dessas reflexões e indagações, é preciso aprofundar mais nos grupos de afinidades do círculo de João Penteado: quem eram na sociedade jauense os participantes do espaço espírita onde Penteado frequentava? Quem eram os homenageados de Penteado em suas obras dentro da sociedade jauense? Qual o grupo social que imprimia o jornal Jahú Moderno, espaço onde Penteado publicou alguns de seus pensamentos? Essas investigações estão na mesma pesquisa do qual o presente artigo fará parte.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Daniel da Silva. João Penteado entre o movimento libertário paulista e o tradicionalismo jauense – polo Jaú. Jaú, 2008. Trabalho de conclusão de curso – Faculdades Integradas de Jaú.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de Família no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de [org.]. História da vida privada no Brasil: Império – vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CARVALHO, Vicente de. Solução da Crise do café. São Paulo: Livraria Civilização, 1901.
- FAUSTO, Boris. Expansão e Finanças nos Primeiros anos da República. In.: CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso [et al.]. O Brasil Republicano, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FERNANDES, Paulo César da Conceição Fernandes. Origens do Espiritismo no Brasil: diálogos, razão e resistência no início de uma experiência (1850-1914). Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2008.
- HARDMAN, Francisco Foot. Nem Pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- IGLÉSIAS, Francisco. O Brasil Monárquico: reações e transações – Tomo III. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. Da boca do sertão ao ouro verde: Indaiatuba, Itu e a evolução da arquitetura rural paulista. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol.11, n.1, jan-jul., 2018.
- KROPOTKIN, Pior. O princípio anarquista e outros ensaios. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedras, 2007.
- KROPOTKIN, Pior. A questão social: o humanismo libertário em face da ciência. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1913.
- OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Faces e dominação da terra (Jaú 1890-1910). São Paulo: FAPESP, 1999.
- OLIVEIRA, F. A. M. de. Impasses no novo mundo: imigrantes italianos na conquista de um espaço social na cidade de Jaú (1870-1914). São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- OLIVEIRA, F. A. M. de. Afonso Lomonaco: a visão de um viajante europeu sobre o Brasil do século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.26, nº 51, p.47-62.2006.
- OLIVEIRA, F. A. M. de. A Europa invade o sertão: o impacto da chegada de imigrantes italianos na cidade de Jaú (1853-1914). Caravelle, 99, 2012, Publicado em 03 de dezembro de 2013, consultado em 06 de março de 2021. URL: <http://journals.openedition.org/caravelle/327>; DOI: <https://doi.org/10.4000/caravelle.327>
- PAIVA, Maria Beatriz Vidal de. O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos socioculturais (1890-1920). Dissertação de Mestrado em História – Faculdades de Ciências e Letra – UNESP: Assis, 2001.

PERES, Fernando Antonio. João Penteado: o discreto transgressor de limites. São Paulo: Alameda, 2021.

ROMANI, Carlo. Oreste Ristori: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2002.

VIGOTSKI, LevSemenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Trad. José Cipolla, Luis Silveira Barreto, Solange Castro Afeche. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. O Círculo de Bloomsbury. In.: Cultura e Materialismo. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOODCOCK, George. Anarchism: a history of libertarian ideas and movements. Great Britain. Pelicans Books, 1963.

FONTE DO ARQUIVO MUNICIPAL DE JAÚ:

Conjunto de fontes cartoriais Inventário de Joaquim de Camargo Penteado: Inventário, 1869; Petição, 1877; Auto de Impetração, 1877; Autuação, 1881; Pedido de Emancipação, 1884.

Ata da Câmara Municipal de Jahú. 1869-1872

NOTAS

¹Oliveira (1999) realizou uma pesquisa aprofundada sobre a estrutura familiar dos Almeida Prado em Jaú. É dessa historiadora essa organização em tronos familiares.

²Apesar de o contexto histórico apontar para uma população pequena nas primeiras décadas de fundação do povoado de Jaú, em 1872 já havia mais de 6 mil habitantes livre e 906 escravizados. Um olhar pouco mais atento na lista de sorteados para a primeira sessão de júri em 1868, que por sinal o sorteio e primeira sessão ocorreram nas residências dos membros políticos, há uma diversidade muito grande de famílias que residiam na Vila, tais como: Gonçalves de Cunha, campos Arruda, Martins, Pereira de Barros, Silva, Cardoso, Pereira de Carvalho, Camargo Penteado, Sampaio Bueno, Lima da Fonseca, Antonio Ramalho, Pereira Barbosa, Bueno Brandão, Almeida Prado, Figueira de Azevedo, Prudente de Mello, Antonio de Abreu, Oliveira Mattozinhos, Oliveira, Leme de Arruda, Ferreira Simões, Freitas, Cunha, Navarro, Pacheco e Barbosa (TEIXEIRA, 2009, p. 59). Com essa informação, olhar para os nomes de escrivão, delegado ou vereadores gera um pouco de suspeita.

³FERNANDEZ (1955, p. 26), PERES (2012, p. 55) e SANTOS (2009, p. 139) são algumas excelentes pesquisas sobre João Penteado.

⁴Propomos identificar esse conjunto de documentação como “Inventário de Joaquim de Camargo Penteado” (IJCP), pois seu registro no Arquivo Municipal de Jaú assim o registrou. São fontes cartoriais que formam quatro documentações que nomeamos individualmente segundo suas respectivas titulações seguida da data: Inventário (1869); Petição A (1877); Auto de Impetração (1877), Petição B (1881) e Emancipação (1884).

⁵No Inventário de sua falecida esposa (INVENTÁRIO, 1869, p.05), Joaquim Penteado declarou que sua esposa era filha legítima de Leonor de Almeida Prado e Francisco de Assis Bueno. O curioso é que nos autos ficou aparentemente definido que quem passou a ser nomeado como espécie de curador especial de órfão foi Francisco de Assis Bueno não o pai Joaquim Penteado.

⁶O valor se distribui 146\$500 em animais e móveis, 3:900\$000 com dois escravos adultos - Firmina e Luis - e 100\$000 por sua filha Constança de dois anos, 2:135\$000 no valor do sítio com 300 pés de café (INVENTÁRIO, 1869, f.12).

⁷Francisco de Paula de Almeida Prado se tornou chefe do Partido Conservador após o falecimento do primeiro chefe e fundador, Francisco de Almeida Prado em 1873 (TEIXEIRA, 2009, p. 102).

⁸José Pedro de Camargo Penteado (nascido em 29 de junho de 1864 e falecimento em 20 de dezembro 1912), conseguiu sua emancipação já com 20 anos, segundo consta no documento Autuação (1884).

⁹Oliveira (2008, p. 103) citou o nome de José num crime envolvendo uma família muito rica de comerciantes da cidade, destacando José como amigo íntimo do acusado Carlos Lesbeis.

¹⁰Diversas emissões foram constatadas: ordenações de empregos, limpeza de Cadeia, expedientes de juiz, consultas. Numa despesa assinada por Joaquim Penteado consta a soma de mais de 300\$000. Ver: Arquivo 1241: Documentos da Tesouraria – Museu Municipal de Jahú: 1869-1874.

¹¹MORAES et al, 2013, p. 374.

¹²Ver ESCUDEIRO, 2014, p. 53.

Capítulo 4

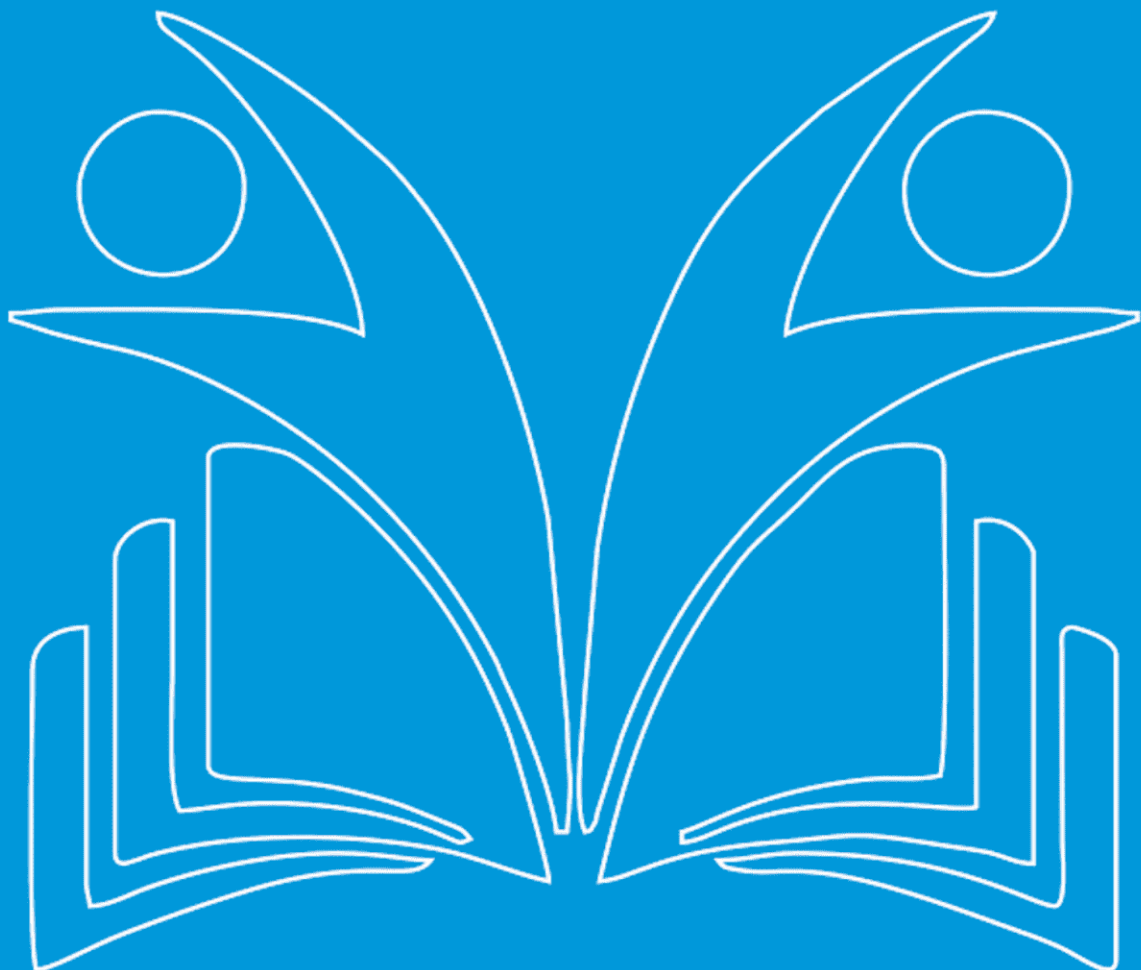


10.37423/220806427

PAIXÕES QUE MATAM: PODER E VIOLÊNCIA EM RELAÇÕES AFETIVAS-SEXUAIS NO MARANHÃO (XVIII-XIX)

Nila Michele Bastos Santos

*Instituto Federal do Maranhão campus
Pedreiras - IFMA*



Resumo: O presente estudo analisa relações afetivas sexuais entre homens e mulheres no Maranhão, que apresentaram violências criminalizadas pela justiça local. A luz da documentação judicial e dos jornais do século XIX focamos em um tipo específico de violência destinada a mulher, pelo simples fato desta pertencer ao gênero feminino, e que pode ser categorizada como uma das manifestações de poder presente historicamente na estrutura patriarcalista, que utiliza a agressão como instrumento de dominação e exploração para garantir a permanência da ordem vigente. A análise da questão visa também desconstruir o mito de passividade e subserviência que é atribuído às mulheres do passado, revelando suas lutas e tentativas de resistir e sobreviver às violências sofridas.

Palavras-chave: Gênero; Violência; Relações Afetivas; Maranhão

INTRODUÇÃO

Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupava, em 2013, o 5.º lugar entre os 83 países em que mais havia feminicídios, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa. Entretanto, a média de todos os 83 países envolvidos na pesquisa era de 2,0 assassinatos por 100 mil mulheres, sendo a do Brasil, tomado isoladamente, 2,4 vezes maior que a taxa internacional.

São 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, em que quase 30% dos crimes ocorrem nos domicílios. Além disso, uma pesquisa do DataSenado (2013) revelou que 1 em cada 5 brasileiras assumiu que já foi vítima de violência doméstica e familiar provocada por um homem. Os resultados da Fundação Perseu Abramo, com base em estudo realizado em 2010, também reforçam esses dados – para se ter uma ideia, a cada 2 minutos 5 mulheres são violentamente agredidas. Outra confirmação da frequência da violência de gênero é o ciclo que se estabelece e é constantemente repetido: aumento da tensão, ato de violência e lua de mel. Nessas três fases, a mulher sofre vários tipos de violência (física, moral, psicológica, sexual e patrimonial), que podem ser praticadas de maneira isolada ou não. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, on-line).

Em 2018 o “Mapa da violência contra a Mulher — 2018” analisou mais de 140 mil notícias vinculadas na mídia sobre violência contra a mulher, apenas neste ano. De acordo com esses dados, identificou-se que 15.925 mulheres foram assassinadas em situação de violência doméstica. Dentre os casos registrados, 95,2% foram cometidos por pessoas que tiveram ou tinham relações íntimas de afeto, ou afetiva-sexual com a mulher (seus companheiros, ex-companheiros, namorados e esposos).

Essas categorias de comportamentos em que mulheres são maltratadas, espancadas, violentadas e assassinadas por indivíduos que mantêm uma relação afetiva com elas são observadas em várias temporalidades históricas. As violências de gênero, ainda que não possuíssem essa nomenclatura, apresentaram-se ao longo da História em suas múltiplas facetas e cotidianamente em diversas sociedades e é esse contínuo que acabou por ser equivocadamente utilizado como justificativa e até naturalização das atitudes violentas dos algozes.

Contudo, como as violências de gênero nas relações afetivo-sexuais foram naturalizadas no passado brasileiro? As mulheres, aceitaram passivamente as violências que lhes eram infligidas, por exemplo? Tendo em vista esse problema, o presente estudo propõe uma reflexão sobre as violências de gênero nas relações afetivo-sexuais no Maranhão, a partir de experiências de mulheres do século XVIII e XIX, e a seu turno demonstrar que a naturalização das violências de gênero nas relações afetivas, no passado e no presente, são frutos de relações de poder historicamente construídas. Além disso,

evidenciaremos que a passividade e subserviência das mulheres de outrora, trata-se de um fetiche reproduzido para a manutenção de posições privilegiadas nestas relações de poder.

Nesse sentido optamos por apresentar dois casos específicos: o processo do padre Manoel Álvares, acusado de concubinato com Catharina dos Santos, sua escrava, em 1799 e o processo do crime do desembargador Pontes Visgueiro, em 1873.

A escolha destes se deu por percebermos neles além das violências em relações afetivas-sexuais, conflitos e estratégias de colaboração/resistências intersubjetivas que nos possibilitam problematizar práticas nas quais os sujeitos engendram (e são engendradas por elas) indo assim além das representações convencionadas e identificando como, em distintos espaços e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e lida. Dessa forma, recorrendo a escalas pequenas ou reduzidas de observação baseadas especialmente em “análises microscópicas” e “estudo intensivo do documento”, é possível experimentar um procedimento metodológico que não tem outro intuito senão o enriquecimento da pesquisa histórica.

Por meio do paradigma indiciário buscamos através dos indícios, analisar as minúcias e os vestígios deixados nas fontes escritas e assim nos propormos a construir uma história cujo centro de atenção está na “cultura dos oprimidos” em uma espécie de revalorização do “ponto de vista” das vítimas tantas vezes deixado de lado pela historiografia tradicional. A partir de sinais imperceptíveis ou aparentemente inúteis, podemos pesquisar decifrar, ou somente conjecturar, sobre questões do passado marginalizadas ou ainda não resolvidas e embora não possamos chegar idoneamente às vozes dos indivíduos oprimidos que não escreveram ou não puderam escrever sobre si, podemos no âmbito do provável, longe do etnocentrismo inocente, acessar seus universos valorativos.

1 VIOLÊNCIAS E AFETIVIDADES UMA RELAÇÃO MAIS COMUM QUE SE IMAGINA

Antes de tudo é importante ressaltar que afetividade não se resume apenas a carinhos, amores, confianças, solidariedades, compaixão, dentre outros sentimentos afáveis (convencionadas como benéficos), mas os elementos tidos como nocivos, tais como ódios, ciúmes, medos, tristezas, raivas, invejas, também são afetividades e comumente geraram tipos específicos de violências (SANTOS, 2016, p. 145).

Mas o que seria violência? Oriunda do latim *violentia*, significa o ato de violar alguém ou auto violar-se, além disso, “o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos

psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas” (PAVIANI. 2016). Da mesma forma, esse termo também pode significar uma violação à integridade e liberdade de alguém, no entanto, para caracterizar violência é preciso considerar as conjunturas históricas e culturais de determinado grupo social.

(...) a violência é um elemento que constrói e transforma as estruturas, as conjunturas e os cotidianos sociais em várias temporalidades, sendo, portanto, elemento propulsor, que dá sentido para a vida social. A violência cria e recria os espaços sociais, culturais, tradições, gêneros, classes, Estados, regimes políticos, etc., está presente até mesmo nos espaços mais minúsculos do cotidiano. (BERNASKI, SOCHODOLAK. 2016)

De acordo com Arendt (1969), a violência é o instrumento de coerção que uma determinada autoridade utiliza no exercício do poder, é normalmente aplicada em condições propícias, tais como: perda de autoridade ou certas transformações nas tradicionais relações de poder e, apesar da autora se limitar apenas ao domínio da esfera pública e política, podemos utilizá-lo na esfera do privado e individual, afirmando que a violência pode ocorrer quando o desejo ou afeto do indivíduo que detém o poder não é correspondido como ele acredita que deva ser. Sobre isso Spinoza (1677, p. 52) discorre:

Quanto maior é o amor com que alguém imagina a coisa amada afetada em relação a si mesmo, mas se glorificará, isto é, mais se alegrará. Por conseguinte, ele se esforçará, na medida em que puder, por imaginar a coisa amada ligada a si pelo vínculo mais estreito possível e este apetite será fomentado se imaginar que outro também deseja o mesmo para si. Mas supõe-se que este esforço ou apetite é contrariado pela imagem da própria coisa amada concomitante à imagem daquele a quem a coisa amada se uniu. Assim, [o amante] será afetado de Tristeza, concomitante à ideia da coisa amada como causa e simultaneamente à ideia do outro, isto é, será afetado de ódio com relação à coisa amada e simultaneamente com relação ao outro, que ele invejará por se deleitar com a coisa amada.

Em outras palavras, quando uma afetividade oposta à desejada é construída pelo objeto de desejo, a falta de reciprocidade leva à frustração que, no que lhe concerne, aumenta a violência por não receber o que deseja. Do mesmo modo, o ser amado também constrói uma relação afetiva com aquele que a ama, ora resistindo e demonstrando ódio por quem lhe inflige dor, ora barganhando e aceitando esse amor — e assim garantindo sua sobrevivência. As relações que pretendemos estudar, apesar de estarem em temporalidades distintas — século XVIII e XVI — “apresentava traços que oscilavam entre dois extremos que se confundiam: a excessiva violência ou o excessivo amor”. (FIGUEIREDO, 1997, p. 104),

Durante anos, a violência desenvolvida a partir da afetividade, infligida basicamente à mulher, foi naturalizada, mesmo quando era levada ao extremo, provocando a morte da vítima, sendo

classificada, posteriormente como “crime passionai”, o que em boa parte dos processos levava à absolvição do réu. Para este estudo optamos por categorizar as agressões e abusos às mulheres nas relações afetivas e afetivas sexuais como “Violências de gênero”.

Deveras, tal terminologia, “violência de gênero”, só emergiu em meados dos anos de 1990 e tratava da violência contra as mulheres baseadas no gênero, isto é, objetivava-se visibilizar essa categoria específica enquanto decorrente das condições desiguais entre homens e mulheres. Contudo, violência de gêneros, em suas várias facetas, compreende toda conduta ou ato, baseado no gênero, que cause danos físicos, psicológicos, morais, éticos, seja no âmbito intradomiciliar ou em ambientes públicos. É uma das manifestações de poder presente historicamente na estrutura patriarcalista, que utiliza a violência como instrumento de dominação e exploração para garantir a permanência da ordem vigente,

Foucault (2001) afirma que a violência pode ser um instrumento utilizado nas relações de poder embora sejam fenômenos distintos, estão diretamente relacionados, e que a chave para a compreensão da violência é a forma como se concebe o poder. Assim, a violência surge como recurso ou alternativa para manter a estrutura de poder. (OLIVEIRA. CAVALCANTI. 2017).

As vítimas dessa categoria de violência, conseqüentemente, são os grupos subjugados por essa estrutura, como as mulheres, as crianças e todos os outros indivíduos que não correspondem com o sistema hegemônico.

No Maranhão as fontes judiciais, setecentista e oitocentista, demonstram que embora pertencente a um sistema excludente que mantinha os privilégios masculinos na legislação da época, muitas mulheres se levantaram contra a violência sofrida.

É o caso de Catharina dos Santos, escrava vinda de Cacheu e pertencente ao padre Manoel Álvares, que nos idos de 1799 denunciou seu senhor e concubino pelas sevícias “desnecessárias” causadas pelo ciúme excessivo e da Mãe e companheiras de lida de Maria da Conceição, a Mariquinha, que em 1873 foi morta e esquartejada pelo alto magistrado Pontes Visgueiro, seu ex — amante, em um caso que entrou para História como do crime o Pontes Visgueiros.

Sendo sobre esses casos que dissertamos agora

2 O CONCUBINATO DO PADRE MANOEL ÁLVARES

O caso do padre Manoel Álvares destaca-se por ser o padre denunciado por sua própria concubina, que o acusava de sevícias desnecessárias causadas pelo ciúme excessivo que possuía dela. Segundo a documentação:

Suposto escrava se via vexada de Sevícias que o dito Seu Senhor lhe fazia; porq' a primeira que lhe fez, foi Sollicita para actos torpes, nos quaes ella Consentio Como escrava, e por isso entrou o dito seu senhor a ter della Ciumes, nao' querendo que fallasse com pessoa alguma fosse omem ou mulher... e por este modo nam era ella miseravel escrava ouzada a falar Com pessoa alguma. (Autos e Feitos de Libelo Crime. doc. 4264, fl. 3. Apud MENDONÇA, p. 11)

Escrava vinda de Cacheu, Catharina relata o cotidiano afetivo que possuía com o padre:

quando este vinha do Centro donde tem Rossas para beira do Rio Itapicurú, ia [...] a qualquer ora da noite tres legoas de Caminho que ha de longitude da beira do Rio ao dito Centro a vigiar a ella para ver Se achava com outro omem, o que nunca achou [...] quando Se lhe augmentava o Ciúme, e este o fazia ver o que não avia e ouvir o que Se nam dizia, do Castigo que Sua paixam lhe deitava pelas Suas mãos (Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4264, fl. 3. Apud MENDONÇA., p. 12.)

Objeto da paixão do padre Manoel, Catharina sofria por uma afetividade incontrolável de seu algoz. O ciúme sentido é tão claramente exposto na documentação que pode ser compreendido pela filosofia de Spinoza, o medo de perder seu objeto de paixão o faz a tomar atitudes extremas, seu desejo é receber a afetividade que imagina merecer, contudo, o sujeito amado desenvolve o oposto ao almejado e a decepção diminui, mais ainda, a potência do Conatus, que é como Spinoza define o “Ser”. A relação afetiva desenvolvida pelo sujeito amado alterna entre o conflito, demonstrando-lhe o ódio e a aceitação — para assegurar sua vida.

É provável que a Catharina também passeasse por esses modi operandi de barganha, mas “quem se imagina odiado por quem ama terá atormentado simultaneamente pelo amor e pelo ódio.” (SPINOZA, 1677, p. 54), de modo que ao padre Manoel Álvares era impossível não causar dor a sua escravizada. Assim, quando não foi mais possível suportar as torturas que lhe eram impostas, Catharina fugiu, percorrendo 20 léguas a pé, até a sede do bispado em São Luís. Ela buscou no costume da época a solução para seu caso: denunciá-lo por mancebia.

É certo que ao realizar a denúncia, Catharina se colocava como cúmplice do delito, no que se justificava por sua condição de escravizada: “por forssa da escravidam, que o nam Ser escrava, a tal nunca mais

depois da primeira Surra Se Sujeitaria” (Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4264, fl. 3. Apud MENDONÇA. p. 13)

Em seu relato percebemos a força do ciúme do padre retratada em atos de violência extrema:

tendo quem lhe disce que ella admitia outro omem, capacitado daquelle dizer a mandou amarrar por hum escravo e a mandou por Sobre hum pau que estava junto a porta que Sae de Caza para o Sitio, e que Servia de Canto de eira, e elle mesmo Com suas mãos a assoutou nas nádegas Com hum Relho (Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4.264, fl. 3. Apud MENDONÇA: 2007, p. 143.

Para aumentar o tormento da escravizada Manoel Álvares a coloca sobre um formigueiro, de modo que “estas excitadas dos movimentos que ella fazia Saíram a montes e Se espalharam pelo Corpo todo e a morderam muito, fazendosse lhe mais Sensível as mordeduras daz formigas, do que a mesma Surra, que foi muito grande” (Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4.264, fl. 3. Apud MENDONÇA: 2007, p. 143.)

Segundo Mendonça, Catharina se utilizou do discurso da Igreja Católica para escapar de sua situação:

Embora tenha confirmado o concubinato duradouro, apenas omitiu em seu depoimento os “zellos” com os quais era tratada e que constam nos autos e nos depoimentos de outras testemunhas, haja vista poderem dificultar o alcance de suas pretensões. Mas seu objetivo não era exatamente a alforria: ela queria ser vendida a outro senhor, pois “Sua mesma Consciência se Resolveo a vir buscar este Recurso, e que protesta que para o poder e Captiveiro do dito Padre não quer tornar pelo Risco em que esta de senão Salvar”. O curioso, no fim do depoimento dessa “miserável escrava”, como se autodenominava, é que ela pediu ao Juízo que não castigasse o Pe. Manoel, o que se torna um tanto contraditório, após um jogo de acusações como o proferido por ela (MENDONÇA: 2007, p. 145)

A relação duradoura, mesmo permeada de torturas, possivelmente apresentava relações de alternância poder, de modo que a ação sobre o corpo escravizado, a regulação do comportamento, a subversão dos códigos de conduta e os elementos afetivos poderiam ser dispersos e confusos para os sujeitos envolvidos, mas não contraditórios. Aproximar-se daquele que a oprimia, construindo laços afetivos, longe de ser uma “doença” ou “síndrome” era um mecanismo de defesa ou, se preferir, uma estratégia de sobrevivência.

O que acontece com Catharina nem a documentação, nem a literatura sobre o caso nos dá certeza, sabemos, no entanto, que o Padre Manoel Álvares é inocentado das acusações, revelando que apesar de ouvidas, as negras, índias, escravizadas e escravizados ainda se constituíam nas camadas mais baixas da hierarquia social desse período. Nesse universo, as relações afetivas bem como as relações

de poder moldavam as estruturas escravistas, não as amenizando ou “adoçando” como visualizaram alguns autores, mas ajudando a consolidar as práticas que sustentaram o sistema por tantas décadas

3 O MUDA-SE O SÉCULO, MANTÊM-SE AS ESTRUTURAS

A mentalidade cultural maranhense do século XIX ainda pressupunha que a missão da mulher estava em devotar-se, tudo aceitar e saber resignar-se, ao marido e aos filhos pelo bem da família. Portanto, a boa mãe e boa esposa (e, porque não dizer a boa mulher) não deveria colocar seu prazer e bem-estar individual acima do que foi convencionado ao seu gênero.

Em posição oposta, ao Homem era permitido expressar sua individualidade, ímpeto, força e desejo sexual como atributos inerentes a sua natureza viril, logo seus “deslizes” podiam ser justificados. E assim o eram. As Ordenações Filipinas¹, por exemplo, julgavam de maneiras distintas homens e mulheres, revelando a preeminência masculina nas relações de poder: situações como os assassinatos de esposa e seu amante eram justificados, desde que comprovado o adultério feminino e garantiam a absolvição do “esposo traído”.

Com a ascensão do código penal de 1830, o governo imperial tipifica o adultério como um crime contra a segurança do estado civil e doméstico e coloca, aparentemente, homens e mulheres no mesmo patamar. Entretanto, a pseudoigualdade jurídica era repleta de condições para punição do marido adúltero.

a esposa adúltera poderia cumprir pena de prisão (um a três anos), com trabalhos forçados; enquanto somente o marido que possuísse concubina ‘teúda e manteúda’ – ou seja, que mantivesse publicamente relações estáveis – seria punido com a mesma sentença. Aqueles que provassem ter cometido o homicídio ‘sem conhecimento do mal’ nem ‘a intenção de o praticar’, ou que fossem considerados ‘loucos de todo o gênero’, poderiam ser absolvidos. (ENGEL, p.01. 2005).

Os preceitos morais institucionalizados pela legislação da sociedade oitocentista continuavam a culpabilizar a mulher pelos atos violentos do Homem, de modo que a “livre defesa da honra” ganhava assim mais uma parceira para justificar a inocência do marido traído: a “violenta emoção” ou o “crime de paixão”.

Em 1890 o código penal, em seu artigo 27, regulamenta o que já se praticava e previa que a pena do acusado poderia ser amenizada ou até mesmo anistiada caso os crimes fossem por paixão que os deixassem em “estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto” (BRASIL, 1890, Art. 27, § 4.º).

A medicina mental ganhava espaço, determinando o que eram os estados emocionais, as obsessões e loucuras momentâneas, justificando assim atos inconcebíveis por distintos “senhores de razão”. Os objetos da “paixão doentia”, no caso as mulheres, eram as culpadas por tamanha irracionalidade momentânea, “desta forma, a culpa e a punição pelo crime passional não eram avaliadas pelo delito, mas pela natureza ou comportamento sexual dos criminosos e das vítimas” (TRAJANO, 2018.). Isto é perceptível até nos casos em que o réu era condenado, sendo a difamação e a responsabilização da vítima devido a seu comportamento sexual uma constante, como exemplifica o famoso caso do desembargador Pontes Visgueiro.

4 O CRIME DO DESEMBARGADOR PONTES VISGUEIROS

A história de Maria da Conceição, a Mariquinha como era conhecida, e do Alto magistrado Pontes Visgueiro, homem mais velho e rico que se enamorou dela, jovem e prostituta, e que por não conseguiu conter os ciúmes (ou ainda por não ter a exclusividades dos favores de Mariquinha) a mata e esquarteja, enterrando-o em seu quintal. Seria esse mais um crime, em que a posição social e o cargo que exercia, protegia seu autor, mas a mãe da vítima e suas “amigas”, prováveis companheiras de lida, empreendem uma verdadeira campanha para sanar primeiramente seu desaparecimento e depois punir o culpado.

O caso, escandaloso e de grande comoção pública, demonstra as relações institucionalizadas de gênero no Maranhão do século XIX. Pontes Visgueiro e Mariquinha reproduzem as próprias concepções de masculino e feminino nessa tensa relação.

O episódio levantou um imenso debate em jornais, revistas especializadas e até no Senado da capital que o usavam para criticar os privilégios que iam contra os princípios do Estado, talvez devido à atrocidade, frieza e premeditação com que aconteceu, ou ainda, porque a sociedade passava por um desejo radical de mudanças, de todas as formas o caso foi levado a juízo, apesar das desconfianças e sentimentos de injustiças que eram comuns nas relações sociais da sociedade hierarquizada brasileira.

A linha de defesa do Desembargador utilizava os princípios da medicina mental e sustentava que o réu foi tomado pela paixão que o enlouquecera, pois, só a partir da insanidade momentânea é que tão distinto homem perderia a racionalidade própria de seu gênero. A defesa constrói uma imagem de Maria, como uma mulher devassa e libertina que procurou pelo que aconteceu, devido suas próprias escolhas pela prostituição. O julgamento assinala os espaços sociais, delimitados e estamentais, dos gêneros na sociedade maranhense, que só a “loucura da paixão” poderia subverter, pois, antes de

Maria aparecer na vida do desembargador este era um Homem exemplar. Logo, a mulher mesmo vítima é culpada, culpada pelo simples fato de ser mulher.

Contudo, contrariando a norma da época — em que a cor, o gênero e a classe social, garantiam os privilégios e inculpabilidade — Pontes Visgueiro foi condenado. A pena que devia ser de morte, como mandava a legislação para esses crimes foi, no entanto, revertida para perpétua.

No século seguinte, Evaristo de Moraes — um dos mais bem-sucedidos advogados dos réus de crime passionai — retoma o caso no que aponta como “erro judiciário”, defendendo e redimindo o desembargador do crime. O referido advogado defendia uma doutrina acerca da criminalidade específica dos emotivos e dos apaixonados, que determinava em considerar o criminoso e não o crime, que a índole do criminoso assumiria, portanto, uma importância crucial para a absolvição ou condenação e para a fixação das penas (ENGEL, 2000). Logo, no caso Pontes Visgueiro, as índoles do réu (homem, desembargador de moral inquestionável antes do crime) em face à índole da vítima (Mulher, pobre, libertina e prostituta) por si só demonstrava que apenas a loucura poderia ser a causa do crime.

A violência simbólica de gênero se apresenta implícita nas páginas do Livro de Evaristo de Moraes, o que nos lembra que não apenas assassinatos constituíram essas violências. Ao debruçarmo-nos sobre a documentação do século XIX percebemos inúmeros outros casos que demonstram a natureza conflitante das relações afetivas e de gênero nesse período, e mesmo as que não levaram mulheres à morte, atacaram suas integridades físicas e mentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violências de gênero não distinguiram mulheres pobres, ricas, indígenas, brancas, negras, livres ou forras quando se tratava das relações conjugais, inferimos isso, em grande parte, devido à heterogeneidade das vítimas expostas na documentação cartorial. Ao encontro desta afirmação percebemos que no início do século XIX houve um aumento de pedidos de divórcio pelas mulheres nos tribunais eclesiásticos, motivados, ao que parece, pelo fato de não suportarem mais as sevícias e os maus tratos outrora tolerados, buscando fugir dos espaços violentos pela liberdade legal daqueles que, social e eclesiasticamente, possuíam poderes sobre sua vida.

Apesar das violências testemunhadas, e comprovadas, não era fácil para esposa enfrentar seu marido, pois além deste a suplicante enfrentava a sociedade que a condenava por contestar o direito do marido em “corrigi-la”, pelo fim do casamento que não conseguiu manter e até por enlouquecer o

homem com suas ações. De todas as formas, mesmo quando as vítimas alcançavam o divórcio o estigma de culpada lhes seguia.

No entanto, como exemplificamos nos dois casos apontados, as violências de gênero não se restringiam às esposas, na mesma escala estavam noivas, amásias ou concubinas, que apesar de não estarem oficialmente submetidas as regras do casamento, as relações afetivas que mantinham com os companheiros reforçavam a mentalidade comum da propriedade masculina em relação à mulher. A mera contestação desse poder podia desencadear violentas reações e até assassinatos.

Desse modo, um estudo sobre as violências de gênero nas relações afetivo-sexuais pode nos ajudar a compreender as naturalizações de problemas como a violência doméstica e outros crimes contra as mulheres. No banco dos Réus Ponte Visgueiro chorou, assim como tantos homens abusadores e assassinos de hoje que uma vez presos demonstram toda a sua tristeza e arrependimento, dificilmente é dizer se as lágrimas é remorso pela violência aplicada ou por ser condenado devido ela.

As permanências entre passado e presente são facilmente reconhecidas e evidentemente sabemos que as violências postas na documentação a qual analisamos seguem a sua própria historicidade, mas isto não impede de problematizá-las de modo a colaborar para a superação de uma mentalidade enraizada sobre a passividade e subserviência das mulheres, demonstrando a seu turno, que mesmo diante da naturalização da violência sobre seu gênero, houve aquelas que ousaram se levantar e contestar a ordem vigente e independente de seu sucesso ou não, elas não podem ser mais caladas..

REFERENCIAS

- ARENDT, Hannah. Da Violência. 1969/1970. Tradução: Maria Claudia Drummond. Digitalização: 2004, Disponível em: <http://pavio.net/download/textos/ARENDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>
- BERNASKI. Joice. SOCHODOLAK. Helio. História da Violência, Cotidiano e Vida Social. XV Encontro Regional de História. Curitiba. 2016
- BRASIL. DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm
- COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. Mapa da violência contra a Mulher – 2018. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulher-compactado.pdf
- ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 153-177. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v1n1/2237-101X-topoi-1-01-00153.pdf>
- FIGUEIREDO, Luciano R. Barrocas famílias – Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- INSTITUTO MARIA DA PENHA (IMP). Disponível em <http://www.institutomariadapenha.org.br>
- LARA, Silvia Hunold. Ordenações Filipinas: livro V. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.
- MENDONÇA. Pollyanna Gouveia SACRÍLEGAS FAMÍLIAS: Conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII, Dissertação (mestrado) – NITERÓI: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2007.
- MENDONÇA. Pollyanna Gouveia. Por força da escravidão: concubinato de padres com escravas no Maranhão setecentista. Outros Tempos, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, volume 03, p. 210-228 210.
- OLIVEIRA. Roseane. CAVALCANTI. Elaine. Políticas públicas de combate e enfrentamento à violência de gênero. Periferia - Educação, Cultura & Comunicação. v. 9. n. 2. 2017.
- PAVIANI. Jayme. Conceitos e formas de violência. Caxias do Sul, RS: Educs. p. 8- 20. 2016
- SANTOS, Nila Michele Bastos. Paixões, poderes e resistências: as relações de poder e afetividades entre senhores e escravizados no Maranhão setecentista. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - Ma, 2016. 160 f.
- SPINOZA, Benedictus. Ética demonstrada em ordem geométrica e dividida em cinco partes que tratam. 1677. Tradução Roberto Brandão. Disponível em: <http://www.andre.brochieri.nom.br/livros/filos/Baruch-Spinoza-Etica-Demonstrada-a-maneira-dos-Geometras-PT-BR.pdf>
- TRAJANO, Henrique. A eficácia da lei Maria da Penha. Jusbrasil.com.br, 2018. Disponível em: <https://henriquetrajano.jusbrasil.com.br/artigos/552646511/a-eficacia-da-leimaria->

NOTAS

¹As Ordenações Filipinas — o mais bem-feito e duradouro código legal português — foram promulgadas em 1603 por Filipe I, rei de Portugal, e vigoraram plenamente no Brasil até 1830. São formadas por cinco livros, sendo o último deles dedicado inteiramente ao direito penal. (LARA, 1999).

Capítulo 5

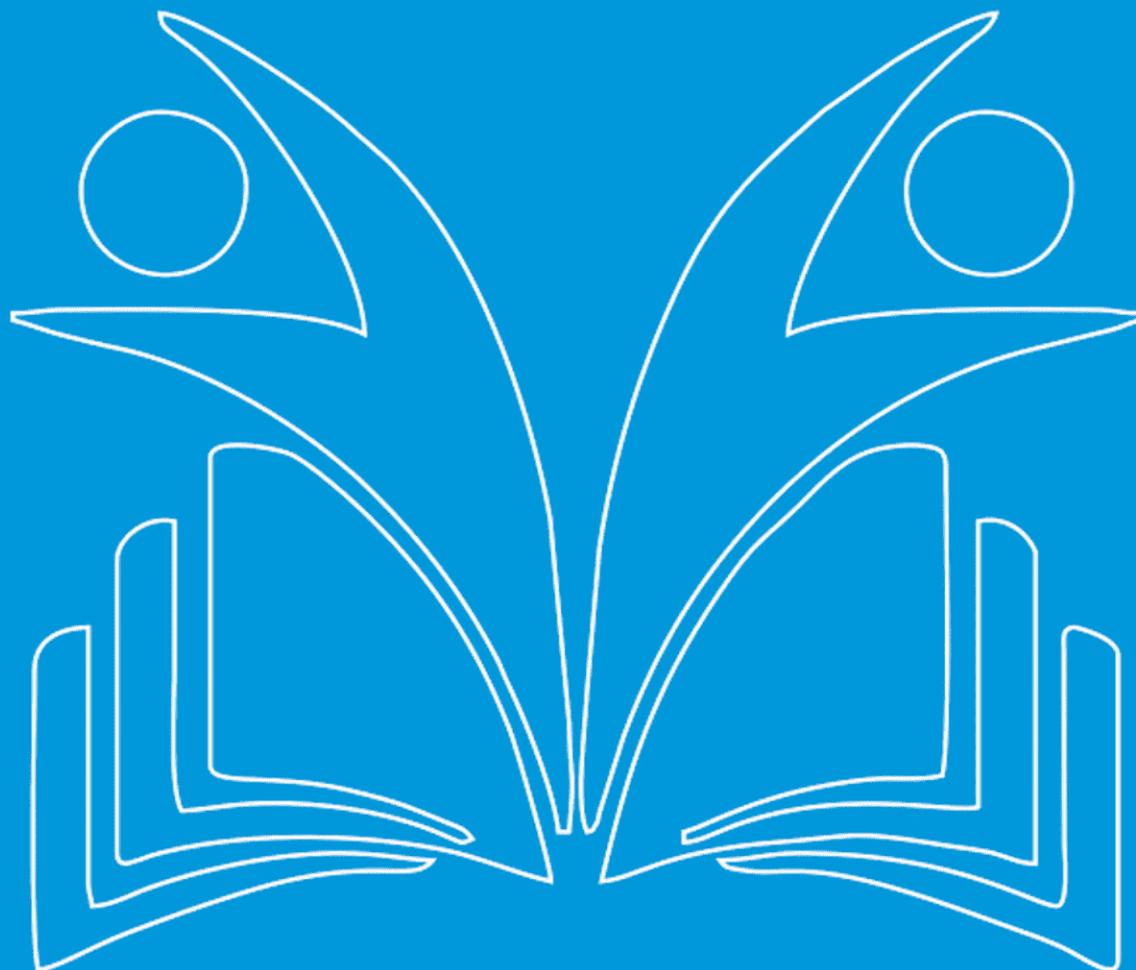


10.37423/220806430

PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CAIÇARA EM PARATY. 1975 – 2015

Bruno Tavares Magalhães Macedo

Universidade de São Paulo



O objetivo deste texto é produzir uma síntese do capítulo três da minha dissertação de mestrado sobre uma experiência histórica singular ocorrida com a cultura caiçara em Paraty. O recorte temporal da pesquisa aponta a modificação na política cultural depois da anistia, 1979, como estopim de uma transformação nas relações entre patrimônio e identidade. A ideia de resultado para a comunidade, trazida por Aloisio Magalhães (1927-1982), inaugurou, através do Seminário de Patrimônio, debates com a comunidade local nas chamadas Cidades Históricas. Esta prática produziu formas associativas diferentes, que se manifestaram politicamente segundo seus interesses. Setores ligados à hotelaria, outros ligados à educação formal, outros aos meios de comunicação e propaganda. Um fenômeno de circulação eclodiu neste momento em Paraty, as comunidades tradicionais encontraram espaço político para discutir publicamente, pela primeira vez, as questões fundiárias. Apareceram filmes e reportagens nos grandes jornais sobre os conflitos causados pela especulação imobiliária em embate com os territórios tradicionais. O caso da Trindade teve visibilidade como um exemplo de aliança entre atores sociais urbanos e rurais para denunciar o processo que acompanhou a construção da estrada entre o Rio e Santos.

A importância deste Seminário de Paraty em minha pesquisa é a hipótese de sua longevidade como uma referência, uma cultura histórica, ligando a ideia de patrimônio às reivindicações ativas das comunidades tradicionais. Como uma tradição herdada, esta relação foi adaptada para as práticas posteriores de mobilização em encontros de diversos agentes culturais ligados à cultura tradicional. Por exemplo, no II Encontro de Fandango e Cultura Caiçara de 2008, quando foi entregue o pedido de registro do Fandango Caiçara como bem cultural ao IPHAN. Este encontro reuniu membros de comunidades tradicionais que vieram desde o litoral sul fluminense até a baía de Paranaguá, PR. Os quatro dias do encontro seguiram uma dinâmica - seminário de debates, refeição coletiva, seguida de apresentações de música, dança e baile de encerramento. Esta forma do evento remete diretamente aos congressos do movimento folclórico antes do golpe de 1964. No meu diário de viagem registrei as noções sobre o patrimônio imaterial, que foram explicados para toda a comunidade presente no encontro de cultura caiçara, na mesa Fandango Patrimônio Imaterial - IPHAN. Para mim, tudo aquilo era então uma novidade. Inclusive a forma como era organizado o encontro. Todos os participantes tinham o mesmo valor, inclusive na ajuda de custo que todos recebiam da produção. Era uma isonomia absoluta. Só havia diferenças quanto às capacidades práticas de vivenciar o fandango. E os mais prestigiados eram os mestres de rabeca e viola fandangueira.

No período que vai de 1975 a 2015, recorte de minha pesquisa, vejo duas etapas no processo de aumento da participação política de agentes culturais heterogêneos nas ações ligadas ao patrimônio

imaterial. Uma após a anistia em 1979 e outra entre 2000 e 2015. Mas elas não tiveram continuidade. Elas foram entremeadas por um momento de recolhimento das políticas públicas de cultura. Herança da passagem do Governo Collor 1990-92 com o desmonte de instituições. O que ocorreu de mais significativo nos anos 90 foi uma sedimentação da produção de conhecimento sobre projetos culturais. Como apontei em minha dissertação de mestrado (MACEDO, 2019), ocorreu uma revisão crítica sobre a história cultural do folclore e dos folcloristas, realizada por intelectuais que viveram o processo de desmonte por dentro das instituições. Eles realizaram uma ponte entre os períodos históricos. Isto transparece em trabalhos publicados por Elizabeth Travassos (TRAVASSOS, 1998), Luis Rodolfo Vilhena (VILHENA, 1997) e Marina de Mello e Souza (SOUZA, 1994). Todos relacionados, apesar de trajetórias diferentes, ao Instituto Nacional do Folclore gerido por Amália Lucy Geisel entre 1979 - 1995. Outro fato significativo foi o momento de abertura do espólio de Mário de Andrade em 1995. Os pesquisadores tiveram acesso às intenções do poeta modernista. Seu programa de registro de bens da cultura imaterial. Sua visão de preservação como dinâmica do espaço tradicional, onde se cria e transmite a cultura. Tudo isso entraria na pauta das políticas públicas de cultura no início do século XXI.

A ação dos diferentes agentes sociais ligados à cultura foi um fator norteador na decisão do Ministro da Cultura Francisco Weffort de encaminhar à Presidência da República as diretrizes para o decreto 3551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, embora o mesmo só tenha tido recursos financeiros a partir de 2003, com o Ministro da Cultura (2003-2008) Gilberto Gil. Sendo o primeiro registro realizado no Livro dos Saberes, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, em 12/2002, e o primeiro registro de práticas musicais o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, no Livro das Formas de Expressão, em 10/2004. Cuja pesquisa para a edição do texto no inventário foi coordenada por Carlos Sandroni.

Assim, veio a ocorrer o registro do Fandango Caiçara pelo IPHAN em 2012, mas não se fechava o ciclo, pois logo começava outro. Foi quando o compositor popular e ativista cultural de Paraty, Luis Perequê, convidou Gilberto Gil para fazer o show de abertura da FLIP 2013. O intuito era trazer a palavra do ex-ministro da cultura para o debate na mesa Zé Kleber sobre uma ação de salvaguarda do patrimônio imaterial em Paraty, que se chamava Defeso Cultural. Uma analogia com o defeso da pesca, período de desova dos peixes, que propunha um espaço no calendário turístico de eventos em Paraty, para a reprodução da cultura sem economia. Problematizando o turismo como aliado incondicional, automático, da cultura nas Cidades Históricas. Assunto que sempre foi caro aos burocratas do

planejamento, mas nem sempre produziu efeitos multiplicadores para as comunidades de cultura tradicional.

As palavras de Gilberto Gil – “Então, quando você fala, eu quero oferecer Paraty com o que Paraty tem de diferenciado” (REDE CAIÇARA DE CULTURA, 2016, [Defeso Cultural, 2012]) - evocam o sentimento de pertencimento que Perequê viveu junto ao poeta José Kleber, um dos primeiros representantes do IPHAN nos anos 60. Em uma de suas marchas de carnaval, Zé Kleber nos oferecia o espaço de sua afeição, gravado em seu disco *Serenata em Paraty* para o tricentenário da cidade em 1967; “Como é bom a gente amar aqui. Na praça, no cais, na praia, tudo isso é para ti, é para ti, é Paraty” (KLEBER, 1967). O poeta, falecido em 1989, faz parte da constituição de uma memória social viva. Sua atitude libertária, boêmia, afinada com as formas populares de carnavalização da ordem social oficial indicou outro caminho de resistência ao período da ditadura, quando ele próprio foi indiciado num IPM (Inquérito Policial Militar) em 1964. Esta ação rebelde se situa em um momento histórico anterior à chagada da estrada Rio-Santos, onde os interesses dos políticos locais ainda buscavam soluções para o atraso econômico de Paraty, mas Zé Kleber já apontava novas formas de sociabilidade entre artistas, intelectuais e a cultura popular em seu bar Valhacouto.

Na mesa Zé Kleber da FLIP 2013, com Gil e Marina de Mello e Souza, se estabeleceu novo contraponto entre o tempo contemporâneo e o patrimônio. Paraty reúne hoje na FLIP a indústria cultural, as manifestações afirmativas de gênero e raça, a resistência das comunidades tradicionais e a ambição econômica, local e internacional. Mas, a ideia de turismo cultural, como forma de sustentar economicamente a cultura patrimonial em Paraty, foi uma proposta nascida dentro de outro contexto; o PCH no II PND em 1975. Na memória de Augusto Silva Telles foi: “Quando a Embratur entrou nesse programa do PCH, nos tivemos muita discussão, porque eles não entendiam o núcleo de escala pequena (...). Houve discussões seríssimas”. (TELLES, 2010, P 113/114).

CARNAVAL 1979 PARATY

Se alguém perguntar qual é a maior festa de rua da cultura brasileira para um estrangeiro, este certamente responderá que é o carnaval. Já, se a pergunta for feita para um habitante de uma cidade brasileira específica, especialmente nos dias de hoje, este outro, possivelmente, defenderá uma manifestação de sua cultura local. Como o São João em Campina Grande, ou em Caruaru. O Sírío do Nazareth em Belém. O Boi em Parintins, ou em São Luis do Maranhão. Em Paraty, muito provavelmente, você ouviria que a maior festa de rua é O Divino, em maio. Esta é a manifestação cultural registrada como Patrimônio Imaterial de Paraty. Entre o sagrado e o profano se fazem as festas brasileiras. Contudo, se você perguntar em qualquer lugar do país de hoje, sobre aquela grande festa

que tem todo ano em Paraty, as pessoas estarão lembrando a Festa Literária Internacional de Paraty, a FLIP. O fenômeno da festa é polissêmico, constroem-se memórias com sentidos distintos para a tradição. A interpretação do valor cultural da festa muda com o tempo. A história de uma festa pode ser acompanhada tanto por construções da memória sobre um passado em disputa, quanto em registros nos documentos da produção de cada momento, interpretados no presente do historiador.

Para analisar a relação entre história e memória nas festas de Paraty, utilizei os discos de música como fonte histórica em minha dissertação de mestrado. Carnaval 1979 Paraty é um compacto com quatro faixas, duas de cada lado, e duração total de 8 minutos. Não há referências a um produtor fonográfico, figura jurídica detentora dos direitos de reprodução pública da gravação. Nem tampouco indicações de quem financiou a produção do disco. O som do disco mostra o caráter coletivo de sua produção. Na gravação ao vivo ressoa um salão, talvez um galpão de escola. A primeira faixa é um samba de enredo, única faixa que conta com um intérprete (puxador), Diquinho da Villa. É a única voz individual em destaque. As outras faixas são cantadas em coro pelo grupo de teatro Guarda a Chave no Trombone. O acompanhamento é feito de cordas, banda de sopros e percussão.

A capa traz um desenho em negrito (preto contra fundo branco) de uma cena estilizada de carnaval, com janelas em arco colonial ao fundo. Na frente, um porta-bandeira masculino, com uma bandeira negra onde se lê “Carnaval” em branco, e uma porta-estandarte feminina, com a inscrição em negro sobre branco “1979 Paraty”. O detalhe é que todas as informações da contracapa do disco são escritas à mão, em letra bastão, o que reforça a impressão de um trabalho feito em uma escola. A contracapa é rica em informações. Dou destaque para a existência de créditos nominais dos membros do grupo de teatro Guarda a Chave no Trombone, da Sociedade Musical Santa Cecília e dos ritmistas da Escola de Samba Villa de Paraty. Ou seja, de todos os que participaram do registro sonoro no disco.

O desenho da capa é de Themilton Tavares, um ator de teatro nascido em Niterói em 1946, falecido em março de 2016, que se encantou com Paraty. Foi morar na cidade nos anos setenta (1975), deixando sua carreira em São Paulo para mudar de vida. Themilton, entre outros personagens, trabalhou com a educação, a cultura e o cotidiano de Paraty. A música Marcha do Boi Malhado foi feita para o texto autoral de Themilton, encenado pelo grupo, falando sobre a liberdade do boi brincar pelas ruas de Paraty.

A cidade vivia o momento que se seguia à implantação do Programa de Cidades Históricas¹ (PCH). No boletim do IPHAN em sua nova configuração, unindo o PCH ao CNRC², por iniciativa de Aluísio Magalhães, lê-se; “Comunidade debate seus problemas”. A matéria dá destaque à “mobilização da comunidade, que dois meses antes do Seminário de Paraty se organizou em comissões e iniciou o

debate sobre os problemas e as perspectivas do município” (IPHAN, 1979, P. 3). Realizado no contexto da promulgação da Lei de Anistia (1979), este Seminário de Paraty permanece uma referência histórica ligando pela primeira vez a ideia de patrimônio às organizações das comunidades rurais tradicionais. Ao descrever certas práticas sociais de uma cultura histórica relacionando patrimônio e identidade em Paraty, levanto a hipótese de que essa relação se transforma em um contexto histórico contemporâneo. Entre outras coisas, porque ocorre uma disputa entre a organização patrimonial do conjunto arquitetônico da cidade, o turismo cultural e as novas vivências ligadas ao patrimônio imaterial, onde a produção da poesia cantada e da dança “assumem o papel de veículos desse trabalho de perpétua elaboração de uma memória compartilhada e de organização de relatos do passado do ponto de vista do presente”. (TRAVASSOS, 2007, P. 141). Fato que analiso através dos documentários que realizei para o Silo Cultural desde o II Encontro de Fandango e Cultura Caiçara, em Guaraqueçaba, PR, em 2008. Momento de entrega do pedido de registro do Fandango Caiçara como bem cultural imaterial ao IPHAN.

Este encontro foi resultado da mobilização de múltiplos agentes sociais ligados à cultura. Uma Rede Caiçara de Cultura. Mas, nesta rede contemporânea, qual a presença de Paraty? O que é apontado como autenticidade cultural? Quem afirma o caiçara da Cidade Histórica de Paraty? Nesta síntese do terceiro capítulo da minha dissertação trato das disputas pela construção de um presente cultural em Paraty. Disputas para legitimar o sua tradição, sempre renovada no calendário de suas festas tradicionais, num momento de violenta transformação. A festa disputada como valor de um patrimônio comum a todos os *paratienses*, mas que passa a servir também para receber pessoas, para gerar renda, negócios, prosperidade. Até a produção de eventos só para atrair mais turistas.

A nossa ansiedade era que além das festas tradicionais, como a festa do Divino, a gente queria alguns eventos que acabassem com o nosso problema da baixa temporada. Que era onde a cidade ficava totalmente vazia. A FLIP, na verdade, veio exatamente em julho pra isso. Ai, voltamos à festa do Divino. Se a gente, nos anos setenta e ainda oitenta, tinha aquela festa, daquela forma, porque era uma necessidade. (A presença de camelôs do Vale do Paraíba, atrações de feira, brincadeiras e rodas em torno do comércio de pentes e calcinhas). Por que hoje, depois de Paraty estar lá na esquina do mundo, com essa visibilidade dos eventos, nós ainda insistimos nesse modelo? Na verdade quando você tem a festa no meio daquela situação é hoje uma coisa totalmente sem identidade. (PEREQUÊ, IN: REDE CAIÇARA DE CULTURA, 2016 [Defeso Cultural, 2012]).

Esta avaliação da descaracterização da identidade tradicional de Paraty, já era percebida nos anos noventa. Quando se procurou utilizar a TV comunitária, ECOTV fundada em 1990, na mobilização do imaginário coletivo em favor das festas. É inclusive o momento em que a historiadora Marina de Mello

e Souza escreve o seu livro Parati (com i) a cidade e as festas, eco de uma memória afetiva narrada por sua amiga de juventude Nena Gama, que costuma dizer: “Já vai? Mas agora que a festa vai começar!”.

No final dos anos sessenta, depois em 75 com a abertura da estrada, o turismo começou a chegar. Os jovens querem ter tudo o que as pessoas que vem de fora têm. A cultura deles. Você quer ter a roupa que eles têm. O tênis que eles têm. Muito daquele nosso modo de vida de comunidade, que vivia em torno de si mesma, ele vai se diluindo. O que é natural. Ela foi se apropriando e se ampliando. Se abrindo e recebendo informações. O que aconteceu? O negativo disso foi que aquela tradição tão bem guardada, ao longo de todos esses séculos de esquecimento, começou a deixar de ter importância. As próprias festas religiosas começaram a perder expressão, participação. Foi virando uma coisa careta. Sabe? Os jovens já deixavam de participar. Não era mais uma atração. Só os mais antigos que achavam graça. E aí, a televisão, quando ela chega, ela começa a pôr foco naquilo que era a essência da cidade. Aquilo que era genuíno, verdadeiro da população de Paraty. Da sua comunidade. A gente fazia as transmissões ao vivo da Festa do Divino. Dentro da igreja a gente instalava uma unidade móvel, lá na torre da igreja a gente subia com aquele equipamento todo pra fazer a transmissão ao vivo. (GAMA, 2018, História de vida).

Então o fenômeno coletivo de sobrevivência da tradição tem um impulso institucional da TV da cidade para reforçar a estima dos moradores de Paraty por suas festas. De certa forma, retornamos ao fenômeno de circularidade da cultura analisado por Marina em seu livro, quando nos falou da inovação de 1981, introduzida por sugestão do historiador de Paraty Diüner Mello, para que as bandeiras fossem à roça com os catequistas buscar os donativos para a festa do Divino. Uma mobilização para maior participação coletiva da roça na festa da cidade. Agora vimos uma participação da TV para mobilizar a própria cidade. Mas todos estes movimentos eram legítimos na medida em que partiam de membros da comunidade local. O que acontece quando o processo de legitimação patrimonial vem de fora? Como no caso do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?

Muitos dos novos habitantes que vieram para Paraty logo após seu tombamento estavam, por exemplo, em busca de uma comunidade tranquila, de um paraíso, de um lugar aconchegante e protegido dos grandes centros. Porém, esses moradores assistiram à transformação da cidade em função do turismo, o qual gerou necessidades de expansão e a perda de muitos dos moradores tradicionais do Bairro Histórico, que passou a abrigar pousadas e comércios voltados para as épocas de grande temporada. Atualmente, o Bairro passou a ser visto por alguns pesquisadores, como a arquiteta Ana Consciência (2009), arquitetos e moradores locais, quase como um cenário para motivar seu principal atrativo econômico, o turismo. (PRIESTER, 2015, P. 146).

Assim, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), todo escrito com maiúscula, porque se trata de uma apropriação da prática coletiva da cultura por uma instituição da nacionalidade, torna-se uma forma ambígua, no mínimo, de controle do espaço social de reprodução

das tradições imateriais dos membros daquela comunidade. Ai começa uma disputa, onde a ortografia do nome da cidade é apenas uma das manifestações do dissenso que aparece nos documentos.

ANISTIA E LIBERDADE

O contexto em que se abriu para a sociedade o debate sobre o turismo cultural, antes restrito ao lado de dentro do IPHAN, e dos órgãos de planejamento do Estado, foi exatamente o momento quando o PCH se transferiu para o âmbito do Patrimônio. Isto ocorreu na reforma administrativa empreendida por Aloísio Magalhães, durante a gestão de Eduardo Portella no MEC, que começou em 1979.

Com Aloísio, e aí então já é uma mudança de governo, que é quando Mário vai para a Funarte, Aloísio assume a SEC, é criada a Secretaria do Estado da Cultura – isso aí eu tenho no meu livro, as datas, tudo certinho, que para mim hoje já não estão tão claras – e é criada a Pró-Memória, com a junção do Programa de Cidades Históricas (PCH), o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural). (BOTELHO, In: CPDOC/FGV, 2005, P. 2).

Em minha pesquisa, para além da reforma administrativa do Estado em 1979, o mais importante foi levantar algumas ações organizadas por artistas ligados às questões sociais vividas em Paraty a partir daquele momento histórico. Vistas dentro de uma perspectiva de aceleração do fluxo de pessoas e informações na região. Não só em função da estrada Rio-Santos, mas também devido às modificações nas relações políticas e suas manifestações culturais, suas práticas e seus discursos em todos os setores da sociedade brasileira.

A bailarina e coreógrafa Vanda Mota, fundadora do Silo Cultural em Paraty (2001), é natural de Teresina, Piauí. Nascida em 1966, a artista adotou a cidade de Paraty nos anos 90 como lugar de ação e inspiração para suas criações. Sempre esteve atenta ao fluxo intenso de pessoas e fazeres culturais vindos de diversos lugares do Brasil e do mundo para aquele lugar cultural. Por esta razão, foi de Vanda a proposta de que a rede cultural ligada ao patrimônio imaterial caiçara se chamasse Rede Caiçara de Cultura, e não de cultura caiçara. Porque estando o foco da luta política centrada na defesa de um território cultural, não se devia dispensar a participação dos agentes de uma circulação contemporânea da cultura para um projeto de transformação positiva da identidade caiçara em patrimônio brasileiro.

Nossas entrevistas realizadas em 2008, presentes nesta pesquisa, eram a base para a montagem de um roteiro. O roteiro de um espetáculo reunindo a música, a dança e o teatro. Espetáculo sobre cultura caiçara, mas onde o enfoque não fosse o resgate de uma cultura tradicional como se ela estivesse se afogando. Procurávamos os aspectos de questões históricas sobre a influência recíproca entre a

contracultura e as comunidades tradicionais. As pessoas que vieram a Paraty nos anos 70 influenciaram com a sua presença a vida das comunidades locais? E o contrário, também foi verdadeiro?

Por isso entrevistamos Themilton Tavares Filho (nascido em 1946, falecido em março de 2016) que veio pra Paraty em 1975. Foi ator em São Paulo. Trabalhou como modelo de publicidade. Foi membro do grupo de Antunes Filho. Formou seu núcleo de teatro na cidade de Paraty, com o grupo Guarda Chave no Trombone. Participou na formação política da militância do Partido dos Trabalhadores no momento de sua criação em Angra dos Reis e Paraty.

Fiz muito comercial, tinha cara de classe média que vendia produtos. Fiz um filme de longa metragem. Fui galã de novela. A minha carreira em São Paulo foi muito positiva, especialmente porque eu matei a minha vontade, a minha vaidade de ator. E aí chegou num ponto em que eu vi... em plena ditadura, eu vim pra cá em 75. E eu comecei a perceber que não era aquilo que eu queria estar dizendo. (TAVARES, 2008, História de Vida).

Themilton também viveu aquele momento da juventude *flower power* dos anos 70.

E aí quando eu resolvi que não queria mais nada eu vim passar um fim de semana em Paraty que resultou em 31 anos. Voltei em São Paulo pra entregar as minhas coisas, dar as minhas coisas e vim pra cá e fui morar numa casinha de pau-a-pique e sapê na beira do mar e foi um dos melhores momentos de minha vida. (TAVARES, 2008, História de Vida.).

Sua trajetória é, contudo, singular, pois Themilton se insere no contexto social e cultural da Cidade Histórica de Paraty dentro de outra perspectiva política.

Aqui em Paraty eu aprendi a questão política. Eu comecei a entender que tinha gente muito pobre. Por exemplo, aqui em frente de casa tinha uma família que a casa literalmente caiu de pobreza. Então eu comecei a perceber que não dava pra ser feliz vendo a pobreza alheia, vendo a miséria alheia. E aí, eu comecei a me envolver com política. Entender a importância da política. De ter uma definição política. Foi nessa época que surgiu o PT, eu sou um fundador do PT. (TAVARES, 2008, História de Vida.).

Ele estabelece relações com a sociedade organizada em torno de um novo projeto, entre outros, através da figura de Abílio Alapenha, militante fundador do núcleo do Partido dos Trabalhadores em Paraty, que foi assassinado quando era secretário de obras de Angra dos Reis em 1996.

Abílio era secretário de obras do município. Ele veio a Paraty fazer um serviço na época do governo Dito Gama. Convidaram ele pra secretário de obras. Olha como esse mundo é engraçado. Eu ia pro Rio, Zé Claudio (ex-prefeito de Paraty, 2000-2004) ia pro Rio. E Zé Claudio armou uma carona com Abílio. Eu não conhecia Abílio. Zé Claudio em cima da hora desistiu da viagem, e eu fui pro Toronto (um bar no centro histórico) encontrar esse tal de Abílio pra me dar carona, mas não tinha a menor noção de quem fosse. Tinha uma pessoa lá, eu perguntei: Você é Abílio? Sou. Então eu sou o cara que você vai dar carona. E foi o maior amigo que eu tive na minha vida. Uma pessoa

maravilhosa que... Na verdade eu fundei o PT porque o Abílio não estava aqui. Eu fui fundador do PT pro Abílio, entendeu? (TAVARES, 2008, História de Vida).

Na trajetória singular de Themilton vemos um exemplo forte da complexidade da circulação de pessoas e saberes em trânsito na história contemporânea de Paraty. Se por um lado ele traz na bagagem trabalhos com Antunes Filho, ou montagens de peças de Edward Albee (1928-2016), suas escolhas e descobertas, ao tornar-se paratiense, tenderam para um teatro popular, relacionado com intenções educativas, nos quais Themilton enxergava uma ação política.

Então aqui em Paraty houve uma virada da maior importância que foi... Eu deixei de dizer o texto que os outros escreviam e eu dizia, pra eu escrever o que os outros iam dizer. Essa virada foi fundamental na minha vida. Aqui em Paraty eu aprendi a questão política. Eu comecei a entender que tinha gente muito pobre. (TAVARES, 2008, História de Vida).

É através da descoberta desta consciência social, de uma possibilidade de ação no mundo ao redor que ele encontra sua capacidade de produzir os próprios textos e mobilizar os atores. Um esforço comunicativo. Um sentido artístico para a descoberta do real, que ele propõe como método teatral para o seu novo círculo social.

Era um estudo profundo da cidade. Era um grupo enorme A gente fez um levantamento de todos os problemas da cidade. E tudo acontecia ali na pensão daquela mulher, da Dona Benita, que em plena época de turismo estourava a fossa. Derly era o cara que limpava a fossa. Vilma era a empregada da peça. Amaury era o filho da Dona Benita. Bel era a dona da pensão. Então a gente estudou tudo que a gente via de problema na época de Paraty, hoje os problemas são muito mais graves (risos). Eu acho que politicamente a gente avançou muito ao entender o nosso entorno. (TAVARES, 2008, História de Vida.).

O tempo era de mudanças radicais na cidade como território, como estrutura econômica. Mas com a chegada crescente dos turistas também se transformavam os costumes, o estilo de vida dos moradores de Paraty.

PATRIMÔNIO E MOVIMENTO CULTURAL

Os verões de 1979 e 1980 entraram para a história. O “verão da anistia”, como nos conta Maria Paula Araujo (ARAUJO, 2012), foi quando os exilados voltaram e foram recebidos com festa no aeroporto do Galeão. Depois a tanga de crochê lilás de Fernando Gabeira criou buchicho na praia de Ipanema, no Rio de Janeiro. Em Paraty, os seus moradores da área urbana e rural caíram de cabeça em uma nova era.

Parte dessa transformação nunca foi documentada, uma vez que as questões intersubjetivas, ligadas à sexualidade e às drogas, vivas nos chamados movimentos de contracultura, eram tachadas por vezes simplesmente de “*desbunde*”. Ainda não eram levadas em consideração no debate como questões políticas da sociedade. Eram tratadas apenas como problema de foro privado, no interior das famílias. Mas mesmo assim era uma barra enfrentar as famílias. As mentalidades são formadas dentro do tempo histórico. Certos códigos culturais de fato permanecem até hoje como força identitária para propostas políticas de extrema direita. Naquele momento dos anos 70 estavam sendo questionados esses valores.

BENÉ - (...) mas antes do Valhacouto (bar de Zé Kleber) já tinha o bar do Abel. Que era onde os boêmios de Paraty, o pessoal mais velho e o pessoal de fora, esses que já tinham casa em Paraty que moravam fora, o bar do Abel era o bar! Claro que as mães das adolescentes não deixavam frequentar, né. Nós morávamos nessa rua, eu e Vilma, então não tinha como não passar ali na frente. Então a gente passava. De dia dava pra ver.

BT - Artistas e boêmios antes do movimento hippie.

BENÉ - E isso, de uma certa maneira, foi muito enriquecedor, abria muito a cabeça de todo mundo, porque a gente sabia que a vida não era só de uma forma. Tinham varias outras formas de viver. (VILMA, ZULMIRA E BENÉ, 2008, História de Vida).

As questões patrimoniais se enriquecem com esse trânsito de saberes. Quando ente 2008 e 2009 o dossiê da Festa do Divino foi elaborado para sua publicação pelo IPHAN, diversas memórias sociais foram mobilizadas para mostrar como o patrimônio imaterial está em permanente transformação.

O que atualmente se conhece como ciranda em Paraty era antigamente chamado de chiba, que era o baile da roça. Estes bailes duravam a noite toda e as pessoas executavam diversos tipos de danças, como a cana verde, canoa, filipe, arara. Hoje nos bailes das comunidades rurais se houve principalmente o forró, mas a ciranda ainda é bastante popular em Paraty. Em 2005, surge o grupo Ciranda Elétrica, que propõe um olhar contemporâneo sobre o som da ciranda “(re) paginando a tradição caiçara e reencantando costumes que vinham adormecendo”. Após uma série de experimentações, acrescentou-se à tradicional música caiçara elementos do rock’n roll, como guitarra e baixo, gerando uma ciranda modernizada. (Fonte: “Movimento caiçara de cultura revivendo tradições” Apud: IPHAN [Dossiê da Festa do Divino], 2010, P. 67).

Mas, antes de 2005, as políticas de patrimônio imaterial já mobilizavam a cidade e suas lideranças políticas, no sentido de promover a identidade caiçara. O prefeito José Claudio Araujo encomendou um estudo de turismo cultural onde pela primeira vez encontramos o termo caiçara presente no texto da cultura institucional. Trata-se de um evento cultural esportivo dentro da Reserva Ecológica da Juatinga: o “Futjuá” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY, 2003, P. 137). Tendo o futebol como pretexto a prefeitura apoiava a celebração das raízes caiçaras em uma reunião à moda indígena para comer,

beber, cantar, dançar e discutir os assuntos de interesse da Reserva. Ou seja, mobilizar os moradores das comunidades nativas da costeira para se organizarem socialmente e valorizarem sua cultura.

O prefeito José Claudio fora secretário de cultura nos anos oitenta, estando viva na memória a sua atuação em prol do turismo, ainda incipiente, com atrações locais.

Ai indo e voltando de Paraty, em 86 eu conheci na praça o Beбето, o Peninha e mais o Chica, e começamos a tocar na rua. Porque Paraty estava muito ruim em 86. Não tinha nada, tinha tido a enchente, e o Zé Claudio era o secretário de turismo e a gente era a única atração. Eu tinha uma casa aqui (Pedras Azuis) e o Zé Claudio dava o dinheiro da gasolina pra gente tocar a noite e voltar pra cá. Era o pagamento que a gente tinha. A gente formou o grupo Farinha Seca. Tocava na rua e rodava o chapéu. (PEREQUÊ, 2017, História de vida).

Em 2001, a Folha de São Paulo publicou uma matéria sobre a cultura GLS (nome histórico do atual movimento LGBTQI+) em Parati. Mais uma vez aparece a grafia do I. Exatamente para falar de como a cidade precisava se modernizar para receber os turistas. O então recém-eleito prefeito José Claudio, qualificado pelo veículo de comunicação como “o professor de história e hoteleiro”, tinha adotado uma nova classificação para hotéis e pousadas daquela Parati. Em vez das estrelas da Embratur, ele ia usar peixes, que podiam ser “cor-de-rosa ou com as cores do arco-íris se o hotel quisesse ser identificado com o público homossexual”. Era o tempo da campanha para elevar Parati (com ou sem Y?) à categoria de patrimônio da humanidade pela UNESCO. Mas para o José Claudio a classificação das pousadas com peixes coloridos tinha como objetivo incentivar os empresários de hotelaria a investir no treinamento de pessoal. Este sempre foi um fato recorrente sobre a modernização turística.

O cara monta um hotel, ele não gosta da mão de obra dos caiçaras, acha fraca. Eu sempre ouvi muito essa reclamação, aí o cara traz os empregados dele de São Paulo. Mas chega aqui, o empregado dele tem que ir na peixaria do caiçara comprar, então ele demora também a chegar com o peixe (ri). O cara é mandado embora e fica aqui também. (PEREQUÊ, 2017, História de vida).

Vira um caiçara também. E entra no circuito da vida local. Uma vida de cidade pequena, que foi perdendo suas características. Características como o fato de que todo mundo se conhecia, e por consequência a vida privada ganhava um caráter público. Incomum nos grandes centros urbanos entre as camadas médias, onde aparecem questões morais em disputas históricas de opiniões, que podem ser publicamente afirmativas, ou hipocritamente escondidas. Isto se revela no interesse da repórter pela atitude pessoal do prefeito em relação às eleições daquela Parati, ainda vivendo a rebeldia entre o uso afirmativo de um I e a conformidade de um Y.

Folha Online - O senhor assumiu que é gay. Isso aconteceu antes das eleições?

Araújo - Eu não assumi nada, já nasci assim. Eu sou natural. Aqui todo mundo sabe de todo mundo. Quem pensa que tapa o sol com a peneira está muito enganado. (FOLHA ONLINE, 2001).

Uma das questões que se coloca à história é a relação cultural com o tempo. A pergunta se impõe nas palavras de Le Goff: “Que relações tem a história com o tempo, com a duração, tanto com o tempo 'natural' e cíclico do clima e das estações, quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades?” (LE GOFF, 1990, P. 7).

Ao afirmar que natural é nascer assim, não me parece que José Claudio esteja fazendo uma afirmação biológica. É mais uma expressão da linguagem. Eu sou verde, por exemplo, quer dizer imaturo. Ou que sou politicamente identificado com a preservação do reino vegetal. O “eu sou natural” vem conectado com uma sentença cultural, o saber de todos. De um grupo, uma coletividade, uma cidade. “Tapar o sol com a peneira” quer dizer esconder o que todos já sabem naturalmente. Natural como o tempo vivido pelos indivíduos em sociedade.

Uma cidade que marca seu tempo por festas religiosas, onde todos se encontram, sabem quem são os membros de seu mundo comum, não há como se esconder. Sendo o prefeito um indivíduo dentro desse contexto social, de sua vida pessoal só não sabe quem não quer. Seus atos privados serão virtudes públicas, de acordo com a legitimidade social que suas escolhas tiverem, por exemplo, em um momento histórico de determinada eleição para prefeito. Pois, como explica Laborie (2009), a opinião não é uma categoria universal, e sim uma construção que resulta de sua própria história e que contribuiu para produzi-la.

CONCLUSÃO

O argumento de minha dissertação retorna sempre à circularidade da cultura. Porque entendo que o fenômeno cultural dentro da história está em movimento. Mas entendo também que a legitimidade em disputa entre os agentes sociais faz da cultura um campo minado de interpretações. Umas falaciosas, outras esquemáticas demais, que a própria história dos atores sociais desmente. Mário de Andrade era extremamente sagaz quanto à presença de uma legitimidade em disputa na circulação da cultura. Em seu diário de turista aprendiz ele indicou parte do jogo de poder envolvido com a invenção da cultura brasileira, e do turismo cultural. Ao pôr o termo legítimo em contraponto com o autêntico, Mário falou:

A falta brasileira de organização é tamanha que tudo o que vendem dos índios, no mercado de Belém, é legítimo. É tudo bastante feio, sem valor, usado. Inda não teve quem se lembrasse que é falsificando que a gente consegue tornar estas coisas de mais valor, não só fazendo mais bonito e

mais bem feito que os índios, como valorizando as coisas deles, por torná-las legítimas e mais raras. É o documento falso que torna o verdadeiro, legítimo. Ora, o valor nunca está propriamente na verdade, e sim na legitimidade, não acha mesmo? (ANDRADE, 2015 [1927], P.189).

Então patrimônio e cultura caiçara, turismo e comportamento, são processos de adaptação às transformações de um espaço social no tempo histórico, onde os códigos estão em disputa por legitimidade. As manifestações desta disputa vão da ortografia do nome da cidade de Parati(y), aos protestos políticos emancipatórios. Seja da identidade tradicional, seja da identidade individual contemporânea. Se não há um espaço superior ou inferior da cultura, nenhuma escolha é boa demais ou ruim demais a priori. A dificuldade está em negociar a liberdade de escolha com os projetos de apropriação de valores que trabalham com a invisibilidade dos processos históricos sociais.

As identidades apropriadas podem camuflar as contradições mais flagrantes da distinção social. Não apenas a desigualdade entre as classes sociais, mas a livre manifestação de diferentes códigos da cultura, que são um reflexo cambiante e poderoso para a interpretação dos espaços sociais em transformação. Não há uma única moral subjacente ao conjunto da sociedade, porque a identidade é um fenômeno de comunicação e os códigos mudam de sinal. Se um núcleo familiar der apoio para o indivíduo estigmatizado, aquela família funcionará como fonte irradiadora para memória afetiva do grupo circundante, reforçando os laços de identidade e pertencimento. Se o patrimônio for assumido como prática coletiva de valorização da diferença, será fator de crescimento do respeito pelo caráter plural de toda a sociedade.

Mas tudo depende do jogo das máscaras que os atores sociais usarem para se identificar. “Ninguém sai da grande roda. Ninguém sabe onde é que andou. Mas, se ninguém lembra, nem o que sonhou, aquele menino canta a cantiga do pastor”. (MADREDEUS, 1990). Por isso Themilton alertava sua turma em 1979, na letra da última canção de Carnaval 1979 Paraty, para o lado B que toda identidade pode vir a ter na história da cultura. O logos no devir de Themilton é o teatro que todos representamos no palco da vida.

Muitas máscaras se usa
Cara mesmo poucos têm.
Muita gente usa e abusa
Vira máscara também.
Cuidado menina
Cuidado rapaz
Descubra sua cara
Descubra se for capaz.
(TAVARES, 1979).

REFERÊNCIAS

DISCOS E CDS

KLEBER, José. Serenata em Paraty. São Paulo. RCA, 1967/1969. 1 disco. (14').

MADREDEUS. Existir. Europa. EMI-Valentim de Carvalho, Música Ltda, 1990. 1CD (41').

TAVARES, Themilton et. ali. Carnaval 1979 Paraty. Paraty, Independente, 1979. 1 disco (8').

DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS.

REDE CAIÇARA DE CULTURA. Seis vídeos. Coração da Jureia (2008), Guaraú (Peruíbe, SP, 2009), Iguape e Cananeia (SP, 2011), III encontro da Rede Caiçara de Cultura em Paraty (RJ, 2013), Eu brasileiro (Ubatuba, SP, 2012), Defeso Cultural (Rio de Janeiro, 2012). Silo Cultural. Paraty, 2016. 75 min. Cor e PB. 1 DVD.

DOCUMENTOS PÚBLICOS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ. Dossiê descritivo de Registro. Elaboração: 2008/2009 Apresentação: 2010. 113 páginas

_____. Boletim número 2, setembro/outubro 1979.
_____. Texto Descritivo Completo – Fandango Caiçara: Expressões de um Sistema Cultural. Associação Cultural Caburé, dezembro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY. Inventário Turístico; Volume I – Aspectos Gerais. Elaborado pela empresa Solving Consultoria em Turismo. Encomendado pela Prefeitura de Paraty, na gestão do prefeito José Claudio Araujo, 2003.

Entrevistas Bruno Tavares e Vanda Mota, 2008.

TAVARES, Themilton. História de Vida. Nascido em 1946 em Niterói, falecido em março de 2016. Veio pra Paraty em 1975 - antes foi ator em São Paulo do grupo de Antunes Filho. Vai formar o núcleo de teatro na cidade ligado à formação política - Fundação do PT. (00;39;05;00)

VILMA, ZULMIRA E BENÉ. História de Vida. Mulheres de Paraty nascidas entre fins de 1950, início dos anos 1960. Muitas histórias sobre influências de forasteiros e estrangeiros nos comportamentos sociais dos jovens até o período da redemocratização 1979-1988. 40 min (parte 1) 35 min (parte 2).

Entrevistas Bruno Tavares.

GAMA, Maria Leontina (Nena). História de vida. Diretora do documentário Um Tao Poeta sobre Zé Kleber, ECOTV de Paraty, 1996. Paraty, RJ, Set. 2018. Entrevista a Bruno Tavares.

PEREQUÊ, Luis. História de vida. De Zé Kleber ao Silo Cultural. Pedras Azuis, Paraty, RJ. Jul. 2017. Entrevista a Bruno Tavares.

ENTREVISTAS INSTITUCIONAIS PUBLICADAS.

ANDRADE, Henrique Oswaldo de. Henrique Oswaldo de Andrade (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 20min). Entrevistadoras: Lia Calabre de Azevedo; Lúcia Lippi Oliveira.

BOTELHO, Isaura. Isaura Botelho (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 5min). Entrevistador: Lúcia Lippi Oliveira

TELLES, Augusto da Silva. Entrevista 26/04/2008. Acervo de memória oral da preservação. Rio de Janeiro. IPHAN, 2010. Entrevistadores: Analucia Thompson, Cyro Corrêa Lyra, Irene Silva Telles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. O turista aprendiz Mário de Andrade; edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. – Brasília, DF : Iphan, 2015.

ARAUJO, Maria Paula Uma história oral da anistia no Brasil: Memória, testemunho e superação. In: Araújo; Montenegro & Rodeghero (Orgs), Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Recife. Editora da UFPE, 2012.

FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. Os intelectuais do Centro Nacional de Referência Cultural e a dinâmica do particular-universal (1975-1979) IN: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anphuro: Saberes e práticas científicas, 2014.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria F.; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

LE GOFF, Jacques. História e memória; tradução Bernardo Leitão [et ali.] Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

MACEDO, Bruno Tavares M. Uma festa literária e um Silo Cultural em Paraty 1975-2015. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFF/PPGH, 2019.

PRIESTER, Mariana Freitas. Os olhares sobre o bairro histórico de Paraty/RJ: Análise de Intervenções na Arquitetura Civil e no Espaço Público. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). P. 193. Rio de Janeiro. IPHAN, 2015.

SOUZA, Marina de Mello e. Parati - A cidade e as festas. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

TRAVASSOS, Elizabeth. Os mandarins milagrosos. Arte e etnografia em Mario de Andrade e Bela Bartok. Rio de Janeiro, FUNARTE; Jorge Zahar Editor, 1998.

TRAVASSOS, Elizabeth. Tradição oral e história. In: Revista de História 157 (2º semestre de 2007), 129-152.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro, FGV,/FUNARTE. 1997.

WEBSITES

FOLHA ONLINE. 21/05/2001 - 22h06. Parati troca estrelas por peixes em hotéis e cria selo GLS. Matéria de Janaina Fidalgo. Acessado em 17/9/2018.

NOTAS

¹Programa Cidades Históricas (PCH) nasceu de um Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste proposto por João Paulo dos Reis Veloso, secretário de planejamento da presidência da república no governo Médici (1969-1974). Ao se tornar ministro do governo Geisel (1974-1979) Veloso expandiu o Programa como parte do II PND, elevando Paraty, com Y, à categoria de Cidade Histórica; Como conta Henrique Oswaldo de Andrade em depoimento à Lucia Lippi “Então, esse relatório ficou pronto e, em 1975, a gente fez um documento que era uma portaria do ministro. Na realidade, ele levou isso à aprovação. Era uma portaria dele, onde ele criava uma coordenação, onde tinha a Embratur, tinha o Iphan e a Secretaria de Planejamento da Presidência, que coordenaria essas ações”. (ANDRADE, In: CPDOC/FGV, 2005, P. 3).

²Em 1975 é criado em Brasília o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O projeto que inicialmente atuaria “basicamente na faixa social, econômica e sócio-cultural (sic), tendo como um dos objetivos fundamentais, preservar, no processo de desenvolvimento econômico, os valores da formação cultural brasileira” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1975), já demonstrava em sua síntese a amplitude de sua proposta. (FERREIRA, 2014, P. 1).

Capítulo 6

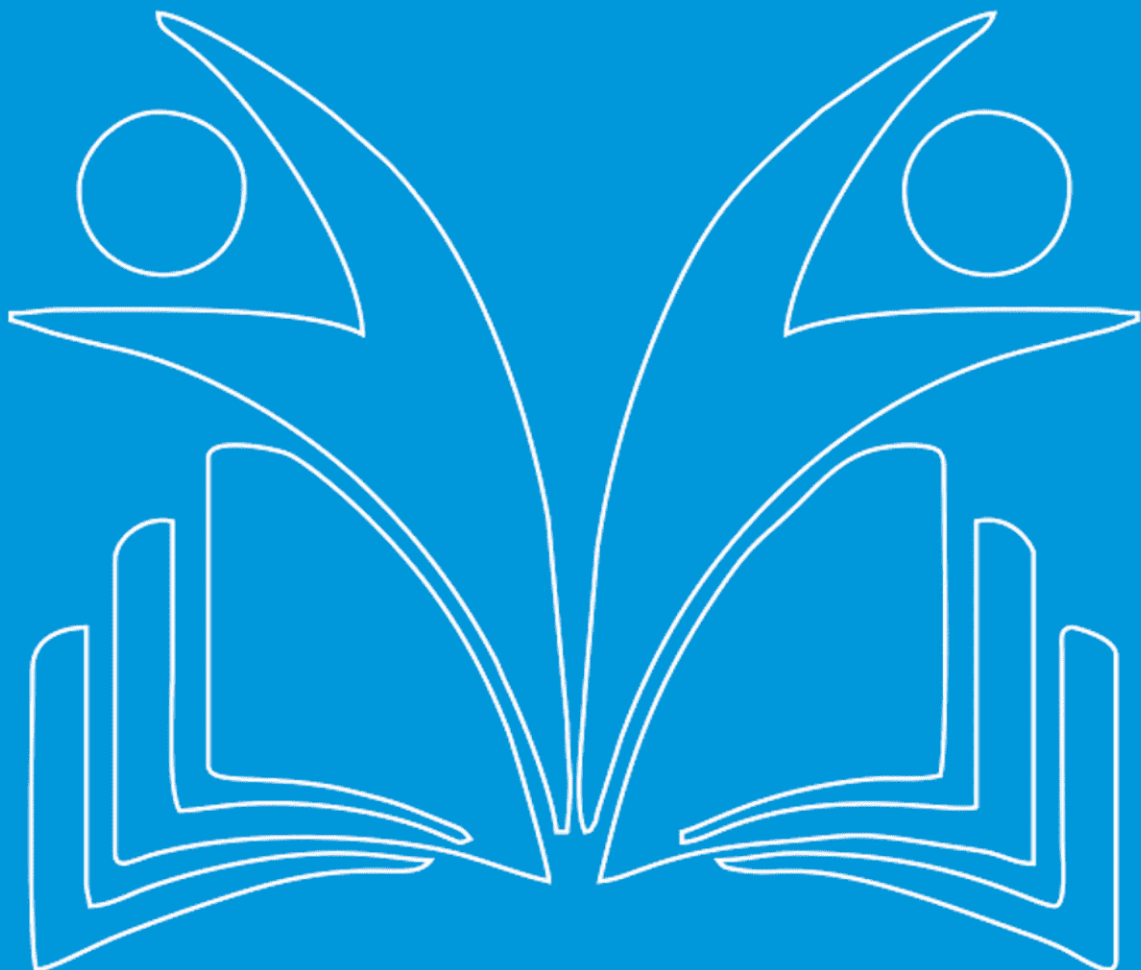


10.37423/220806446

"PELAS PÁGINAS, TRAÇOS E ILUSTRAÇÕES: INDÍCIOS DA REFORMA ATÍLIO VIVACQUA NAS CARTILHAS DE MARIANO DE OLIVEIRA 1928 – 1930 ”

Valter Natal Valim Carlos

Universidade Federal do Rio de Janeiro



FONTES ICONOGRÁFICAS: INDÍCIOS E POTÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS

Bloch (2001, p.79) afirma: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, que toca pode e deve informar sobre ele”. Percebe-se, portanto, a ampliação do conceito de fonte histórica, partindo-se da compreensão de que fontes são registros produzidos pelos sujeitos históricos, ao longo do tempo. Dessa maneira, a problematização das ilustrações contidas nas cartilhas de Mariano de Oliveira: “Nova Cartilha Analythico Synthética” (1916) e “Cartilha Ensino Rápido da Leitura” (1917); busca outros olhares possíveis sobre a Reforma Atílio Vivacqua (1928 – 1930), procurando ampliar a compreensão sobre suas relações de força e tensões.

A adoção das referidas ilustrações como objetos de pesquisa dialoga com as reflexões de Mauad (1996) sobre o emprego de fotografias como fontes históricas, o que aponta caminhos acerca da utilização de imagens na prática historiográfica. À vista disso, observa-se que, embora fotografias e ilustrações sejam ambas fontes imagéticas, guardam, entre si, diferenças e especificidades, no que se refere a sua produção, utilização e circulação. Porém, aproximações são possíveis, uma vez que, ao discorrer sobre “história e iconografia”, a autora destaca a relevância das fontes não-verbais como possibilidades de narrativas historiográficas.

Desse modo, Mauad (1996) evidencia que historiadores, ao problematizarem temas poucos explorados pela historiografia tradicional, ampliam o universo das fontes, para além dos documentos escritos, tomando como objetos de investigação: tradição oral, diários íntimos, literatura, imagens várias, entre outros. Portanto, a interpretação dessas outras fontes possíveis incita historiadores a transitarem por outros campos disciplinares, superando fronteiras e limites. À vista disso, desafios se apresentam: “[...]aprender a relativizar, desvendar redes sociais, compreender linguagens, decodificar sistemas de signos e decifrar vestígios, sem perder, jamais, a visão de conjunto” (MAUAD, 1996, p. 78). Logo, a proposta de construção de uma narrativa historiográfica, que partisse da investigação de fontes iconográficas, ilustrações em cartilhas, direcionou esse estudo para a necessidade de uma fundamentação paradigmática diferente daquela que alicerça outras abordagens históricas. Por isso, a partir das reflexões de Ginzburg, procurou-se um embasamento no paradigma indiciário, pelas possibilidades que ele nos oportuniza. Segundo Ginzburg (2003), o paradigma indiciário faz referência ao “saber venatório”, isto é, um saber que comporta “elementos imponderáveis”, como o faro, o golpe de vista e a intuição.

Consequentemente, o pesquisador, com visão e atitude de detetive, valoriza cada passo do processo de reconstrução histórica, orientando-se pelos seguintes critérios: exaustividade, coerência e economia. Na busca pelos indícios, pistas, rastros, vestígios e sinais, o pesquisador pondera a relevância de todos os dados, observando minuciosamente aquilo que se investiga. Assim, interrogando suas fontes, para fazê-las falar, procura realizar uma leitura a contrapelo das mesmas, examinando as relações de força que lhe são inerentes, do mesmo que também considera os “espaços em branco” e indeterminações da história (GINZBURG, 2003).

Por conseguinte, emprega criatividade e intuição associados a seus critérios de interpretação, procurando unir os “fios” da pesquisa, numa “trama densa e homogênea”, compondo a tessitura narrativa, em que descreve “uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável” (GINZBURG, 2003).

Logo, a partir das ideias de Ginzburg, tomou-se o método indiciário como ferramenta de pesquisa nessa investigação, em busca de pistas e rastros nas fontes iconográficas, ou seja, fios que oportunizassem tessituras de redes da história da educação capixaba, no âmbito da Reforma Atílio Vivacqua (1928 – 1930). Por conseguinte, o tratamento, leitura e análise das fontes produzidas se fundamentaram nos estudos do autor sobre o *método morelliano* e suas “*análises morfológicas*”, bem como suas aproximações com as teorias waburguianas, os quais serão exploradas a seguir.

Ginzburg (2003) informa que o “método morelliano” é atribuído ao historiador de arte, do séc. XIX, Giovanni Morelli, baseando-se em detalhes, “pormenores negligenciáveis”, na investigação de autoria de quadros antigos. Assim sendo, observa que o historiador de arte Morelli na atribuição da autoria das obras de arte, não se detém no óbvio das pinturas, ou seja, nas características marcantes das escolas artísticas, onde se reconhece a tradição cultural de uma determinada época. Então, observa que Morelli volta suas lentes para indícios, detalhes “periféricos”, “pormenores negligenciáveis”, onde se contempla “pequenos gestos inconscientes” que “[...] revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós” (WIND apud GINZBURG, 2003, p. 146).

Dessa maneira, Ginzburg (2003, p.177) assinala a relevância do método de Morelli: “Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais – com uma explícita inovação a Morelli [...]”. Isto posto, o autor destaca as “análises morfológicas” do método morelliano, ou seja, as análises da aparência das obras de arte, da configuração material das pinturas.

Portanto, Ginzburg (2003) entrelaça morfologia e história, de modo que a “análise morfológica” de fontes pode fornecer pistas, que, uma vez tensionadas, possibilitam a emergência de relações de força de

uma época, oportunizando sua compreensão. Desse modo, presume-se que o “olhar morfológico” do método morelliano, no âmbito do indiciarismo ginzburguiano, configura-se como uma ferramenta potente para análise de fontes iconográficas.

Somando-se às “análises morfológicas”, as teorias warburguanas¹ revelam elementos importantes para análise e compreensão das fontes iconográficas. Essas teorias se referem às reflexões do historiador de arte alemão, Abraham Moritz Warburg, mais conhecido como Aby Warburg, reconhecido pelos seus estudos sobre história da arte.

Segundo Ginzburg (2003), Warburg, em suas incursões por períodos da história da arte, problematiza o significado da arte da Antiguidade Clássica para o Renascimento Clássico florentino, assim sendo, procura estabelecer elos entre essas épocas, para tal submete à análise “documentação variada e heterogênea”. Dessa maneira, em sua análise, Warburg toma várias fontes, que poderiam, até mesmo, ser negligenciadas a título de “curiosidade”, porém, ao considerar “documentos de pouca importância”, oportuniza outros caminhos possíveis, onde “vozes humanas articuladas” podem emergir, como testemunhos históricos de sua época. Logo, privilegiando fontes iconográficas, as quais considera como testemunhos figurativos da história, propõe uma “ciência da imagem”, que se revela como “ciência da cultura”, encarando a história da arte, também, como história política, econômica e social.

Em suas teorias, Warburg atribui às imagens a potência de “memória coletiva”, o que vai denominar como “fórmula de pathos” (Pathosformel), assim sendo, para o autor, as imagens estabelecem pontes entre presente e passado, desse modo, a “sobrevivência” da imagem (Nachleben), num “pós vida”, “reaviva experiências”, numa relação solidária entre épocas e culturas. Dessa forma, observa-se a relação entre imagem, memória e cultura, proposta por Warburg, em sua obra: *Bilderatlas Mnemosyne* (Atlas de Imagens Mnemosine); que compreende uma coleção, distribuída em setenta e nove pranchas, com cerca de mil imagens de variados estilos e épocas, abrangendo: pinturas, desenhos, mapas, cartas, cartazes, páginas de livros, entre outros; onde o autor nos propõe possibilidades e alternativas nos campos icônico, iconológico, e cognitivo (GINZBURG, 2002). À vista disso, nessa pesquisa, que se processa a partir de ilustrações em cartilhas escolares, as teorias warburguanas embasam a operação historiográfica no diálogo com essas fontes iconográficas.

1.AS CARTILHAS DE MARIANO DE OLIVEIRA: MÉTODO E ILUSTRAÇÕES MORTATTI

Mortatti (2006) observa que, no advento da República, debates são travados pela metodização do ensino de leitura, o que, nas décadas seguintes, promoveria a institucionalização do método analítico de alfabetização, que, naquela altura, era considerado como moderno e científico. Então, em meio às disputas travadas pela hegemonia de determinados métodos de alfabetização, a defesa pelo método analítico para o ensino da leitura se deu segundo o princípio de que o mesmo contemplaria em plenitude o fenômeno da linguagem, do mesmo modo que estimularia o processo de percepção infantil, por se fundamentar na lógica do “todo” para a “parte”, ou seja, parte da compreensão inicial da palavra, frase ou texto, para análise posterior dos valores fonéticos das unidades menores: sílabas e letras.

Mariano de Oliveira integra a geração de professores paulistas que, nos anos iniciais da era republicana, contribuíram para a constituição do modelo educacional irradiado, a partir de São Paulo, para os outros estados brasileiros. No campo das ideias pedagógicas, em coautoria com Ramon Roca Dordal e Arnaldo de Oliveira Barreto, produz, em 1914: *Instruções praticas para o ensino da leitura pelo methodo analytico* – modelos de lições; no qual defendem o método analítico de alfabetização. Por conseguinte, Mariano de Oliveira, enquanto escritor didático, se empenharia na difusão do referido método, como aponta sua produção literária que inclui: livro didático para ensino de leitura, cartilhas, livros de leitura, textos em periódicos e documentos oficiais (SOBRAL, 2007).

As cartilhas de Mariano de Oliveira: “*Nova Cartilha Analythico Sinthética*” e “*Cartilha Ensino Rápido da Leitura*”; tiveram notória circulação e longevidade no cenário educacional local e nacional. A primeira edição da “*Nova Cartilha Analythico Sinthética*” é de 1916, no entanto a mesma seria publicada até 1955, alcançando a 185ª edição, contabilizando um total aproximado de 825.000 exemplares publicados, desde seu lançamento. Já a “*Cartilha Ensino Rápido da Leitura*” teve sua primeira edição em 1917, sendo que em 1997 atingiria 2.232 edições, totalizando a produção de 6 milhões de exemplares². Primeiramente, as cartilhas foram editadas pela Editora Weiszflog Irmãos, porém, a partir de 1920, seriam publicadas pela Companhia Melhoramentos, que, ao incorporar a editora citada, passa a deter os direitos das referidas obras.

Nessa investigação, os seguintes exemplares³ foram analisados: “*Nova Cartilha Analythico Sinthética*”, 27ª edição, e a “*Cartilha Ensino Rápido da Leitura*”, 19ª edição, ambas de 1923. Na sequência, apresenta-se breve descrição⁴ didática dessas cartilhas, atentando-se para o modo como Mariano de Oliveira explorou o método analítico de alfabetização nas mesmas.

A “*Nova Cartilha Analythico Synthética*”, 27ª edição, de 1923, traz em sua folha de rosto a seguinte chancela: “Aprovada e adoptada oficialmente no Estado de S. Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraná e Goyaz” (OLIVEIRA, 1923a, p. 1). A cartilha contém 100 páginas, sendo que lições, não numeradas, distribuem-se da página 5 à página 88. As páginas 89, 90 e 91 se dedicam ao estudo do alfabeto. E, a partir da página 93, encontra-se transcrito: “*Instruções praticas para o ensino da leitura*”; que orientam, didático e metodologicamente, o uso da cartilha, cujas lições estão organizadas em cinco “Passos”, que serão abordados a seguir.

No “1º. Passo”, o autor sugere que, a partir da observação de objetos ou estampas, os alunos enunciem sentenças relativas aos mesmos, de modo que se forme uma pequena história (OLIVEIRA, 1923a). Logo, as lições que correspondem a essa etapa apresentam ilustrações que sugerem um tema, seguidas de “historietas⁵”, as quais se desdobram em sentenças numeradas, em que palavras se repetem, oportunizando a fixação do conteúdo apresentado.

Nessas lições, as seguintes ocorrências se destacam: letras cursivas maiúsculas e minúsculas; tempos verbais, nos quais predominam o gerúndio e o presente do indicativo; nomes de cores; e, diminutivos, que sugerem conotação afetiva. A linguagem adotada é simples e direta, empregando palavras conhecidas, o que revela cuidado do autor ao se dirigir ao público infantil.

No “2º. Passo”, nas páginas 10 e 11, as sentenças são destacadas das “historietas”, sendo escritas em colunas verticais justapostas, palavra por palavra. Os alunos devem ler as sentenças nessa nova disposição para fixação das palavras, a partir das quais devem ser formuladas novas sentenças. Aqui há recomendação para que o professor prepare bem a lição, para que não haja hesitação na formulação de novas sentenças (OLIVEIRA, 1923a).

A partir da página 16, é introduzido o seguinte formato de lição: uma ilustração sugere o tema de uma “historieta”, composta de sentenças numeradas em letras de forma e, ao final, evidencia-se uma sentença, sem numeração, em letras cursivas. Logo, essa é a disposição adotada nas demais lições que se seguem.

No “3º. Passo”, a partir da página 47, é recomendado que, após a análise das sentenças, seja introduzido o estudo das sílabas iniciais das palavras destacadas. Dessa forma, uma sentença é tomada e escrita na vertical, evidenciando-se cada palavra da sentença, em seguida, são destacadas as sílabas iniciais dessas palavras. Num segundo momento, são apresentados grupos de palavras iniciadas pelas mesmas sílabas, acompanhadas de ilustrações avulsas que lhes correspondem.

No “4°. Passo”, a partir da página 54, além das sílabas iniciais das palavras, as demais sílabas são estudadas, formando-se novas palavras com sílabas que são destacadas no conjunto de palavras. O autor recomenda que as sílabas sejam pronunciadas vagarosa e espaçadamente para compreensão e fixação das mesmas (OLIVEIRA, 1923a).

No “5°. Passo”, na página 88, por fim, as consoantes são estudadas a partir de dois diagramas, divididos em quatro colunas, que exibem grupos de palavras, iniciadas com consoantes diferentes, porém terminadas com grafias e sons idênticos, podendo ser rimadas entre si. (OLIVEIRA, 1923a).

Ao final das lições, apresenta-se o alfabeto disposto verticalmente, sendo, a cada linha, exibida uma consoante ou vogal, do seguinte modo: em letras de forma maiúscula e minúscula; uma palavra dividida em sílabas, com a sílaba inicial enunciando a letra estudada; uma ilustração correspondente à palavra; por fim, repete-se a consoante ou vogal, em letras cursivas maiúscula e minúscula. Conforme exemplo: “[...] D – d – de...do – [ilustração] – D – d [...]” (OLIVEIRA, 1923a, p.89).

Na página final das lições da cartilha, o alfabeto (incluindo as letras “k” e “y”) é, novamente, mostrado, horizontalmente, em letras de forma e cursivas minúsculas, em letras de forma e cursivas maiúsculas, ao final, os numerais: 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 0; em escrita de forma e cursiva, seguidos do símbolo do cifrão (\$).

A “*Cartilha Ensino Rápido da Leitura*”, 19ª edição, de 1923, apresenta, na folha de rosto, a chancela: “Aprovada e adoptada oficialmente no Estado de Sta. Catarina e adoptada no ensino do Distrito Federal, Espirito Santo, Paraná, Rio Grande do Norte e Piauhy” (OLIVEIRA, 1923b, p. 1).

A cartilha contém 48 páginas, sendo numerada a partir da página 3, que traz a primeira lição, onde observa-se cinco palavras, em letras manuscritas, iniciadas por vogais: “aza”, “ema”, “íman”, “ovo” e “uva”, sendo que sob cada palavra, há ilustração correspondente; abaixo dessas ilustrações, as palavras são separadas em sílabas; no final da página são destacadas as vogais: “a, e, i, o, u”.

Nas lições seguintes, em letras manuscritas, as consoantes são apresentadas por meio de palavras, sendo todas substantivos, que, em seguida, são separados em sílabas. Na sequência, esses substantivos aparecem acompanhados dos artigos singulares: “o” e “a”, indicando seu gênero. Em etapa posterior, os substantivos são empregados em sentenças numeradas, que, embora vinculadas entre si, não compõe “historietas”. A partir da página 12, são introduzidas as letras de forma na escrita das sentenças e palavras avulsas.

De início, já se evidencia a adoção do método analítico de alfabetização, por meio da sentencição, pelo autor. No grupo inicial de lições, a cartilha apresenta número significativo de ilustrações avulsas, que “materializam visualmente” os substantivos apresentadas a cada lição, referenciando o universo infantil e o cotidiano da época.

As lições não são numeradas. Porém, a partir da página 14, são apresentadas 16 lições, que estão organizadas em duas partes. Na primeira parte, é exibida a ilustração de uma cena que contextualiza um tema, abaixo da ilustração são apontadas palavras-chave, seguidas de uma “historieta”, em que as sentenças são numeradas e escritas em letra de forma, porém, entre essas sentenças, aleatoriamente, uma delas é escrita em letra cursiva. Na segunda parte, palavras são destacadas das sentenças e divididas em sílabas, essas sílabas são apresentadas em diagramas que mostram suas variações com as vogais, por exemplo, “ma, me, mi, mo, mu” (OLIVEIRA, 1923b, p.17), em seguida, é mostrada uma ilustração relativa às palavras, logo após, um outro diagrama forma novas palavras com as sílabas estudadas.

Ao final das lições, apresenta-se o alfabeto: nas páginas 46 e 47, com as letras dispostas na vertical, e, na página 48, com as letras dispostas na horizontal, incluindo-se as letras “k” e “y”. Ao final dessa página, exibem-se os numerais: 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 0; seguidos do símbolo do cifrão (\$).

A didática utilizada na cartilha confere “agilidade” e “dinâmica” às lições, corroborando o título proposto pelo autor. As lições da cartilha, pautadas no método analítico da *sentencição*, revelam cuidado do autor em abordar o universo infantil, dirigindo-se às crianças em linguagem acessível, criando, por meio das “historietas” e sentenças, momentos e situações que, segundo concepções de infância da época, seriam próximas do contexto e cotidiano infantil.

No que se refere às ilustrações contidas nas cartilhas examinadas: “*Nova Cartilha Analythico Sinthética*”, 27ª ed., e “*Cartilha Ensino Rápido da Leitura*”, 19ª ed.; destaca-se que há ilustrações na maioria das páginas, porém não há referência da autoria ou origem das ilustrações. Em ambos exemplares, nota-se, pela unidade estética, serem obras de um mesmo artista, produzidas com o objetivo de figurarem nas lições propostas, uma vez que é perceptível a coesão entre textos e imagens. As ilustrações se distribuem em cenas que introduzem as lições e figuras avulsas, formando um conjunto imagético que representa um universo infantil lúdico e idealizado.

Durante a análise das imagens das cartilhas de Mariano de Oliveira, percebeu-se semelhanças entre as ilustrações das duas obras. À vista disso, examinou-se os conjuntos de ilustrações, comparando-os a partir dos seguintes critérios: estilos adotados, traços e “pormenores”. Dessa forma, empregando-

se o “*método morelliano*”, segundo as reflexões de Ginzburg (2003) sobre morfologia de imagens, ponderou-se que as ilustrações de ambas as cartilhas parecem ser produções de um mesmo artista. Ainda, o fato das edições analisadas datarem do mesmo ano (1923), sendo publicadas pela mesma editora, reforça essa possibilidade de unicidade autoral artística. Consequentemente, nas análises que se apresentam, considerou-se o conjunto de ilustrações das duas obras, sendo apontadas, quando necessário, as devidas peculiaridades.

Nas cartilhas, as ilustrações representam crianças que brincam com brinquedos e animais domésticos, leem e estudam, em ambiente doméstico, ao ar livre e em ambiente escolar. As crianças representadas são sempre “brancas”, de aparência saudável, bem vestidas, sempre calçados, em meio a cenários que sugerem classe social privilegiada, onde se percebe uma “idealização da infância”.

Ressalta-se que os únicos adultos ilustrados nas imagens analisadas são encontrados na página 15 da “*Cartilha Ensino Rápido da Leitura*”, representando santos católicos e casal de idosos, o que sugere valores religiosos e tradicionais. Não há representação de negros ou outros grupos étnicos nas cartilhas.

Os cenários, que são representados nas ilustrações, mostram ambientes domésticos elegantes, arrumados e bem cuidados. As cenas ao ar livre apresentam paisagens arborizadas, tranquilas e bucólicas, sendo que são evidenciadas cenas rurais, que valorizam, esteticamente, a vida no campo. No fundo de algumas dessas paisagens, surgem fachadas de casas grandes e confortáveis, com muros altos e sólidos, e portões imponentes.

A referência ao ambiente escolar é feita em forma de lição, que aparece na “*Nova Cartilha Analythico Sinthética*”, nas páginas 86 e 87, e se repete no “*Cartilha Ensino Rápido da Leitura*”, nas páginas 43 e 44. Essa “historieta” menciona o grupo escolar, porém não mostra sala de aula ou outro espaço escolar, de modo que a alusão à escola é feita por meio do “globo geográfico” e a “carta do Brasil”.

Por conseguinte, nas ilustrações analisadas foram identificadas as seguintes representações de valores e concepções: valorização do lúdico, idealização da infância, estetização da vida rural, promoção da leitura e escolarização, exaltação do civismo e nacionalismo, o enaltecimento da família e das relações sociais, e, por fim, a sutil referência à propriedade privada.

No período final da Primeira República, o mercado editorial brasileiro se voltaria para o público infantil, seja em obras didáticas ou na literatura, dessa forma, as ilustrações ganham destaque nas publicações,

assim como, os projetos gráficos, que passam a valorizar a percepção visual da criança, como se observou nas cartilhas analisadas.

Esse momento, igualmente, é marcado pela gênese do modernismo no Brasil, que desponta com novas propostas estéticas, baseadas na liberdade de expressão, acentuando cultura de “brasilidade”. Não obstante, nas ilustrações analisadas, regras artísticas acadêmicas evidenciam padrões estéticos mais tradicionais, em que se percebe influências europeias, indiciando a elitização das tendências imagéticas, estéticas e artísticas, no cenário nacional, nesse período.

Portanto, concluiu-se que os projetos gráficos, iconográficos e estéticos das cartilhas analisadas, materializam tendências visuais e imagéticas da época, bem como estão em sintonia com as propostas didáticas e pedagógicas, da última década da Primeira República.

3. A REFORMA ATÍLIO VIVACQUA: ESPAÇOTEMPO DAS CARTILHAS DE MARIANO DE OLIVEIRA

No Espírito Santo, o Decreto n.º 6.501, de 1924, já relacionava as cartilhas de Mariano de Oliveira no Programa de Ensino das Escolas Isoladas. Em 1927, novamente, a “Cartilha” de Mariano de Oliveira é apontada entre os livros adotados para uso geral das escolas primárias, por meio da Resolução n.º 373. No entanto, examinando-se os Livros de Registros de Materiais das Escolas, no Arquivo Público Estadual (ES), constata-se que, embora adotadas oficialmente, essas cartilhas só seriam referenciadas nos Livros nos. 49 e 50, de 1928, que assinalam sua presença em várias escolas do estado, já no período da Reforma Educacional Atílio Vivacqua (1928 – 1930). Portanto, as análises das cartilhas de Mariano de Oliveira foram feitas no âmbito dessa reforma, que se estabelece, nesse estudo, como “marco histórico”, contextualizando a circulação dessa obra no Espírito Santo. Desse modo, na sequência, breves considerações são tecidas sobre o período citado⁶.

Nos anos 1920, o cenário brasileiro é marcado por conflitos sociais e políticos, deflagrados por tensões e relações de força relacionadas às configurações estabelecidas, no país, após a Primeira Guerra Mundial. Logo, a “ordem” precisava ser reestabelecida, o que renova, a partir de novas perspectivas, a aposta republicana na educação, como elemento regenerador e transformador da sociedade.

Dessa forma, como observa Nagle (2001), nesse período, a promoção da escolarização seria considerada como problema vital da República, pois, mediante a educação da população, seriam encaminhados os demais problemas do país. Assim sendo, a escolarização seria tomada como instrumento de correção de rumo do processo republicano e força propulsora do progresso da sociedade, sendo concebida como a mais potente e eficaz “alavanca da História brasileira”. À vista

disso, constituía-se um movimento de renovação educacional, que conferia centralidade ao tema da instrução, nos debates travados por intelectuais e “educadores profissionais”, que conceberiam planos, programas e ações, por meio dos quais estabelecem ideias, propostas, estratégias e soluções para as questões educacionais. Nesse panorama, destacam-se: o “entusiasmo pela educação”, que objetivava a expansão da escolarização e a erradicação do analfabetismo; e, o “otimismo pedagógico”, que se voltava para questões pedagógicas e didáticas, ou seja, a qualificação do ensino. Portanto, renovando-se a educação, pela multiplicação das instituições escolares, disseminação da escolarização e erradicação do analfabetismo, pretendia-se elevar o Brasil ao patamar das nações desenvolvidas.

No Espírito Santo, o “movimento renovador educacional” se materializaria na Reforma Educacional realizada por Atílio Vivacqua, entre 1928 e 1930, período em que respondeu pela Secretaria de Instrução, no Governo de Aristeu Borges de Aguiar.

Atílio Vivacqua empreende a reforma da instrução pública, orientando-se pelos princípios da “Escola Ativa”, sendo que privilegia concepções de Adolphe Ferrière, realizando leituras, interpretações, apropriações e adaptações dessas propostas pedagógicas às particularidades da realidade do Espírito Santo, empenhando-se, dessa maneira, na implantação da “escola ativa capixaba”.

Logo, na Reforma Vivacqua, destacam-se as seguintes iniciativas: organização do ensino segundo os princípios da “Escola Ativa”; mudança dos processos de avaliação, com o restabelecimento dos exames; desenvolvimento do ensino técnico-profissional; emprego de inovações técnicas, cinema e rádio, como fatores de ensino; “resumo escolar”; desenvolvimento do ensino artístico e da educação física; assistência escolar; a inspeção médico-dentária escolar; criação do fundo escolar; ampliação dos cursos noturnos; nomeação e acesso do magistério; contratação de técnicos para desenvolvimento da educação física, escotismo e educação musical; incentivo às construções escolares; e, ampliação da oferta da escolarização (ESPÍRITO SANTO, Aristeu Borges de Aguiar, 1928; ESPÍRITO SANTO, Aristeu Borges de Aguiar, 1929a; VIVACQUA, 1929a) .

Nota-se o espírito arrojado e moderno empenhado na reforma do ensino, que se destaca no “aparelhamento” utilizado na implantação da “escola ativa” local. O projeto concebido por Atílio Vivacqua destacava as novas mídias da época, cinema e rádio, bem como evidenciava o papel da mídia impressa, por meio do “Resumo Escolar”, que veicularia atualidades do país e do mundo, bem como subsídios e orientações para a prática docente (VIVACQUA, 1929a).

Com as linhas da reforma bem definidas, as ações deveriam se apoiar no magistério local, que, por meio de sua formação, concretizariam a “escola ativa capixaba” (BERTO, 2013). Dessa forma, práticas

pedagógicas e didáticas seriam orientadas pela pedagogia do ativismo, que, segundo concepção de Ferrière, baseia-se nos seguintes princípios: autonomia, espontaneidade, autogoverno, liberdade, criatividade, individualidade e experiência pessoal da criança. Assim, nessa perspectiva pedagógica, a educação se dá por meio de métodos ativos, que têm por finalidade o “aumento da potência do espírito da criança” e o desenvolvimento da autonomia moral do educando, estimulando a formação de “personalidade equilibradas e harmoniosas” (PERES, 2002).

Por conseguinte, procede-se às análises das ilustrações presentes nas cartilhas, tomando-as como “indícios” da cultura escolar capixaba da época, que é tensionada por relações de força, nas quais se evidenciam questões políticas, econômicas e sociais, que estavam presentes na cena educacional do Espírito Santo, no período da reforma.

4. IMAGENS DA REFORMA ATÍLIO VIVACQUA NAS CARTILHAS DE MARIANO DE OLIVEIRA

Como já referido, as ilustrações, presentes nas cartilhas, se destacam, sugerindo os temas das “historietas”, as quais contextualizam, do mesmo modo que ressaltam palavras, as quais conferem visibilidade, dessa maneira, desempenham papel pedagógico e didático, oportunizando, pela visualização, experiência sensível da “realidade”. Então, a seguir, reflete-se sobre significados indiciados nas imagens analisadas.

O primeiro ponto que se apresenta concerne às representações humanas que figuram nas cartilhas, que são todas de crianças. A única exceção encontrada refere-se à representação de santos católicos e casal de idosos, como já informado. Isto posto, nota-se que a representação recorrente de crianças, nas cartilhas de Mariano, salienta concepções pedagógicas centralizadas na infância, difundidas pela “Escola Nova”, nesse período.

Essas representações exibem crianças de aparência saudável e feliz, que aparecem brincando com brinquedos e animais de estimação, em cenas, nas quais predominam espaços abertos, ao ar livre, porém, também, há ocorrência de espaços fechados, que sugerem ambientes domésticos. A infância é abordada de forma lúdica e idealizada. À vista disso, relaciona-se as ilustrações com as concepções de infância, presentes nos pressupostos da pedagogia do ativismo, difundidos na implantação da “escola ativa capixaba”.

Atílio Vivacqua orientou as ações de sua reforma educacional pelos princípios da “Escola Ativa”, privilegiando as ideias pedagógicas de Adolphe Ferrière. Assim, na proposta da “escola ativa capixaba”, realizaria a transposição desses princípios para a cultura brasileira, adaptando-os conforme as

necessidades locais. Consequentemente, promoveria diretrizes pedagógicas e didáticas, baseadas em métodos ativos de ensino, que favoreceriam o aprendizado lúdico: educação artística e musical; e, o uso de “novas linguagens”: cinema e rádio (VIVACQUA, 1929a). Essas iniciativas evidenciam que o projeto educacional de Vivacqua se centralizava no educando, que seria formado para a vida prática e para o mundo do trabalho, a partir de princípios de autonomia, autogoverno, individualidade e criatividade.

Igualmente, os novos métodos ativos buscariam romper as fronteiras da sala de aula, incentivando a vivência de experiências externas, por meio de aulas ao ar livre, excursões escolares, educação física e prática do escotismo, estimulando a espontaneidade e liberdade do aluno. O projeto local da “escola ativa”, reforçando aspectos da educação sanitária e higienista, fomentaria o desenvolvimento de hábitos sadios, físicos e higiênicos, visando a boa saúde do educando, numa difusão de hábitos que, também, promoveriam a saúde pública. Por conseguinte, as ilustrações das cartilhas se coadunam com essas perspectivas educativas, uma vez que representam crianças em atividades lúdicas, predominantemente, em cenas ao ar livre.

A seguir, nas representações de figuras humanas, salienta-se duas questões: a imagem elitizada da infância e a hegemonia étnico-racial “branca”.

Toma-se a representação elitizada da infância, nas cartilhas, como vestígio do protagonismo das “elites” na promoção do “movimento renovador educacional”, representando interesses de oligarquias político-econômicas, que buscavam novos meios para manutenção do seu poder e tentativa de controle das massas populares (CARVALHO, 2000).

No Espírito Santo, Atílio Vivacqua, membro de família proeminente de Cachoeiro de Itapemirim, engajado politicamente desde sua juventude, torna-se influente e articulado no cenário político da época, representando forças político-econômicas do sul do estado. Gozando de prestígio político, seria nomeado para o primeiro escalão do governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928 – 1930), como Secretário da Instrução Pública. Portanto, a reforma educacional que propunha se aproxima de interesses políticos da oligarquia empossada no poder executivo do estado. Assim, discursivamente, as iniciativas renovadoras pretendiam modernizar a educação capixaba, situando-a em nível elevado no país, conferindo visibilidade nacional ao Espírito Santo na questão educacional (VIVACQUA, 1928, 1929a).

Nas cartilhas, a representação hegemônica de crianças “brancas” nos remete à circulação local de princípios de eugenia no âmbito da “escola ativa capixaba”, principalmente, no que se refere à formação de professores e à difusão de pressupostos dos métodos ativos.

Com a finalidade de formar professores nos pressupostos da “Escola Ativa”, a abertura do Curso Superior de Cultura Pedagógica, difundiria, no seu programa de ensino, a “pedagogia científica”, que, em linhas gerais, objetivava o conhecimento global do aluno: físico, psíquico e social; para que seu desenvolvimento intelectual se efetuassem de acordo com suas necessidades particulares (ESPÍRITO SANTO, 1929b; ESPÍRITO SANTO, 1929c).

A abordagem local da “pedagogia científica” dava a ênfase à educação pelos sentidos, que deveriam estar em pleno funcionamento para o êxito do aprendizado. Isso implicaria na realização de exames biométricos nos alunos, permitindo sua classificação em grupos homogêneos, conforme as características apresentadas. Destarte, a partir dessas concepções “científicas”, a “escola ativa capixaba” propunha organização educacional hierarquizada, baseada em critérios físicos, psicológicos e sociais, o que assinala a utilização da eugenia como mecanismo de controle social (MORAES, apud BERTO, 2013, p.169). Infere-se que as ilustrações das cartilhas, ao mostrarem somente crianças “brancas”, favorecem leituras étnico-raciais, que estabelecem relação com os princípios eugênicos presentes no ideário educacional capixaba, da época.

Nas ilustrações das cartilhas, meninos e meninas apareçam em igual proporção, no entanto, nota-se a predominância do seguinte padrão: meninos são mostrados em atividades diversas, em ambientes externos; enquanto, meninas brincam com bonecas, em ambientes domésticos. Frisa-se que as meninas, quando aparecem nos ambientes externos, estão sempre acompanhadas por meninos, nunca sozinhas.

Então, relaciona-se essas ocorrências às considerações de Berto (2013) sobre a “Escola Ativa de Ensaio”, escola-modelo estabelecida, no contexto do Curso Superior de Cultura Pedagógica, para aplicação dos métodos ativos de ensino, que se seriam irradiados para as escolas do estado.

A estrutura espacial dessa escola foi organizada em salas-ambiente, que favoreciam diversas experiências e atividades, oportunizando práticas pedagógicas e didáticas, que formariam os alunos para a vida adulta. Todavia, a autora destaca que aspectos dessa configuração indicam que os meninos seriam preparados para o empreendimento e o trabalho, e as meninas para serem mães e donas de casa. Portanto, o padrão estabelecido na representação de meninos e meninas, nas ilustrações das cartilhas, alinha-se com orientações detectadas pela autora na “escola ativa” local.

O segundo ponto que se aborda diz respeito à estetização da vida rural, uma vez que as ilustrações priorizam os ambientes abertos, exibindo cenários arborizados e paisagens bucólicas, os quais sugerem propriedades rurais, em que figuram animais do campo: vacas, bezerros, cavalos, galinhas e pintinhos, entre outros. Muros, cercas e portões fazem alusão sutil à propriedade privada.

A economia capixaba do período estava assentada no modelo agrário-exportador, baseado na monocultura cafeeira, cuja mão de obra era composta pelas populações rurais do estado. À vista disso, o projeto da “escola ativa capixaba” é concebido a partir de estratégias que tinham por finalidade alcançar todas as regiões do Espírito Santo, promovendo homogeneização dos costumes. Com o maior número de escolas públicas concentradas nas zonas rurais (VIVACQUA, 1929b), ações seriam engendradas com o objetivo de evitar o êxodo rural, o que comprometeria a economia estadual, acarretando, também, problemas nos espaços urbanos, que não tinham condições estruturais de arcar com fluxo migratório. Frente a esse impasse, o ensino agrícola, em “campos-escola”, anexos às escolas primárias rurais, despontaria como alternativa para fixar as populações no campo, buscando a qualificação de suas atividades, o que incrementaria a economia estadual, que, majoritariamente, se apoiava na agricultura, na cultura cafeeira (VIVACQUA, 1929b). Dessa maneira, as ilustrações idealizam a vida no campo, representando-a de forma bonita, saudável e equilibrada, corroborando iniciativas de controle das populações rurais, presentes na reforma educacional.

O terceiro ponto que se considera refere-se à promoção da leitura e da escolarização, que é sugerido em ilustrações que representam cenas de crianças que leem livros em ambientes calmos e agradáveis, bem como são mostradas em ambiente que se reporta à escola, por meio do “globo geográfico” e da “carta do Brasil”.

A promoção da escolarização era um dos objetivos do “movimento renovador educacional”, portanto, estava inserida no âmago da reforma da instrução pública empreendida por Atílio Vivacqua. Isto posto, o incentivo à leitura se sobressai no aparelhamento da “escola ativa capixaba”, por meio das “bibliotecas circulantes” e do “Resumo Escolar”.

As bibliotecas circulantes eram caixas que continham livros e revistas, enviadas às escolas públicas para divulgarem a leitura entre alunos, pais e professores, nas localidades visitadas.

O “Resumo Escolar” era um informativo impresso que veicularia, nas escolas públicas capixabas, atualidades do país e do mundo, assim como divulgaria subsídios e orientações dos métodos ativos para a prática docente. Porém, infere-se que, além disso, o “resumo” seria constituído como mecanismo de centralização e controle das práticas escolares. Então, considera-se a possibilidade de

que esse “informativo”, também, pudesse compreender estratégias do governo local para controle da opinião pública, uma vez que a seleção e análise de notícias obedeceriam critérios convenientes aos protagonistas do poder político, na cena capixaba do período.

Tendo em vista essas iniciativas da reforma, observa-se que as ilustrações das cartilhas estão de acordo com a promoção da escolarização e a ênfase conferida à leitura na constituição da “escola ativa”, no Espírito Santo.

O quarto e último ponto que se observa diz respeito à exaltação do civismo e do nacionalismo. Nas ilustrações das cartilhas, surgem meninos, vestidos de “soldadinhos”, que tocam corneta e tambor, e, também, empunham a bandeira do Brasil, referenciando práticas cívicas e militares. Do mesmo modo, o mapa do Brasil está presente no único ambiente que sugere espaço escolar.

Na constituição da “escola ativa capixaba”, Atílio Vivacqua teria como assessor Garcia de Rezende, sendo este ligado ao Movimento Antropofágico, fundado por Oswald de Andrade, um dos promotores do modernismo no Brasil, com quem Garcia de Rezende se encontraria em suas viagens, nas quais buscava subsídios para a composição da “escola ativa”, no Espírito Santo (REZENDE, 1928).

A Antropofagia Cultural defendia a “deglutição crítica” da cultura estrangeira, que seria reelaborada, para, em seguida, ser “regurgitada” em cultura de “brasilidade”. A Semana de Arte Moderna de 1922, “marco histórico” do Modernismo no Brasil, notabilizou essas ideias, assinalando sua ascensão no cenário literário, artístico e cultural brasileiro.

Logo, na reforma da instrução pública local, Atílio Vivacqua e Garcia de Rezende, em face do conservadorismo presente na organização escolar pública do estado, pretendiam modernizá-la, transpondo ideias estrangeiras da “Escola Ativa” para a realidade do Espírito Santo, imbuídos do “espírito de brasilidade”, segundo particularidades regionais.

Nas linhas da reforma, ainda, cita-se a questão da nacionalização de imigrantes estrangeiros, que habitavam, predominantemente, nas zonas rurais, o que favorecia a manutenção de suas tradições culturais de origem. Essa questão pode ser indiciada nos relatos de inspetores educacionais da época, que apontam a “dificuldade” de integração dos imigrantes à realidade brasileira, sendo que em algumas comunidades não se falava o português.

À vista disso, a promoção da escolarização, nessas áreas, seria um dos dispositivos utilizados pelo governo estadual para promover a integração dos estudantes à vida nacional, questão sobre a qual exerceria rígido controle, principalmente, pela ação dos inspetores escolares (BERTO, 2013).

Assim sendo, civismo e nacionalismo, exaltados nas ilustrações das cartilhas, compunham estratégias republicanas, pelas quais se tentava controlar as massas populares, despertando-lhes sentimentos nacionalistas e fervor patriótico, que estabeleceriam a “ordem” pretendia pelas elites governantes.

Assim sendo, realizou-se a leitura historiográfica das ilustrações contidas nas cartilhas de Mariano de Oliveira, apontando significados que lhe são atribuídos no contexto da Reforma Vivacqua (1928 – 1930), os quais se destacam: centralidade na infância; estímulo à atividade física; incentivo à vida saudável; hegemonia étnico-racial “branca”; valorização do lúdico; estetização da vida rural; promoção da leitura e escolarização; e, exaltação do civismo e nacionalismo.

Ressalva-se que essas cartilhas não são obras locais, contudo nota-se que as mesmas estão em consonância com o ideário educacional capixaba que circulava na ocasião da reforma do ensino citada. O alinhamento pedagógico e didático das cartilhas de Mariano de Oliveira com propostas da “escola ativa capixaba” se sobressai na abordagem metodológica e iconográfica dessas obras, o que, presume-se, concorreu para sua circulação efetiva no ensino primário do Espírito Santo, no período da reforma estudada.

5. REFORMA ATÍLIO VIVACQUA (1928 – 1930): OLHARES POSSÍVEIS

A tessitura narrativa sobre a reforma educacional se encerra com o término abrupto do governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928 – 1930). Wanick (2007) observa que a crise econômica mundial, de 1929, repercutiria na economia do estado, pela queda acentuada do preço do café, principal subsídio econômico capixaba, na época, impondo limites às ações desse governo, que passaria a ser alvo de críticas severas na imprensa local, implicando na redução de sua popularidade.

Por conseguinte, agravando a crise enfrentada na economia, o governo estadual sofreria forte oposição política, pelos reflexos locais das divergências políticas que tensionavam o país. Rapidamente, as disputas políticas nacionais se intensificariam, desencadeando a Revolução de 1930, que, no Espírito Santo, põe fim ao governo de Aristeu, bem como derruba a oligarquia paulista instituída na Presidência da República, resultando no golpe de Estado, que colocaria Getúlio Vargas a frente do “Governo Provisório”, encerrando a Primeira República no Brasil.

Considera-se que as iniciativas empreendidas pelo governo de Aristeu, na educação e nas várias esferas administrativas estaduais, pareciam concretizar as expectativas de desenvolvimento e progresso pretendidas para o Espírito Santo, nesse período. Porém, o fim súbito desse governo causaria interrupção nas propostas da reforma educacional, acarretando no desmantelamento da “escola ativa

capixaba”, que se tornaria alvo de críticas pejorativas na imprensa local. O ideário educacional do governo posterior, sob a égide de João Punaro Bley (1930 – 1943), não mencionaria as iniciativas de Atílio Vivacqua, o que sugere tentativas de apagamento das ações de sua reforma. Em consequência disso, constituem-se “espaços em branco”, na historiografia local, que geram indeterminações sobre continuidades ou descontinuidades dos preceitos difundidos na implantação da “escola ativa”, no Espírito Santo (BERTO, 2013).

Refletindo sobre as reformas educacionais, Vidal (2006) considera suas continuidades e descontinuidades, estratégias do poder e táticas de subversão, bem como as lutas, entre os vários sujeitos escolares, pelas representações da escola e como ela deve atuar. Logo, interpõe outros modos de pensar as reformas educacionais e diagnosticá-las. À vista disso, considera-se que a Reforma Atílio Vivacqua, embora tenha sido interrompida por questões econômicas e políticas, sofrendo desmantelamento, críticas e apagamentos, não se constitui como tentativa fracassada.

Consequentemente, lança-se olhares possíveis para as contribuições e mudanças que a reforma acarretou na educação capixaba, do período: mudanças na concepção de infância; investimento na formação de professores; ampliação da rede escolar urbana e rural; programas de integração das escolas rurais; tentativas de inserção de comunidades estrangeiras na realidade local e nacional; promoção da saúde escolar; entre outros.

Como já referido, não há estudos ou indícios a partir dos quais se possa falar de continuidades ou descontinuidades das ideias difundidas na reforma, contudo, percebe-se que, segundo pontos de vista educacionais da época, a iniciativa empreendida por Vivacqua procurava situar a educação capixaba nos moldes do que era considerado moderno naquela altura. Assim, considera-se que a reforma tenha agregado valores na constituição da educação capixaba do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ilustrações nas cartilhas de Mariano de Oliveira mobilizaram essa investigação pelas possibilidades de compreensão, pelos testemunhos presentes em registros imagéticos, da cultura escolar do *espaçotempo* delimitado. Desse modo, procurou-se indiciar significados nessas fontes iconográficas que oportunizassem olhares possíveis para a reforma educacional empreendida por Atílio Vivacqua.

Portanto, encerrando-se esse estudo, observa-se que ilustrações em cartilhas de alfabetização, ao representarem palavras, textos e temas, contribuem no desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Além disso, as ilustrações são “objetos culturais”, que detêm valores, sentidos e significados,

que lhes são atribuídos em espaços e tempos escolares. Desse modo, oportunizam “relatos históricos”, perpassados por relações de força, que facultam o entendimento de seu momento histórico, indicando, pois, possibilidades de narrativas historiográficas.

REFERÊNCIAS

BERTO, Rosianny Campos. A constituição da Escola Activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930). 2013. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem do Presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado, na 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura em 07 de setembro de 1928. Vitória: Imprensa Estadual, 1928.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem do Presidente Aristeu Borges de Aguiar ao Congresso Legislativo do Estado, na 2ª sessão ordinária da 13ª legislatura em 07 de setembro de 1929. Vitória: Imprensa Estadual, 1929a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto n.º 9.750, de 30 de agosto de 1929. Estabelece o Curso Superior de Cultura Pedagógica. Vitória, 1929b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Resolução n.º 257, de 31 de agosto de 1929. Approva o programma do Curso Superior de Cultura Pedagógica. Vitória, 1929c.

GINZBURG, Carlo. Relações de força: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In: Tempo, Rio de Janeiro, vol 1, n.º 2, 1996, p. 73 – 98.

NAGLE, J. Educação e sociedade na Primeira República. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos Métodos de Alfabetização no Brasil. In: Seminário "Alfabetizaçãoeletramentoemdebate", MEC, 2006. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../alf_mortattihist.textalfbbr.pdf>. Acesso em: 07 out. 2014.

OLIVEIRA, Mariano. Nova Cartilha Analythico Synthética. 27 Ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos (Welszflog Irmãos Incorporado), 1923a.

OLIVEIRA, Mariano. Cartilha Ensino Rápido de Leitura. 19 Ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos (Welszflog Irmãos Incorporado), 1923b.

PERES, Eliane Teresinha. O diabo inventou a escola? A escola ativa na visão de Adolphe Ferrière. In: 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu: ANPEd, 2002. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/elianeteresinhaperest02.rtf. Acesso em: 24 abr. 2015.

REZENDE, Garcia de. Nota ligeira: Antropofagia. Diário da Manhã (ES), Victoria, p.1, 01º jun. 1928.

SOBRAL, Patricia de Oliveira. Um estudo sobre nova cartilha analytico-synthética (1916), de Mariano de Oliveira. In: Revista de Iniciação Científica da FFC, Marília, v.7, n.3, 2007. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07s14_06.pdf> Acesso em: 05 mai. 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita. Historia de La Educacion; Anuario, no. 7, 2006. P. 70-90.

VIVACQUA, Attilio. Hospedes Illustres - S. Paulo: Escola de Brasilidade. Diário da Manhã (ES), Victoria, p.1, 05 out. 1928.

VIVACQUA, Attilio. Reforma da Instrução: Principaes Pontos. Diário da Manhã (ES), Victoria, p.1, p. 3, 09 mar. 1929a.

VIVACQUA, Attilio. Secretaria da Instrução: Aperfeiçoamento do ensino. Applicaçã da escola activa. Diário da Manhã (ES), Victoria, p.6, 08 set. 1929b.

WANICK, Flavio Calmon. Presidente Aristeu Borges de Aguiar, de positiva unanimidade a expectativas frustradas. A política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NOTAS

¹ Nessa pesquisa, as teorias warburguanas são tomadas como referências teórico-metodológicas, a partir da abordagem de Carlo Ginzburg: *Além do exotismo: Picasso e Warburg, Relações de força*, 2002; e, *De A. Warburg a E. H. Gombrich – Notas sobre um problema de método, Mitos, emblemas e sinais*, 2003.

² Informação obtida no acervo virtual do Centro de Referência em Educação Mário Covas. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/obj_a.php?t=cartilhas01> Acesso em: 17 abr. 2015.

³ As imagens dos exemplares analisados foram obtidas junto à Biblioteca Nacional, que as disponibiliza a partir de microfilme (SOG 196). Observa-se que, embora as edições originais sejam coloridas, a microfilmagem das mesmas foi realizada em preto-e-branco.

⁴ Uma análise descritiva detalhada dessas cartilhas pode ser encontrada na dissertação: “ILUSTRAÇÕES DE CARTILHAS ESCOLARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 – 1930): A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO POR ENTRE TRAÇOS E ESPAÇOS EM BRANCO”, defendida em 2015 pelo autor desse artigo, no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

⁵ Maria do Rosário Longo Mortatti, “Os sentidos da Alfabetização”, São Paulo, 2000. *Historieta*: termo empregado pela autora para designar esse gênero de escrita que aparece nas lições.

⁶ Para maior aprofundamento do tema, recomenda-se a tese de Berto (2013): “A constituição da Escola Activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928 - 1930) ”, na qual a autora realiza análise detalhada dessa reforma.

Capítulo 7

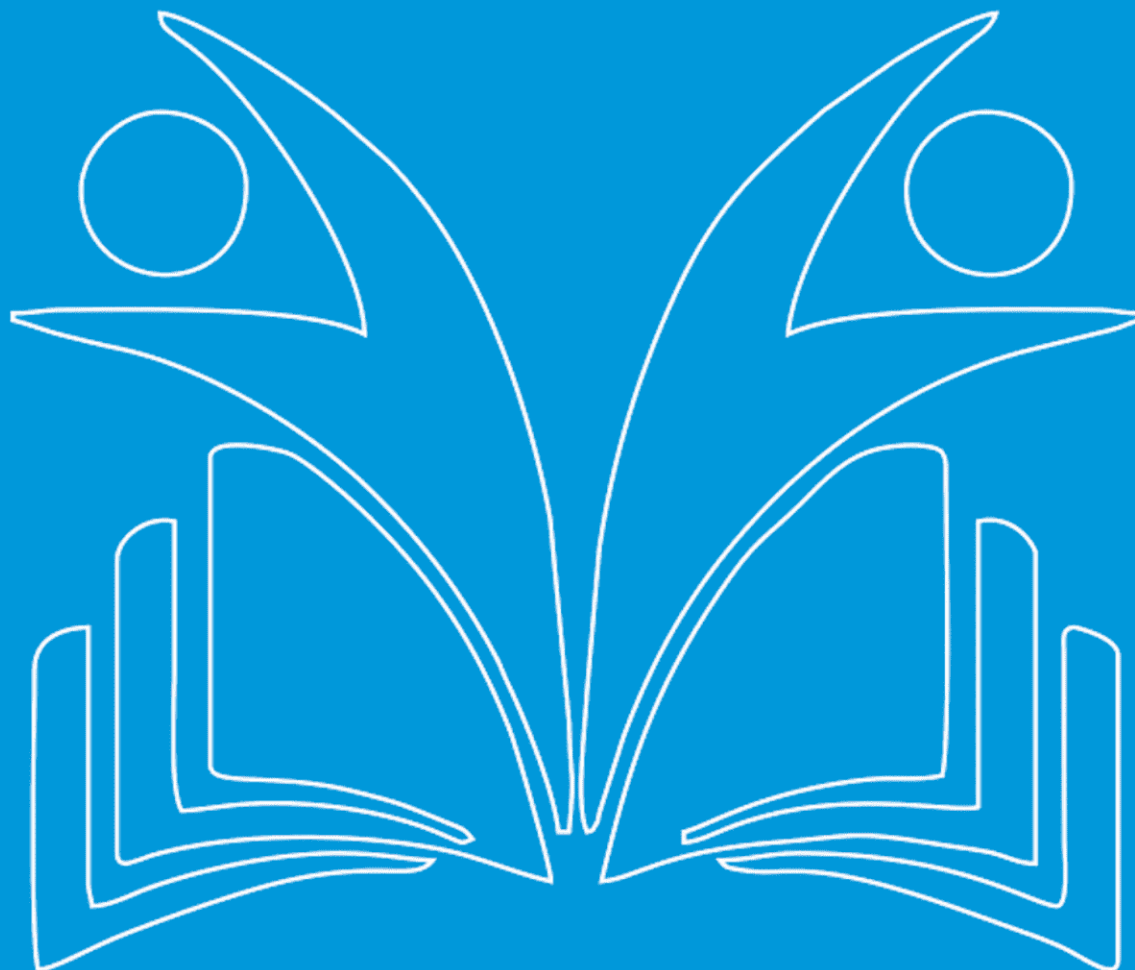


10.37423/220806459

OS MAIÔS OLÍMPICOS: DOS PRIMÓRDIOS A DÉCADA DE 1970

ROSANGELA SOARES CAMPOS

*Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Goiás / Câmpus Goiânia*



Resumo: Este artigo tem como objeto analisar os maiôs olímpicos, dos primórdios a década de 1970, a partir dos diferentes modelos, tecidos utilizados e da influência dos aspectos sociais no design. Os maiôs operam como um espaço de comunicação das identidades nacionais das atletas, dos códigos de moralidade sobre a exposição corporal e como um elemento constituinte da espetacularização do esporte.

Palavras-chaves: natação, maiôs e olimpíadas.

Os trajes² competitivos da natação, conforme Bruce Wigo, *chefe executivo do hall* da fama da natação internacional, “são um reflexo dos valores sociais de cada período” (WEINER, 2008, n.p.). Wigo, nesse sentido, afirma ainda que o traje revela muito sobre o desenvolvimento do esporte e dos direitos das mulheres dentro e fora da piscina. Assim, o estudo dos maiôs das nadadoras olímpicas ao longo da história não busca apenas apresentar os diferentes modelos e tecidos utilizados, mas também a produção de sentidos e o contexto social no qual foram inseridos.

Os maiôs foram analisados partir da primeira participação da natação feminina em Olimpíada até a década de 1970, período em foi banido a saía da modéstia e como consequência, os maiôs tornaram-se mais leves e menos volumosos. Foram analisados apenas os maiôs das seleções australianas e americanas, seleções que inovaram no uso de tecnologias e no design na elaboração dos maiôs. A metodologia consistiu na análise dos maiôs disponíveis no museu australiano- Museum Applied Arts and Sciences (MAAS) e, nos artigos de Campbell (1974) e Khosla e Pierson (2016).

OS MAIÔS DAS NADADORAS OLÍMPICAS

A primeira participação das mulheres nas provas de natação só ocorreu nos Jogos de Estocolmo, em 1912, ou seja, dezesseis anos após a primeira edição dos jogos, realizada em Atenas, em 1886 (SWIMCHANNEL, 2016). O idealizador dos jogos, o Barão de Coubertin, era avesso à participação feminina e seguia fielmente a tradição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade, em que somente homens competiam (MIRAGAYA, 2002).

Nos primeiros Jogos Olímpicos, os maiôs eram confeccionados com seda, e o modelo cobria dos quadris aos ombros, como podemos observar na Figura 01 (KHOSLA; PIERSON, 2016). A seda, por conferir maior resistência, elasticidade e leveza, era utilizada na fabricação dos maiôs para competição; e o algodão era usado para os maiôs de treino (RIBEIRO et al., 2010). Entretanto, o maiô de seda, ao ser molhado, tornava-se transparente, o que levou muitas atletas a usarem roupas íntimas por baixo dos maiôs. (KHOSLA E PIERSON, 2016). Devido a essa transparência, os homens foram proibidos de assistir às competições femininas.

Figura 1: Nadadoras australianas nas Olimpíadas de Estocolmo, 1912.



Fonte: Khosla e Pierson (2016).

Os primeiros Jogos Olímpicos foram um espaço importante para apresentar o que seriam as vestimentas esportivas adequadas para as mulheres, ou seja, vestimentas que destacassem a feminilidade ideal e como as mulheres deveriam vivenciar o esporte olímpico. Entretanto, algumas nadadoras começaram a se preocupar mais com sua performance do que com a avaliação social sobre sua vestimenta (SCHWEINBENZ, 2000).

Na terceira edição dos Jogos, em que houve a participação feminina (Jogos de Antuérpia, 1920), os maiôs tiveram alterações marcantes em relação aos usados em edições anteriores, como uma maior exposição dos ombros e decotes, o que promoveu uma maior liberdade de movimento, mas por outro lado, houve a exigência do uso da saia da modéstia (SOKOLOWSKI, 2016), um resquício de valores vitorianos (prescreviam o uso de roupas que restringiam os movimentos das mulheres).

Lipovetsky (1989) afirma que o estilo de vida esportivo surgido a partir de 1920 não só permitiu o desenvolvimento de roupas esportivas específicas, mas influenciou a moda feminina em geral e contribuiu para uma maior exposição do corpo feminino. Exibir determinadas partes do corpo, como braços, pernas e barriga, antes impensáveis, foi aos poucos se tornando natural, “libertando o corpo das armaduras e trucagens excessivas do vestuário”. O autor afirma ainda que “os estilos versáteis, funcionais, sexy não são separáveis da voga crescente dos esportes” (LIPOVETSKY, 1989, p. 76), isso

significa que as roupas esportivas, além de confortáveis e permitirem uma melhor performance atlética, enfatizavam o corpo sensual.

No final dessa mesma década o modelo *Racerback da Speedo* (Figura 2) de 1927, causou polêmicas por deixar os ombros e as escápulas expostos. Esse modelo, também chamado de *Fortitude*, permitia uma maior mobilidade dos braços e foi projetado inicialmente como traje de banho para mulheres, mas foi adotado por nadadores profissionais, pois, devido à abertura nas costas e ombros de fora, permitia uma performance melhor na água. A nadadora australiana Clare Dennis, de 16 anos, foi medalhista de ouro nos Jogos Olímpicos de 1932 usando um *Racerback* (ASA, 2016). Entretanto, ela foi temporariamente desqualificada dessa edição, pois houve uma preocupação inicial se o maiô cobria adequadamente suas escápulas (FOUCHÉ, 2017).

Figura 2. Nadadora Clare Denis e Johnny Weussmuller



Fonte: Khosla e Pierson (2016).

Figura 3: Detalhe das costas – Racerback



Fonte: Página da Speedo³

As características inovadoras do *Racerback*, tanto no que se refere ao design, quanto à fibra utilizada na fabricação do maiô, possibilitaram ao nadador uma menor resistência na água, maior conforto e liberdade de movimento, “eliminando tecidos desnecessários” (BARSOTTI, 2012, p. 6). Na Figura 2, Clare Dennis usa um modelo de cor branca, com “saia da modéstia”; e na Figura 3, é observado o modelo das costas. Destaca-se que, se por um lado os maiôs buscavam a funcionalidade, por outro eles estavam de acordo com a moda da época. Para Picone (2015, p. 8), “*Hollywood e Vogue* popularizaram a ideia de os maiôs serem sexys e glamorosos, uma tendência que persistiria nas próximas décadas”.

Na década de 1940 duas edições dos jogos (Tóquio, 1940, e Londres, 1944) foram suspensas devido a Segunda Guerra Mundial. Os jogos retornaram em 1948, com os Jogos de Londres. Nesse período, os maiôs diminuíram de tamanho e foram influenciados pelo modelo do biquíni, lançado em 1946: uma vestimenta de banho constituída de duas peças, com menos tecidos que os antecessores. Barsotti ressalta que “o lançamento do biquíni foi considerado fator marcante [...] nas roupas para natação de competidores”. (BARSOTTI, 2012, p. 7).

Na década de 1950 foi introduzido um novo material, o nylon, um tecido mais resistente, elástico, com secagem rápida e facilidade de tingimento, o que permitiu o aparecimento de cores (SHISHOO, 2005). Com a introdução do nylon, as cores, além do marinho, começaram a aparecer nas piscinas de competição, sendo o vermelho e o royal as preferidas (BARSOTTI, 2012, p. 7).

A Speedo foi a primeira empresa a usar o nylon em seus maiôs. Além de inovar no tecido, “continuou a empurrar os limites culturais, sociais e tecnocientíficos [...]”, na medida em que se tornou sinônimo de um maiô pequeno e revelador” (FOUCHÉ, 2017, p. 35). Para a elaboração do modelo e dos experimentos com o novo tecido, a empresa consultou as nadadoras Daw Fraser e Lorrane Crap (SHISHOO, 2005). Nas Olimpíadas de 1956 em Melbourne, a Speedo projeta-se para o mundo ao vestir a seleção australiana de natação detentora de oito medalhas de ouro (MUNDO DAS MARCAS, 2014). A nadadora australiana Barbara Evans usou um maiô monocromático com uma saia da modéstia, decote em U e justo ao corpo.

No que diz respeito aos avanços tecnológicos aplicados ao maiô, em sua maioria não causavam polêmicas, pois as conquistas atléticas ainda eram mérito do desempenho atlético individual (FOUCHÉ, 2017, p. 35) e não das vestimentas, diferentemente dos maiôs tecnológicos do século XXI que, se tornaram tão importantes quanto os atletas, pois tinham grande impacto no desempenho desses.

Na década de 1960, o nylon continuou sendo o principal tecido dos maiôs de natação (RIBEIRO et al., 2010). Como salienta Barsotti (2012, p.08) “reconhecendo as boas propriedades de tingimento e estampagem do nylon, introduziram-se modelos em forma de listras, em roupas para competição”, como o usado pela seleção australiana nas Olimpíadas de Tóquio, em 1964. Esse maiô foi criado pela designer Glória Smythe. Ela estudou a hidrodinâmica da natação, ou seja, o movimento do nadador na água, projetando designs revolucionários, combinando funcionalidade e moda (MASS, 2017). O modelo desse maiô virou referência, e foram lançadas em cada estação padronagens e cores diferentes.

Os maiôs desenvolvidos por Glória Smythe nas Olimpíadas de Tóquio para as equipes americana e australiana tinham o mesmo modelo; o que os diferenciavam eram as cores e a estampa: a primeira equipe com estrelas, e a segunda com listras.

O maiô usado pelas australianas (Figura 4) está disponível no museu virtual Museum of Applied Arts & Sciences. O logotipo preto e vermelho da Speedo foi costurado no quadril direito, e o emblema bordado de verde e amarelo foi centralizado próximo ao decote. Esse maiô foi confeccionado em nylon e ainda possuía a “saia da modéstia”. As costas possuíam um design inovador e ousado em formato de V, em nada parecido com o modelo Racerback de 1927.

Conforme *Smythe*, em entrevista concedida a Hanna (2007, n.p.), até as Olimpíadas de Tóquio, em 1964, os maiôs eram monocromáticos, mas, a partir dessa edição dos jogos, houve inovação com a inserção de listras verticais e com a inclusão dos tons verdes e ouro nos maiôs da equipe australiana, além do vermelho, branco e azul nos maiôs da equipe americana.

Figura 4. Maiô da seleção australiana, detalhe da frente.



Fonte: Museum of Applied Arts & Sciences⁴ (2014)

Em meados da década de 1960, houve a extinção da regra da natação que restringia o uso de cores nos maiôs, um movimento conduzido, em especial, pela televisão que impulsionou o uso de vestimentas “visualmente mais atraentes”, tanto para os atletas quanto para os espectadores. Além disso, houve a introdução de novos corantes, que permitiram a variação de cores, como o vermelho e o azul, para além do marinho. (SHISHOO, 2005, p. 51).

Nos Jogos Olímpicos do México, em 1968, vinte e dois, dos vinte e três nadadores que bateram o recorde mundial usavam trajes da Speedo (CRUZ, 2012). Nessas Olimpíadas, Smythe estampou os maiôs (Figura 5) da seleção feminina australiana com a *wattle* dourada, uma planta nativa que é o símbolo floral da Austrália. No emblema, colocado na altura do peito, foram colocados os cangurus, outro símbolo do país, além dos anéis olímpicos e do nome do país. Esse maiô foi confeccionado em nylon e, assim como o modelo usado nas olimpíadas de Tóquio (1964), tinha uma saia da modéstia e um decote V atrás (MAAS, 2017).

Figura 5. Maiô da seleção australiana, 1968. Jogos Olímpicos do México



Fonte: Museum of Applied Arts & Sciences- MAAS⁵ (2017)

Nas Olimpíadas de Munique, em 1972, a Speedo introduziu a Lycra nos maiôs de competição. Esse material já era usado em outros setores desde o início da década de 1960 e modernizou a moda praia por ser leve e aderir ao corpo (SHISHOO, 2005). Poli (1995, p. 102) ressalta que “as características do novo material não foram apreciadas imediatamente por todos: foram consideradas por muitos como ousadas demais, já que não ocultava em nada o corpo feminino”, mas por outro lado, possuía características superiores ao nylon, como uma maior durabilidade e extensibilidade (BARSOTTI, 2012).

Smythe novamente foi responsável por projetar o maiô da seleção australiana e de vários outros países. Entretanto, ela não utilizou a lycra para elaborar o maiô da equipe australiana que foi confeccionado em 100% nylon tricot⁶ e era estampado com nuvens e estrelas, nas cores verde e amarelo, com um emblema semelhante ao impresso na Olimpíada anterior. O logotipo da Speedo, vermelho e preto, foi aplicado no quadril direito. O maiô apresentava uma saia de um quarto e um decote V atrás similar ao modelo usado nos Jogos de Tóquio, em 1964 (MAAS, 2017).

Embora nas Olimpíadas de 1972 já fosse possível utilizar os maiôs sem a saia da modéstia, Smythe optou por retirá-la somente na Olimpíada seguinte, em 1976. “Ela foi a primeira a tirar as ‘saias da modéstia’ dos maiôs, a deixá-los mais cavados e leves” MAAS (2017, n.p.). A exclusão da saia não foi inicialmente aceita por todas as instituições. No manual da União Atlética Amadora (AAU), organização oficial dos esportes amadores dos Estados Unidos, havia um artigo sobre o uso obrigatório de saias de modéstia. A AAU só sancionou o uso da saia mediante os fatos ocorridos com o maiô belgrad

(CAMPBELL, 1974), “o primeiro traje sem saia a ser aprovado pela União Atlética Amadora para competição” (CROUSE, 2008, n.p).

Os primeiros maiôs *belgrads* foram usados pelas nadadoras da Alemanha Ocidental. O maiô reduzia o arrasto⁷ por meio da modelagem; o decote alto, por exemplo, impedia a passagem da água e, conseqüentemente, diminuía o atrito. Por outro lado, o maior inconveniente do maiô era o fato de ele ser feito de algodão fino, o que o tornava transparente ao molhá-lo. A versão de 1973/1974, um pouco menos reveladora que a anterior, foi feita de lycra, colada ao corpo como uma segunda pele e sem forro (CAMPBELL, 1974).

Dianne Rothhammer, mãe de uma atleta norte-americana, ao assistir uma competição na Iugoslávia, em que as alemãs venceram 10 das 14 provas e usavam o *belgrad*, concluiu que “os alemães do leste não poderiam estar tão bem treinados do que nós. Os maiôs tiveram que ter algo a ver com isso” (CAMPBELL, 1974, p. 46). Ela, então, resolveu importar os maiôs para os Estados Unidos, embora alguns atletas e pais afirmassem que os maiôs eram muito provocativos. “Os próprios nadadores não se olham”, afirmou uma nadadora (CAMPBELL, 1974, p. 46).

Os norte-americanos logo passaram a usar o *belgrad*, pois estavam convencidos de que a atuação dos alemães orientais se devia em parte ao uso do maiô. A primeira americana a usá-lo foi Shirley Babashoff (Figura 6), em uma competição em Dallas, quando ela bateu o recorde americano de nado livre. “Eu sinto que os maiôs não são indecentes, contanto que todos os usem”, disse Babashoff (CAMPBELL, 1974, p. 46). O gerente norte-americano da Speedo, Bill Lee, afirmou que “os trajes são grosseiros”, por isso a empresa fez uma nova versão do *belgrad*, só que com forro, sendo 78% de nylon e 22% de lycra (CAMPBELL, 1974, p. 46).

Figura 06: Nadadora Shirley Babashoff



Fonte: Campbell (1974, p. 46).

Nas Olimpíadas de 1972, em Munique, o *belgrad* não fez tanto sucesso. As alemãs orientais usaram uma versão com gola alta do *belgrad*, a mesma usada no mundial em 1969, mas as performances das nadadoras alemãs não foram surpreendentes como no mundial (CAMPBELL, 1974). Entretanto, “o design apertado de *belgrad* abriu os olhos dos fabricantes de maiôs para reconhecer a importância de reduzir o arrasto através de maiôs justos”. (MEYER, 2013, n.p.).

Nas Olimpíadas de 1976, em Montreal, a Speedo criou os maiôs das seleções americana e australiana, e estampou os mapas dos respectivos países nas peças (MAAS, 2017). Essa busca da identificação dos países por meio da impressão de mapas e bandeiras nos maiôs se deve, provavelmente, ao contexto político e econômico em que o mundo vivia, a Guerra Fria, uma disputa ideológica e militar por áreas de atuação ao redor do mundo, entre Estados Unidos da América (capitalista) e União Soviética (socialista), em meio à qual o esporte foi utilizado como propaganda política. Nesse contexto, a guerra foi transferida para as piscinas, quadras e pistas; e, quanto maior o número de medalhas, mais poderosa seria a potência. Até hoje ainda podemos verificar resquícios das rivalidades dos países nas piscinas. Oliveira et.al. (2012, p. 178), ao analisarem o corpo nas Olimpíadas de Pequim, afirmam que “o desporto individual, mesmo tendo provas de revezamento, a natação se caracterizou nitidamente enquanto um confronto entre indivíduos e nações”.

Nesse cenário, em que o esporte foi utilizado como instrumento político, os maiôs dos atletas sinalizam suas opções ideológicas, por meio dos mapas e bandeiras do país defendido. Eco ratifica o caráter ideológico das roupas, ao afirmar que:

A linguagem do vestuário, tal como a linguagem verbal, não serve apenas para transmitir certos significados, mediante certas formas significativas. Serve também para identificar posições ideológicas, segundo os significados transmitidos e as formas significativas que foram escolhidas para transmitir. (ECO, 1989, p. 40).

Isso significa que os maiôs podem carregar as tensões de seu momento histórico. A utilização dos mapas e bandeiras⁸ por Smythe não é apenas uma questão estética, mas uma forma de transmitir uma mensagem política por meio da vestimenta. Os maiôs, dessa maneira, se transformam em uma forma de identificação do sistema ao qual pertencem, um meio de reforçar o discurso e o conflito e, assim, deixar em evidência a disputa pelo poder. Os maiôs, com seus discursos, sentidos e representações, auxiliaram os Estados Unidos, por exemplo, a construir no imaginário social a imagem de invencibilidade.

Além dessas questões de nível simbólico, é preciso ressaltar que a composição gráfica dos maiôs também deveria atender a uma demanda mercadológica. Afinal, a cada edição dos Jogos Olímpicos aumentava a audiência, a importância do marketing, do aparato tecnológico e, conseqüentemente, do lucro. Diante disso, os maiôs precisavam ter elementos atraentes; com isso, ficaram mais coloridos e cavados.

As Olimpíadas tornavam-se a cada edição mais lucrativas e espetaculares. E as empresas que fabricavam maiôs, como a Speedo, acompanharam essa mentalidade mercantil, ao projetar maiôs visando à alta performance e em conformidade com a moda.

Dessa maneira, os maiôs passam a compor o cenário do grande espetáculo que são as provas de natação olímpica.

O modelo, com mapas e bandeiras, veio acompanhado do uso de um novo tecido: o elastano, que passou a ser utilizado em função de suas propriedades, extensibilidade e leveza. Além disso, veio a ideia de que, quanto menor a superfície de contato do maiô com a água, menor atrito e resistência e, conseqüentemente, melhor resultado (RIBEIRO et al., 2010).

A Arena foi a empresa que inovou com o uso do elastano. Ela produziu o *skinsuit Arena*. Muitos treinadores desse período afirmaram que vestindo Arena era “como ir da hélice para o jato” (CAMPBELL, 1974, p.49). Os especialistas afirmaram que esse maiô minimizava o arrasto. Ele era

colado ao corpo; nas costas, apresentavam variações do modelo *Racerback*, e ele podia ser nas cores do clube ou da bandeira de determinado país, como pode ser visto na Figura 07 (CAMPBELL, 1974).

Figura 07: Maiô skinsuit Arena



Fonte: Campbell (1974, p. 48).

Diante do sucesso estrondoso do americano Mark Spitz e da australiana Shane Gould nas Olimpíadas de 1972, a Arena os convidou para uma parceria, e em 1973 lançou, para a Spitz, um traje ultraleve: o *skinfit*, com apenas 18 gramas, projetado de maneira a aderir totalmente ao corpo. No ano seguinte, a empresa lançou uma coleção de maiôs com o nome de Gould (ARENA, 2016). A Arena tornou-se uma das principais rivais da Speedo na fabricação dos maiôs de natação competitivo. Esse é o início de uma competição para além das piscinas, em que a luta pelo mercado permitiu o desenvolvimento de novos produtos. Cada vez mais, os maiôs se tornavam mais leves e menores, aumentando a exposição corporal, pois o tamanho do traje em si era visto como um obstáculo na busca da alta performance.

CONCLUSÃO

Nos primeiros Jogos Olímpicos, em que houve a participação feminina, os maiôs foram símbolo da moral e do pudor, evidenciado pelo excesso de tecidos e grande cobertura corporal, o que limitava a performance das nadadoras. Isso revela o impacto dos maiôs nas experiências esportivas femininas restringindo-as.

Mas a cada edição dos Jogos as nadadoras ignoravam as convenções sociais e ousaram a mostrar partes do corpo antes impensáveis de serem expostas, como os ombros e as escápulas. O desejo pela vitória, tão marcante entre os competidores masculinos, fez-se primordial para que as mulheres se

aventurarem em exibir seus corpos, evidenciando a chegada de novos códigos de apresentação do corpo feminino na natação. Os tecidos em excesso, expressão das condutas sociais, foram eliminados em prol da alta performance nas piscinas.

A partir da Guerra Fria os maiôs, também passam a ser uma forma de comunicação da identidade nacional da atleta. E na década de 1960 a televisão e as demandas mercadológicas impulsionaram os maiôs a um processo de espetacularização, tornando-os cada vez mais coloridos e cavados.

Portanto, os maiôs são um veículo importante para a compreensão do corpo feminino na natação, do contexto social e enquanto parte do processo de espetacularização do esporte.

REFERÊNCIAS

- ARENA.19731983:firstdecades,theinnovations,2016.Disponívelem:<https://www.arenawaterinstinct.com/en_au/history/1973-1983/>.Acesso em: 10 de jun de 2016.
- BARSOTTI Tagli. A história dos trajes de natação. ABMN Informativo Out/nov/dez/2012. Disponível em: <<https://www.abmn.org.br/wp-content/uploads/2016/01/ABMN82.pdf>>.Acessoem:10 de fev de 2019.
- CAMPBELL, Jule. Light, tight and right for racing: A mere ounce or so of miracle fabric makes up the new skinsuit that is sweeping the swimming world. In: Sport Illustrated, ago. de 1974.
- CRUZ, Andrea da Silva. Desenvolvimento de fatos de banho para competição em natação pura. [Dissertação]. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de belas artes, 2012.
- CROUSE, Karen. A veteran of the swimsuit wars of 1974 on the Swimsuit Wars of 2008. New York Times, 18 de mai de 2008. Disponível em: <https://beijing2008.blogs.nytimes.com/2008/05/18/a-veteran-of-the-swimsuit-wars-of-1974-on-the-swimsuit-wars-of-2008/> >. Acesso em: abr. de 2017.
- ECO, Umberto. O hábito fala pelo monge. Psicologia do Vestir. 3. ed.Lisboa: Assírio e Alvim, 1989.
- FOUCHÉ, Rayvon. Game changer: The techno-scientific revolution in sports. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2017.
- HANNA,Jay.Queenofthedesignpool,2007.Disponívelem:<<http://www.perthnow.com.au/lifestyle/queen-of-the-design-pool/news-story>> Acesso em 3 de abr. de 2017.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins, n. 5, 2009.
- KHOSLA, Proma; PIERSON, Elizabet. Sexism, Silk, and Shark Skin: Witness the Evolution of Olympic Swimwear.Glamour,2016.Disponívelem:<<https://www.glamour.com/story/the-evolution-of-olympic-swimwear>>. Acesso em: 3 de mai de 2017.
- LIPOVETSKY, G. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- MANSOLDO, A. 2014 Fatores hidrodinâmicos de interferência no rendimento da natação. Revista digital.BuenosAires.Ano19nº194.Disponívelem: <<https://www.efdeportes.com/efd194/interferencia-no-rendimento-da-natacao.htm>>. Acesso em 18 de mar 2019.
- Museum Applied Arts and Sciences. MAAS, 2017. Disponível em: Museum of Applied Arts and Sciences. Acesso em: jan de 2017.
- MEYER, David. The need for Speed: How high-technology swimsuits changed the sport of swimming. Swimswam, 2013. Disponível em: < <https://swimswam.com/wp-content/uploads/2013/06/The-Need-for-Speed-How-High-Technology-Swimsuits-Changed-the-Sport-of-Swimming.pdf>> Acesso em: 23 de out. de 2017.
- MIRAGAYA, Ana. M. S. Mulher olímpica: tradição versus inovação na busca pela inclusão. Estudos Olímpicos, 2002.

MUNDODASMARCAS,2014.Disponívelem:<<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/05/speed-o-vida-aquatica.html>> Acesso em: 4 de mai. de 2017.

OLIVEIRA, Andressa Vilha; PIMENTEL, Giuliano Gomes Assis; MUHLEN, Johanna Coelho Von. O corpo olímpico no cubo d'água. : Revista Motrivivência. Ano: XXIV, n. 38, p. 174-186, junho de 2012.

PICONE, Kiri; KUROSKI, John. Your bikini: a brief history of women's swimwear. Allthatsinteresting, 2015. Disponível em: <<http://all-that-is-interesting.com/history-of-womens-swimwear/2015.>> Acesso em: 3 de abr. de 2017.

POLI, D. D. Beachwear and Bathing- costume. Modena: Zanfi, 1995.

RIBEIRO, Maria Carolina Beltran; MARCICANO, João Paulo, VICENTINI Claudia Regina Garcia; Sanches, Regina Aparecida. Maiôs de performance: matérias-primas e tecnologias. Anais do 6º. Colóquio da moda, São Paulo, p.1-5, 2010.

SCHWEINBENZ, Amanda . Not just a Fashion Statement: Bathing Suits, Uniforms, and Sportswear in the Early Olympic Games. International olympic academy – Report on the I.O.A.'S Special sessions and seminars, 2000.

SEYSSEL, Ricardo. Um estudo histórico perceptual: a bandeira brasileira sem Brasil. [Dissertação]. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Artes. Mestrado em Artes, 2006.

SHISHOO, Roshan. Textiles in Sport. Woodhead Publishing, 2005.

SOKOLOWSKI, Susan. A visual history of women's Olympic uniforms (1900–2016). Youforher, 2016. Disponível em:<<https://youforher.aleteia.org/articles/differentuniforms-of-womens-olympicoverthe-ages/2016>>. Acesso em: 10 de mar. de 2017.

NataçãoeOlimpíadas:umalongahistória.Swimchannel,2016.Disponívelem:<<https://swimchannel.blogosfera.uol.com.br/2016/01/06/natacao-e-olimpiadas-uma-longa-historia/?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 10 de jan. de 2017.

WEINER, Jay. Olympian swimsuits, threads of history .The full-body LZR Racer is seen as a breakthrough in reducing drag. Suits have changed dramatically in recent decades. Csmonitor, 2008. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/Technology/Tech-Culture/2008/0702/in-olympian-swimsuits-threads-of-history>>. Acesso em: 29 de nov. 2016.

NOTAS

¹Este artigo aborda reflexões desenvolvidas na minha tese intitulada “Um mergulho nas imagens do corpo e dos maiôs na natação olímpica feminina brasileira (1932-2016), sob orientação da profa Dra. Rita Morais de Andrade.

²Traje é o termo usado para as vestimentas usadas na natação, tanto masculina quanto feminina.

³Disponível em: <https://www.speedo.com/uk/en/explore/blog/wellbeing-and-relaxation/67abc6f1-78af-421b-8713-421ab28aaf69.html>. Acesso em: 11 de nov. 2018

⁴Disponível em : < <https://www.maas.museum/>> Acesso, em jan. 2017.

⁵Disponível em : < <https://www.maas.museum/>> Acesso, em jan. 2017.

⁶Na descrição do maiô usado nas Olimpíadas de 1972, que está no acervo digital do MAAS (2017), o tecido utilizado é Nylon Tricot. Essa informação, entretanto, não está alinhada com SHISHOO (2005), o qual afirma que nessas Olimpíadas a Speedo já havia introduzido a Lycra.

⁷Refere-se à resistência que o corpo do nadador tem ao se deslocar na água. (MANSOLDO, 2014)

⁸Para Harley (2009) em um nível simbólico, os mapas reforçam quem está no poder, carregam seus discursos, tanto no conteúdo, quanto na forma de representação, selecionam mensagens e silenciam e reconstroem informações. A bandeira, a exemplo do mapa, também é um símbolo de identificação, de pertencimento de grupos sociais e “sinal distintivo de poder ou de comando, ideologia e expressão” (SEYSSEL, 2006, p. 13). Portanto, os maiôs e seus aspectos constitutivos, como cor, impressão de mapas e bandeiras, sinalizam algo. Ao estampar a bandeira nos maiôs, Smythe não só permite a identificação dos atletas, mas ela também remonta à ideia de força e poder dos Estados Unidos e da Austrália.

Capítulo 8



10.37423/220806464

CORRESPONDÊNCIA ATIVA DA INTENDÊNCIA DE SANTA MARIA – RS NO ARQUIVO HISTÓRICO: CONSERVAÇÃO E LEITURA PALEOGRÁFICA

SONIA ELISABETE CONSTANCE

Universidade Federal de Santa Maria

FERNANDA KIELING PEDRAZZI

Universidade Federal de Santa Maria



Resumo: O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) presta serviço de informação à comunidade santa-mariense por preservar o patrimônio documental da cidade. A conservação dos documentos visa a guarda e proteção do acervo para fins de acesso como fonte de pesquisa. Entre os documentos de caráter permanente sob sua custódia, estão aqueles relativos ao Poder Público Municipal (datas balizas 1868-1946). Esta pesquisa tem como objetivo analisar o estado de conservação e realizar a transcrição paleográfica de um documento de um Tomo produzido pelo Poder Executivo, do período que abrange o Fundo Intendência Municipal (1892-1929). O Tomo está acondicionado na Caixa Nº 2, com data inicial de 27 de janeiro de 1893. Trata-se de um livro (encadernação) numerado tipograficamente, dividido em cadernos de 5 folhas A3 dobradas e costuradas, com as correspondências que foram enviadas respondendo as demandas recebidas pela Intendência, ficando o registro do que havia sido escrito e enviado, numa espécie de segunda via. Foram capturadas imagens do Tomo em 2019, após visita das pesquisadoras ao AHMSM. Na identificação do estado de conservação do Tomo foram observadas as características físicas do papel, a tinta utilizada para a cópia de impressão da página anterior. O livro está bastante danificado e parte das informações estão desbotadas, esmaecidas pela ação do tempo e pelo tipo de registro que consiste. A transcrição paleográfica segue as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos manuscritos discutidas e publicadas em 1993.

Palavras-chave: Conservação; Transcrição Paleográfica; Correspondência; História Social.

INTRODUÇÃO

Conforme Delmas (2010, p. 11), Jules Michelet¹, em 1833, ao rememorar sua primeira incursão aos arquivos franceses, repletos de manuscritos, relatou as sensações despertadas por estes vestígios da história.

Quando penetrei pela primeira vez nessas catacumbas manuscritas, nessa necrópole de monumentos nacionais, teria dito de bom grado (...): ‘eis a morada que escolhi e o meu descanso eterno’. Não tardei, porém, a perceber no silêncio aparente dessas galerias, que havia um movimento, um murmúrio, algo que não pertencia à morte. Esses papéis, esses pergaminhos deixados ali há muito tempo nada pediam a não ser possibilidade de rever a luz do dia. Esses papéis não são papéis, e sim vidas de homens, de países, de povos.

Seguindo Michelet, ao contrário da percepção da maioria das pessoas daquela época (e ainda hoje) de que as “catacumbas manuscritas” são um arquivo morto, seus documentos, isto é, seus “papéis” [sic] falam por si, num entrelaçado de fatos que contam a história dos homens em suas ações do cotidiano por ideais de conquistas e de sobrevivência pela vida. Assim, a existência desses documentos é fator determinante para a comprovação dos fatos da vida cotidiana, algumas vezes já há muito distante.

O relato aqui presente parte de um trabalho realizado em um documento esmaecido, datado do ano de 1893, que é reflexo das ações da instituição Intendência Municipal de Santa Maria no Rio Grande do Sul (RS)², que existiu entre 1892 e 1929, durante o período conhecido como “política dos governadores” (DEL PRIORE E VENANCIO, 2016, p. 218). Este período é o da “europeização”, conhecido também como “*belle époque*”, segundo Del Priore e Venancio (2016, p. 219), que se percebe no Brasil no pós-Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889. Tudo isso gerou grandes transformações sociais, até mesmo em cidades do interior, como é o caso de Santa Maria.

A construção da estrada de ferro, como exemplo, favoreceu Santa Maria devido ao seu posicionamento geográfico (no centro do Estado) e foi fator determinante para o crescimento econômico e social da cidade, segundo Belém (2000), em conformidade com os atos administrativos convenientes ao regime do Governo Provisório. Hoje, o que resta do patrimônio ferroviário é apenas uma memória fugaz para grande parte da comunidade santa-mariense. Pedrazzi (2015, p. 41) lembra que com a Proclamação da República

[...] em cada cidade gaúcha havia uma Intendência. Primeiramente, formaram-se as Juntas Intendenciasais, ou seja, um grupo de cidadãos republicanos no governo local. Posteriormente, uma pessoa é que detinha o poder de estar à frente de uma Intendência: o Intendente.

Em setembro de 1892 assumiu o primeiro Intendente Municipal de Santa Maria, o “coronel” Francisco de Abreu Vale Machado cuja administração trouxe melhorias, especialmente na área urbana, e que se estendeu até quase o final daquele século, tendo como ponto alto a inauguração da iluminação elétrica, em 15 de novembro de 1898. Neste período o presidente do Estado era Julio Prates de Castilhos, juntamente com os seus seguidores denominados castilhistas (BELÉM, 2000).

Vale Machado era, “até então delegado de polícia, destacadamente republicano, maçom³, que ficou por longo período no poder em Santa Maria (dois mandatos, totalizando cerca de oito anos), sendo substituído apenas em 1900 por Henrique Pedro Scherer” (PEDRAZZI, 2015, p. 49).

Castilhos e o seu positivismo republicano, segundo Flores (2013, p. 145), tinha um “comportamento radical”, que direcionou a explosão dos movimentos revolucionários de 1893, 1923 e 1924. O seu governo foi marcado por “uma única verdade, um partido, um ditador” cuja “ordem era conservar, melhorando” (FLORES, 2013, p. 147).

Os republicanos permaneceram no poder do Estado de 1889 a 1930, entretanto, no ano de 1891, a oposição rio-grandense assumiu o governo do Estado por sete meses, tendo os castilhistas apelidado este período de “Governicho”. Júlio de Castilhos voltou ao poder, após a guerra civil que perdurou por 31 meses, a Revolução Federalista. Como alternativa para se manter no poder, Castilhos buscou apoio através de campanhas em jornais da época sempre pela “segurança e o sossego da sociedade através de inexoráveis medidas repressivas” (FLORES, 2013, p. 152).

Tais campanhas levaram personagens de poder de cidades do interior, como Santa Maria, a apoiar, através de escritos, por exemplo, o posicionamento de Julio de Castilhos e o seu retorno. Vale Machado, como primeiro Intendente Municipal de Santa Maria, é indicado a tal cargo pelo próprio Julio. Em retribuição, sustentou a sua “garantia de ordem” (A FEDERAÇÃO, 1893), um dos lemas do positivismo republicano. O texto de Vale Machado foi referido no jornal republicano como um “telegrama”, mas trata-se, antes disso, de um documento, como tantos outros expedidos pela Intendência naqueles primeiros dias do ano de 1893. As palavras desse documento, assim como as dos demais que formam este Tomo, estão, pouco a pouco, desaparecendo, desbotadas pela ação do tempo (passados quase 130 anos), mas podem ser acessadas porque seu suporte em papel, mesmo frágil, está sendo preservado pelo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Uma significativa parcela do que o Poder Executivo de Santa Maria produziu ao longo de seus primeiros anos, hoje custodiado pelo Arquivo Histórico, que existe desde 1958, quando foi promulgada a Lei nº 784 de 22 de dezembro, que o cria oficialmente. Isso é corroborado com a informação publicada no jornal “A Federação”, em 31 de janeiro de 1893 e, recuperada através de pesquisa no site da

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em confrontação com a leitura e transcrição paleográfica realizada no original custodiado pelo AHMSM.

A Paleografia trata de fazer o que Michelet dizia querer aos “papéis”: oportunizar que a luz voltasse a alcançar os antigos escritos. Assim como ele chamou o arquivo francês de “necrópole de monumentos nacionais”, Leal e Siqueira pensam que “o paleógrafo é como um ‘semideus’, pois tem o poder único de ‘ressuscitar’ a informação do manuscrito ao lê-lo e transcrevê-lo, pois do contrário, a informação estaria morta, perdida no passado da história” (LEAL & SIQUEIRA, 2011, p. 12). Não se entende a informação como morta, porém interpreta-se que ela está adormecida, à espera da luz para ser foco de olhos curiosos.

As normas para realizar a transcrição, aqui apresentada, são uma evolução daquelas definidas no Brasil nos anos de 1990 e revisadas por representantes de pelo menos 11 instituições em 1993, entre elas o Arquivo Nacional⁴, órgão subordinado hoje ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que guarda, preserva, dá acesso e divulga acervos públicos ligados, principalmente, à esfera federal. A intenção de tais normas era o de “fixar diretrizes, critérios, convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas” (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 99).

Deste modo, o objetivo deste estudo foi analisar o estado de conservação e realizar a transcrição de um documento de um Tomo produzido pelo Poder Executivo, do período que abrange o Fundo Intendência Municipal (1892- 1929), levando aspectos históricos do período e suas personagens, constituídas como sujeitos da/na história. Afinal “o político (...) está presente em todo discurso”, o que inclui aquele presente na carta de um intendente de uma cidade do interior ao presidente do Estado. Estando presente no discurso, o sujeito reflete a sua ideologia, momento em que “as relações de poder são simbolizadas e isso é o político” (ORLANDI, 2012, p. 55). Constante (2018) entende estes sujeitos que colaboram para a memória coletiva em escritos divulgados em jornal como sujeitos legitimados, ou seja, aqueles que têm interferência no contexto sócio-histórico em que vivem.

O presente artigo traz a noção de patrimônio documental como abordagem, reconhecendo no documento selecionado a importância de se preservar o patrimônio documental que está sob custódia de instituições públicas, inclusive as municipais, oferecendo a elas recursos e atenção de modo a tornar cada vez mais público o seu acervo, trabalhando pela difusão documental e tendo como princípio de que todo e qualquer cidadão é um usuário em potencial daquilo que guardam.

A paleografia, como mencionam Berwanger e Leal (2012, p. 20), pode ser aplicada em documentos contemporâneos, fugindo do escopo do que se tinha como divisão desta ciência (antiga, medieval e moderna) “desde que o manuscrito seja incompreensível à leitura” o que amplia, sobremaneira, as

possibilidades de trabalho paleográfico em acervos mais próximos da realidade brasileira uma vez que o Brasil só foi “descoberto” em 1500.

É evidenciada, aqui, a preocupação com perdas documentais e informacionais das fontes de pesquisa muito utilizadas em estudos acadêmicos. Sua observação e atenção visa atentar para os cuidados com sua integridade e valorizar e incentivar a pesquisa.

O ARQUIVO HISTÓRICO E O ACERVO EM QUESTÃO

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria tem como objetivo preservar documentos que contam a história de Santa Maria reunindo, além disso, revistas, jornais acervo bibliográfico e iconográfico, mapoteca, coleção de moedas e documentos do Instituto Histórico Geográfico de Santa Maria. Desde 1958, quando foi criado o Arquivo Histórico, vem se modernizando e aplicando, na medida do possível, o conhecimento arquivístico tendo como responsável pelo acervo uma arquivista de carreira da Prefeitura, Daniéle Xavier Calil, que inspira a todos por gerenciar com dedicação e comprometimento, fazendo tudo o que pode e deve ser feito, do ponto de vista arquivístico, para os documentos de guarda permanente.

Atualmente, depois de muitas mudanças de endereço ao longo dos anos, seu funcionamento ocorre junto ao complexo do Centro Integrado de Cultura Evandro Behr, formado pelo Arquivo, pelo Museu de Arte de Santa Maria e pela Biblioteca Municipal Henrique Bastide, sendo considerados, os três, equipamentos culturais da cidade.

A Lei Municipal nº 3568 de 16 de dezembro de 1992, em seu artigo 2º, reforça que “ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria compete I - a proteção do patrimônio documental histórico” como também “VI - a descrição e divulgação de seu acervo, através de instrumentos próprios”. Assim, entende-se que o documento aqui focalizado enquadra-se como patrimônio documental histórico, que o Arquivo está realizando esta tarefa de forma adequada e que é uma instituição fundamental para a preservação da memória do município.

Os fragmentos do documento redigido pelo Intendente Municipal Vale Machado, e endereçado a Julio Prates de Castilhos, que governou o Estado do Rio Grande do Sul naquele final de século, reflete a instauração de uma nova ordem de organização da sociedade que contempla banqueiros, industriais e técnicos. Ele traz um pequeno acontecimento, um verdadeiro fragmento, a partir dos discursos presentes naquele momento da história sul-riograndense. Segundo Farge (2009, p. 79) no arquivo:

Os acontecimentos são minúsculos, os incidentes mais do que costumeiros, os personagens comuns, e os arquivos coletados a respeito deles são apenas

fragmentos de vida, disputas em retalhos expostas ali desordenadamente, refletindo ao mesmo tempo o desafio e a miséria humana.

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria preserva o patrimônio documental da cidade incluindo diversos manuscritos que descrevem a memória social da sociedade. Presta, deste modo, um serviço de informação à comunidade santa-mariense e demais pesquisadores, cujo sabor deste arquivo, “o sentido a mais”, passa a ser, recorrendo-se a Farge (2009, p. 37), como uma “emoção”, ou seja, “um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado e a do silêncio”.

Manusear acervos manuscritos emocionado pois trata de escrito de pessoas que deixaram, por meio do toque e da escrita, a marca da sua personalidade preservada com o auxílio de profissionais da comunidade arquivística e de historiadores.

METODOLOGIA

Este trabalho é resultado de um estudo idealizado a partir de indagações das autoras, ambas professoras do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), surgidas durante a execução de atividades práticas realizadas no AHMSM pelos acadêmicos sob sua coordenação, na disciplina de Paleografia, quando as pesquisadoras obtiveram contato com o documento tomado como objeto.

O Arquivo tem sido parceiro do Curso de Arquivologia em diversas iniciativas acadêmicas desde os primeiros anos do Curso, criado em 1976, em eventos como cursos, palestras, oficinas, e servindo ainda como laboratório de práticas e exemplo de aplicações da teoria arquivística.

A partir do primeiro contato com o documento, foram capturadas imagens do Tomo e do próprio documento. Após foram feitas outras visitas das pesquisadoras ao AHMSM para reencontrar o objeto e realizar um diagnóstico do seu estado de conservação frente ao mesmo, com ênfase em identificar o tipo de material empregado na produção do suporte, que pode ser classificado como uma espécie de segunda via, em papel de baixa gramatura (cerca de 20 g/m²), quase transparente, e na tinta empregada na confecção desta cópia (parecendo, numa primeira vista, ferrogálica de tom sépia).

Paralelamente foi solicitado auxílio à equipe técnica do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, considerando que o local foi a primeira capital da República e, anteriormente, sede do governo da colônia e do Império. Foram enviadas fotografias e até mesmo um vídeo, para que pudesse acontecer a identificação do suporte.

Posteriormente à observação *in loco*, foi realizada a leitura e transcrição documental, a partir das imagens capturadas, baseada nas Normas Técnicas para a Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos, encontradas em Berwanger e Leal (2012). E, diante da informação coletada no

documento, após compreensão do fato reportado, foi feita uma investigação no site da Biblioteca Nacional, no periódico que era o “*orgam* do partido Republicano” do Estado à época, “A Federação” para a identificação de algo publicado. A busca foi feita diretamente neste jornal, utilizando-se as palavras “Vale Machado”.

A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A conservação dos documentos, sejam analógicos ou digitais, visa a guarda e proteção do acervo para fins de acesso como fonte de pesquisa. O suporte papel tem sua origem no ano 150, século II, inventada pelo oficial da corte chinesa Cai Lun (Ts'ai Lun) durante o império de Chien-Ch'u, da dinastia Han (206 a.C. a 202 d.C.). No ano de 751, a técnica do papel passou a ser dominado pelos árabes, depois do aprisionamento de técnicos chineses, em Bagdá, ocorrido durante o ataque na cidade de Samarcanda. O invento passou a ser difundido a partir do século XI, inicialmente na Espanha, após conflito sangrento no reino visigótico, entre os visigodos e os árabes e, depois no Ocidente. Em 1440, com a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, que permitiu a reprodução de livros, foi impulsionada a comercialização do papel (FILIPERSON).

No Brasil, o papel começou a ser fabricado, provavelmente, em 1810, no Andaraí Pequeno, no Rio de Janeiro. E, em 1890, foi fundada a fábrica de papel Companhia Melhoramentos de São Paulo, a cargo da empresa alemã Gebrüder Hemmer, com investimentos em pesquisas de espécies de vegetais nativos (MELHORAMENTOS).

Para Santos (2012, p. 113), “a atuação de Rodovalho representa provavelmente o único exemplo de vinculação direta do capital cafeeiro paulista à nascente indústria de papel”. Mas foi com a vinda dos imigrantes europeus, que trouxeram o conhecimento do processo de produção do papel a partir da celulose, que a indústria papeleira foi fortalecida, especialmente nos anos de 1920 e 1930. A maioria se instalou em São Paulo, no entanto, gradativamente, outros estados passaram a investir também na sua fabricação (FILIPERSON).

Ao longo dos tempos as ferramentas e aditivos empregados na preparação da massa, como parte do processo de produção do papel, vêm sendo modificados para a obtenção de um produto de qualidade para os diversos fins.

Entre os documentos de caráter permanente sob custódia do AHMSM são aqueles relativos ao Poder Público Municipal (com datas balizas 1868-1946). É parte desse conjunto o documento analisado neste estudo, conformando um Tomo acondicionado na caixa-arquivo Nº 2, com data inicial de 27 de janeiro de 1893, conforme a Fotografia 1.



Fotografia 1 – Espelho da caixa arquivo onde encontra-se o documento objeto da pesquisa

Autoria: Sonia Elisabete Constante

No espelho da caixa-arquivo, consta Fundo “Junta Intendencial”, mas pela data já é da “Intendência”, da Série “Correspondências”. O Tomo tem capa dura, é confeccionado com folhas de papel pouco espesso, numerado tipograficamente, dividido em cadernos de 5 folhas no tamanho A3, que foram dobradas e costuradas somando, cada caderno, 10 folhas A4. A lombada foi revestida com tecido morim desgastada pelo manuseio e pela ação de agentes biológicos, como visto na Fotografia 2.



Fotografia 2 – Lombada do Tomo

Autoria: Sonia Elisabete Constante

Visualizando a lombada é possível observar que a mesma possuía uma espécie de adesivo em papel com a identificação na qual se pode apenas extrair, com certeza, a palavra “Correspondência” em letras maiúsculas, seguida de outra palavra que se presume ser “expedida” dado que se recuperou as duas primeiras letras (E e X).

Os documentos do Tomo foram reunidos pela encadernação empregando dois pedaços de papelão duro, isto é, a chamada capa dura, que igualmente como a lombada, vem sofrendo as ações do homem

e de agentes biológicos. Pelas características dos danos encontrados, aparenta ser resultado da ação das falsas traças ou tisanuros que se alimentam da cola do papel fazendo furos como visto na lombada e danos no papel que recobre a capa, assim como na própria capa dura como é observado na Fotografia 3.



Fotografia 3 – Verso da capa traseira do Tomo

Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

A oscilação de temperatura e umidade, que ocorre com frequência na Região Sul, favorece o aparecimento dos agentes biológicos identificados como causadores dos danos. Além disso, Santa Maria é especialmente úmida, dada a sua posição “dentro” uma cadeia de montanhas. Outro fator determinante para a sua proliferação é a falta de luminosidade, que é uma das recomendações para o armazenamento de documentos e materiais de arquivos e de bibliotecas. Algumas medidas já estão sendo adotadas, como a higienização periódica e a digitalização do acervo. Somente as ações possíveis são executadas pela equipe do Arquivo. Algum auxílio vem de projetos da UFSM. Em 2011, por exemplo, foi digitalizado parte do Fundo Intendência (908 documentos): “inclusive, capa, contraguarda, folha de rosto até mesmo o verso conforme Recomendações do CONARQ. Os representantes digitais foram armazenados em 14 pastas digitais obtendo-se, em sete meses na captura, 25,5 GB de imagens” (PEDRAZZI et al, 2014, p. 4). Este Tomo não foi incluído por seu estado frágil.

No Tomo, as informações estão desbotadas pela ação do tempo, como é o caso do documento analisado neste estudo que se pensa ser o resultado de uma reprodução de um documento manuscrito, cuja tinta está fraca. Isto ocorreu certamente por ser uma cópia de impressão da página anterior, que fora enviada respondendo as demandas recebidas pela Intendência, ficando o registro do que havia sido escrito e enviado numa segunda via.

Foi enviada uma primeira mensagem ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro solicitando o auxílio de sua equipe técnica para identificar o suporte. Buscava-se algo semelhante “desse mesmo período e com essas características” presente no acervo do Rio. O que se desejava era “saber de onde vinham essas encadernações, nome da empresa que produzia, e ver uma folha semelhante”. A equipe enviou uma primeira mensagem de resposta, através de uma das técnicas, dizendo:

Para essa época eu desconheço documentos em papel seda. Aqui no arquivo normalmente aparecem documentos em papel seda a partir da década de 20 e apresentam tons rosados, esverdeados e azulados, todos datilografados. Se a senhora puder tirar mais fotos do tomo, poderíamos ter maior noção, pois por fotos é difícil dar a certeza.

Sem haver uma definição, novas imagens foram enviadas (Fotografia 4), com papel branco no fundo, para aparecer a transparência e também um pequeno vídeo do Tomo.



Fotografia 4 – Detalhe de um documento

Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Após este envio, ainda aguardando uma ajuda para saber do suporte e tinta, foi recebida outra resposta. Feita a análise das novas imagens, sendo respondido que “realmente parece papel seda mas ainda não acho que seja pelo documento ser um manuscrito em tinta ferrogálica. Me parece ser um papel da época mesmo, em uma gramatura bem fina”.

O papel empregado, provavelmente, é do tipo apergaminhado, que é recomendado para escrever correspondências. Necessita-se posteriormente verificar o pH do papel. Se for ácido, recomenda-se ao Arquivo que se siga a um processo de desacidificação como solução mais indicada para a elevação do pH a um mínimo de 7 (neutro). Como pode-se verificar na Fotografia 5, o livro precisa de um tratamento imediato a fim de minimizar novos danos nas folhas e na sua estrutura, uma vez que a

costura está comprometida, assim como as folhas também foram afetadas pelas falsas traças ou tisanuros.



Fotografia 5 – Detalhe do estado de conservação

Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Deste modo, como recurso a ser explorado a fim de evitar perda do conteúdo do documento, optou-se pela transcrição paleográfica, apresentada a seguir.

PALEOGRAFIA EM DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS: O CASO DO DOCUMENTO A JULIO DE CASTILHOS

Buscando uma alternativa para a preservação da informação frente à deterioração dos documentos presentes no Tomo objeto da análise sobre a conservação documental, optou-se por realizar a leitura e transcrição documental de um de seus documentos (Fotografia 6).



Fotografia 6 – Documento objeto da pesquisa

Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

A escolha deu-se a um dos primeiros daquele livro, o da folha 2 (apenas frente), redigido, conforme consta, em 27 de janeiro de 1893. Abaixo, segue a transcrição do mesmo.

5	S. N. Dr Julio de Castilhos Porto Alegre
10	É motivo de jubilo para esta Intendencia ver restituído ao poder o legitimo Presidente Constitucional do Rio Grande. Com os leaes republicanos Rio-Grandenses me congratulo por tão auspicioso motivo. Sois na governança do Estado a promessa de paz, a garantia de ordem,
15	o restabelecimento, emfim, de um governo definitivo dentro das normas do regimen republicano. Que a paz em nosso amado Rio Grande venha satisfazer os anhelos de vosso magnanimo coração, são meus votos. Contae com minha dedicação ao serviço da causa publica. O Intendente VMachado S. Maria 27 de Janeiro de 1893.

Para a transcrição, respeitou-se o texto, reproduzindo-o tal qual aparece no documento. Fez-se, como sugerem Berwanger e Leal (2012, p. 106) “o que é fácil no momento para, depois, fazer o resto”. Foi necessário retornar ao Arquivo mais uma vez para ver, a olho nú, diretamente, o documento pois a

imagem capturada não tem a mesma qualidade da visão humana frente ao próprio documento. Seguiu-se o “modelo de translineação, com numeração sequencial de cinco em cinco até o final do documento e colocada à margem esquerda” (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 103). Do mesmo modo foram seguidas as sugestões dos autores de respeitar a ortografia, acentuação e pontuação, manter a divisão paragrafada e as abreviaturas conhecidas como se apresentam no texto.

Em busca de um cruzamento de que tal documento seguiu seu curso, e chegou as mãos do destinatário, “Dr. Julio de Castilhos”, então Presidente do Estado, foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Nacional, mais especificamente na sua Hemeroteca Digital (acesso remoto). Naquele periódico, foi encontrada publicada a correspondência objeto deste trabalho, sendo uma das várias missivas presentes na edição de Número 26, de 31 de janeiro de 1893, que prestam apoio a Castilhos. Elas são referidas como telegrama, na terceira coluna da capa, seção “O governo”: Consta: “O nosso ilustre amigo, dr. Julio de Castilhos recebeu mais os seguintes telegramas” seguido de 24 manifestações de intendentes de cidades de todo o Rio Grande. A Fotografia 7 apresenta o texto do documento enviado por Santa Maria no destaque.



Fotografia 7 – Documento objeto da pesquisa

Fonte: Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/388653/per388653_1893_00026.pdf Acesso em: 24 ago. 2022

O texto encontrado em “A Federação” é uma transcrição palavra por palavra do documento. Assim, denota-se que para o jornal ter sido distribuído impresso em 31 de janeiro, e considerando que o documento saiu de Santa Maria em 27 de janeiro, o documento pode sim ter sido remetido via transporte, em um formato de carta em envelope. Porém, o fato de ter sido chamado de “telegrama” pelo jornal pode ter sido de modo genérico (visto que outras mensagens foram recebidas com a mesmo objetivo: apoiar Julio de Castilhos), mas causa não só curiosidade como também se alinha, em

forte probabilidade, com a ideia de que possa ter sido enviado por telégrafo, por ser um meio mais rápido de transmissão de ideias, já que os tipos gráficos para rodar o jornal deveriam ter sido montados com a antecedência de, pelo menos, um dia sobrando apenas dois para uma carta ser depositada e chegar na capital do Estado. Não parece impossível, apenas foram analisadas as opções.

CONCLUSÃO

As informações do documento, mesmo esmaecido, como parte do Tomo produzido pelo Poder Executivo local no período do Fundo Intendência Municipal (1892-1929), e posteriormente divulgadas em jornal, passam a endossar a intenção do Governo de Julio de Castilho em fortalecer-se, capturando apoio político para manter-se no poder.

Embora tenha sido chamado de “telegrama” pelo jornal “A Federação” quando da sua publicação, percebe-se que esta é uma possibilidade, não um fato. Este é apenas um dos documentos do Tomo e muitos deles, a grande maioria, não era expedido para fora da cidade, senão para pessoas da própria localidade de modo a fazer acontecer as ações da Intendência.

Neste estudo não é discutida a veracidade da narrativa jornalística ou o apoio à Castilhos, expresso nas linhas grafadas por Vale Machado, mas sim constata-se que os fatos postos em “A Federação” são reais a partir da existência da cópia documental pertencente a um Tomo do Arquivo Histórico de Santa Maria a quem foi dada à luz. De outro lado, a publicação reitera o envio, em cópia física ou por telégrafo, do documento à Castilhos, sendo que o mesmo só pode ser divulgado porque chegou até seu destinatário.

O documento foi atestado como fonte fidedigna, sendo necessário recorrer a análise sobre a sua conservação para compreender o estágio de deterioração, complementando o trabalho proposto com a leitura e transcrição paleográfica, o que permitiu “engessar” as interpretações da grafia do escrevente uma vez que oferece uma “leitura” do manuscrito mais estabilizada. Não foi tema deste trabalho identificar se o mesmo foi o escrevente ou só assinou.

As perdas documentais e informacionais de fontes arquivísticas são temas de grande relevância para a área acadêmica e não seria possível furtar-se de tal discussão uma vez que muitos pesquisadores, em especial discentes e docentes universitários instituições santa-marienses, contam com sua existência. Valorizar os acervos é valorizar e incentivar as pesquisas.

Compreende-se que os fragmentos de história trabalhados nesta pesquisa fazem parte da história social do município de Santa Maria e do Rio Grande do Sul por sua abrangência e temática. Este entrelaçado de fatos entre arquivo e hemeroteca, entre documento e jornal, entre o registro e sua

publicação, retrata as estratégias do jogo de luta pelo poder ocorrido bem próximo de nós, no centro do Estado do Rio Grande do Sul, no final do século XIX. Diante isso reforçamos as palavras de Michelet “não são papéis, e sim vidas de homens”. Os arquivos guardam a alma esmaecida dos acontecimentos em discursos e narrativas cotidianas.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA do papel. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/historia-do-papel> Acesso em: 14 out. 2019.

BELÉM, João. História do Município de Santa Maria 1797-1933. 3 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. Noções de paleografia e de diplomática. 5. ed. rev. ampl. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2008.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

CONSTANTE, Sonia Elisabete. Narrativa jornalística e memória institucional: Universidade de Santa Mariana. Tese. Doutorado em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. (C CSH/UFSM). Santa Maria, RS, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16369>. Acesso em: 24 ago. 2022.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2016.

FARGE, Arlette. O sabor do Arquivo. Tradução: Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FILIPERSON. História do papel. Disponível em: http://www.filiperson.com.br/historia_papel.asp Acesso em: 14 out. 2019.

FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. 9 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editora, 2013.

LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Glossário de Paleografia e Diplomática. Rio de Janeiro: Luminária: Multifoco, 2011.

MELHORAMENTOS. Disponível em: <http://www.melhoramentos.com.br/v2/historia/> Acesso em: 15 out. 2019.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling Pedrazzi. O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX. Tese. Doutorado em Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. (CAL/UFSM). Santa Maria, RS, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4007> Acesso em: 24 ago. 2022.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling Pedrazzi et al. A digitalização como incentivo ao acesso das informações em Arquivos Municipais: O caso do Fundo Intendência do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – RS. Anais do 31º SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117352> Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTA MARIA. RS. Lei nº 3568, de 16 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Arquivada Câmara de Vereadores de Santa Maria. Disponível em: <https://leismunicipais.co>

m.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/1992/356/3568/lei-ordinaria-n-3568-1992-dispoe-sobre-o-arquivo-historico-municipal-de-santa-maria . Acesso em: 24 ago. 2022.

____. Lei nº 784, de 22 de dezembro de 1958. Cria o Arquivo Histórico do município e dá outras providências. Arquivada Câmara de Vereadores de Santa Maria. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/1958/78/784/lei-ordinaria-n-784-1958-cria-o-arquivo-historico-do-municipio-e-da-outras-providencias> Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos. A dinâmica territorial das indústrias de celulose e papel: a expansão no Brasil e a incorporação do Rio Grande do Sul. Tese. Doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101025/304887.pdf?sequence=1> Acesso em: 24 ago. 2022.

NOTAS

¹Foi chefe da seção histórica do Arquivo Nacional francês de 1831 a 1852 e publicou volumes sobre a História da França.

²Hoje denominada Prefeitura Municipal de Santa Maria (RS).

³Sua Loja Maçônica era a Bocca do Monte, mais tarde (a partir de 1894), Paz e Trabalho.

⁴Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br> Acesso em: 24 ago. 2022.

Capítulo 9

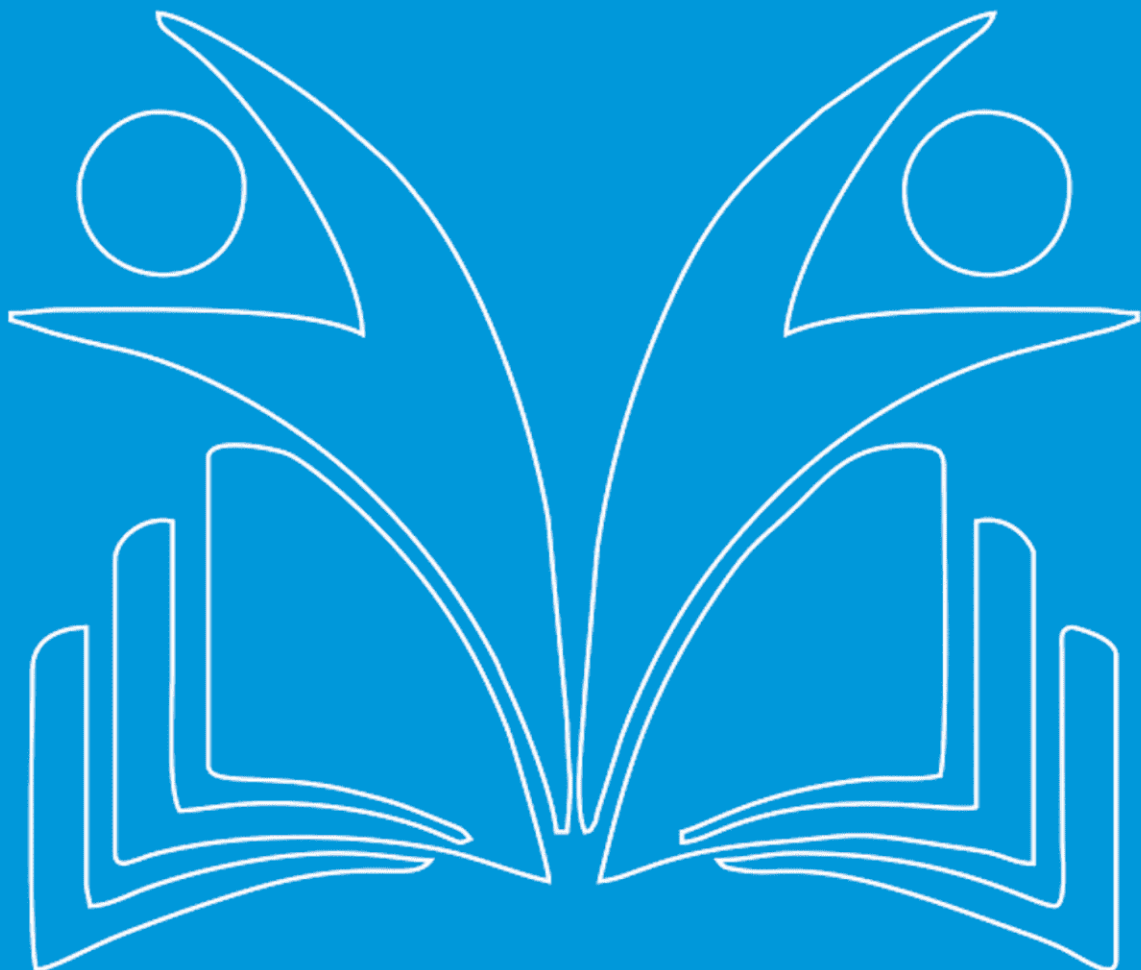


10.37423/220806465

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MEDO DO SOBRENATURAL NA MODERNIDADE: DEMÔNIOS POSSESSORES, EXORCISMOS E VAMPIROS (1565-1751)

Gabriel Elysio Maia Braga

Universidade Federal do Paraná



O Sobrenatural, âmbito que permite tornar reais – ao menos a nível discursivo – seres como bruxas, demônios possessores e vampiros, foi, em grande parte, negligenciado pelos estudos históricos. Sobretudo por conta de sua relação com o medo e a confusão deste com a covardia, algo não nobre. No entanto, esse medo, por mais injustificado que nos possa parecer, levou a efeitos bastante reais, como o destacamento de tropas, a produção de tratados, a instauração de processos inquisitórios, dentre outros.

O que une as três figuras mencionadas anteriormente, bruxas, vampiros e demônios, além do fato de possuírem relação com a Sobrenatureza, é a sua íntima conexão com o Mal. Falando mais especificamente de um contexto de crenças judaico-cristão, isso significa uma ligação intrínseca com Satã, o grande ser por trás de fenômenos sobrenaturais – ou aparentemente sobrenaturais, dependendo da interpretação de cada autor – que causavam malefícios às pessoas.

Desde 2014 me dedico a pesquisas sobre o medo do Sobrenatural na história. Utilizando como fontes cartas, tratados filosóficos e religiosos, somas de confissões, manuais de exorcismo, tratados de possessão demoníaca, discursos escatológicos e processos-verbais, me preocupei com a construção da realidade desses fenômenos, ou seja, em que termos eram defendidos como reais e atacados como falsos.

Ao longo de meu mestrado (2016-2018), foquei minha investigação na onda de vampirismo que acometeu os Bálcãs nas décadas de 1720 e 1730 e que chegou na Europa Ocidental através de relatos publicados em periódicos, como o *Le Mercure Galant*, e de obras escritas por clérigos. Já em meu doutorado (2018-2022), concluído recentemente, pesquisei o contexto das ondas de possessão demoníaca na França, incluindo aqui as investigações e os rituais de exorcismo que se seguiram.

Para o presente texto, optei em trabalhar com os conceitos de magia, possessão, exorcismo e vampirismo dentro do saber demonológico europeu ocidental. Será importante também, tratar das mudanças filosóficas em relação ao conceito de morte, em especial naquilo que significou o problema dos mortos-vivos na Modernidade euro-ocidental, e da proliferação da produção escatológica no mesmo período.

O MEDO

O medo foi o sentimento que desde o início norteou minha pesquisa. Ele foi classificado pelo historiador francês Jean Delumeau, no livro *História do Medo no Ocidente* (publicado em 1978), como “uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência

de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação¹”. É um sentimento que acompanhou a humanidade, podendo até mesmo ser considerado intrínseco a ela.

Uma característica importante do medo, de acordo com Jean Palou (1958), é o fato de que os objetos causadores desse sentimento são construídos ao longo de uma extensa temporalidade. Assim, o medo pode tanto ser o choque momentâneo ao perceber algo que atenta à vida, como classificado por Delumeau, como pode ser um sentimento construído ao longo de anos, décadas ou séculos, atingindo grande complexidade e podendo se tornar uma característica identitária de um grupo cultural, tal como o medo do Diabo era um identificador dos cristãos. Para efeito de pesquisa, concedi mais atenção à segunda definição de medo, pois seria impossível explicar algumas ações de personagens envolvidos nos casos estudados pela simples constatação de proteção à própria vida.

De fato, o acreditar em algo sobrenatural não consiste em algo simples e fácil. O medo do Diabo e seus asseclas foi construído ao longo de séculos. Os poderes dos demônios não foram constantes ao longo da história. Dependendo do contexto, eles poderiam ser mais ou menos perigosos. Os aprendizados sobre como combater o Mal, também não surgiam prontamente, mas eram frutos de séculos de prática exorcista, de perseguição aos hereges e de tratados religiosos.

Outro ponto importante para o desenvolvimento da pesquisa foi a investigação sobre o saber demonológico e as modificações que ocorreram interna e externamente a ele, principalmente ao longo do século XVII. É importante considerarmos os paralelos desenvolvimentos e modificações em diferentes saberes como a Medicina, a Filosofia Natural e a Teologia, em especial naquilo que diz respeito ao poder do Diabo, o conceito de Natureza e, falando mais especificamente dos mortos-vivos, a definição de morte, considerando também os efeitos corporais *post mortem*.

Nessa primeira parte do texto, cujo foco serão os vampiros, o objetivo é relacionar o sentimento do medo, o saber propagado pela Demonologia e a obsessão pela morte, que é uma característica importante do seiscentos, para poder melhor analisar as produções letradas modernas sobre as lendas dos vampiros dos Bálcãs. Com isso, espero contribuir com estudos sobre as noções de morte e do próprio corpo morto na Modernidade europeia ocidental. Defendo que o estudo sobre lendas e tratados sobre os mortos-vivos tem muito a oferecer para a História Cultural da Ciência².

O SOBRENATURAL

Em primeiro lugar, é importante determinar o que era o Sobrenatural para a Demonologia, pois este foi um conceito que sofreu diversas alterações, especialmente ao longo da Idade Moderna. Não podemos simplesmente dizer que era o oposto do Natural ou apenas que era um âmbito que estava

acima da Natureza. O Sobrenatural era tudo aquilo que tinha a potencialidade de realizar uma ruptura com a Natureza, uma interrupção no curso natural, uma intervenção bruta, um fenômeno que fugisse completamente das possibilidades naturais – para o início da Modernidade ainda não é possível utilizar o termo leis da Natureza. A diferenciação se aproxima mais da diferença entre os planos divino e humano. Sendo assim, o mundo material corresponderia à Natureza e à humanidade e o espiritual envolveria Deus, o diabo, os anjos, enfim, o conjunto denominado de Sobrenatureza.

Desde antes da publicação do *Malleus Maleficarum* (1487), muito provavelmente o mais conhecido tratado demonológico, a Demonologia consistia em um importante saber. Ao longo dos séculos XIV e XV seu objetivo principal foi a investigação sobre as bruxas. O que eram, o que poderiam fazer, como identificá-las e como combatê-las. Essas eram questões frequentemente abordadas pelos demonólogos em seus tratados e dissertações. Era de comum acordo entre os autores, ou pelo menos da grande maioria deles, que as bruxas realizavam um pacto voluntário com Satã e a partir disso adquiriam certas habilidades. Se estas eram sobrenaturais ou não, dependia da interpretação de cada autor e de sua percepção sobre a Natureza, o que comentaremos adiante. É importante ter em mente que a firmação do pacto era essencial para o conceito de bruxa. Esta era aquela bruxa tradicional cuja imagem era propagada pela Igreja e que poderia causar maléficos como doenças, mortes e a impotência sexual masculina. Havia assim, uma vontade expressa de se filiar às forças infernais. Os pensadores se debruçavam sobre questões principalmente acerca do limite dos poderes da bruxa e conseqüentemente dos limites dos poderes do diabo.

No *Dictionnaire Infernal* [Dicionário Infernal] (1818) de Collin de Plancy, a Demonologia foi definida como um conjunto de tratados e discursos sobre os demônios³. As obras, contudo, muitas vezes extrapolaram os limites dessa curta definição, contribuindo para as discussões sobre a definição de Natureza e conceitos próprios ao saber médico. Para essas discussões, baseei-me muito na obra do professor estadunidense Stuart Clark, *Pensando com Demônios* (2006). Sua abordagem foi a de considerar a Demonologia como um saber pertinente e presente na Modernidade. Assim, as obras demonológicas se tornam chaves interpretativas para a compreensão dos motivos que levaram a produções que investigaram o sobrenatural demoníaco.

Como já ressaltamos, o saber demonológico passou por diversas mudanças, em especial ao longo do século XVII. Uma das principais alterações dizem respeito aos conceitos de Natural, Sobrenatural e Preternatural. Este último é menos conhecido e trabalhado em pesquisas historiográficas. Se refere àquilo que estende a Natureza sem sair dela. É o intermédio entre o Natural e o Sobrenatural, porém

mais próximo do primeiro. Na tradição medieval, o Diabo possuía plenos poderes sobrenaturais. Era realmente o inverso de Deus. A inversão era, inclusive, um dos recursos discursivos mais utilizados pelos demonólogos. Não era uma inversão apenas no conceitual, ela marcava presença no texto material.

Por exemplo, tomemos a frase do puritano John Gaule sobre a bruxaria: ele a considerava “a mais maléfica e imediata aversão à grandeza do Bem; e a mais maléfica e imediata conversão para o maior Mal. Pois nela Deus é abandonado e desafiado; e o Diabo é adotado e adorado⁴”. Nesta frase é perceptível que os elementos Deus e Diabo são tratados como inversamente proporcionais, portanto, equivalentes em termos de poder. Um era o oposto do outro, remetendo, assim, a poderes similares.

A mudança veio com a modernidade, quando o “diabo e seus sequazes povoaram como nunca o imaginário dos homens”⁵. Esse pensamento constante no Demônio e seus poderes incentivou algumas alterações em conceitos importantes para o entendimento do mundo. O poder do Diabo, por exemplo, gradativamente deixou de ser considerado sobrenatural e começou a ser relacionado, primeiramente, como algo preternatural, e ao longo do XVII foi se afastando até disso. Satã foi transformado em um físico que possuía grande apreço pelos estudos, havia tido muito tempo para estudar, e por isso possuía grande conhecimento sobre a Natureza e sabia manipular as propriedades naturais, causando a impressão de estar acima das leis da Natureza quando na realidade não possuía poder para infringi-las.

Penso ser adequado chamar esse processo de desautorização do Diabo, pois falar em desencantamento não deixa claro os objetivos dos homens da Igreja. Para este recorte temporal, ainda não havia uma crítica que denunciasse uma não-existência do Diabo, ou que negasse totalmente seu poder e influência sobre a humanidade. O processo que ocorreu foi uma perda dos poderes demoníacos dentro do saber demonológico, ou seja, Satã enfraqueceu.

Sua imagem tornou-se mais fraca, porém não menos perigosa. O anteriormente oposto de Deus, passou a ser visto mais como um charlatão, um enganador, uma criatura plena de conhecimento e com um grande poder de ilusão. Mesmo bastante desautorizado, Satã ainda poderia manipular os humores, em especial a melancolia, conseguindo assim causar ilusões, alucinações, enfim, confundir a percepção dos indivíduos. Mesmo os mais céticos quanto à bruxaria, ou seja, os que negavam os poderes sobrenaturais, em nenhum momento negaram a realidade do pacto com Satã, alguns não recusavam nem mesmo a ideia de que as bruxas mantinham relações sexuais com os demônios.

POSSESSÕES E EXORCISMOS

As críticas aos processos de bruxaria se tornaram mais intensas a partir do século XVI. Escritores como o médico Johann Weyer questionaram os métodos do tribunal do Santo Ofício e a realidade do pacto que as bruxas supostamente haviam firmado com seres infernais em troca de poderes sobrenaturais, como o de alterar o clima ou o de lançar um feitiço sobre outra pessoa.

Ao longo do século XVII, mudanças jurídicas, em especial na França, modificaram a dinâmica dos processos da Inquisição. A centralização proposta pela Coroa, típica do sistema absolutista, envolveu um maior controle jurídico do que ocorria nos Parlamentos regionais. Após escândalos envolvendo um conhecedor de bruxas chamado Bacqué, Luís XIV, sob a influência do ministro Colbert, acabou com essa profissão⁶. Além disso, a Coroa tomou medidas para que os processos demoníacos sempre passassem pelo Parlamento de Paris, cujas opiniões eram mais próximas às da Sorbonne no que se referia ao Sobrenatural.

Dessa forma, os inquéritos sobre bruxaria ficaram sob a guarda do Estado francês, que disputava com a Igreja Católica esses processos. O grande período dos casos de possessão franceses é simultâneo a essas mudanças. As primeiras possessões que se tornaram muito célebres ocorreram na segunda metade do século XVI, mas foi entre as décadas de 1610 e 1640, com os casos de possessões coletivas em conventos, que o assunto se tornou um problema mais grave, impulsionando diversas publicações defendendo ou contestando a realidade dos casos.

Ambos os tipos de possessão, individual e coletiva, apresentam uma estrutura semelhante. As vítimas são jovens mulheres. No caso das possessões individuais, jovens laicas, no das coletivas, jovens freiras. Havia uma série de sinais que indicavam a possibilidade de possessão. Esse é um ponto importante. A possessão não era uma resposta fácil, como por vezes algumas análises o fazem parecer. A defesa do fenômeno era complexa.

A constatação oficial de possessão se dava após a observação de sinais, tais como, força sobre-humana, levitação, conhecimento de línguas que não haviam sido aprendidas, conhecimento de coisas ocultas, convulsões, inchaço da face, falar muitos palavrões, imitar o som de animais, automutilação, dentre outros⁷. A observação dessas evidências, somada a um diagnóstico médico confirmando que o malefício não possuía origem natural, fazia com que a possessão fosse considerada como fenômeno causador das tribulações dessa jovens.

As possuídas, apesar de não serem tratadas como bruxas, ou seja, não se defendia a morte delas, também eram alvo de violência por parte da Igreja Católica. O ritual de exorcismo era bastante violento e invasivo. Françoise Fontaine, jovem de 22 anos, moradora de Louviers, foi amarrada e colocada de cabeça para baixo dentro de um poço⁸, teve seus cabelos raspados⁹ e seu corpo convulsivo foi exibido para um público que ultrapassou as 1000 pessoas.

A grande questão é que, apesar de não terem firmado um pacto com o diabo, como se acreditava que as bruxas haviam feito, as possuídas não eram completamente inocentes. Os exorcistas buscavam a brecha usada pelo demônio para entrar no corpo dessas mulheres e possuí-las. Geralmente a tal brecha era algum pecado sexual, um termo bastante amplo. Para esses clérigos modernos, o pecado poderia ser um pensamento libidinoso, um desejo ou o próprio ato sexual. Até mesmo vítimas de estupro eram consideradas pecadoras, pois a questão do consentimento não importava na definição do pecado¹⁰.

O exorcismo era, em última instância, uma batalha do Bem contra o Mal. Os padres ansiavam por demonstrar seu poder. Desse ponto tiro duas conclusões. A primeira é que os católicos queriam mostrar seu poder perante os protestantes. Expulsar demônios significava que o catolicismo era mais poderoso que os seres infernais, portanto, o *verdadeiro* cristianismo. Enquanto isso, Lutero aparecia constantemente como um amigo do Diabo nas confissões das possuídas.

A segunda conclusão, é que isso faz parte do processo maior de *desautorização do Diabo*. Os exorcistas demonstravam que, apesar de muito perigosos, os demônios poderiam ser contidos, controlados e expulsos para o Inferno. Citei anteriormente essa desautorização no campo da literatura demonológica, que passou a confinar os poderes de Satã na Natureza. Com os casos de possessão, é possível observar que tal concepção também atingia a prática exorcista.

A OBSESSÃO PELA MORTE

No mesmo século em que os poderes diabólicos foram negados, ocorreu também o que chamamos de obsessão pela morte, uma grande curiosidade mórbida na literatura, na dramaturgia. Concomitantemente, pode-se notar um aumento nas pesquisas sobre o cadáver, uma verdadeira fixação pelo corpo morto e pela definição de morte dentro do saber médico e filosófico. Grande parte dessas noções chegaram até nós pelo esforço dos *Annales*, em especial no ano de 1976. Michel Vovelle, Pierre Chaunu, Roger Chartier e Daniel Roche estão entre os nomes que pesquisaram a morte e as

mais diversas práticas ao seu entorno. A curiosidade pelo tema havia sido atizada por publicações de Philippe Ariès e Aberto Tenenti no início dos anos 1970.

Em seu artigo sobre as “artes de morrer”, os manuais da boa morte, Chartier afirmou que durante o século XVII ocorreu um aumento no número de publicações que envolviam essa temática. Eram em sua maioria escritas por membros da ordem dos jesuítas e tratavam de práticas que os cristãos deveriam ter para assegurar uma boa morte¹¹. Tratava-se, portanto, de produções que emitiam discursos visando a normatização do pensamento cristão em relação a esse tema. Embora essas publicações já existissem pelo menos desde o século XV, ao longo do seiscentos sua estrutura sofreu algumas modificações sendo a mais importante o triunfo das palavras sobre as imagens – tal como considerou Daniel Roche (1976). As obras modernas perderam muito de seu caráter imagético medieval, dando lugar a maiores e mais detalhadas descrições.

A medicina também passou a ter um número maior de produções sobre os sinais da morte, o cadáver, dissecações... tratados relacionados aos fenômenos do corpo morto. Podemos citar a dissertação sobre a incertitude da morte de Jacques-Jean Bruhier (1685-1756), a qual foi traduzida e comentada por J. B. Winslow (1669- 1760)¹², ambas da década de 1740, a mesma em que foi publicado o tratado mais famoso sobre vampiros, de autoria do monge beneditino Augustin Calmet¹³. Uma importante mudança, talvez a mais relevante para este artigo, foi a mudança na concepção de quando a morte se concretizava. Pensadores de herança paracelsiana defendiam que a morte só se concretizava quando o corpo estivesse completamente decomposto, isto é, quando a carne já não fosse mais visível. A antiga concepção de *vis vegetans* passou a ser substituída pela ideia de que no momento da morte corpo e alma se separavam, assim, efeitos e fenômenos corporais *post mortem* precisariam ser investigados, compreendidos e explicados.

VAMPIROS

A primeira notícia de vampiros que consegui localizar data de 1659. Consiste em uma carta escrita por Pierre des Noyers, secretário pessoal da rainha da Polônia que saiu em viagem com o rei para a Ucrânia e lá entrou em contato com uma, em suas palavras, doença fabulosa¹⁴. Os relatos com os quais havia entrado em contato contavam sobre cadáveres que mastigavam suas vestimentas e até mesmo partes de seus corpos, o que ocasionava na morte de membros de suas famílias até chegar em um número de 27 pessoas¹⁵. Importante ressaltar que a atividade dos cadáveres foi considerada uma doença –

mesmo que fantástica. Esse termo dá a conotação de algo natural, em nenhum momento ele cita demônios ou qualquer coisa tida como sobrenatural. Os corpos mastigadores só podiam ser impedidos de uma forma, pela exumação e decapitação dos mesmos. Só assim o ciclo mortal era interrompido.

A discussão foi levada, no final do século XVII, para o periódico *Le Mercure Galant* por dois autores: o próprio des Noyers e Marigner, um advogado do Parlamento de Paris. Era comum que leitores enviassem a esse periódico cartas que fomentavam discussões sobre os mais diferentes temas, inclusive assuntos ligados ao sobrenatural como foi o caso da discussão em torno da *baguette divinatoire*¹⁶. Dessa forma defendemos que o *Mercure* foi um importante meio promotor de discussões na França moderna. Além de ser acessível por várias pessoas que contribuíam com o envio com cartas e artigos, foi palco de diversos conflitos entre os Antigos e os Modernos¹⁷.

No artigo enviado pelo secretário real à revista podemos perceber uma grande mudança de tom. Ele não tratou os *upiers* – não havia ainda a palavra vampiro – novamente como doença, mas sim como a possessão demoníaca de corpos mortos, ou seja, demônios que tomavam posse de cadáveres e saíam dos túmulos, em forma espiritual e não física, no período entre meio dia e meia noite. Eles tomariam a aparência do morto para molestar seus parentes, sugando-lhes o sangue e levando o sangue sugado para o túmulo, o que explicaria a grande quantidade encontrada nas exumações¹⁸.

Os artigos de Marigner fazem parte de uma única dissertação. O autor afirmou que tudo poderia ser classificado entre o corporal e o espiritual¹⁹. Sua teoria partia desses dois extremos, sendo que espiritual relacionava-se ao angelical e corporal ao demoníaco. A essência da humanidade estaria localizada em uma posição intermediária. O problema é que também os *Stryges* – nomenclatura utilizada para os mortos-vivos sugadores de sangue – também representariam essa interação entre duas naturezas, contudo não poderiam ser humanos. Esse intercâmbio entre o corporal e o espiritual representava algo diverso da essência humana e, portanto, filosoficamente intrigante. Para Marigner “o vampirismo era uma obsessão do demônio²⁰” que poderia ser explicada pelo purgatório, pois este teria como característica uma forte interação do corporal com o espiritual que poderia tomar a forma dos *Stryges* através da vontade divina, vontade essa que representaria uma punição aos povos dos Bálcãs por sua acentuada credence²¹.

O sobrenatural aparece, então, como uma punição. Os ataques demoníacos, assim como no caso das possessões, funcionavam como castigo divino por conta do envolvimento das vítimas com o pecado. No caso dos Bálcãs, pela fraqueza da fé daqueles povos que, na visão dos europeus ocidentais, se envolviam com práticas religiosas nada ortodoxas.

Foi já no século XVIII, nas décadas de 1720 e 1730, que surgiram os dois maiores casos de vampirismo, já com essa nomenclatura. Os casos de Peter Plogojowitz (1725) e Arnod Paole (1732) tiveram grande repercussão na Europa ocidental e foram temas de produções letradas, como por exemplo, a dissertação de Michaël Ranft²², pastor germânico, e o tratado de dom Augustin Calmet²³, padre beneditino francês. O primeiro escreveu com o objetivo principal de negar as teorias de Philipp Rohr, um outro filósofo natural que defendia a teoria de que o fenômeno dos sugadores de sangue era causado por demônios possuidores de cadáveres. Para Ranft, o Diabo não tinha tanto poder quanto defendiam certos pensadores, assim, o fenômeno dos vampiros poderia ser explicado pelas potencialidades da Natureza e suas forças ocultas²⁴.

O filósofo foi muito influenciado pelo conceito paracelsiano de *vis vegetans*. Para ele o cadáver ainda conservava resquícios de vida dentro da tumba. Ranft defendeu que não havia manifestação física nem espiritual, tampouco havia mastigação. Sua teoria era a de que a imaginação do morto ainda poderia interferir na imaginação – e conseqüentemente na vida – das pessoas, que por serem muito crédulas e darem muita atenção a boatos, seriam mais suscetíveis a ilusões. Ele inclusive chegou a culpar mulheres idosas pela dispersão dessas lendas. Ranft criticava o que denominava de filosofia tradicional, o mecanicismo, pois desconsiderava as forças ocultas da Natureza, conceito vital a seu sistema explicativo.

Dom Calmet era um monge beneditino que objetivou formar uma ideia justa sobre os casos de vampiros. Ele procurou definir o certo e o incerto, o verdadeiro e o falso²⁵, objetivos que estavam de acordo com o esclarecimento pregado por diversos filósofos da época. Calmet criticou os pensadores, que chamou de pretensiosos, que se recusaram falar do tema, ou seja, que apenas o negaram sem nenhuma investigação mais detalhada. O problema em negar a ressurreição dos mortos era que o cristianismo estava – e está – baseado em uma ressurreição. O padre, portanto, tinha a missão de separar as ressurreições reais das falsas, defender a Bíblia e atacar a superstição.

Calmet negava a existência de qualquer atividade cadavérica dentro dos túmulos, inclusive as atividades da imaginação, propostas por Ranft. Na opinião do beneditino, os vampiros seriam reais e falsos ao mesmo tempo. Apesar de ser fisicamente impossível a existência de vampiros, eles eram reais na imaginação dos povos balcânicos²⁶. Um problema de imaginação, evidentemente, mas que tornava a questão dos sugadores de sangue mais complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira coisa que um pesquisador de temas relacionados ao sobrenatural deve fazer é não subestimar o poder das crenças. Para os modernos – ou ao menos alguns deles – os casos de possessão e de ataques de vampiros foram reais. Os mortos-vivos estavam mais afastados, nos Bálcãs, longe da civilização francesa. Seus relatos inspiravam medo, mas sabia-se que havia uma distância. As possessões agiam de modo diverso. As endemoniadas estavam no interior das cidades, muito próximas do mundo “civilizado”.

Há uma vasta produção que defendeu a realidade desses fenômenos. Com essas publicações, é possível compreender melhor como as crenças no Sobrenatural se estruturavam e de que forma influenciavam no cotidiano, em uma escala menor, e na política estatal, em uma escala mais ampla. Reis como Carlos IX e Luís XIII se envolveram pessoalmente em casos de possessão, interferindo no processo. Luís XIV agiu para impedir os escândalos com a caça as bruxas e encerrar de vez a prática em território francês.

Compreendemos então que a pesquisa sobre esses fenômenos, não somente os casos e as lendas, mas os tratados e dissertações feitos sobre eles auxiliam na compreensão sobre os conceitos de Natureza, Sobrenatureza, Preternatureza e até mesmo mudanças no conceito de morte ao longo da Idade Moderna. Essas produções surgiram, ou melhor, proliferaram em um momento em que a medicina debatia a consumação a morte, a separação da alma do corpo, combatia a teoria do resquício de vida e explorava as doenças da imaginação. Os casos de possessão em muito auxiliaram na construção de patologias da mente. Já a desmistificação do vampiro foi importante para o descrédito de teorias paracelsianas e o predomínio da separação entre corpo e espírito.

As oportunidades de pesquisa são amplas, as fontes são numerosas. Espero que esse texto inspire novas investigações sobre esse assunto que está muito longe de ter sido satisfatoriamente debatido. Uma das possibilidades é trazer a pesquisa sobre possessão demoníaca com foco no território nacional. O Brasil também teve casos de endemoniadas e endemoniados que merecem a atenção de pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÉNET, Armand. Procès Verbal Fait Pour Délivrer une Fille Possédé par le Malin Esprit à Lovviers. London : Forgotten Books, 2015.

BRAGA, G. Considerações Sobre a Figura do Vampiro e o Sobrenatural no Século XVIII a Partir da Obra de Dom Calmet (1672 – 1757). 104f. Monografia (Graduação em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

_____. Vampiros na França Moderna: a polêmica sobre os mortos-vivos (1659-1751). Curitiba: Editora Appris, 2020.

CALMET, Dom Augustin. Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc. Tome I. Paris: Debure l’aîné, 1751a.

_____. Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc. Tome II. Paris: Debure l’aîné, 1751b.

CHARTIER, R. _____. Les Arts de Mourir, 1450 – 1600. Annales, Économie, Sociétés, Civilisations. 31e année, n.1, pp. 51 – 75, 1976.

CHARTIER; FAULHABER; LOPES (orgs). Autoria e História Cultural da Ciência. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

CHAUNU, Pierre. Mourir à Paris (XVIe – XVIIe – XVIIIe siècles). Annales. Economies, Sociétés, Civilisations. 31e année, n.1, p. 29- 50, 1976.

_____. Sur la Fin des Sorciers au XVIIe siècle. Annales. Economies, Sociétés, Civilisations. 24e année, n.4, p. 895-911, 1969.

CLARK, Stuart. Pensando com Demônios – A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 2006.

COLLIN DE PLANCY, J. A. S. Dictionnaire Infernal: répertoire universel des êtres, des personnages, des livres, des faits, des faits et de choses qui tiennent eux esprits, aux démons, aux sorciers, au commerce de l’enfer, aux divinations, aux maléfices, a la cabale et aux autres sciences occultes, aux prodiges, aux impostures, aux superstitions diverses et aux pronostics, aux faits actuel du spiritisme, et généralement a toutes les fausses croyances merveilleuses, surprenantes, mystérieuses et surnaturelles. 6 edição. Paris: Henri Plon, 1863.

DELUMEAU, J. História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009 [1978].

_____. Une histoire de la peur. Anales de la Fundación Joaquín Costa, p. 35-42, 1991. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/105076.pdf>> acesso em: 20/05/2017.

DES NOYERS, Pierre. L’arrive du Roi de Pologne à Bantzig – Ce que c’est que le vampire – Nouveau soulèvement des Cosaques – ou va enfin traiter avec les Suédois. In : _____. Lettres de Pierre des Noyers secrétaire de la reine de Pologne Marie-Louise de Gonzague, Princesse de Mantoue et Nevers, pour servir a l’Histoire de Pologne et de Suède. Berlin : Librairie de B. Behr, p. 560-564, 1859.

_____. Sem título. Le Mercure Galant, Paris, p. 62-71, mai. 1693.

LEVACK, Brian. The Devil Within: possession & exorcism in the Christian West. New Heaven and London: Yale University Press, 2013.

MANDROU, Robert. Magistrados e Feiticeiros na França do Século XVII. Trad. Nicolau Sevcenko e J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

MARIGNER. Lettre en Forme de Dissertation de Mr Marigner, Sr du Plessis, Ruel, & Billoüard, Avocat au Parlement de Paris, adressée à Mr Charles de Volaud de Matheron, Seigneur d'Aubenas, de Salignac, & d'Entrepierre, Gentilhomme de Provence, sur les Creatures des Elements, & autres sujets invisibles, corporels ou spirituels, sur les Stryges de Russie, & sur la Physique Occulie de la Baguette. Le Mercure Galant, Paris, p. 58-166, jan. 1694a.

_____. Sur les Stryges de Russie. Le Mercure Galant, Paris, p. 13-119, fev. 1694b.

PALOU, J. La Peur et l'Histoire. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1958.

RANFT, Michael. De la Mastication des Morts dans leurs Tombeaux. 1ª ed. Grenoble: Jérôme Million, 1995 [1728].

ROCHE, Daniel. « La Mémoire de la Mort » : recherche sur la place des arts de mourir ans la Librairie et la lecture en France aux XVIIe et XVIIIe siècles. Annales. Économies, Sociétés, Civilisation. 31e année, n.1, p. 76-119, 1976.

VERMEIR, Koen. Vampires as Creatures of the Imagination: Theories of Body, Soul and Imagination in Early Modern Vampire Tracts (1659 – 1755). In: HASKELL, Yasmin. Diseases of the Imagination and Imaginary Disease in the Early Modern Period. Turnhout: Brepols Publishers, 2012, p. 341-373.

_____. Vampirisme, Corps Mastiquants et Force de L'imagination: Analyse des Premiers Traites Sur Les Vampires (1659-1755). Camenae, nº8 dez, 2010. Disponível em: <http://www.paris-sorbonne.fr/IMG/pdf/6-_Veirmeir.pdf>. Acesso em: 30/03/2015.

NOTAS

¹DELUMEAU, J. História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 30.

²Termo calcado no livro *Autoria e História Cultural da Ciência* (2012) organizado por Priscila Faulhaber e José Sérgio Leite Lopes, com contribuições de Roger Chartier.

³COLLIN DE PLANCY, J. A. S. *Dictionnaire Infernal: répertoire universel des êtres, des personnages, des livres, des faits, des faits et de choses qui tiennent eux esprits, aux démons, aux sorciers, au commerce de l'enfer, aux divinations, aux maléfices, a la cabale et aux autres sciences occultes, aux prodiges, aux impostures, aux superstitions diverses et aux pronostics, aux faits actuel du spiritisme, et généralement a toutes les fausses croyances merveilleuses, surprenantes, mystérieuses et surnaturelles*. 6 edição. Paris: Henri Plon, 1863, p. 202.

⁴GAULE, John. *Select Cases of Conscience touching Witches and Witchcraft*. London: Printed by W. Wilson, 1646 apud CLARK, Stuart. *Pensando com Demônios – A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna*. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 2006, p. 143.

⁵RIBEIRO, Márcia M. *Exorcistas e Demônios – demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 61.

⁶MANDROU, Robert. *Magistrados e Feiticeiros na França do Século XVII*. Trad. Nicolau Sevcenko e J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 372-376.

⁷LEVACK, Brian. *The Devil Within: possession & exorcism in the Christian West*. New Heaven and London: Yale University Press, 2013, p. 1.

⁸BÉNET, Armand. *Procès Verbal Fait Pour Délivrer une Fille Possédé par le Malin Esprit à Lovviers*. London : Forgotten Books, 2015, p. 55.

⁹Ibidem, p. 67-68.

¹⁰Para mais informações sobre a questão do estupro na idade moderna ver: VIGARELLO, Georges. *Histoire du Viol - (XVIe-XXe siècles)*. Paris : Editions du Seuil, 2019, ebook.

¹¹CHARTIER, Roger. *Les Arts de Mourir, 1450-1600*. *Annales, Économie, Sociétés, Civilisations*. 31e année, n.1, p. 51-75, 1976, p. 63.

¹²*Dissertation sur l'incertitude des signes de la mort et l'abus des enterremens et embaumemens précipités* (1742).

¹³ Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc. (1751).

¹⁴DES NOYERS, Pierre. L'arrive du Roi de Pologne à Bantzig – Ce que c'est que le vampire – Nouveau soulèvement des Cosaques – ou va enfin traiter avec les Suédois. In : _____. Lettres de Pierre des Noyers secrétaire de la reine de Pologne Marie-Louise de Gonzague, Princesse de Mantoue et Nevers, pour servir a l'Histoire de Pologne et de Suède. Berlin : Librairie de B. Behr, 1859, p. 560.

¹⁵Ibidem, p. 561.

¹⁶Instrumento de madeira que permitia ao divinador encontrar tesouros, objetos perdidos e até mesmo culpados de crimes.

¹⁷Questão explorada pela historiadora Joan DeJean em seu livro Antigos Contra Modernos (1997).

¹⁸DES NOYERS, Pierre. Sem título. Le Mercure Galant, Paris, p. 62-71, mai. 1693, p. 63-64.

¹⁹MARIGNER. Lettre en Forme de Dissertation de Mr Marigner, Sr du Plessis, Ruel, & Billoüard, Avocat au Parlement de Paris, adressée à Mr Charles de Volaud de Matheron, Seigneur d'Aubenas, de Salignac, & d'Entrepierre, Gentilhomme de Provence, sur les Creatures des Elements, & autres sujets invisibles, corporels ou spirituels, sur les Stryges de Russie, & sur la Physique Occulie de la Baguette. Le Mercure Galant, Paris, pp. 58 – 166, jan. 1694, p. 61-62.

²⁰BRAGA, G. Considerações Sobre a Figura do Vampiro e o Sobrenatural no Século XVIII a Partir da Obra de Dom Calmet (1672 – 1757). 104f. Monografia (Graduação em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, p. 58.

²¹VERMEIR, K. Vampirisme, Corps Mastiquants et Force de L'imagination: Analyse des Premiers Traités Sur Les Vampires (1659-1755). Camenae, nº8 dez, 2010, p. 9.

²²RANFT, Michael. De la Mastication des Morts dans leurs Tombeaux. 1ª ed. Grenoble: Jérôme Million, 1995.

²³Seu Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc. (1751), foi publicado em dois volumes.

²⁴RANFT, Michael. De la Mastication... Op. Cit., p. 16.

²⁵CALMET, Dom Augustin. Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc. Tome I. Paris: Debure l'aîné, 1751, p. III.

²⁶BRAGA, Gabriel. Vampiros na França Moderna: a polêmica sobre os mortos-vivos (1659-1751).

Curitiba: Editora Appris, 2020, p. 185-186.

Capítulo 10



10.37423/220806469

A HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR CORONEL ANTÔNIO DA SILVA BERNARDES (1916-1939): CONSTITUIÇÃO E CULTURA ESCOLAR

Denilson Santos de Azevedo

Universidade Federal de Viçosa

Gracielle de Castro Martins e Figueiredo

Universidade Federal de Viçosa



O trabalho apresenta os resultados preliminares da investigação a respeito da cultura escolar instituída nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, criado pelo Decreto Estadual nº 4.572, de 1916 e inaugurado em 30 de setembro de 1922, no município de Viçosa - Minas Gerais. O período abordado pelo trabalho inicia-se desde sua inauguração e se estende até a década de 1930.

A escolha do objeto da pesquisa se justifica não só pela inexistência de estudos sobre o processo de criação do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes e a cultura escolar que se estabeleceu após a sua instalação. Mas também pelo fato de que o prédio original que o abrigou foi demolido na década de 1960 e que sua subordinação administrativa e pedagógica tenha sido transferida, em meados da década de 1990, da esfera estadual para a municipal, o que, segundo os atuais gestores da Instituição, acarretou a transferência de boa parte do seu arquivo para a Secretaria de Estado de Educação, mais especificamente para a 33ª Superintendência de Ensino de Ponte Nova, na qual as escolas estaduais de Viçosa estão vinculadas.

Contudo, em contato com funcionários dessa Superintendência, os mesmos afirmaram desconhecer o paradeiro dessa documentação, o que torna a investigação da história da educação desse Estabelecimento ainda mais relevante.

A periodização escolhida (1922-1939) ocorreu por dois motivos: primeiro, devido ao fato dessa investigação fazer parte de um estudo mais amplo, que visa historiar o processo de constituição dos grupos escolares em alguns municípios situados na região da Zona da Mata mineira no período denominado de Primeira República (1889-1930) e segundo, porque a década de 1930 é a época que apresenta maior número de fontes documentais existente no arquivo da atual Escola Municipal Coronel Antônio da Silva Bernardes.

No entanto, antes de realizar essa análise documental, o trabalho procura destacar, brevemente, alguns aspectos da organização escolar anterior à introdução dos grupos escolares e conhecer o processo histórico e educacional que resultou na criação dos primeiros estabelecimentos nesse novo formato pedagógico no Brasil, Minas Gerais e Viçosa. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico que permitiu verificar que a organização das escolas primárias nesse modelo de instituição teve uma expansão gradativa, mas constante, após a Proclamação da República, em 1889. Este estudo possibilitou compreender as características desse novo modelo de escola primária e suas diferenças em relação ao tipo de escola que ainda vigia no Brasil desde os tempos do Império.

O cotejo entre a revisão de literatura sobre os grupos escolares na Primeira República, a análise das fontes primárias encontradas, como o Regime Geral da Instrução de Minas Gerais, e a documentação

existente no arquivo da Escola Municipal, a respeito do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, entre 1922 e 1939, que contém as Atas de Instalação e Exames, os Termos de Assentamento e Posse, as Atas de Auditórios e de Leitura e os Termos de Visitas Oficiais e Particulares, permitiu identificar não só algumas características da organização e do funcionamento da Escola, mas também as práticas pedagógicas ali difundidas e incorporadas ao seu cotidiano.

A pesquisa ainda objetiva levantar dados sobre as injunções de ordem social e política que propiciaram a criação e a instalação do Grupo no município e montar um acervo das imagens do prédio e dos sujeitos que atuaram nesse Estabelecimento de Ensino nas décadas de 1920 e 1930.

Com intuito de descrever as modificações ocorridas no ensino primário de Viçosa, após a criação do Grupo Escolar e demonstrar se sua trajetória educacional se deu em conformidade com algumas outras regiões do Brasil, faremos um breve relato da situação do ensino primário no país no final do século XIX e início do XX, confrontando com as informações obtidas sobre esse nível educacional no município.

Até o advento da República no Brasil, de um modo geral, o ensino primário era incipiente e estava organizado quase que exclusivamente através das denominadas escolas isoladas, caracterizadas principalmente por reunir em um mesmo local e sobre a responsabilidade de uma única professora, crianças pertencentes a diferentes níveis de aprendizagem. As classes heterogêneas funcionavam de maneira precária, em locais improvisados, comumente na própria residência dos docentes, sem oferecer as mínimas condições de higiene.

O professor da escola isolada era também o dono de sua cadeira e a fiscalização do seu trabalho competia somente ao inspetor escolar, responsável por enviar os relatórios às Secretarias de Educação dos Estados. Nos relatos, os inspetores não poupavam críticas às escolas isoladas, que geralmente eram apontadas como atrasadas e com condições de trabalho e higiene péssimas.

É provável que a situação do ensino em Viçosa não fosse muito diferente, em termos temporais e espaciais, desse cenário apontado acima. Essa assertiva fica evidenciada quando se depara com fragmentos da história da educação no município que, nos seus primórdios, seguiu os mesmos parâmetros apontados por Wagner Ribeiro, em relação aos primeiros tempos da formação de Minas Gerais, onde “o trabalho educativo era muito rudimentar, nele tomando parte os pais, o mestre-escola, o mestre de reza, e, em algumas casas, um tio-padre” (Apud PANIAGO, 1990, p.138).

O documento que contém o Plano Decenal Municipal de Educação de Viçosa (2006, p.13) reforça essa impressão, ao apontar que no âmbito da educação, o município

teve a mesma história das demais regiões do Brasil. Em princípio, os fazendeiros mais abastados contratavam professores, que ensinavam a seus filhos e aos filhos dos seus agregados, que demonstravam maiores aptidões. Os padres, que eram normalmente as pessoas mais cultas dessas regiões, eram também muitas vezes professores.

Nas duas últimas décadas do Império, o ensino no município de Viçosa, já apresentava alguma mudança, conforme se depreende do trabalho de Maria do Carmo Tafuri Paniago (1990, p. 138), ao afirmar que o mesmo “era ministrado pelo mestre- escola em estabelecimentos particulares que funcionavam na residência do professor.”

Nessa perspectiva, também merece registro a notícia veiculada no Jornal “Cidade de Viçosa”, de 12 de julho de 1897, que denomina de ‘Escola Livre’, uma pequena escola de curso primário e secundário. A reportagem ainda aponta o funcionamento no município de escolas públicas e particulares que

tem na pessoa de ilustrados professores, e diretores verdadeiras garantias, e nesta última somos obrigados a fazer especial menção do acreditado colégio do sexo feminino dirigido pela Exma. Professora D.Rosalina Brandão e do Colégio Batista, dirigido pelo distinto professor de mesmo nome; havendo mais uma pequena escola de curso primário e secundário com o título de Escola Livre.

Já no início do século XX, Paniago (1990, p. 139) menciona o funcionamento de escolas isoladas públicas masculinas e femininas, que formavam classes unidocentes, isto é, constituídas por alunos do mesmo sexo, que cursavam as quatro séries primárias, ocupando o mesmo espaço físico e estando sobre a responsabilidade de um único professor, que lecionava em sua própria residência. Um pouco mais tarde, algumas dessas escolas (classes) tornaram-se mistas.

Quanto ao material escolar, a autora relata a dificuldade encontrada pelos docentes em adquirir cartilhas de alfabetização, o que permite inferir que os materiais pedagógicos utilizados pelos professores não eram tão acessíveis aos estudantes e que o poder público não assumia sua responsabilidade no provimento desses: “os pais dos alunos compravam folhas de papel, nas quais era escrito o ABC, porque as cartilhas eram difíceis de ser adquiridas.” (Idem, ibidem)

Além de destacar a escassez de materiais, afirma também que os docentes das escolas isoladas conviviam com a baixa frequência dos alunos às aulas, devido principalmente à origem da maioria das crianças, que residentes no meio rural, trabalhavam para ajudar os pais e constantemente faltavam às aulas.

Além das escolas isoladas funcionaram, concomitantemente, as escolas primárias particulares, freqüentadas pela sociedade viçosense de maior poder aquisitivo, que ao pagar pela instrução primária de seus filhos, buscava uma educação diferenciada. Como exemplo de bem-conceituadas educadoras

viçosenses das escolas privadas pode-se citar Argina Silvino Ferreira, Elvira Soares Coelho e Durvalina Queiroz Gonçalves.

Também se destacavam dois estabelecimentos de ensino que ofereciam o ensino primário: O Ginásio de Viçosa, instalado em 1º de outubro de 1913 e situado na Praça Silviano Brandão, onde só estudavam alunos do sexo masculino e que, segundo Capri (1916), oferecia os cursos primário, secundário e comercial; e a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, fundada em 1914 e dirigida, a partir de 1917, pelas Irmãs Carmelitas da Divina Providência, a escola destinava-se exclusivamente ao público feminino, cuja família pudesse arcar com o pagamento das mensalidades.

A criação do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes fez parte de um movimento muito mais amplo de reforma do ensino primário, na esfera pública. No entanto, a instalação de um único estabelecimento desse modelo, num município com uma população relativamente numerosa e dispersa em grande área territorial, somado ao reconhecimento e prestígio conferido ao trabalho dos docentes das escolas isoladas são algumas das justificativas para a permanência destas últimas, públicas ou particulares, mesmo após a institucionalização da educação primária dos grupos escolares. Contudo, a partir daí, tanto as escolas isoladas públicas quanto às particulares passam a preparar seus alunos para prestar os exames no Grupo Escolar, a fim de conseguir o diploma de conclusão do curso primário. Nas atas destinadas aos exames, encontradas no arquivo existente no arquivo da Escola Municipal Coronel Antônio da Silva Bernardes, esses discentes são referidos como candidatos estranhos ao Estabelecimento.

Não obstante a centralização dos exames finais perdurou a situação de precariedade qualitativa do ensino fundamental oferecido nas escolas isoladas, que é atribuída a razões que, em sua essência, também ainda permanecem atuais, conforme assinala Paniago (1990, p.139) ao constatar que,

nessa época, não se dava à educação o lugar que lhe era devido na comunidade. O valor político predominante, mormente no meio rural, não descobrira ainda que a escola poderia ser instrumento para a consolidação de sistemas políticos vigentes ou para a promoção de mudanças substanciais no jogo do poder (PANIAGO, 1990, p. 139).

Entretanto, lentamente, essa visão política vai se modificando ao menos em termos de propósitos de expansão dos grupos escolares, uma vez que o discurso republicano, centrado na democratização do acesso ao ensino, almejava disseminar os valores de ordem, progresso e civismo. Além disso, os novos governantes precisavam preparar as crianças para viverem em uma sociedade capitalista, pautada principalmente no respeito à hierarquização do trabalho e no uso produtivo do tempo.

Nesse sentido, a escola isolada passou a ser considerada, gradativamente, como impossibilitada de atender aos ideais da ordem vigente, que pregava a democracia, a ordem, o progresso e o amor à pátria, necessitando perante a ineficiência desse tipo de escola, construir um novo modelo para a educação primária brasileira. Para cumprir esses objetivos, os grupos escolares passam a ser considerados o modelo escolar pertinente à concretização desses ideais, mormente nas primeiras décadas do século XX.

É neste contexto político e pedagógico que a educação primária começa a passar por alterações em sua organização e metodologia de ensino. A partir da criação dos grupos escolares, novas práticas pedagógicas vão se incorporando ao trabalho docente, que passa a contar com uma equipe de trabalho e um local exclusivo para ensinar às crianças as primeiras letras.

Ante a precariedade e fragilidade das escolas herdadas do Império, “coube ao novo regime, repensar e esboçar uma escola que atendessem aos ideais que propunham construir uma nação baseada em princípios europeizantes que tinha na escolarização do povo iletrado um de seus pilares de sustentação” (BENCOSTA, 2005, p.68).

Diante da necessidade de preparar o futuro homem para uma sociedade, agora republicana, que começa a instalação de uma nova organização do ensino primário, os grupos escolares, caracterizados principalmente pelo agrupamento de várias escolas isoladas em um mesmo prédio onde deveria ser oferecido um ensino público, laico e universal.

A criação de um espaço próprio para efetivação do ensino primário permitiu que um maior número de crianças freqüentasse a Escola e possibilitou a separação dos alunos em classes, que permitiu uma maior homogeneidade das turmas, uma vez que a existência de várias salas de aulas permitiu organizar os alunos em séries, de acordo com a idade, com seu nível de aprendizagem e sexo.

Sob a justificativa de permitir que a educação primária brasileira alçasse novos horizontes, os grupos escolares vão sendo construídos e se institucionalizando, porém em ritmos diferenciados nos vários estados brasileiros, em função da inexistência de uma diretriz nacional para sua instalação. Tendo em vista essa descentralização, coube ao Estado de São Paulo e ao Distrito Federal o pioneirismo no processo de implantação dos grupos escolares, que acabaram servindo como referência aos diversos estados brasileiros que paulatinamente incorporaram às inovações propostas ao sistema educacional primário.

No Estado de Minas Gerais, a definição dos grupos escolares como espaço ideal para efetivar o ensino primário ocorreu através da lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, editada no governo de João Pinheiro, que presidiu o estado entre 07 de setembro de 1906 a 25 de outubro de 1908.

Essa Reforma Educacional trouxe inúmeras novidades para a educação mineira, dentre as quais podemos destacar: a instituição do cargo administrativo de diretor escolar, a utilização do método simultâneo de ensino, a difusão do ensino primário para um número maior de crianças e a modificação no currículo oferecido pela Escola Normal, a fim de preparar melhor seu aluno para o exercício da docência. Entretanto, a alteração mais significativa para o Estado foi, indubitavelmente, a instituição dos grupos escolares, em contraposição às escolas isoladas.

Esta lei não garantiu que os grupos escolares fossem estabelecidos simultaneamente nas diversas cidades mineiras. Contudo, menos de dois meses após sua edição, foi fundado o primeiro grupo escolar do Estado de Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, que entrou em funcionamento no dia 05 de fevereiro de 1907, conforme afirma Pereira (2004, p. 2). Em seguida foi inaugurado o segundo, na cidade de Juiz de Fora e o terceiro em Lavras.

Ao estudar a respeito da trajetória dos grupos escolares em algumas cidades do Estado de Minas Gerais, deparamos com fatores colaboradores e muitas vezes decisivos para sua criação num determinado município. Se a criação das escolas isoladas dependia muitas vezes da reivindicação da população e até da boa vontade dos políticos, a instalação dos grupos escolares numa determinada região também não vai acontecer de forma diferente.

No caso do Grupo Escolar que funcionou na cidade de Viçosa, a injunção política foi um forte vetor para seu ato de criação, em 1916, e de instalação, em 1922, graças ao poder representado pelo até hoje filho mais ilustre da cidade, o ex- presidente do Brasil (1922-1926), Arthur da Silva Bernardes, que entre 1910 e 1914, ocupou o cargo de Secretário de Finanças do Estado de Minas, retornando à Câmara Federal, em 1915, com novo mandato de Deputado Federal, e que, entre 1918 e 1922, foi presidente do Estado de Minas Gerais.

Não por acaso o nome escolhido para o Grupo Escolar, Coronel Antônio da Silva Bernardes, foi uma homenagem ao seu pai. Durante sua vida política, Bernardes procurou dotar a cidade com um sistema educacional de qualidade. Em seu livro, Roberto Capri (1916) atribui a este político todas as benfeitorias realizadas na cidade: “O município de Viçosa tudo lhe deve: todos os melhoramentos nele encontrados, sem exceção de um só, são os frutos de seu trabalho e de sua ação conciliadora e persistente.”

Conforme a análise do livro que contém as Atas de Instalação e Exames, a população da cidade aguardava ansiosamente a inauguração do Grupo Escolar, uma vez que este novo espaço destinado à educação já se encontrava presente nos municípios vizinhos mais relevantes como, por exemplo, Ponte Nova e Visconde do Rio Branco, cujos congêneres foram criados respectivamente, em 1913 e 1915.

Conscientes dos benefícios que a instalação e funcionamento do Grupo Escolar trariam à infância da cidade, uma significativa parte da população e personalidades locais esteve presente à solenidade de inauguração da Escola Primária, ocorrida no dia 30 de setembro de 1922.

O Grupo ocupou um prédio localizado na Praça Silviano Brandão, ponto central da cidade, perto da igreja matriz, conferindo grande destaque à edificação, que passou a ser considerada uma das construções arquitetônicas mais imponentes do município. A Escola funcionou neste espaço até o ano de 1947.

A análise dos documentos Termos de Visitas Particulares e Oficiais permite identificar algumas características do edifício, como demonstra Affonso Vasconcellos, em 1923. Segundo suas impressões, o Grupo Escolar de Viçosa fora construído em consonância com o que de mais moderno havia na arquitetura escolar, sendo comparado aos melhores estabelecimentos de ensino da então capital do país, o Rio de Janeiro:

Constituiu especial prazer para mim à visita a este grupo escolar, tão caro, iluminado e alegre, como devem às casas de ensino destinadas á instrução da infância. Lidando no ensino primário da capital da República faz perto de dez anos, poucos prédios escolares conheço, no Rio, que, em propriedade de construção, se possam comparar ao do Grupo Escolar “Coronel Antônio da Silva Bernardes”, tão animosamente erguido numa das faces da graciosa praça que é o mais lindo recanto de Viçosa – a gentil e acolhedora cidade. (Termo de Visitas Particulares, 1923, p.1)

As instalações do Grupo e sua adequação aos modernos métodos de ensino, também foram ressaltadas pelo Sr. Francisco de Paula Machado, na visita realizada no dia 23 de novembro de 1923, na qual obteve

a melhor das impressões. Percorrendo as várias dependências desse modelar estabelecimento de ensino, pude constatar não só excelentes instalações, de acordo com os métodos modernos da pedagogia, com a maior ordem e asseio. A arquitetura desse edifício está moldada nos dos melhores institutos de ensino primário da República. Em Viçosa o ensino primário é uma realidade (Termo de Visitas Particulares, 1923. p.1).

Se, nesses dois relatos anteriores, não faltaram elogios ao prédio do Grupo Escolar também identificamos uma crítica feita pelo Sr. José dos Santos, no dia 26 de abril de 1926, na qual sugere a

construção de um novo prédio, uma vez que o atual prejudicava o bom funcionamento deste estabelecimento de ensino:

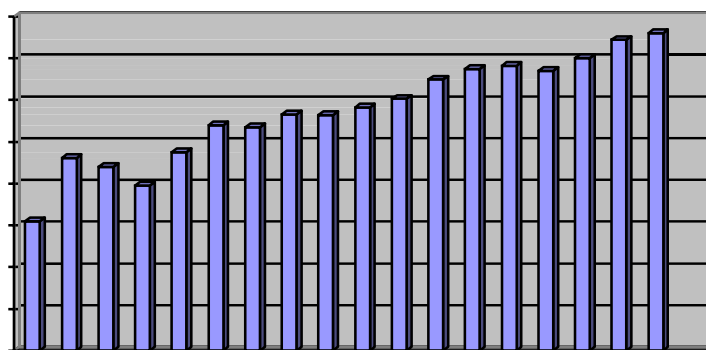
Levo desta casa a mais agradável impressão – do diretor, das professoras, dos alunos. O edifício ressentia-se de alguns inconvenientes. As salas são boas, quanto às dimensões, aeração e iluminação; mas a disposição em dois andares, à falta de uma sala para festas e a insuficiência de papéis prejudicam as outras qualidades. Males são esses que se podem futuramente corrigir, não no atual edifício, mas em prédio novo (Termos de Visitas Oficiais, 1922, p.7).

Se na citação acima o inspetor faz uma crítica à disposição das salas, divididas em dois andares, não verificamos no caderno dos termos de visitas oficiais qualquer registro de reclamação em relação ao número das mesmas, ou seja, as seis salas existentes ao que tudo indica, comportavam bem os alunos matriculados no período de 1922 até 1939. Convém ressaltar que os documentos estudados não apontam qualquer reforma significativa ocorrida na estrutura física do prédio que abrigou o Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, nesse período.

Em 1931, o inspetor escolar Raul Cavalcante descreve a organização interna do Grupo Escolar. Além da existência das seis salas de aula, cita a presença de uma saleta para despejo, localizada na parte posterior do Grupo, seis sanitários e duas torneiras com água potável. Menciona a existência de pátios e de um barracão coberto de telhas.

Se a área construída aparentemente estava adequada para a aplicação dos “métodos da moderna pedagogia”, torna-se necessário dimensionar o público atendido pelo Estabelecimento, apresentar alguns aspectos da organização e funcionamento do Grupo Escolar e caracterizar os principais profissionais responsáveis pela boa consecução da tarefa do ensino, ou seja, o diretor, os inspetores de ensino e os professores.

A partir da instalação do Grupo em prédio próprio em 1922, até o ano 1939, o número de alunos matriculados cresceu quase que continuamente, com exceção dos anos de 1924, 1925, 1928, 1930 e 1936, conforme demonstra o gráfico abaixo. No ano de sua inauguração, o Grupo Escolar contava com 310 alunos matriculados. Em 1939, esse número inicial era de 760 matrículas.

Gráfico 1: Número de alunos matriculados no Grupo Escolar

Fontes: Atas de Instalação e Exames 1922 – 1933 Termos de Visitas Oficiais 1922 – 1939

Com base no número de matrículas e na quantidade de salas existentes, podemos inferir que o Estabelecimento de Ensino funcionou, desde o início, em mais de um turno. No documento Termos de Visitas Oficiais, encontra-se no ano de 1930, o relato do funcionamento do grupo em três turnos com o total de 15 classes e 553 matriculados, sem identificar, no entanto, o horário de funcionamento das aulas e as classes que funcionavam em cada período.

Já em outro documento, o livro de Atas de Instalação e Exames, encontra-se referência à existência de classes femininas, masculinas e mistas. Na ata dos exames realizados nos dias 27, 28 e 29 do mês de novembro de 1924, identifica-se a separação das classes da seguinte forma: duas classes de primeiro ano femininas e duas masculinas; duas classes de segundo ano mistas; uma classe de terceiro ano masculino e uma mista; uma classe do quarto ano mista.

Em relação ao Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes é plausível supor que os turnos eram mistos e haviam classes agrupadas por gênero. No entanto, detecta-se a existência de classes mistas, que presumivelmente ocorriam devido ao baixo número de alunos matriculados em algumas séries ou ao pequeno número de matrículas de um dos gêneros. A junção de alunos dos dois sexos em uma mesma sala de aula se dava, freqüentemente, no quarto ano do primário, uma vez que dos discentes matriculados no primeiro ano, apenas um número reduzido chegavam até o quarto ano e concluíam o ensino primário.

Como exemplo da discrepância no número de alunos distribuídos por série, pode-se citar a Ata de Exame de 1924, que atesta um total de 227 alunos avaliados nos exames finais, dos quais 113 cursavam o primeiro ano primário, enquanto apenas 27 eram alunos do quarto ano. O número reduzido de discentes avaliados neste último ano do ensino primário permite conjecturar o agrupamento dos alunos em uma classe mista.

Se a divisão dos alunos em turmas, por gênero, foi algo contingente neste momento, o mesmo não se pode afirmar em relação à separação dos alunos, por faixa etária. Essa foi outra inovação instituída pela Reforma do Ensino de 1906, no Estado de Minas Gerais, que permitiu ao docente planejar suas aulas conforme a idade e o nível de aprendizagem das crianças e adotar práticas pedagógicas mais homogêneas, pois o plano de aula passou a ser único e direcionado igualmente para todos os discentes.

Nesse sentido, no planejamento e fiscalização do cumprimento dessa ação pedagógica, ganha destaque o trabalho do diretor e dos inspetores de ensino. Com base nos documentos consultados verifica-se, ao longo do período delimitado nesse estudo, que o cargo de diretor foi ocupado por seis diretores^{vi}, todos do sexo masculino, característica essa comum aos outros grupos escolares do interior de Minas Gerais dessa época.

Não se pode afirmar se havia um critério de nomeação para escolha do diretor do Grupo, nem o motivo do cargo ser ocupado inicialmente por homens. Alguns inspetores defendiam, de acordo com a citação abaixo, que o cargo de diretor não deveria ser ocupado pelas mulheres, por elas serem consideradas menos enérgicas e mais afetuosas, o que poderia comprometer o cumprimento das funções designadas para o cargo:

A escolha de mulheres para a direção dos grupos era algo nocivo ao ensino e à boa organização do estabelecimento. Acreditavam eles que, por ser a direção um cargo em que era preciso que a pessoa fosse enérgica, disciplinada e se fizesse obedecer, ele seria mais bem exercido por homens. (FARIA F^o, 2000, p. 102)

Os diretores eram considerados essenciais para o sucesso dos grupos escolares, daí a preferência pela figura masculina, por apresentar uma postura mais rígida, impositiva, respeitável e disciplinadora no acompanhamento do trabalho docente desenvolvido no Grupo. Ao realizar seu trabalho, cumprindo com suas funções^{vi}, passam a ter o seu nome associado ao desempenho do estabelecimento de ensino.

O sucesso do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes era atribuído muitas vezes ao seu diretor, como se pode verificar, no relato registrado em 1923, pelo qual o visitante Adalberto da Cruz, vigário e vereador pelo distrito de São Miguel do Anta, tece elogios à experiência do primeiro diretor do Estabelecimento:

Visitando o mencionado estabelecimento de ensino, em boa hora confiado ao distinto professor João B. Alves de Lima, de cuja direção em outros congêneres se tem obtido motivos de verdadeira estima á árdua tarefa de educar, vimos bem de perto o espírito de disciplina que o preside, a higiene

que o encanta, a alegria e o contentamento nos alunos, em confortável e espaçoso prédio. (Termos de Visitas Oficiais, 1922, p.1)

Se a credibilidade do Estabelecimento estava muito relacionada ao nome de quem ocupava a direção administrativa e disciplinar, no campo pedagógico, não menos importante foi também a função exercida pelo inspetor escolar. Esse era outro cargo exercido exclusivamente por homens, até o período em foco neste trabalho. Em seus relatos de visitas prescreviam instruções para o diretor e as docentes.

Ao contrário do cargo de direção, a função de inspetor escolar não decorreu da criação dos grupos escolares. Aliás, estes já eram responsáveis pela organização da educação primária desde sua forma antiga, representada pelas escolas isoladas. Encarregados de acompanhar todo o funcionamento das escolas, os mesmos deveriam averiguar, nas visitas aos estabelecimentos, o número de alunos freqüentes às aulas, as instalações das escolas (onde estava localizada, condição de higiene, ventilação), a conduta do professor dentro de sala (se era enérgico, caprichoso, pontual, organizado), seu método de ensino (se seguia o plano de aula, se suas explicações eram de fácil compreensão) e assim transformar todas as informações obtidas e percebidas em relatórios encaminhados para a Secretaria do Interior.

Encontram-se também, no livro de Visitas Oficiais, várias recomendações feitas por técnicos de ensino ao diretor escolar e aos docentes. Aparentemente esses profissionais assessoravam o diretor, orientando o trabalho pedagógico dos docentes e fiscalizando a organização e o funcionamento escolar. Dentre as inúmeras instruções encontradas em seus relatos, destacamos uma referente à pontualidade das professoras: “Como estabelecido no regulamento, as professoras devem estar no estabelecimento de ensino pelo menos 15 minutos antes das atividades escolares começarem para lançarem assinatura no livro de ponto” (1922, p.9).

Embora preocupados com a organização do Grupo e seu funcionamento, podemos afirmar, com base nos documentos consultados, que as maiores inquietações dos inspetores e técnicos de ensino estavam representadas na metodologia de ensino usada pelas professoras em sala de aula.

Tal preocupação se voltava para a incorporação, no trabalho docente, das modernas práticas pedagógicas em sala de aula, conforme as recomendações registradas em 02 de maio de 1930, no livro Termos de Visitas Oficiais, na qual os inspetores, repetidamente, ressaltavam a urgência de se abolir o método individual de ensino: “Jamais fazer uso do método individual. O ensino será ministrado à

classe em conjunto e as explicações, quando solicitadas, serão dadas imediatamente e de maneira a aproveitar toda classe” (1922, p.10).

A preocupação em romper com o método individual, muito utilizado nas escolas isoladas, justifica-se pelo fato da aprendizagem acontecer de forma muito lenta, uma vez que o tempo total de aula era dividido pelo professor no atendimento individual a cada aluno da classe. Assim, se a jornada de aula diária tivesse uma duração de três horas e na classe houvesse vinte alunos, cada um receberia apenas nove minutos da atenção do professor, nos diferentes conteúdos, tendo, conseqüentemente, pouco tempo para aprender.

Em substituição ao método individual de ensino, o docente deveria aplicar o método simultâneo que lhe permitia trabalhar com a classe ao mesmo tempo ensinando para um número maior de alunos o mesmo conteúdo.

O funcionamento do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes significava o que de mais moderno havia em educação pública na cidade e por este motivo as contemporâneas metodologias de ensino encontraram um ambiente fértil para se concretizar. Os inspetores deixaram nos registros das visitas realizadas, incentivos para que os docentes fizessem uso das metodologias empregadas pela corrente escolanovista e desaconselhavam às práticas relacionadas com a pedagogia tradicional. Os profissionais dessa Instituição Escolar deveriam contribuir para a realização de um ensino dinâmico, pelo qual o aluno fosse considerado o centro do processo de ensino- aprendizagem.

Nos documentos datados de 1930 em diante, podemos observar uma rejeição à pedagogia tradicional, cuja proposta de educação está centrada no professor que tem por função ensinar a matéria aos alunos para que os mesmos aprendam. A exaltação à prática moderna pode ser verificada no relato abaixo:

A prática de novos métodos e processos de ensino foi criada pelos modernos educadores e já em uso na totalidade dos estabelecimentos (...) do Estado. É indispensável, é urgente, é inadiável que o ensino seja colocado na altura da compreensão infantil. Foi para a criança única e exclusivamente que se fez a escola. Não se justifica, portanto, que o ensino esteja fora do seu alcance. De tudo ela deve participar. Ela deve ser a preocupação constante do professor e deve ser o centro de interesse da escola. (Termo de Visitas Oficiais, 1922, pp.8 e 9)

O trecho acima, de 02 de maio de 1930, transmite a preocupação do assistente técnico de ensino em consolidar a adoção dos novos métodos de ensino às práticas pedagógicas desenvolvidas pelas docentes no Grupo Escolar. Para ele o ensino deveria ser “indutivo, intuitivo e ativo” (Termo de Visitas

Oficiais, 1922, p. 9), contrário à prática de ensino baseada no puro verbalismo abstrato, na qual o aluno se limitava a aprender decorando o conteúdo exposto pela professora ao invés de viver situações que possibilitassem uma aprendizagem significativa, partindo de dados concretos, que pudessem ser passíveis de sua manipulação. Afinal, se os grupos escolares exprimiam o que havia de mais atual em educação, é justificável a incorporação, nestas instituições, da metodologia defendida pela moderna pedagogia.

As recomendações dos inspetores e assistentes de ensino dadas às professoras com relação ao emprego dessa moderna metodologia de ensino foram muitas e extensas. No livro Termos de Visitas Oficiais, encontra a indicação do uso de jogos pedagógicos, como um ótimo recurso didático capaz de propiciar ao aluno a oportunidade de confeccionar, opinar e intervir na construção de seu conhecimento. Segundo o assistente técnico de ensino Jair Guimarães de Paula as docentes deveriam promover o aumento do “número de jogos educativos e consequentemente a sua variedade” (Termo de Visitas Oficiais, 1922, p.13).

Visando a utilização das práticas escolanovistas, os docentes deveriam substituir o ensino baseado nos livros e nas aulas expositivas, nas quais os discentes se limitam a aprender decorando o exposto pelo professor, e desenvolver atividades que permitissem aos alunos explorar o ambiente, a natureza e os objetos ao seu redor. A aprendizagem deveria ocorrer de forma significativa, partindo de dados concretos, que propiciassem às crianças manuseá-los e manipulá-los.

Ao incentivar o banimento das memorizações de conteúdos, os inspetores recomendavam a utilização das “Lições de Coisas”, metodologia de ensino pautada na aquisição do conhecimento a partir da exploração da natureza, dos jogos e de todos os materiais concretos do meio. Assim, com intuito de permitir maior dinâmica no processo de aquisição de conhecimentos, as salas de aulas do Grupo Escolar foram preenchidas com murais, com vários tipos de materiais capazes de despertar a curiosidade do educando.

Ao analisar a relação de materiais que existiam no Grupo Escolar, detectamos que no caderno que contém o inventário do mobiliário e material, uma grande variedade de recursos didáticos auxiliares nas aulas, quadro de moedas brasileiras, caixas de sólidos geométricos, inúmeros mapas, além de livros, dicionários, revistas, dentre outros materiais.

Ao que tudo indica as recomendações dos inspetores e técnicos do ensino contribuíram para a mudança da ação pedagógica das docentes do Grupo Escolar. Mas também, podemos citar outros dois

instrumentos importantes que auxiliaram, na década de 1930 no preparo dos professores para a execução das modernas metodologias de ensino: As Reuniões de Leituras e a Revista do Ensino.

As Reuniões de Leituras^{viii} tornaram-se uma atividade muito cobrada e recomendada pelos inspetores e exprimiam o compromisso das docentes em realizar leituras semanais e deixar registrado, no caderno denominado Atas de Leituras, um comentário com as informações consideradas relevantes sobre o lido. Em 12 de agosto de 1937, o assistente técnico de ensino Jair Guimarães de Paula, recomendou que semanalmente duas professoras fossem designadas pelo diretor escolar para realizar as leituras com os respectivos comentários. Este momento de estudo deveria ocorrer todas às quintas-feiras e contar com a participação de todos os docentes.

Os textos comentados eram escolhidos pelas próprias professoras e os temas, embora variados, refletiam a busca por novos conhecimentos produzidos na área da educação, sobretudo os publicados por meio da Revista do Ensino^{ix} que, segundo Souza (2006, p. 32), foi um importante instrumento de divulgação das Reformas realizadas no ensino para os professores do Estado de Minas Gerais, sendo enviadas as mais distantes escolas do Estado, incluindo as infantis, particulares, municipais e federais.

Outra atividade muito cobrada pelos inspetores de ensino era a realização dos Auditórios^x, evento responsável pela difusão de valores cívicos e patrióticos entre os discentes do Grupo Escolar e a comunidade. Os Auditórios consistiam no preparo de cada classe, sob a responsabilidade da regente, para a apresentação de uma atividade como canto, poesia, palestra, recitação, diálogo ou dramatização.

Embora os temas das apresentações fossem livres, a exaltação da pátria estava sempre presente. Os Auditórios tinham também uma finalidade comemorativa, como a que ocorreu em setembro de 1933. Segundo informações do jornal “Cidade de Viçosa”, o diretor do Grupo Escolar convidava a comunidade para participar da festa de comemoração do aniversário da Independência do Brasil, entretanto avisava que as festividades ocorreriam no dia 16, em decorrência do falecimento do Presidente Olegário Maciel.

No caderno que contém as atas dos auditórios registraram-se alguns pontos da programação deste dia, dentre os quais se podem citar:

- A Independência do Brasil, palestra pelas alunas Paula Simonini e Maria Moreira;
- A Voz da Liberdade, poesia pela aluna Ondina Gomes Couto;
- Meu Patriotismo, recitativo pelo aluno Pedro Saraiva;

- Meus Deveres, recitativo pelo aluno Francisco da Silva Neto;
- Sete de Setembro, poesia pela aluna Cely das Mercês Figueiredo.

Os Auditórios colaboraram para desenvolver no aluno do Grupo Escolar não só a educação intelectual, mas também a religiosa, moral e, sobretudo, a cívica, despertando na população e, principalmente, nas crianças o amor e o respeito à Pátria, como ideais do novo regime que atribuía à escola o papel difusor desses valores.

Ao explicitar as estratégias e táticas utilizadas pelos gestores para estimular uma nova postura e ação pedagógica do professor em sala de aula e outras atividades que visavam motivar os estudantes a serem sujeitos do seu próprio aprendizado, é importante caracterizar o perfil dos docentes que, durante o período investigado, era constituído unicamente por mulheres.

Das primeiras docentes que ingressaram no Grupo Escolar muitas já exerciam o magistério na cidade. Ana Macário Soares e Márcia Loureiro são exemplos de docentes provenientes de escolas isoladas que tomaram posse em 1923.

Se o número de alunos aumentou após a instalação do Grupo até 1933, conforme já apresentado, o mesmo também se pode afirmar com relação ao quadro de professores.

No ano de 1923, oito professoras compunham o quadro de docentes do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes. Já, em 1939, o número de professores totalizava 27.

As docentes, ao serem nomeadas, ocupavam os cargos como substitutas, adjuntas ou efetivas. A primeira categoria era contratada por um determinado tempo, geralmente para substituir uma docente efetiva, caso esta tivesse que se afastar do cargo por problemas de saúde ou para tratar de negócios de família. As adjuntas eram nomeadas para exercer a docência em conjunto com a efetiva, e assumir a turma caso esta, que era a titular da classe, se ausentasse.

Comumente as docentes começavam a trabalhar para substituir professoras efetivas e só mais tarde se estabilizavam no cargo. Como exemplo pode-se citar o caso da professora Luzia Campos. Em 10 de maio de 1923, ela foi nomeada para substituir a professora Márcia Loureiro, pelo período de 30 dias, por motivos de tratamento de saúde. Oito dias depois, passou a ser professora adjunta do Grupo Escolar, tornando-se efetiva neste estabelecimento de ensino em 06 de junho de 1924.

Além destes cargos, detectamos também as nomeações de professoras estagiárias e as interinas. Enquanto estas últimas estavam designadas para cumprir um cargo provisoriamente, as primeiras não tinham o título de professora sendo, quase sempre, alunas da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo.

A tendência da mulher em assumir quase que exclusivamente o papel de professora das séries iniciais do ensino no Brasil, é ainda hoje uma característica da profissão docente, e estava muito associada ao dom, à vocação, à sensibilidade, como um comportamento tipicamente feminino, adequado ao exercício dessa tarefa, sobretudo por causa do seu papel maternal, como fica patente na missão preconizada por um assistente técnico, no dia 02 de maio de 1930: “A missão da moderna professora não é como antigamente se supunha, transmitir conhecimento, fazer da cabeça de cada aluno um armazém. A sua missão é muito mais elevada. Cumpre-lhe zelar como mãe carinhosa de todo desenvolvimento dos seus alunos.” (Termos de Visitas Oficiais, 1922, p.11)

Para o mencionado assistente, o tratamento carinhoso e de liberdade dado pelas docentes no espaço escolar, além de exercitar o afeto maternal dessas, tinha um caráter eminentemente pedagógico e formativo para os estudantes, como assinala esta outra prescrição:

Estes (os alunos) serão tratados carinhosamente pelas professoras, como se fossem seus filhos e devem ter no recreio e nas aulas ampla liberdade para manifestar as suas tendências, as suas aptidões, as suas preferências, todas as suas qualidades e todos os seus defeitos, afim de que estes possam ser corrigidos, substituídos por boas qualidades, aperfeiçoados, conduzidos para a perfeição (Termos de Visitas Oficiais, 1922, p.11)

Fica evidente nos trechos acima o papel que a docente deveria desempenhar, não se preocupando apenas com a formação intelectual do aluno, mas também com seu aperfeiçoamento afetivo, moral e ético, voltados para a formação integral do futuro cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Grupo Escolar Coronel Antonio da Silva Bernardes, em 1916, marcou uma nova fase da educação primária no município, que até então se efetivava exclusivamente por meio das escolas particulares ou das escolas públicas isoladas, e introduziu uma nova cultura escolar na cidade, como ocorreu em muitos municípios mineiros e brasileiros em que este modelo de estabelecimento de ensino primário foi criado.

A própria localização espacial do Grupo, na praça principal da cidade, contribuiu para que a população reconhecesse a importância que os governantes inseridos no poder atribuíam à educação primária no município. Sua edificação em local visível possibilitou que muitas crianças, antes afastadas das salas

de aulas, desejassem freqüentar uma escola de qualidade, sem ter a família que arcar com o pagamento das mensalidades.

A localização conferida ao Grupo Escolar não foi o único aspecto que o diferiu das escolas públicas isoladas. Havia toda uma organização dos espaços e tempos escolares, a preocupação em compor as salas de aulas, com classes de alunos num mesmo nível de idade e aprendizagem, sob a responsabilidade de uma professora e uma série de atividades e métodos que procuravam adequar o ensino ao meio ambiente e social da criança.

Os profissionais do Grupo Escolar deveriam prover uma formação mais ampla dos alunos, ou seja, além de educar, deveriam cuidar das crianças e garantir que elas se desenvolvessem moralmente e cognitivamente. Em consonância com as modernas metodologias de ensino, os inspetores escolares denunciavam o ensino abstrato, baseado no conhecimento do docente. Em contrapartida, incentivavam a atuação do professor como um mediador do processo de ensino aprendizagem cujo centro desse processo era o aluno.

Buscou-se desenvolver nos alunos do Grupo Escolar o respeito e amor à Pátria, principalmente através dos eventos denominados Auditórios, que demonstram a valorização da educação cívica e a exaltação dos personagens da história brasileira.

A análise dos documentos oficiais do Grupo Escolar e de alguns exemplares dos periódicos encontrados permitiu-nos traçar as inovações que marcaram a inauguração e funcionamento desse novo tipo de escola primária no município de Viçosa.

Não obstante, a realização de entrevistas com moradores mais antigos da cidade e sujeitos que estiveram ligados à trajetória do Grupo Escolar durante o período em tela, podem iluminar outras características da cultura escolar instituída no Estabelecimento e revelar outros aspectos da sua organização e funcionamento que não estão registrados nos documentos oficiais.

Entretanto, a concretização das entrevistas e a constituição de um acervo de fotografias ainda serão realizadas. Dessa maneira, a pesquisa prossegue, uma vez que continuamos em contato com possíveis sujeitos e na busca de informações sobre materiais, no âmbito privado, que nos remeta à história da primeira escola primária pública que se instalou em Viçosa.

Palavras-chave: Grupo Escolar. História da Educação. Cultura Escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOCUMENTOS PESQUISADOS EM ARQUIVOS

Grupo Escolar Coronel Antonio Da Silva Bernardes. Atas de Assentamento e Posse. 1922-1938. (Arquivo Escola Municipal Coronel Antonio da Silva Bernardes).

Grupo Escolar Coronel Antonio Da Silva Bernardes. Atas de Auditórios e de Leitura. 1933-1935. (Arquivo Escola Municipal Coronel Antonio da Silva Bernardes).

Grupo Escolar Coronel Antonio Da Silva Bernardes. Atas de Instalação, exames, etc. 1922-1934. (Arquivo Escola Municipal Coronel Antonio da Silva Bernardes).

Grupo Escolar Coronel Antonio Da Silva Bernardes. Termos de Exercício. 1937. (Arquivo Escola Municipal Coronel Antonio da Silva Bernardes).

Grupo Escolar Coronel Antonio Da Silva Bernardes. Termos de Visitas Oficiais. 1922-1938. (Arquivo Escola Municipal Coronel Antonio da Silva Bernardes).

Grupo Escolar Coronel Antonio Da Silva Bernardes. Termos de Visitas Particulares. 1923-1924. (Arquivo Escola Municipal Coronel Antonio da Silva Bernardes).

LIVROS E ANAIS DE CONGRESSOS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, M.H.C. & STEPHANOU, Maria (Orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 68–76, 2005.

BERGER, Miguel André & ALMEIDA, Anne Emile Souza de. A instrução pública em Sergipe na era da modernidade - analisando a trajetória dos Grupos Escolares. In: Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectivas Históricas, 3, 2004, Paraná. Anais. CD – ROM.

CAPRI, Roberto. Minas Gerais e seus municípios – Zona da Matta. São Paulo, Poca Weiss e Comp., 1916.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos Pardieiros aos Palácios – Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

JULIA, Dominique A. A Cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, n.1, 2001, p. 09-43. Campinas: Autores Associados.

LIMA, Alberto de Souza. Arthur Bernardes Perante a História. Belo Horizonte, I. Oficial, 1983.

LIMA, Márcia Amarante de et al. As reuniões de leitura: tecendo o cotidiano pedagógico dos primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora. In: Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 4, 2002, Juiz de Fora MG. Anais. CD-ROM.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. Viçosa: Mudanças socioculturais, evolução histórica e tendências. 6. ed. Viçosa: Imprensa Universitária, 1990. 300p.

PEREIRA, Jardel Costa. Cultura e vida escolar: O Grupo Escolar de Lavras (1907- 1918). In: Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectiva Histórica, 3, 2004, Paraná. Anais. CD-ROM.

SOUZA, Rita de Cássia de. “Não premiarás, não castigarás, não ralharás...”: Dispositivos disciplinares em Grupos Escolares de Belo Horizonte (1925-1955). 2006. 464 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NOTAS:

i Professor Adjunto do Departamento de Educação.

ii Aluna da graduação de Pedagogia e bolsista do PIBIC/CNPq.

iii Segundo Luciano Mendes de Faria Filho (2000, p. 28), a cadeira era, portanto, a forma jurídico-institucional de existência de uma turma de instrução primária.

iv A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi criada, em 1926, pelo então Presidente da República, Arthur da Silva Bernardes.

v Foram eles: João Batista Alves de Lima (1922-1926); Donato Eugênio da Silva (1926-1928); Joaquim Campos de Miranda (1928-1931); Astolfo Gusman (1931-1933); Lourival Cantarino de Souza (1933-1934); Jair Santos (1934-1938); Lourival Cantarino de Souza (1938).

vi Dentre outras funções, destacam-se no art. 26 da Reforma de 1906 algumas atribuições desse cargo administrativo-pedagógico: “Compete ao diretor do grupo fiscalizar e disciplinar os alunos, os professores e todos os funcionários que servirem sob sua direção, solicitando do inspetor escolar as providências necessárias, que esse, por sua vez, pedirá ao governo quando fora da sua alçada” (Apud FARIA FILHO, 2000, p. 95).

vii No livro de 1922 que contém o registro das visitas realizadas pelos inspetores, encontramos instruções dadas ao diretor e às professoras. Para o primeiro eram deixadas recomendações em relação ao administrativo da escola, ou seja, a organização de arquivo, o zelo por parte dos serventes com as mobílias escolares, conservação do prédio, etc. Para as segundas, suas advertências centravam na aplicação do método de ensino, no tratamento que deveria ser dado aos alunos e na conduta moral e pedagógica dentro do Grupo.

viii As práticas de Reuniões de Leitura foram instituídas nas escolas primárias mineiras através da Reforma do Ensino Primário e Normal de 1927/28, implementada no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926/1930), cujo idealizador foi o então Secretário do Interior Francisco Campos (LIMA et al, 2002, p.2).

ix Periódico criado em 1892, no governo de Afonso Pena (1892-1894), com três exemplares produzidos neste ano. Voltou a ser publicado em 1925, no governo de Fernando Mello Vianna (1924-1926), sendo interrompido em 1940.

x Segundo Lima et al (2002, p.02) esses eventos proporcionavam interatividade entre os alunos e os familiares que às vezes eram convidados e estimulavam a interdisciplinaridade dos conhecimentos ministrados.

Capítulo 11

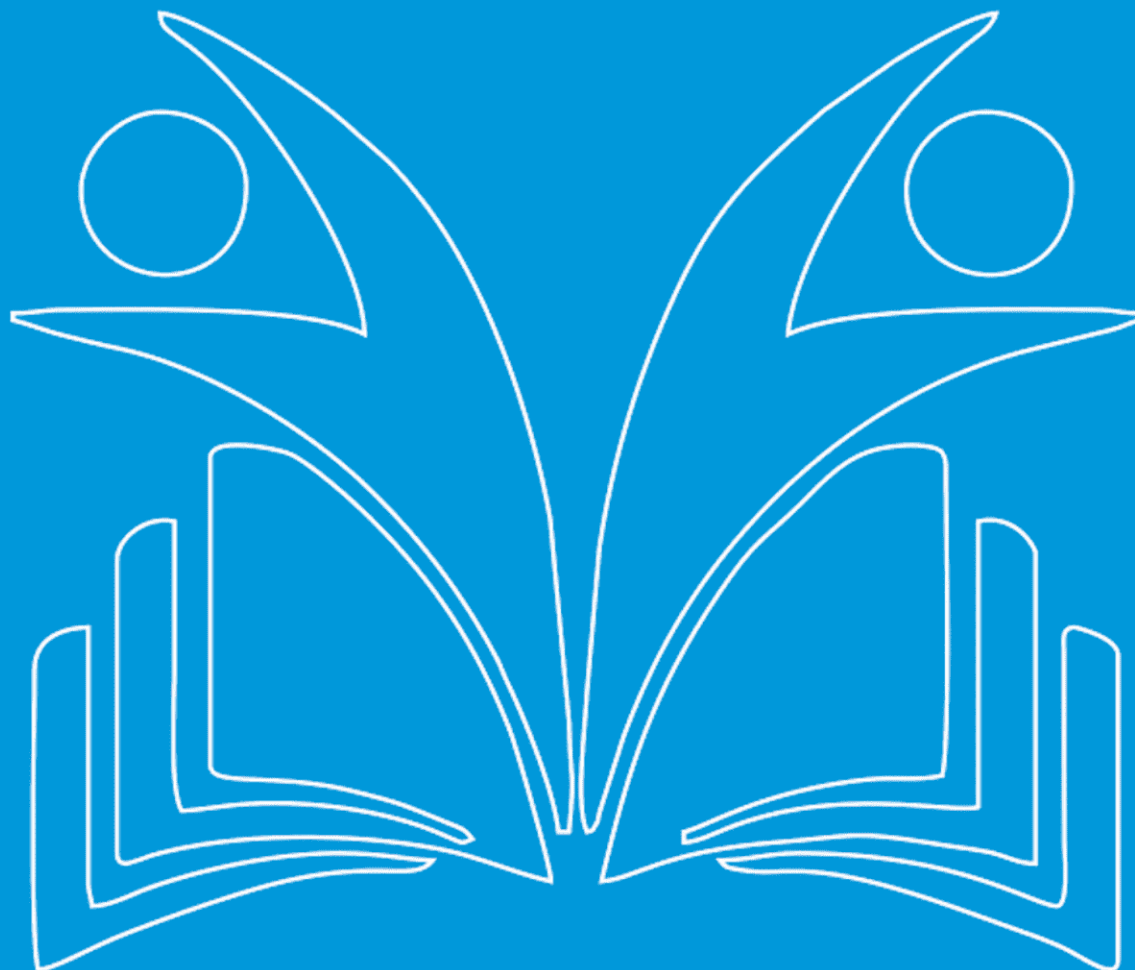


10.37423/220806470

O ESTUDO ICONOGRÁFICO DOS "PUTTI" NO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PINTURAS MURAIS RELIGIOSAS

Silvana Borges

Museu de Arte Sacra de São Paulo



Resumo: A partir do estudo iconográfico no processo de conservação e restauro das pinturas murais da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação do Ó em São Paulo, surgiram algumas questões relativas ao conhecimento daqueles que fazem uso do espaço litúrgico, a respeito do significado e simbolismo dos elementos pictóricos existentes, e se a tarefa de disseminar essa informação para a comunidade poderia ser o caminho de maior conscientização sobre a preservação do patrimônio. Para este efeito, foi realizada a pesquisa, em uma perspectiva histórico-cultural, de algumas das pinturas existentes que na arte cristã não consistem em representações decorativas isoladas, mas de elementos que compõem a ambiência religiosa e relacionados a liturgia. O presente artigo aborda o estudo iconográfico do nível de pinturas denominado “*putti* e guirlandas”, investigando as significações e apropriações dessa iconografia na arte da pintura, escultura, arquitetura e mobiliário com exemplos de sua utilização no espaço litúrgico e doméstico.

Palavras-chave: *putti*, restauração, arte cristã, pintura mural, iconografia.

INTRODUÇÃO

A origem da Igreja de Nossa Senhora do Ó está ligada ao surgimento do bairro da Freguesia do Ó no ano de 1580 com a instalação da fazenda do bandeirante Manoel Preto que erigiu a primeira capela. Os documentos mais antigos em que se encontra a referência a Nossa Senhora do Ó em São Paulo datam de 1637 (ARROYO, 1966), e sua designação se derivou por se recitar repetidamente o “Ó” das antífonas.

Com esta designação por assim dizer popular, caracterizou-se de forma única a especificação de Nossa Senhora cujo título oficial de “Expectação” era mais difícil de pronunciar. Foi uma espécie de apelido justificado pelas antífonas e mais de acordo com o gosto do povo (ETZEL, 1985, p. 36).

Em 1796 foi inaugurada a igreja dedicada à Virgem do Ó, que se tornou Paróquia pelo alvará de constituição de 15 de setembro de 1796 concedido pela Rainha de Portugal. Em 1896 a igreja foi destruída em um incêndio, e em 1901 o edifício atual foi inaugurado (ARROYO, 1966). Em 1992 através da Resolução no. 46/92 do CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) a Igreja Matriz da Freguesia do Ó foi classificada como bem tombado. Em 2011, por intermédio de uma campanha em conjunto com a Prefeitura do Município de São Paulo foram recuperadas as fachadas, promovendo o tratamento de problemas estruturais. Entre os anos de 2013 e 2019 integrei a equipe coordenada pelo conservador e restaurador Juarez da Costa Oliveira nos trabalhos de preservação do espaço interno da Igreja Matriz, quando atuei diretamente no processo de conservação e restauro das pinturas murais atribuídas ao artista Salvador Ligabue (1905-1982).

As pinturas existentes na Matriz da Freguesia do Ó sofreram degradação em virtude da infiltração generalizada na edificação ocasionada por problemas na sua cobertura e pela inadequada ação humana em seu reparo. Em 1992 a Igreja passou por uma reforma que incluiu uma série de repinturas sobre as pinturas originais remanescentes. A intervenção sem critério é umas das causas da destruição de bens artísticos, em se tratando do patrimônio arquitetônico paulistano, a mudança de gosto, ampliações, reformas e demolições já causaram muitas perdas irreparáveis.

ESTUDOS ICONOGRÁFICOS

Conforme PANOFSKY, “iconografia é um ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição com à sua forma” (2011, p. 47). A investigação iconográfica é de suma importância quando lidamos com a restauração de imagens inseridas no espaço litúrgico, pois elas

carregam simbolismos que nem sempre são claros, ou que se perderam ao longo do tempo. VIÑAS (2011) em sua Teoria Contemporânea da Restauração salienta o fato de que o objeto não tem importância apenas pela sua materialidade, mas também pelos significados que possui.

Na restauração de pinturas de caráter religioso recomenda-se a pesquisa sobre a iconografia para a compreensão do simbolismo de cada representação artística e seu significado litúrgico, fazendo assim a distinção dos elementos constituintes da concepção original da obra, daqueles que estão deslocados em seu contexto ou que foram acrescentados posteriormente. Através da pesquisa iconográfica resgatam-se as origens e os significados das imagens que compõem a ambiência do espaço litúrgico, e que por razões diversas foram se perdendo do conhecimento comum ao longo do tempo.

PUTTI E GUIRLANDAS

A concepção do *putto* remonta na arte ao mundo clássico antigo, *putti* é a forma plural de *putto* (do latim *putus* ou do italiano *puttus*, menino) é um termo que no campo das artes se refere a pinturas ou esculturas de um menino nu, que pode às vezes, ser representado com asas, derivando da figura mitológica grega do cupido jovem, simbolizando o amor e a pureza (CARR-GOMM, 2004).

Um *putto* representando um cupido também é chamado de *erote*, em referência aos quatro filhos de Afrodite que personificavam várias faces do amor; ou ainda de *amorino* (plural *amorini*), representando um cupido infantil. Os *putti* são seculares e representam uma paixão não-religiosa. No período dos séculos XVI e XVII infantes alados eram universalmente entendidos na arte como representações de deuses do amor, cupidos, erotes ou *amorini*, e não obstante essa identificação ainda persiste. (DEMPSEY, 2001).

Putti são um motivo clássico encontrado principalmente nos denominados sarcófagos guirlanda do século II d.C. quando Roma era o principal centro de produção na parte ocidental do Império por volta de 110–120 d.C., de onde muitos sarcófagos além da figura dos *putti*, trazem guirlandas de frutas e folhas esculpidas, evocando as guirlandas reais frequentemente usadas para decorar túmulos e altares (figura 1). O uso de sarcófagos continuou no período cristão, quando se tornaram um meio importante para o desenvolvimento da iconografia cristã primitiva (AWAN, 2007).



Figura 1 - Sarcófago de mármore com guirlandas e o mito de Teseu e Ariadne ca. 130-150 d.C.

Metropolitan Museum of Art, New York (Wikimedia Commons).

A iconografia cristã absorveu algumas figuras da mitologia greco-romana [...] São as crianças-erotes, com sua pureza e inocência, que surgem em grande quantidade nos baixos-relevos das urnas funerárias, nas catacumbas e em outros lugares de devoção cristã. Símbolos pagãos como as uvas e videiras passam a ser incorporados nas representações cristãs, ilustrando as palavras de Jesus, quando diz: “Eu sou a videira e vocês são os ramos” (João, 15:5). E ao redor dessas videiras, multidões de erotes colhem uvas e preparam o vinho; nos sarcófagos apanham flores e tecem guirlandas, motivos comuns ao paganismo, agora adaptados à nova crença, simbolizando a vida eterna (HENRIQUES, 2008, p. 19).

De acordo com KUNSTMANN (1964), no final da Antiguidade, os erotes acompanhavam os homens e deuses ao longo de suas vidas, eles possuíam uma espécie de onipresença. Eles serviram tanto para iluminar a noite de núpcias, como para acompanhar a alma ao mundo inferior. O amor prevalecia não apenas na vida, mas também na morte. Os gregos, portanto, uniram amor e morte em um mundo: *eros-thanatos*, o *thanatos* na mitologia grega era a personificação da morte. Os erotes também podem ser encontrados representados ao longo das estações do ano, tecem as coroas de flores da primavera e cultivam as uvas no outono, eles combinam os contrastes mais improváveis, unem corpo e alma, o céu, a terra e o submundo.

Os primeiros erotes gregos trazem nas mãos uma flor, símbolo da vida. Este motivo é usado em uma grande variedade de formas na antiguidade greco-romana. Na época de Augusto, ela é combinada com a representação das quatro estações: Eros colhe as flores da primavera, e a arte fúnebre cristã via nelas um penhor da vida eterna após a morte (KUNSTMANN, 1964, p. 15).

Uma fonte importante para a liturgia e a história do aparelhamento das igrejas no cristianismo antigo são as 49 cartas e 33 poemas de Paulino, 409º Bispo de Nola (353-431) que se tornaram geradores de estímulos e regras para as imagens a serem usadas no mundo do cristianismo primitivo. Escreveu em seu Carmen XIV: “Filhos, louvem ao Senhor em suas canções, cumpram seus votos piedosos e

participem de danças castas, ofereçam canções festivas; espalhem flores no chão e enfeitem os portões com guirlandas” (PAULINUS DE NOLA apud KUNSTMANN, 1964, p. 8). Com essas linhas, o venerável testemunho da antiga tradição cristã exorta os cristãos à sagrada forma de brincar, que ressurgirá representada no *putto* de Donatello (1386-1466) mil anos depois.

Os cristãos não encontraram dificuldade em aceitar literalmente a ideia de figuras como essas, pois compartilhavam com todo o mundo da antiguidade a crença em espíritos guardiães que acompanhavam o homem por toda a vida e conduziam sua alma ao próximo mundo após a morte. Prova disso são as orações pelos ritos de morte e funerais, algumas das quais remontam à época das catacumbas. Não se pode deixar de admirar os primeiros cristãos por não hesitarem em dar a forma de crianças a esses anjos. Consagraram assim um antigo símbolo da eterna juventude aos espíritos elevados, que, segundo a palavra de Cristo, olham para sempre a face do Pai Celeste. Ao mesmo tempo, eles se esforçaram para aliviar a morte de seu terror mais cruel (KUNSTMANN, 1964, p. 15-16).

Desde o início a representação dos *putti* se diferenciava da dos anjos pela presença das asas, a exemplo do *putto* com bastão e filete da abóbada dos *Flavii* na catacumba de Domitila, Roma c. 200 d.C. (figura 2). O original desse motivo pode ser rastreado até os tempos pré-cristãos. “Nos primeiros 300 anos do Cristianismo, os anjos eram representados sem as asas justamente para diferenciá-los dos mensageiros dos deuses pagãos do mundo romano, como *genni*, *putti* e deusas da Vitória” (SILVA, 2013, p.161). Isso indica que o *putto* pertence à categoria de *daemons*, os seres alados que transitam de um lado para outro entre o mundo e o céu, nas regiões inferior e superior, eles conectaram o que estava acima com o que estava abaixo. Seres alados como esses eram comuns às civilizações do Oriente e do Ocidente entre gregos, persas, babilônios e egípcios (KUNSTMANN, 1964).



Figura 2 – putto na catacumba de Domitilla c.200 d.C. (KUNSTMANN, 1964).

Na hierarquia angélica derivada da ordenação de Pseudo-Dionísio, o Aeropagita (*De Coelesti Hierarchia*, século V) e de Tomás de Aquino (*Summa Theologica*, século XIII), os anjos estão no último degrau da hierarquia, são os seres mais próximos do reino humano e feitos de luz e fogo (Jó 15:15;

Salmos 104:4). “Os anjos aparecem na iconografia artística desde a origem da cultura, no quarto milênio antes de Cristo, confundindo-se com as divindades aladas” (CIRLOT, 2005, p. 84).

Não havia, no texto bíblico, uma descrição exata e constante da aparência dos anjos e sua forma física, com base na tradição hebraica. O texto Hierarquia Celestial estabelecia, possivelmente, ou reunia elementos descritivos dessas figuras incorpóreas para que os artistas passassem a guiar-se ou ser guiados no momento de representá-los, de dar-lhes corpo e forma. A partir de Pseudo Dionísio, o Areopagita, e de sua releitura no Humanismo, era possível encontrar elementos teológicos e visuais que justificassem a representação das disposições celestiais como seres jovens, alados, nus e alegres – o caminho para a utilização dos Eros Meninos estaria, em parte, traçado (BRANDÃO, 2014, p. 149).

A mais antiga imagem cristã conhecida de um anjo é uma representação da Anunciação na qual Gabriel é retratado sem asas, datada do século II d.C., que está preservada no *Cubicolo dell'Annunziata*, denominado como “Cubiculo P”, localizado no primeiro e mais antigo nível da catacumba de Priscila (TAYLOR, 2013).

Os anjos estão presentes na Bíblia. Esses seres misteriosos formam a corte celestial de Deus que os envia como seus mensageiros aos homens. Como falar deles senão por meio de símbolos, sinais convencionais, comumente reconhecidos e, portanto, reconhecíveis pelos fiéis da comunidade cristã? O primeiro tipo de representação usado foi o encontrado nos escritos bíblicos e patrísticos. Eles têm características de homens jovens, raramente barbados e sempre sem asas. Foi somente a partir do século IV que eles receberam asas e foram frequentemente vestidos com uma longa túnica branca, suas cabeças cobertas com uma auréola, um sinal convencional de seres celestiais (BAUDRY, 2009, p. 81-82).

Representações de anjos em sarcófagos, nesse período, também os mostram sem asas, como por exemplo, o anjo na cena do sacrifício de Isaac no sarcófago de *Junius Bassus* (século IV), preservado no *Museo Storico del Tesoro della Basilica di San Pietro*, no Vaticano, e que traz em suas laterais a representação dos *putti* na colheita das uvas (figura 3).



Figura 3 - Cena lateral com os putti na vindima do sarcófago de Junius Bassus (Wikimedia Commons).

Encontramos crianças-erotes nas catacumbas e em outros lugares primitivos de devoção cristã, mas nenhum deles se entregando a inocentes brincadeiras de amor. Em contraste, encontramos os erotes repetidamente nas paredes das catacumbas ou nos sarcófagos nas representações da antiga festa da vindima (KUNSTMANN, 2014). Depois de uma conexão tão promissora entre os tipos antigos e cristãos no retrato das crianças erotes, poderíamos esperar encontrar um rápido desenvolvimento do tema dos anjinhos do amor na arte cristã primitiva e medieval. No entanto, eles quase desaparecem em direção ao fim do século V e início do século VI.

KUNSTMANN (1964) menciona que em uma carta escrita por São Nilo, teólogo, estudioso da Bíblia e um escritor asceta do século V, ele dizia que o *putto* pertencia a uma tradição insignificante e imprestável e deveria ser suprimido. Outra mudança foi devida ao desenvolvimento da arte bizantina onde os cristãos orientais viram na corte imperial de Constantinopla um protótipo de seus conceitos religiosos. Os anjos ao redor do trono do Senhor foram transformados em dignos oficiais da corte, vestindo suntuosas vestes, e foi a partir dessa época que os *putti* passaram a sofrer uma má reputação.



Figura 4 - Putto com arco e flecha e uma bandagem sobre os olhos (KUNSTMANN 1964).

No *putto* em estuque de Johann Michael Feichtmayr (1709-1772) na Abadia Beneditina de Zwiefalten, Alemanha (figura 4) temos a representação simbólica do amor terrestre, esse *putto* com arco e flecha sem asas e olhos vendados (a cegueira do amor) é um triste exemplo da ruptura na concepção do amor. Os gregos e os romanos usavam dois conceitos diferentes para amor: Eros-Amor e Ágape-Caritas. No período medieval afirmava-se que havia um amor divino e celestial Ágape-Caritas, e um amor terrestre, abominável e mundano, que foi denominado Eros-Amor. O novo conceito daquilo que dera nome aos erotes: o amor, trouxe a má reputação aos putti, que passaram a ser considerados jovens pecadores (KUNSTMANN 1964).

A representação dos *putti* foi posteriormente revivida no reaproveitamento da arte clássica no denominado *Quattrocento*, período correspondente aos eventos culturais e artísticos do século XV na Renascença italiana. Resgatam-se elementos como o *reggifestone*, uma reminiscência do estilo romano de guirlandas seguradas por *putti*. Um dos primeiros exemplos renascentistas desse elemento foi a Tumba de Ilaria (1406) de Jacopo della Quercia (1374-1438). O sarcófago (figura 5) apresenta alguns dos primeiros putti em escultura desde a antiguidade clássica, no entanto, a criação da figura do *putto* é atribuída a Donatello (1386-1466) a partir da sua obra de escultura em bronze do “*Putto Danzante*” em Florença entre o ano de 1423 e 1427 (DEMPSEY, 2001).



Figura 5 - Tumba de Ilaria (1406-13) de Jacopo della Quercia (1374-1438). Mármore. Catedral de San Martino, Lucca, Itália (Wikimedia Commons).

Considera-se que as primeiras representações escultóricas pós-antiguidade dos putti foram realizadas por Donatello, e desde então tem sido chamado de o autor do *putto* por sua contribuição para a arte em restaurar a sua forma clássica infundindo significados cristãos ao usá-lo em novos contextos, tais como os anjos músicos retratados em pinturas religiosas a partir dessa época. Nesse período a figura do putto se tornou popular, com obras de arte inserindo essa figura da mitologia clássica na escultura, pintura e arquitetura religiosa cristã (DEMPSEY, 2001).

O menino nu, rechonchudo, de cabelos encaracolados, surgiu na arte romana clássica para representar um espírito no sentido latino, ou no uso italiano do século XV, um *spiritello*, cuja função, portando as suas guirlandas, era a sua posição como figuras de fronteira entre o espaço terreno e o celeste, consistente em toda a plena expansão do Renascimento, quando a sua colocação dentro de locais sagrados e monumentos religiosos foi aceita sem contestação (TALVACCHIA, 2013).

No detalhe do afresco de Rafael Sanzio (1483-1520) temos quatro *putti* segurando os Evangelhos (figura 6), eles se colocam à direita e à esquerda da pomba do Espírito Santo, formam a linha que

divide o mundo celeste do terrestre, ou seja, o limiar. Conforme diz DEMPSEY (2001) na arte cristã a partir do Renascimento, o *putto* veio para representar a onipresença de Deus.



Figura 6 - Disputa do Sacramento (1508-11). Rafael Sanzio (1483-1520). Afresco (detalhe), 500cm x 770cm. Museu do Vaticano (Wikimedia Commons).

Eles são colocados exatamente na linha onde termina a região celeste e começa a terrestre, isto é, no limiar. O próprio espírito de Deus passa por esse umbral, e os putti O conduzem, formando com a Palavra que têm em suas mãos o degrau de onde Ele entra no mundo. De acordo com a regra medieval para pinturas em catedrais, profetas e apóstolos deveriam ser colocados no limiar ou na entrada da capela-mor; “A Palavra do Senhor é a porta”. Rafael também ainda desejava professar isso em sua pintura; mas acrescentou que são os espíritos do amor que abrem e fecham a porta (KUNSTMANN, 1964, p. 24).

É interessante observar que Rafael repete o motivo dos *putti* nesse limiar entre o humano e o divino no quadro da Madona Sistina (1512), onde dois deles se esgueiraram para a frente, e se inclinam sobre o parapeito na borda inferior do quadro. Aqui, na transição, do mundo real para o visionário, encontram-se mais uma vez os *putti* como mediadores entre o tempo e a eternidade. Quase nenhum anjo na história da arte foi reproduzido com tanta frequência quanto esses dois, que na tradição cristã ocidental tornaram-se de forma equívoca associados aos querubins.

Um querubim, é um anjo da primeira hierarquia celeste, entre os serafins e os tronos, que segundo a visão de Ezequiel e conforme a descrição dos textos cristãos tem uma representação muito diferente: “Cada um tinha quatro rostos e cada um quatro asas, e a semelhança de mãos de homem debaixo das suas asas” (Ezequiel 10:21), e como símbolos na arte de acordo com CARR-GOMM “seriam representados na cor de ouro ou em azul” (2004, p.21).

A figura dos *putti* e seu uso como elemento compositivo na arte religiosa cristã se difundiu não apenas pela Europa, mas para os outros continentes, através das obras de artistas reproduzidas em gravuras de missais e outras publicações.

Rubens (1577-1640) e Bernini (1598-1680) reorganizaram as formas dos *putti* da Renascença, trazendo-os para uma nova linguagem. Rubens estabeleceu um esquema para as posições, as tarefas e o significado dos *putti* na pintura barroca. Esta fórmula, usada por este artista e sua oficina em cerca de 300 pinturas, propiciou a expansão dos *putti* por toda arte ocidental, em parte devido ao fato de Rubens e seus gravadores os introduzirem nas ilustrações de breviários e missais. (HENRIQUES, 2008, p. 23)

Exemplos do uso da iconografia dos *putti* e guirlandas são encontrados ao norte de Portugal a exemplo da Igreja do Mosteiro de São João da Tarouca. A igreja românica e as dependências conventuais concluídas em 1152, foram remodeladas entre os séculos XVII e XVIII, com exemplares em talha dourada do Estilo Nacional Português na capela-mor e do Barroco Joanino no cadeiral do coro, que tem emoldurado em seus espaldares retratos de personalidades monásticas, e ao alto, tem uma fileira com os *putti* sustentando os festões de flores ou guirlandas (figura 7).



Figura 7 - Detalhe da fileira com putti sustentando guirlandas do cadeiral em talha dourada em estilo Barroco Joanino da Igreja do Mosteiro de São João da Tarouca, em Portugal (foto da autora, 2021).

No presbitério da Igreja Matriz da Freguesia do Ó encontra-se um nível de pinturas com meninos de torso nu segurando guirlandas de flores (figura 8). Convencionou-se denominar este nível de “*putti* e guirlandas” baseando-se na pesquisa da iconografia desses elementos. Essa faixa de pintura dos *putti* inserida no espaço litúrgico está posicionada nesse limiar da linha de fronteira entre o espaço terreno e o divino, espaço este que se abre ao alto para a figura do Espírito Santo retratado logo acima na cúpula do presbitério, em sua função “os *putti* são mediadores entre o tempo e a eternidade” (KUNSTMANN, 1964, p.24).



Figura 8 - Detalhe de um trecho da faixa “putti e guirlandas” após o processo de restauração na Igreja Matriz da Freguesia do Ó (foto da autora, 2016).

De acordo com DEMPSEY (2001) a representação dos putti remonta ao século II d.C. sendo encontrados na iconografia do espaço litúrgico cristão, representados na arte religiosa e secular na Itália a partir de 1420; na virada do século XVI na Holanda e Alemanha, no período maneirista e renascentista na França, e na História da Arte e Arquitetura, durante todo período barroco nas pinturas, esculturas e também na talha dourada dos retábulos. KUNSTMANN (1964) ressalta ainda que o progresso dos *putti* por toda a Europa encontrou apenas uma limitação: o mundo dos ícones, onde o putto sempre permaneceu alienado.

A ocorrência da iconografia dos *putti* é vasta, muitos artistas os têm representado, e até hoje a sua iconografia está presente na arquitetura e arte sacra, como também nas artes decorativas e no ambiente doméstico, caso das peças, com a representação iconográfica dos *putti*, encontrados em duas residências paulistas (figura 9).



Figura 9 – (esquerda) detalhe de lustre de porcelana, século XIX residência M. Duailibi (foto da autora, 2015); (direita) relevo adossado com putti sob uma videira, século XX, na residência A. Braz (foto da autora, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um processo de conservação e restauro a investigação iconográfica é de suma importância objetivando, dentre outras premissas da Conservação e Restauro do Patrimônio Artístico e Cultural, restabelecer com sucesso a leitura do conjunto da obra de arte, não apenas quanto a sua materialidade, mas no resgate de seus significados. Essa pesquisa iconográfica seguiu a diretriz da teoria contemporânea do restauro em que numa intervenção restaurativa deve-se considerar o significado do bem cultural além da materialidade do objeto, a busca sobre suas origens e simbolismos, acrescentam um novo olhar para o patrimônio artístico presente no espaço litúrgico, pela compreensão de seus significados e do seu contexto e evolução histórica, que no caso da igreja cristã, remonta a mais de dois milênios de elaboração de formas e símbolos.

As ações de conservação do patrimônio cultural são necessárias e contínuas, hoje é também tarefa do conservador-restaurador o papel de educador na valorização do bem cultural por aqueles que fazem utilização desses espaços, promovendo uma ação coletiva na preservação não apenas do espaço e da obra de arte, mas também da memória, significados e costumes a eles atrelados como legado para as futuras gerações. É necessário valorizar a memória do patrimônio para a comunidade em que este se encontra inserido, não sendo mais suficiente somente a recomposição da materialidade perdida do objeto, mas o resgate de seus significados, não apenas pelos usos que as pessoas atribuem a esses bens materiais, mas pelos valores que eles representam (AVRAMI et al, 2000 apud VIÑAS, 2011).

As representações iconográficas dos *putti* permaneceram quase que inalteradas desde os primeiros registros remanescentes do século II d.C. e que ao longo do tempo foram sendo apropriadas pelas diferentes culturas, inseridas nos novos estilos artísticos, nas mais variadas utilizações, na concepção do espaço religioso ou civil, seja na pintura, escultura, arquitetura e mobiliário, em objetos e espaços de uso litúrgico ou doméstico, até ter o seu simbolismo presente em uma igreja paulistana do início do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARROYO, Leonardo. Igrejas de São Paulo. 2ª. ed. Brasileira, vol. 331. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

AWAN, Heather T. Roman Sarcophagi. In Heilbrunn Timeline of Art History. New York: 2007. Disponível em: <http://www.metmuseum.org/toah/hd/rsar/hd_rsar.htm>. Acesso em: 16/10/2021.

BAUDRY, Gérard-Henry. Les Symboles du Christianisme Ancien Ier – VIIe siècle. Éditions du Cerf, 2009.

Bíblia de Jerusalém, Paulus: 2016.

BRANDÃO, Angela. Dos seres alados da Antiguidade aos anjos do Rococó. História: Questões & Debates, Curitiba, n.61, p.133-154, jul./dez.2014. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/39013>>. Acesso em: 16/10/2021.

CARR-GOMM, Sarah. Dicionário de Símbolos na Arte. Guia ilustrado da pintura e da escultura ocidentais. São Paulo: EDUSC, 2004.

CIRLOT, Juan-Eduardo. Dicionário de Símbolos. São Paulo: Centauro, 2005.

DEMPSEY, Charles. Inventing the Renaissance Putto. The University of North Carolina Press. Chapel Hill & London, EUA, 2001.

ETZEL, Eduardo. Nossa Senhora da Expectação ou do Ó. História, iconografia, características brasileiras. São Paulo: BOVESPA, 1985.

HENRIQUES, Célia Raquel Soares de Mendonça. Nem Eros, nem anjos: representações de putti através da pintura. Mestrado, Faculdade Santa Marcelina, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp053396.pdf>>. Acesso em: 16/10/2021

KUNSTMANN, Josef. The Transformation of Eros. London: Oliver & Boyd, 1964.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SILVA, Kellen Cristina. Entre o manto crioulo e a beirada, a iconografia da inocência. IX EHA – Encontro de História da Arte UNICAMP, 2013, p.161-166. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2013/Kellen%20Cristina%20Silva.pdf>>. Acesso em: 16/10/2021.

TAYLOR, Catherine C. Painted Veneration: The Priscilla Catacomb Annunciation and the Protoevangelion of James as Precedents for Late Antique Annunciation Iconography. In Early Christian Iconographies, Vol. 7, Allen Brent and Markus Vinzent (ed.), Paris, 2013.

TALVACCHIA, Bette. Bronzino's corpus between ancient models and modern masters. In: GÁLDY, Andrea M. (org.). Agnolo Bronzino: Medici Court Artist in Context. England: Cambridge Scholars Publishing, 2013. p. 51-66.

VIÑAS, Salvador Muñoz. Contemporary Theory of Conservation. New York: Routledge, 2011.

Capítulo 12

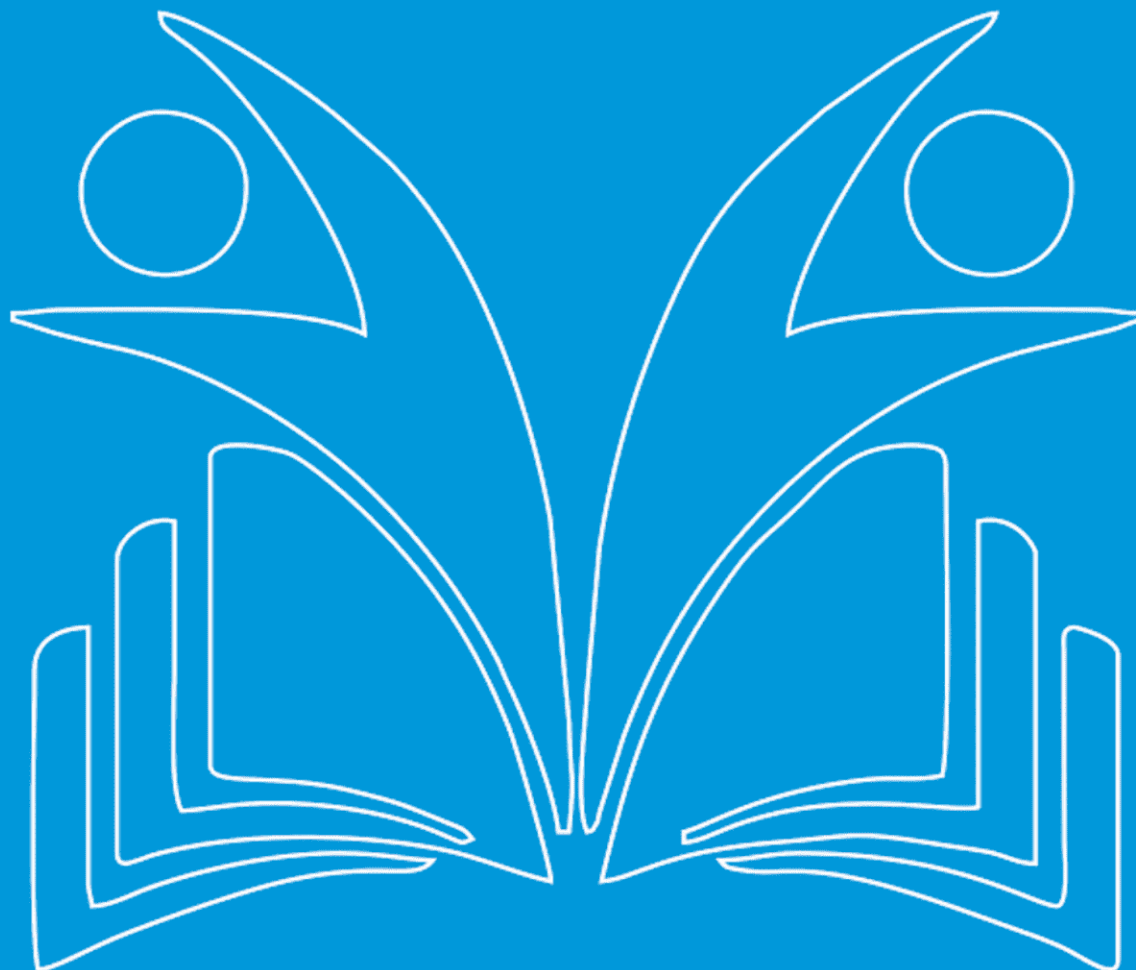


10.37423/220906500

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA CIDADE EDUCADORA: O USO DE PARADIDÁTICOS EM QUADRINHOS NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.

Aurino Francisco do Nascimento Junior

Universidade Federal de Pernambuco



Resumo: O presente capítulo trata sobre a utilização de um paradidático, em formato de História em Quadrinhos (HQ), como ferramenta de ensino da história local. Diante da dificuldade dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos em compreender e aplicar conceitos históricos, escolhemos conceber um paradidático que dialogasse com a proposta de construção do conhecimento histórico contextualizado, na perspectiva da educação popular, em diálogo com o público-alvo da Educação de Jovens e Adultos da Escola Luiz Lua Gonzaga, do bairro de Cajueiro Seco, município de Jaboatão de Guararapes, Pernambuco. Para tanto, a proposta da história local, mais particularmente a perspectiva da Cidade Educadora, foi eleita para este trabalho, culminando com a elaboração de um livro paradidático, no formato de história em quadrinhos, onde busca-se problematizar e contextualizar o conceito de tempo histórico.

1. INTRODUÇÃO: DEFININDO UM PROBLEMA DE PESQUISA

“Papai, então me explica: para que serve a história?” Essa é a epígrafe do livro *O Ofício do Historiador*, de Marc Bloch, no qual ele tenta defender que a função social da história diz menos respeito ao campo da utilidade do que da legitimidade. Como professores-pesquisadores de História, vez ou outra somos levados a respondê-la. Esse se tornou o ponto de partida na construção de um paradidático denominado “o relógio” que foi desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Percebemos a falta de identificação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA com relação ao ensino de história, mesmo em relação à história local, ou seja, a história do bairro e do município onde eles moram, trabalham, divertem-se. Um problema que se acentua diante do material didático que reforça o distanciamento da relação aluno-contexto, uma vez que seu conteúdo é apenas superficial no que diz respeito aos assuntos que envolvem o Nordeste do Brasil. Nesse sentido, vimos nos deparando com lacunas no que se refere ao ensino da História Local e à falta de recursos paradidáticos para o Ensino de História para essa modalidade de ensino.

Diante disso, nosso objetivo foi, na perspectiva da educação popular, propor a construção de um recurso didático capaz de promover o conhecimento histórico contextualizado, ou seja, que dialogue com o público-alvo da Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, elegemos trabalhar com a proposta da história local, mais particularmente com a perspectiva da Cidade Educadora. Assim sendo, a proposta culmina com a elaboração de um livro paradidático, no formato de história em quadrinhos, para trabalhar o conceito de tempo histórico na perspectiva da História Local.

2. A MODALIDADE DE ENSINO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) trata-se de uma modalidade de ensino que tem como objetivo promover o direito ao acesso das pessoas ao processo alfabetizador. Para Souza (2012, p.32), essa é uma modalidade da educação básica com bases políticas e sociais próprias, cuja trajetória é marcada pela existência de programas governamentais, bem como da iniciativa da sociedade civil, de associações comunitárias, dos movimentos sociais, dos sindicatos e de organizações não governamentais (ONGs) voltados às pessoas não alfabetizadas, aos que não concluíram a educação básica no tempo regulamentar e aos adultos que desejam ampliar sua escolaridade.

Atualmente os sujeitos da EJA são diversos, como trabalhadores; aposentados; jovens desempregados e em busca do primeiro emprego; pessoas com necessidades educativas especiais, em que a relação entre educação e trabalho encontra-se fortemente representada, de forma que ela se configura em

uma modalidade de educação que precisa ser voltada para sujeitos concretos, situados em contextos concretos e que trazem diferentes histórias e configurações (SOUZA, 2012, p.21).

Sob esse prisma, verificam-se três campos que definem o lugar social do público que compõe a EJA, sendo eles: a condição de não ser mais criança, a exclusão escolar e o fato de compor determinados grupos sociais. E é justamente essa diversidade uma das principais marcas do seu alunado e também o que torna fundamental o conhecimento das diferenças existentes entre os que compõem esse público, como idade, experiências de vida e de bagagem social e cultural, que se expressam em sala de aula. Isso sem esquecer ou negligenciar aquilo que eles trazem em comum, como a impossibilidade ou dificuldade de realizar os estudos na idade prevista, as necessidades referentes ao trabalho; as expectativas de aprendizagem e o desenvolvimento pessoal (MAÇAIRA; BARROS; SOUZA, 2015, p.20). Essa heterogeneidade peculiar da EJA faz da mesma um espaço repleto de riquezas sociais e culturais, ao mesmo tempo em que faz de seus estudantes “seres ímpares” que, por meio de suas histórias de vida, de suas memórias e representações, preenchem o cotidiano da Educação de Jovens e Adultos, e como tais precisam ter assegurado o seu direito público subjetivo à educação (ALMEIDA; CORSO, 2015, p. 1284). Assim, entender a especificidade da EJA é de particular importância para a efetivação de um ensino eficaz e um aprendizado coerente. Isso ressignifica o aprendizado nessa modalidade de ensino, pois prima pelos objetivos e diretrizes que constituíram a EJA. Como afirma Freire (2011, p.26), o conteúdo a ser ensinado precisa antes ser compartilhado, a fim de que haja paridade com o estudante. É uma construção participativa e, além de tudo, é um respeito para com o estudante da EJA que se encontra em uma situação amadurecida (autônoma) sobre si mesmo e, por consequência, sobre sua formação.

3. A EDUCAÇÃO POPULAR COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Entre os diferentes termos utilizados, tem-se: educação de adultos, educação popular, educação não formal e educação comunitária, que são usados como sinônimos, embora não sejam. Nesse caso, explicam Gadotti e Romão (2006) que o termo “educação de adultos” provém da postura adotada pela UNESCO e refere-se a uma área especializada da educação; enquanto que o termo “educação não formal” é utilizado pelos Estados Unidos da América (EUA), ao referir-se à educação de adultos dos Países considerados de terceiro mundo. No Brasil, o termo educação não formal é dirigido à educação de adultos associada ao trabalho realizado por ONGs em locais em que o Estado se omitiu, sendo desenvolvida e organizada sem a parceria com os organismos formais.

Enquanto isso, a “educação popular”, segundo os autores, traz uma compreensão contrária à educação de adultos realizada pelos organismos oficiais, pois ela propõe uma educação que atue por meio do processo de conscientização. Iniciada e defendida por Paulo Freire, essa proposta tem como estratégia o respeito e a valorização do saber popular (GADOTTI; ROMÃO, 2006). Ceratti (2007, p.03) afirma que, por volta do início da década de 1960, as inquietações e preocupações de Paulo Freire, diante da conjuntura social do País, encontraram um espaço favorável para o desenvolvimento de práticas sistematizadas que fossem capazes de possibilitar, às massas populares, condições para sua alfabetização, sendo esta compreendida por Freire muito mais do que um simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de leitura e escrita, mas como uma forma de criar e recriar atitudes a partir de situações concretas, realizadas por meio do diálogo.

Em seu discurso, Freire combatia tanto a concepção ingênua, que colocava a educação como alavanca da transformação social e política, quanto o pessimismo sociológico, que a colocava como reprodução mecânica da sociedade. E, apesar de não separar o ato pedagógico do político, ele também não os confundia, pois em sua trajetória sempre buscou aprofundar e compreender o caráter pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica, uma vez que reconhecia a educação como um ato essencial de conhecimento e de conscientização (CERATTI, 2007, p.4).

Políticas educacionais mais expressivas relacionadas à educação de jovens e adultos ganharam forças a partir da Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 208, fala que o dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia do Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para todos aqueles que não tiveram acesso a este na idade própria (CERATTI, 2007, p.4). Desta maneira, a atual Carta Magna do País veio situar a “relação dialética existente entre a educação e o exercício da cidadania, considerando-a como condição para a plena participação da vida em sociedade” (JULIÃO; BEIRAL; FERRARI, 2017, p. 41).

E, posteriormente, a LDB nº 9.394/1996 veio definir com mais clareza a questão da EJA como modalidade da educação básica (CERATTI, 2007, p.5), conferindo-lhe, assim, uma dimensão diferente da que vinha sendo utilizada até então, ao superar aquela oferta aligeirada, compensatória e supletiva que era dada a essa modalidade de ensino no passado, ao dar-lhes um lugar de destaque com a reafirmação do direito de jovens e adultos à escolaridade e ao responsabilizar o Estado por garantir a este público seu direito à educação (JULIÃO; BEIRAL; FERRARI, 2017, p.48).

Com as questões apresentadas pela LDB, abriu-se espaço para discussão do sentido da EJA como modalidade da educação básica, tendo como resultado a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 01/2000) que, em seu parecer

CNE/CEB nº11/2000, trouxe o reconhecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) da EJA como “um modo de existir com característica própria”, o qual precisa:

considerar “as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias” e se pautar “pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio” (JULIÃO; BEIRAL; FERRARI, 2017, p. 44).

4. QUAL A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA?

O ser humano está intimamente ligado ao lugar em que vive. Tanto suas relações, quanto sua comunicação, seu modo de ver e sentir a vida. Nesse aspecto, é possível ressaltar o quanto o lugar incide sobre o ser humano; como não é possível desconectá-lo do mesmo. Assim, quando produzimos conhecimento histórico sobre o mundo, devemos levar em conta que existe uma “simbiose” entre ser humano e ambiente. É a partir dessa premissa que se entende a profunda relação aprendizado-ambiente; o contributo do espaço para a formação do indivíduo. O aprendizado-ambiente pode promover, no indivíduo, uma conexão que favorecerá o entendimento de o quanto os elementos, presentes no espaço vivido, implicam no modo de ser de todos e, por isso mesmo, formam a historicidade de cada um.

Melo (2015) relaciona história local com um diálogo espaço-temporal sobre o qual se constrói nossa identidade social. Com esse entendimento bem sedimentado, compreende-se que a aprendizagem a partir do espaço vivido não é estanque, não está construída senão com a dinamicidade formulada pelos indivíduos: não é uma questão de vida apenas, mas de vivência. Isso implica em uma otimização do espaço no sentido de percebê-lo em todas as suas estruturas, pois não se trata apenas de geografia, mas de uma geografia que permeia a vida dos indivíduos; de um contexto que foi sendo modificado por estes, os quais também se modificaram por meio de sua relação com o espaço. No entanto, esse entendimento de aprendizagem de história local é marcado também pela junção reflexão-ação, onde entender o espaço é uma atitude reflexiva. A história intrinsecamente relacionada com o espaço implica em um exercício empírico, atitudinal, promovedor de mudanças, a partir da reflexão.

Chamamos a atenção para o fato de que, enquanto educadores, nossa proposta de ensino da história local não se insere na proposição do Ensino de História por meio dos Ciclos Concêntricos¹, bastante combatida na atualidade, pois leva a um ensino que não desenvolve o que é mais importante na disciplina de História no que concerne à orientação dos problemas da vida prática, mas sim de olhar para os conteúdos “a partir da possibilidade de construir com os alunos novas questões diante de

conteúdos/temas postos pela historiografia. Aprender História é discutir evidências, levantar hipóteses, dialogar com os sujeitos, os tempos e espaços históricos” (CAINELLI, 2012, p. 179).

Partindo dessas fundamentações entendemos que a história local dialoga com o postulado freireano que afirma que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção. Sendo assim, a didática que promove o ensino de história local prima por uma história que respeita a conjuntura do indivíduo, seu espaço, sua história. E, de posse desse conhecimento, proporciona ao aluno uma consciência cidadã, que não apenas vislumbra o espaço em que vive, mas faz com que interfira nele de maneira efetiva e historicamente consciente.

5. COMO TRABALHAR A HISTÓRIA LOCAL NUMA PERSPECTIVA DE CIDADE EDUCADORA?

Partimos do pressuposto que a proposta da cidade educadora é uma possibilidade de pensarmos a história local, entretanto, reforçando e aproximando a história local do viés político presente no projeto da educação popular para Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista que ela visa fortalecer a participação dos estudantes da EJA na vida e cotidiano de sua comunidade. Neste caso, além de debater os conteúdos históricos a partir da dimensão espacial do local, ela vai requerer a predisposição para um outro modo de vivenciar a cidade, aproximando estudantes, comunidades locais, poder público, associações de bairro, ONG's etc., para discussão e proposição de solução dos problemas cotidianos (MOLL, 2004, p.43).

A proposta de cidade educadora surgiu no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, ocorrido em Barcelona, em 1990, e foi sistematizada em diretrizes apresentadas na *Carta da Cidade Educadora*. Posteriormente, essa carta foi atualizada no III Congresso Internacional (em Bolonha, no ano de 1994) e no de Gênova (em 2004). Segundo tal carta, o compromisso formativo da cidade educadora passa pelo fortalecimento dos espaços democráticos, frente aos desafios do século XXI:

A cidadania global vai-se configurando sem que exista ainda um espaço global democrático, sem que numerosos países tenham atingido uma democracia eficaz respeitadora dos seus verdadeiros padrões sociais e culturais e sem que as democracias de longa tradição possam sentir-se satisfeitas com a qualidade dos seus sistemas. Neste contexto, as cidades de todos os países devem agir desde a sua dimensão local, enquanto plataformas de experimentação e consolidação duma plena cidadania democrática e promover uma coexistência pacífica graças à formação em valores éticos e cívicos, o respeito pela pluralidade dos diferentes modelos possíveis de governo, estimulando mecanismos representativos e participativos de qualidade (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2013, p. 3).

Logo, se trataria de uma formação que exercita com os educandos, habitantes do município de Jaboatão dos Guararapes, do bairro de Cajueiro Seco, “os valores e as práticas da cidadania

democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços” (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2013, p. 9).

Pensar uma cidade educadora significa dizer que todos os elementos que a atravessam permitem conexões que validam a aprendizagem; ou seja, um olhar sobre a comunidade, sobre as nuances que a circunscrevem, a cultura que lhe é própria e por isso mesmo a específica; a relação entre os sujeitos componentes deste contexto — em suas etnias, classes, gêneros, gerações; sua variação linguística, enfim, sua correlação histórica. Estes são elementos que consolidam a aprendizagem na proposta da cidade educadora.

Entender a relação que o morador tem com a cidade é uma forma de ligar a aprendizagem do indivíduo à sua própria história. Nesse sentido, diz respeito à instrumentalização da cidade como proposta educadora. Afinal, estudar a história do local sem considerar o seu patrimônio material e imaterial (MELO, 2015) seria como valorizar o invólucro em detrimento do conteúdo, e isso, no que diz respeito ao aprendizado histórico, representa uma castração da própria história local.

A escola, no que diz respeito à EJA, não costuma enxergar a dinâmica social como algo a ser levado em consideração para fins didáticos, isso se configura numa deficiência ou fragilização do processo ensino-aprendizagem, pois não considera a história como um modo de lidar com o passado, de atribuir-lhe sentido com o propósito de orientar as pessoas no presente, na dimensão temporal de suas vidas (CAINELLI; BARCA, 2018).

Ao trazer o conceito de cidade educadora, Toledo, Flores e Conzatti (2004) apresentam uma reflexão sobre o espaço com suas singularidades e sua implicação na aprendizagem dos indivíduos:

O conceito de “cidade educadora” é um conceito em construção, aberto, típico do nosso tempo, do pensar em rede, do multiculturalismo, da interculturalidade, que procura pensar a educação em plena consonância com a vida das pessoas e da sociedade, nos diferentes tempos e espaços educacionais vivenciados por todos os cidadãos e por todas as cidadãs na contemporaneidade (TOLEDO; FLORES; CONZATTI, 2004, p. 8).

Para se desenvolver uma cidade educadora, não é preciso apenas uma estratégia educativa que considere todos os espaços possíveis, mas também de atores que assumam a tarefa de ensinar para além de sua formação profissional (BRARDA; RÍOS, 2004). No caso do professor de História, este deve dialogar com questões do tempo presente. Cerri (2011), ao tratar da consciência histórica, vai reforçar a exigência de um ensino que dê conta também do presente, no qual um dos formatos é a história recente ou história do presente.

6. O PARADIDÁTICO EM QUADRINHOS: O RELÓGIO

Os paradidáticos são assim chamados por auxiliarem os didáticos na promoção do conhecimento. Seu surgimento partiu da necessidade de uma alternativa para os professores que, em sua prática docente, perceberam que podiam se utilizar desse mecanismo para mobilizar estudantes por meio de uma nova maneira de aprender. Sobre o surgimento do paradidático, Laguna explica que:

Os livros paradidáticos nasceram das discussões sobre a necessidade de autores brasileiros produzirem para crianças e jovens, buscando formar através deles, o desejo, o gosto e o prazer de ler. As editoras passaram a investir em textos alternativos, com temas e linguagens mais acessíveis, que serviram para introduzir o aluno no universo da leitura e prepará-lo para obras mais complexas (apud THOMSON, 2016a, p. 30).

A concepção hegemônica de paradidático na área de História, no formato de tecnologia desenvolvida como proposta pedagógica, possui uma influência narrativa que, ao invés de construir uma discussão, direciona os estudantes para o que Pinski (2000) chama de assepsia de uma história pretensamente neutra, a qual demonstra apenas uma visão do fato que foi construída com o objetivo de manter o *status quo* de determinados indivíduos e/ou grupos sociais no curso da narrativa histórica.

Quando se trata de perceber a estrutura de ensino que compõe a Educação de Jovens e Adultos, é possível perceber a dificuldade que existe nessa modalidade de ensino acerca do envolvimento com o aprendizado. Isso se dá, dentre os diversos fatores, porque os alunos não encontram motivação dentro do espaço-escola, muito menos na relação com os conteúdos abordados, que os ajudem a se envolver de forma efetiva e expressiva em seu processo formativo.

Portanto, no Ensino de História, os paradidáticos podem complementar o aprendizado sobre o contexto em que o indivíduo está inserido. Como afirma Lucena (1994), uma vez feitas às discussões das novas perspectivas discutidas pelas tendências historiográficas contemporâneas, o professor ampliará seu campo de documentação, a forma de lidar com a noção de tempo e o universo temático de pesquisas.

Já as histórias em quadrinhos possuem, em sua estrutura, uma sequência de quadros que possibilita a ideia de tempo (NEVES, 2012, p. 11). Suas sequências de quadros demonstram como se deu o começo, o meio e o fim da história, e apresentam todo o desenrolar da trama, a fim de darem a entender como se configurou o resultado da narrativa. No entanto, em específico no Ensino de História, há que se levar em conta todo o potencial imbricado em suas nuances e que perpassa pela subjetividade como estratégia de construção da narrativa histórica (ao incluir a perspectiva das personagens na narrativa gráfica). Neste sentido, reflete Neves (2012, p. 17):

As HQs, em sala de aula, podem ser usadas para trabalhar diferentes disciplinas. Podem ser uma ferramenta que além possibilitar a interação entre as disciplinas, faz com que o aluno adquira um conhecimento utilizando materiais presentes no seu cotidiano e explorando formas de linguagem com reflexões mais críticas. O quadrinho pode ser usado no intuito de atender diferentes propostas se contribuem para formação de valores e o exercício da cidadania. Fazer releitura de cenas do cotidiano, transformar textos narrativos em quadrinhos, construir histórias e propostas de abordagem de temas de forma mais lúdica e divertida são apenas algumas das formas de se utilizar a HQ em contexto escolar.

No que se refere ao Ensino de História, a possibilidade de perceber a metalinguagem² presente nos quadrinhos remete professor e estudante a uma projeção maior do que é percebido de maneira superficial. Vale a pena considerar que:

Para o bom aproveitamento dos recursos que a HQ oferece nas aulas é preciso que o professor seja criativo, explore as interdisciplinaridades possíveis por meio deste tipo de representação. Por fim, na utilização da história em quadrinhos na sala de aula, depende do professor dominar sua linguagem, sua estrutura sequencial, fragmentada em cenas e a possibilidade de representação do imaginário, para que possam incorporar de forma positiva em seu processo didático, dinamizando suas aulas, ampliando a motivação de seus alunos e conseguindo melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem (NEVES, 2012, p. 25).

Esse deve ser o ponto de partida para o uso das HQs: a motivação para o aprendizado. Com as histórias em quadrinhos, é possível experimentar novas formas de perceber o aprendizado, além de concebê-lo de maneira prazerosa, observando suas nuances e potencialidades (claro, também suas limitações didáticas), mas conferindo-lhe a possibilidade de ser um instrumento pedagógico de grande inferência no âmbito escolar. Ainda sobre a utilização dos quadrinhos nas aulas de história, elucidam Sobanski et al. (2010) que estes permitem a criação de metodologias para o trabalho do professor de História em sala de aula, sendo considerados fontes históricas³ relevantes ligadas ao âmbito da cultura juvenil.

Partindo desse pressuposto, a construção de um paradidático que contenha na sua estrutura as histórias em quadrinhos foi uma estratégia possível para que a aprendizagem acontecesse de uma maneira mais lúdica e, por isso mesmo, mais acessível. Essa diferença é muito importante, pois, ao invés de colocar textos diversos que não remetem àquilo que é possível ser apropriado pelo sujeito da educação da EJA, o quadrinho facilita a abstração, ao colocar de maneira efetiva o estudante “dentro do quadrinho”, ou seja, dentro da história.

Logo, esse material pedagógico deve servir a modalidade de ensino da EJA. Bem como deve trazer, em sua estrutura, exercícios que vão complementar, de forma sequente e interacional, a história em quadrinhos. É uma maneira de utilizar a metalinguagem como recurso didático, mexendo

subjetivamente com outras áreas do conhecimento, levando o indivíduo a pensar a História e repensar sua própria história e os mecanismos diversos que circundam sua vida escolar e sua atuação cidadã no contexto em que está inserido.

Pensando em buscar alternativas viáveis para a construção do conceito de tempo histórico, nos desafiámos a contar a história de três alunos: Zé, Maria e João, personagens criados com características psicológicas humanas observadas em alunos da modalidade Jovens e Adultos. Buscamos, assim, gerar empatia e curiosidade para que os leitores adentrem na história. Para tal, lançamos mãos de sentimentos reais: perseverança, desídia, coragem, medo, força de vontade, espírito de aventura, passando ainda por descobertas a partir das tarefas propostas pelo professor Tempus. O nosso objetivo maior foi construir o aprendizado a partir dos tropeços nos caminhos, das incertezas e inseguranças através das quais o próprio processo de aprendizagem se consolida ao longo do trajeto, por meio do tempo e pelas escolhas feitas. Nas atividades propostas, tentamos evitar achismos ou atalhos decorativos com exercícios de memorização e sem reflexões.

A partir de um *storyboard*, elaboramos o paradidático versando sobre as possíveis origens do bairro de Cajueiro Seco, situado no município do Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Nessa perspectiva, assumimos um engajamento ético, almejando ser uma voz de resistência ante um cenário de dificuldades e silenciamentos dessa modalidade de ensino. Para tanto, buscamos propor um material didático dentro das novas linguagens e narrativas. Optamos pela confecção de quadrinhos desenhados à mão, coloridos com giz de cera, cujos personagens têm nomes comuns e são estudantes da EJA. Essas escolhas tiveram a finalidade de trazer o protagonismo do aluno-pesquisador de sua própria realidade, em contraponto à promoção mercadológica da promoção do herói e da tendência de supervalorização do design gráfico — tão comuns na atualidade, mas que não dialogam com a grande maioria do público da EJA.

Definimos por personagens mais próximos da realidade desse público, a fim de promover uma maior identificação com a história apresentada. Por isso, optamos pela estratégia de que alguns personagens adentrassem em um livro e fizessem uma viagem no tempo, percebendo a dinâmica que perpassa a construção do referido bairro. Essa dinâmica não acontece de forma estanque, pois coloca os personagens, que são alunos da EJA, em uma busca recorrente por uma história contada por meio de vários olhares/perspectivas, contemplando assim todos os atores que participaram direta e indiretamente para a construção do bairro e do município. Houve também a preocupação de trazer, na estrutura do paradidático, a possibilidade de se realizar uma discussão didática. Mais precisamente,

promover a reflexão sobre as mudanças e permanências, no recorte proposto pelos agentes formadores da comunidade, por meio de uma discussão. Esta reflexão pode ser desenvolvida tanto pelo professor, quanto pelos alunos em sala de aula.

Nessa proposta de construção do conhecimento, lançamos mão de alguns fatos históricos selecionados sobre a comunidade, reforçando seu protagonismo, e mostrando alternativas político-econômicas na gestão de questões coletivas ao longo dos anos. Acreditamos, pois, no poder da história local como elemento pulsante em cada esquina, como componente importantíssimo na apropriação do saber histórico vivo. Em tempo, roteirizamos exercícios que levam o educando à pesquisa, ao levantamento de dados, de questionamentos, tais como: Quais as funções de um prefeito? Como é explicado o tempo em outras civilizações? Existem variações da expressão tempo em diferentes contextos? Desse modo, o estudante da EJA, em grupos ou individualmente, socializará os resultados, trazendo, para a coletividade da sala de aula, o debate como ato culminante na construção do conhecimento proposto. Evita-se, assim, a memorização de fatos que não geram reflexão e, contrapartida, busca-se uma aprendizagem significativa⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste nosso percurso, tivemos a preocupação de trazer algumas questões norteadoras, que serviram de arcabouço teórico para a construção de nosso paradidático-quadrinho. Acreditamos que, na elaboração de qualquer material didático, é preciso conhecer o público a que se destina esse material. No caso da modalidade da EJA, faz-se necessário também compreender as lutas empreendidas para a consolidação dos direitos deste público à educação de qualidade, bem como das particularidades que envolvem a sua procura por conhecimento fora do tempo tido como “normal”, ou seja, daquele estabelecido pelas leis e políticas públicas do país, como obrigatório para a educação básica. Essas indagações foram indispensáveis para a estruturação de nossa proposta de construção dos quadrinhos.

Além disso, não podemos esquecer que este é um público que, ao chegar à sala de aula, traz consigo uma série de experiências e vivências que não podem ser ignoradas ou menosprezadas pelo professor, principalmente diante de uma conjuntura política que torna desafiadora a tarefa de ensinar, na Educação de Jovens e Adultos, frente aos desmontes que vêm ocorrendo nesse setor da educação. O fim da SECAD e a ausência de programas voltados ao atendimento das necessidades desse público são exemplos claros do atual descaso governamental.

Para embasar ainda mais a nossa proposta, trouxemos alguns esclarecimentos acerca da importância do estudo da história local e do que ela representa para o estudo da História. Ademais, a sua importância para o desenvolvimento de um Ensino de História crítico, retirando-a da perspectiva dos círculos concêntricos, atualmente combatidos, mas que outrora subsidiaram o Ensino de História para essa modalidade de ensino. Buscamos trazer a importância do uso do paradidático no ensino e aprendizagem da história para turmas de EJA, com o qual foi possível perceber as contribuições que esse instrumento traz: uma gama de possibilidades que servem de complemento aos conteúdos ensinados em sala de aula. Um instrumento que serve como subsídio ao trabalho docente, pois traz para o professor a possibilidade de utilizar novas abordagens para a promoção de conhecimentos por parte de seu alunado e mobiliza os alunos por meio de outra maneira de aprender, tanto no que diz respeito à compreensão dos conteúdos, quanto no desenvolvimento do pensamento crítico. E, finalizando nosso arcabouço teórico, tivemos a preocupação de fazer um aporte acerca do papel dos quadrinhos na relação de Ensino de História na EJA, porque acreditamos que essa é uma ferramenta ímpar de comunicação, capaz de conduzir um diálogo didático por meio de uma linguagem prazerosa, simples e direta.

No que diz respeito ao alcance da nossa pesquisa, foi possível desenvolvermos alguns pressupostos que possibilitam vislumbramos um aluno sujeito, em lugar de um aluno objeto a serviço de conteúdos vazios de significados. Assim, experienciando de maneira efetiva cada passo dado nesta pesquisa, foi possível concluir que, na relação de ensino e aprendizagem de História, na modalidade da EJA, diferentes podem ser os caminhos a serem percorridos na efetivação da prática pedagógica. O uso do paradidático, usando quadrinhos como linguagem propulsora do ensino, apresenta-se, portanto, como um recurso rico e cheio de possibilidades, cabendo ao educador ir à busca de novos percursos, a fim de fortalecer no educando o sentimento de pertencimento, de reconhecimento de seu lugar no mundo enquanto cidadão e agente transformador de sua realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos Históricos e Sociais. XIII Congresso de Educação – EDUCERE – PUCPR: Formação de Professores, complexidade e trabalhadocente, 26a29/10/2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.
- BRARDA, Analía; RÍOS, Guillermo. Argumentos e estratégias para a construção da cidade educadora. In.: GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (Orgs.). Cidade Educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Cidades Educadoras América Latina, 2004.
- CAINELLI, Marlene. A escrita da história e os conteúdos ensinados na disciplina de história no ensino fundamental. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 26, n. 51, p. 163-184, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Educacao/Filosofia/article/view/7666>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. 2013. Disponível em: <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020
- CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. Políticas públicas para a educação de jovens e adultos. 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_marcia_rodrigues_neves_ceratti.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.
- CERRI, Luiz Fernando. Ensino de História e consciência histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FRONZA, Marcelo. O significado das histórias em quadrinhos na educação histórica dos Jovens que no Ensino Médio. 2007, 183fls. Dissertação (Mestrado em Cultura, Escola e Ensino no Setor de Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.
- GADOTTI, Moacyr.; ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2006.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In.: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlene Medeiros; MAGALHÃES, Marcelouza (Orgs.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Munaud X; FAPERJ, 2007.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes; BEIRAL, Hellen Jannisy Vieira; FERRARI, Gláucia Maria. As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da Constituição e da LDB. POIÉSIS (Revista do Programa de Pós-Graduação em educação Universidade do Sul de Santa Catarina), Unisul, Tubarão, v. 11, n. 19, p. 40 - 57, Jan/Jun 2017. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- LUCENA, Célia Toledo. Memória e História Local: Ensino e Pesquisa. Top. Educ., Recife, v. 12, n. 1/2, p. 121-130, 1994.

MAÇAIRA, Élia de Fátima Lopes; BARROS, Jacira Maria L'Amour Barreto de; SOUZA, Katia Marcelina de (Orgs.). Política de ensino: educação de jovens e adultos. Recife: Secretaria de Educação, 2015 (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 5).

McCLOUD, Scott. Desvendando os quadrinhos. São Paulo: M. Books do Brasil editora Ltda, 2005.

NEVES, Silva da Conceição. A História em quadrinhos como recurso didático em sala de aula. 2012, 30fls. TCC (Artes Visuais com Habilitação em licenciatura) – Universidade de

Brasília. Palmas, Tocantins, 2012.

PINSK, Jaime. Apresentação. In.: PINSK, Jaime (Org.). O ensino da história e a criação do fato. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000 (Repensando o Ensino).

RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro (Orgs.). Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula. – São Paulo: Contexto, 2004.

SEFNNER, Fernando. Aprendizagens Significativas em História: critérios para a construção de atividades em sala de aula. In GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (Org.). Jogos e Ensino de História. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação de jovens e adultos. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SOBANSKI, Adriane de Quadros; CHAVES, Edilson aparecido; BERTOLINI, João Luis da Silva; FRONZA, Marcelo. Ensinar e aprender história: histórias em quadrinhos e canções. Curitiba: Base Editorial, 2010.

TAVARES, Mayara Barbosa. O uso das histórias em quadrinhos no contexto escolar: contribuições para o ensino-aprendizagem reflexivo. Publicado em Revista Linguagem, 16. ed. 2010. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao16/ic_003.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Os paradidáticos no Ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. Revista do Lhiste, Porto Alegre, v. 3, n. 4, jan/jun. 2016a. Disponível em: seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/download/63936/39453. Acesso em: 25 jan. 2019.

TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza Rodrigues; CONZATTI, Marli (Orgs.). Cidade educadora: a experiência de porto alegre. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Cidades Educadoras América Latina, 2004.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldina Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no Ensino de história. Antíteses, v. 3, n. 6, p. 743-758, jul.-dez. 2010.

VILELA, Marco Túlio Rodrigues. A utilização dos quadrinhos no Ensino de História: avanços, desafios e limites. 2012, 100fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo dos Campos, fevereiro de 2012.

NOTAS

¹Essa teoria/proposta didático-pedagógica busca articular a necessidade de estudo de diferentes contextos com a vida do aluno, oportunizando ao mesmo tempo a construção de conhecimentos a partir de referenciais conhecidos (sejam espaciais ou temporais). Ela tem por base o estágio de desenvolvimento infantil, cujo estudo baseia-se em áreas espaciais da mais próxima para a mais distante, como: casa, escola, bairro, cidade, País e mundo (CAINELLI, 2012).

²"A metalinguagem, no sentido mais amplo, é a linguagem para descrever outra linguagem. Utilizando-se de recursos como: Alteração no sentido da leitura, interlocução entre personagem e espectador, materialização de códigos" (GUIMARAES 2002, p.10-11).

⁴Entendemos como aprendizagem significativa no que tange ao Ensino de História a instrumentalização de conceitos como: tempo histórico, relação entre causa e consequência de fatos históricos em detrimento a memorização de fatos, nome e datas. Segundo Fernando Seffner, embora a aprendizagem significativa em história seja um tema ainda controverso, há certo consenso no que não se deve ser: não deve factual ou baseada na memorização de nomes e datas, ou baseadas em definições estanques e fechadas de acontecimentos históricos. Para Seffner, o que pode ser aprendizagem significativa em história tem várias definições: 1) Compreender a estrutura de uma dada situação: conquista, revolução, golpe, eleição, guerra etc.; 2) Modificar impressões/opiniões a respeito do presente (mudança conceitual); 3) Operar com conceitos: tempo histórico etc.;

4) Trabalhar com diversidade de fontes (não se limitando ao livro didático). (SEFFNER, 2013).

Capítulo 13

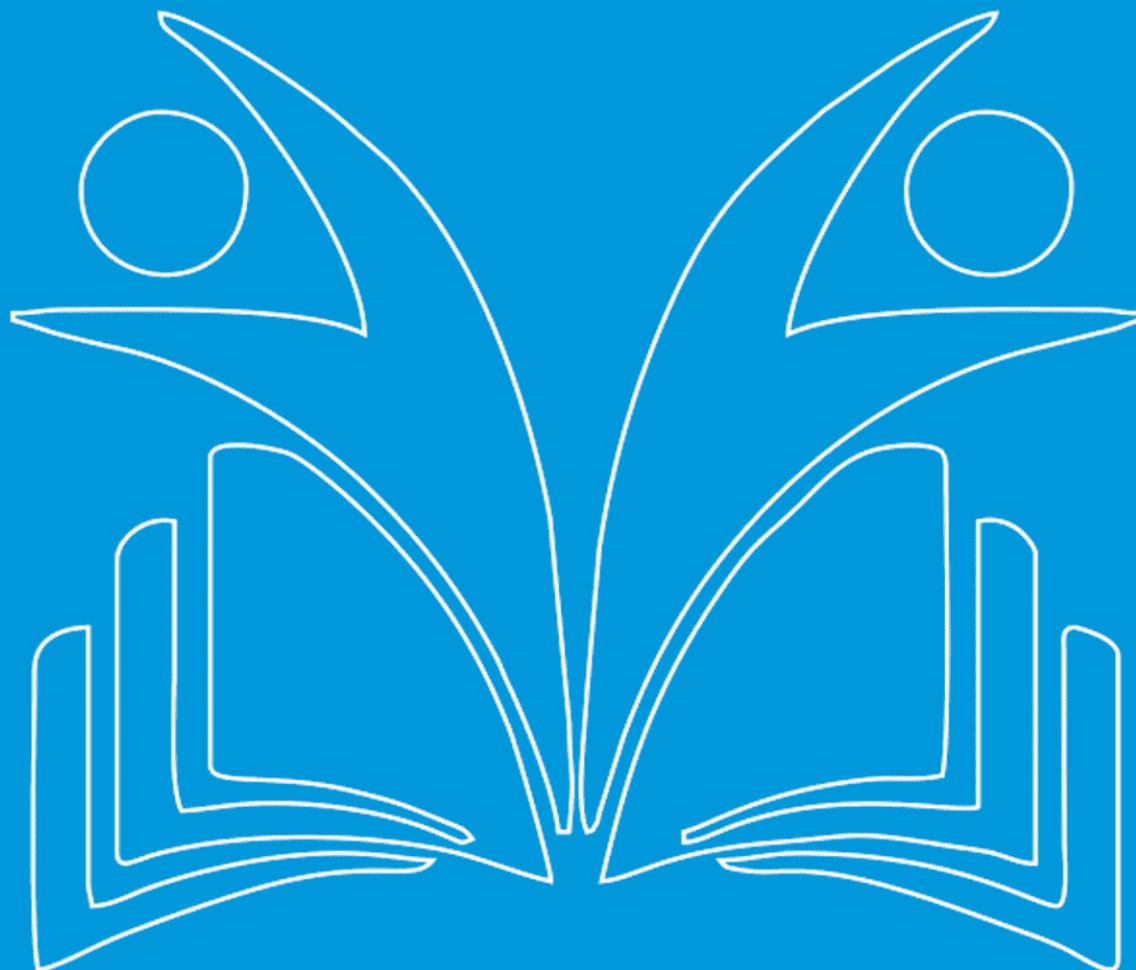


10.37423/220906501

À SOMBRA DA SEGUNDA GRANDE GUERRA: REPRESENTAÇÕES NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

Gabriela Fujimori da Silva

Universidade Estadual de Maringá



Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma a Segunda Grande Guerra, especialmente os ocorridos no campo de concentração de Auschwitz, interferem na vida das personagens do romance contemporâneo *Jerusalém* (2006), de Gonçalo M. Tavares. O horror da guerra se prolonga na narrativa por meio dos estilhaços lançados ao longo do tempo e evidencia as consequências na humanidade, alterada negativamente a partir de então. Essa é uma proposição notadamente considerada por Nestrovski e Seligmann-Silva no livro *Catástrofe e Representação* (2000), ao observar que, independentemente de estar em meio à catástrofe no sentido geológico, biológico, ou histórico, os traumas dessa experiência serão reconhecidos posteriormente; o que aconteceu deixou marcas. No romance, Tavares fala da morte violenta, do mundo angustiado, fragmentado e problemático que se tem noticiado depois de ter sido palco para o evento maligno que foi a Segunda Guerra Mundial. Após o Holocausto, reestabelecer o caráter humano tem sido uma árdua tarefa, visto que, dentro dos campos de concentração, as ações cometidas foram mais aterrorizantes, como observa Bauman (1998), do que se poderia esperar de monstros. Tamanha a barbárie cometida que os estilhaços daquele momento foram lançados e assombram as pessoas de todos os lugares, em todos os tempos.

Palavras-chave: Segunda Grande Guerra; memória; literatura; Gonçalo M. Tavares.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Jerusalém (2006) é um dos quatro romances que integram a tetralogia O Reino, de Gonçalo M. Tavares, escritor contemporâneo português. A coletânea, também conhecida como Os livros negros, estão contextualizados em período de guerra ou pós-guerra: *Um Homem: Klaus Klump* (2003), *A Máquina de Joseph Walser* (2004), e *Aprender a Rezar na Era da Técnica* (2007). *Jerusalém*, o terceiro livro, ganhador do prêmio Saramago em 2005, está em período pós-guerra.

Na narrativa, o Holocausto nazista é rememorado por meio da pesquisa do médico Theodor Busbeck. Nesse cenário há a morte de milhares de pessoas, uma das maiores matanças da humanidade. O lado mais perverso e cruel do homem em razão de um arraigado sentimento de superioridade. A inteligência humana usada para a prática planejada e eficiente da maldade, na construção de máquinas potentes de matar.

Auschwitz – assim como todos os campos de concentração da segunda Guerra Mundial – é uma gigantesca mancha sombria na história há quase oitenta anos. Como adverte Agamben (2008, p. 19), muitos estudos foram empreendidos sobre as circunstâncias históricas do ocorrido em Auschwitz o que tornou possível compreender o que se relaciona às questões materiais, técnicas, burocráticas, jurídicas. Entretanto, a situação que se refere à simples compreensão humana do que aconteceu continua incompreensível. O significado ético e político permanece enigmático.

O horror da morte nos campos de concentração evidenciados nos estudos de Busbeck mantém-se paralelo às angústias e medos individuais. As personagens que compõem a densa trama narrativa alimentam-se nas narrativas do mundo real.

O romance *Jerusalém* incorpora elementos da realidade externa em sua composição. A Segunda Grande Guerra e o cenário violento da sociedade contemporânea tornam-se elementos internos e estruturantes da narrativa. As representações da morte na obra literária tecem relação com o mundo, notoriamente, de maneira autônoma, em que o trabalho artístico de Tavares recria a realidade, por meio da liberdade transfiguradora que tem o artista.

O HOLOCAUSTO COMO PANO DE FUNDO

A personagem Theodor Busbeck, médico psiquiatra e investigador, “procurava na biblioteca documentos acerca dos campos de concentração, o seu modo de funcionamento” (TAVARES, 1996, p. 37). Tinha a pretensão de construir um gráfico que possibilitasse estabelecer uma relação entre o

horror e o tempo, a fim de perceber se o horror tinha certa estabilidade, se diminuía com o passar do tempo ou aumentava. Se a História caminhava no bom ou no mal caminho.

A história do horror é a substância determinante da História; e qualquer História tem uma normalidade, nada existe sem normalidade. E tal como se vê nas folhas quadriculadas de um electrocardiograma a saúde ou a doença de um homem, eu verei no gráfico, resultado dos meus estudos, a saúde e a doença não de um único homem, não de um único indivíduo, mas dos homens no seu conjunto; do colectivo, da totalidade mais relevante e objecto comportamento humano. Com esse gráfico perceberei por fim o que tantos quiseram perceber, isto, simplesmente: se a História está doente ou saudável, se a História caminha no bom sentido ou no mau, se há um progresso no estado clínico, deixa-me falar assim, se há ou não melhorias no estado clínico da História, ou se, pelo contrário, o estado piora, se degrada, desenvolve infecções, fraquezas [...] (TAVARES, 1996, p. 48).

Busbeck queria construir um gráfico e ver as condições, o estado clínico da História. Temia que esse gráfico, ao final do estudo, se constituísse de uma linha que evidenciasse piora no quadro clínico da História, pois, segundo ele, a esperança era a de que o horror diminuísse numa progressão gradual para que houvesse, assim, uma perspectiva de o horror ser eximido por completo no futuro.

Zygmunt Bauman, em seu livro *Modernidade e Holocausto*, observa que a tentativa de silenciar as memórias do Holocausto e não querer encará-la é exatamente pela possibilidade de não ter sido uma aberração da civilização moderna, mas que tenha revelado o outro lado de uma mesma sociedade. Reproduzindo as palavras do sociólogo:

Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente talvez mais tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda (BAUMAN, 1998, p. 26).

A fim de efetivar sua pesquisa, o médico e pesquisador Busbeck realizava análises, recolhia dados e compilava informações para tentar comparar números de várias fontes. Ao folhear os documentos nos quais havia fotografias de milhares de cadáveres – corpos pequenos, grandes, de mulheres, de homens, de crianças – olhava-as de forma diferente,

como alguém que não olha para homens, mulheres e crianças reduzidos a ossos, mas sim para uma outra coisa, coisa mesmo, um outro material, uma outra substância [...]; não era da nossa espécie, eram de outra: da espécie que sofrera de tal forma o horror que se distanciara definitivamente da marca humana [...] (TAVARES, 1996, p. 40).

Busbeck folheava as fotografias de horror. Diante das terríveis cenas, o narrador onisciente detalha que as legendas explicativas que acompanhavam as imagens não forneciam um quantitativo de corpos

que se pudesse calcular de maneira científica, mas com possibilidade de análise apenas “na expressão dos sentimentos e mais consequente: o espanto tenso” (TAVARES, 1996, p. 41).

Era tamanha a catástrofe, o horror vivenciado por aqueles já mortos na fotografia e o horror daquele que analisava naquele instante o ocorrido, que tornara o momento perplexo e ausente de possibilidade de compreensão matemática. De certo, há muitos fatores que elevam o medo da morte e contribuem para a impossibilidade de encará-la. Entretanto, o morrer atualmente é demasiadamente triste, porque é muito solitário, muito mecânico e desumano (KÜBLER-ROSS, 2000, p. 19). Em Auschwitz, a morte, em princípio, decorria das privações e trabalho forçado; as pessoas iam fenecendo e morriam cada a qual a seu tempo, dependendo da resistência individual. Mas, depois, entram em cena as máquinas criadas para matar: “Depois foi a vez das fábricas da morte e todos passaram a morrer juntos: jovens e velhos, fracos e fortes, doentes ou saudáveis [...] (TAVARES, 1996, p. 128).

O narrador relata ainda que os olhos de Busbeck ficaram fixos nas revistas, contemplando o horror da morte apresentado em fotografias que rememoravam o Holocausto. Em uma das fotos analisadas, mais de mil corpos estavam contidos, os quais nem chegaram a experimentar as câmaras de gás ou crematórios, pois morreram antes, de fome. O Holocausto é a própria e particular história de horror no extermínio de milhares de pessoas. De fato,

[...] morriam não na qualidade de indivíduos, quer dizer, de homens e de mulheres, de crianças de adultos, de rapazes ou de raparigas, bons ou maus, bonitos ou feios, mas reduzidos ao mínimo denominador comum da vida orgânica...: morriam como gado, como coisas que não tivessem corpo nem alma, ou sequer um rosto que a morte marcasse com o seu selo (TAVARES, 1996, p. 128).

Fragmentos de relatos de sobreviventes de campos de concentração vão sendo incorporados ao texto. A maior parte da narrativa é constituída de momentos angustiantes. Aqueles lidos por Busbeck e aqueles vividos pelas personagens problemáticas, constantemente em crise e envoltos em uma realidade violenta e trágica. Busbeck leu em um dos livros: “[...] seis milhões de seres humanos foram arrastados para a morte sem terem a possibilidade de se defender e, mais ainda, na maior parte dos casos, sem suspeitarem do que lhes estava a acontecer. O método utilizado foi a intensificação do terror...” (TAVARES, 1996, p. 128).

Ao mencionar a quantidade exorbitante de seis milhões de mortes associadas à inserção de um método que intensificou esse horror, claramente evidencia-se o poder propiciado pelas inovações oriundas do mundo moderno que, com o auxílio da ciência e da tecnologia, possibilitou a morte de

forma ainda mais cruel. Cita-se na narrativa que aqueles que seriam exterminados, na maior parte das vezes não sabiam que seriam mortos, remetendo às câmaras de gás que “sedutoramente chamadas de ‘banheiros’, eram uma visão bem-vinda depois de dias e dias imundos de vagões para gados” (BAUMAN, 1998, p. 43 – grifo do autor).

A narrativa fictícia remete ao real desenvolvimento de teorias eugênicas e seu aproveitamento por movimentos raciais que culminaram no Holocausto nazista que, perpetrado na Europa, institucionalizou uma ideologia mortífera que culminou no extermínio de aproximadamente seis milhões de judeus pela Alemanha. O que também permite ancorar ao catastrófico desenvolvimento da bomba atômica, que em 1945 matou cerca de duzentas mil pessoas no Japão, e é um dos marcos da ciência como poder destrutivo.

Theodor Busbeck, ao publicar a investigação que o ocupara durante anos, concluiu que a “História ainda não havia terminado e, mais especificamente: que a história do terror ainda estava no início. O terror ainda não terminou, repetia Busbeck, nos próximos séculos muitas populações serão massacradas...” (TAVARES, 1996, p. 192).

A compreensão de que o terror ainda persiste encaminha-se à perspectiva de Bauman, o qual afirma que o regime nazista de certo desapareceu, entretanto, seu ‘legado venenoso’ está longe de morto. Assim, a importância de lembrar o Holocausto não se dá na perspectiva de punir criminosos, mas como um alerta, no sentido de se pensar no dever moral acima da racionalidade: A lição do Holocausto é a facilidade com que a maioria das pessoas, colocadas numa situação em que não existe boa escolha ou que a torna muito cara, arranja uma justificativa para escapar ao dever moral (ou não consegue aderir a ele), adotando em vez disso os preceitos do interesse racional e da autopreservação. Em um sistema em que a racionalidade e a ética apontam em sentidos opostos, o grande perdedor é a humanidade (BAUMAN, 1998, p. 236).

Os cinco volumes publicados por Theodor Busbeck não tiveram a repercussão esperada; “desvaneceu-se com alguma rapidez, e em poucos anos aquela passou a ser referida como uma curiosidade de uma ‘certa mente exótica’ [...]” (TAVARES, 1996, p. 198). Da mesma forma que o estudo de Busbeck rapidamente perdeu seu valor, “duas gerações depois..., um volume da sua investigação poderia ser comprado pelo preço de dois cafés” (TAVARES, 1996, p. 199), assim se evidencia na análise de Bauman, o qual afirma que “Ano após ano o Holocausto vai encolhendo para o nível de um episódio histórico, que além disso recua mais e mais no passado” (BAUMAN, 1998, p. 235). O estudioso sugere que a

perturbação maior é que a crueldade cometida em Auschwitz, na verdade, revela não a antítese, mas o que representa a civilização moderna:

O que torna esta situação muito mais perturbadora é a consciência de que isso poderia acontecer nessa escala maciça em outro lugar, portanto poderia acontecer em qualquer lugar; está tudo dentro da ordem das possibilidades humanas e, gostem ou não, Auschwitz expande o universo da consciência não menos do que o pouso na lua (BAUMAN, 1998, p. 26).

Ao resgatar as memórias do Holocausto, *Jerusalém* reaviva o que definitivamente não deve ser esquecido. A atrocidade cometida em Auschwitz não é uma história particular, mas que diz respeito à humanidade que, inclusive, nada fez para coibir que outras ações como aquelas de outrora se repitam: “Nenhuma das condições que tornaram Auschwitz possível realmente desapareceu e nenhuma medida efetiva foi tomada para evitar que tais possibilidades e princípios gerem catástrofes semelhantes a Auschwitz” (BAUMAN, 1998, p. 30).

No romance de Tavares, embora a guerra não esteja quando transcorre a narrativa, ela está sutilmente presente, porque lança estilhaços que marcam destrutivamente a vida das personagens. Theodor Busbeck fica chocado ao ler nas páginas de um livro informações sobre os horrores da guerra; mas acontece que ele próprio estava a cometer erros semelhantes. Um dos tópicos desse livro falava sobre os excluídos: “Quem comete um erro é excluído; fechado dentro de uma caixa” (TAVARES, 2006, p. 116).

Bauman considera o Holocausto como um teste da modernidade, o qual possibilita uma percepção dos princípios enaltecidos na história moderna, norteados pelo espírito da racionalidade: “O Holocausto expôs e examinou em condições ‘não laboratoriais’ atributos não revelados de nossa sociedade [...]. Em outras palavras, **proponho tratar o Holocausto, como um teste raro, mas importante e confiável das possibilidades ocultas da sociedade moderna** (BAUMAN, 1998, p. 31 – grifos do autor).

Jerusalém contextualiza a sociedade em que não se pode mais viver da mesma forma depois da guerra. Há a percepção de que ninguém está resguardado da violência, por isso, a necessidade de estar atento, de manter-se em alerta, diante da iminência de atrocidades, atos desumanos a todo tempo.

Gomperz e Busbeck: os homens da ciência Em *Jerusalém*, Gomperz e Busbeck compartilham de posição privilegiada por serem os homens da ciência. E é também isso que os motiva a competir entre si, mesmo que veladamente: “Theodor pensava de Gomperz: não sabes tanto como eu, e Gomperz pensava de Theodor: jamais fizeste tanto como eu” (TAVARES, 2006, p. 96). O desejo de maior

prestígio social e profissional, a forma calculista de lidar com as situações é o reflexo dessa forma de pensamento mais mecânica e menos humana.

Gomperz, assim como Busbeck é médico. Ele é diretor do hospício Georg Rosenberg, onde a esposa de Busbeck estava internada sob diagnóstico de esquizofrenia. Gomperz costumava questionar sobre o que deveria pensar um homem moral: “Para onde deve dirigir o pensamento para não ser considerado louco?” (TAVARES, 2007, p. 95).

Os “loucos” sob os cuidados do doutor Gomperz eram monitorados e questionados quanto aos seus pensamentos. Jamais podiam estabelecer suas escolhas: “Gomperz por vezes atrevia-se mesmo a colocar a um paciente a seguinte questão: *sabes em que é que debes pensar?*” (TAVARES, 2005, p. 94). De forma autoritária, o próprio Gomperz lia a Bíblia aos pacientes como uma forma de terapia, de medicação: “[...] a fé salva os pensamentos e salva o corpo” (TAVARES, 2005, p. 209). Queria dominar e instruir o que os pacientes pensavam.

O narrador do romance, onisciente intruso, que tudo sabe e não mantém neutralidade diante dos fatos, tece um comentário a respeito da reflexão de Gomperz e afirma que a questão sobre o que se deve pensar é um problema que não se restringe somente aos loucos, mas trata-se de “um problema moral, básico, que dizia respeito a todos os homens”. A interferência do narrador, que comenta a atitude do gestor de Rosenberg, o coloca do lado de fora da ação, analisando-a e inclusive, criticando a postura da personagem: “Não bastava responder moralmente à pergunta? Faltava responder com a mesma consistência à questão: que pensamento devo ter?” (TAVARES, 2006, p. 95).

O narrador não oscila em deixar claro sua indignação, como se percebe neste trecho o uso da palavra “atrevia”, para referir-se a atitude do médico: “Gomperz por vezes **atrevia-se** mesmo a colocar a um paciente a seguinte questão? *sabes em que é que debes pensar?*” (TAVARES, 2006, p. 94). E completa por evidenciar que Gomperz associava a loucura à imoralidade, embora jamais deixasse isso transparecer: “O doutor Gomperz possuía, assim, da loucura – embora não se achesse a expressá-lo – uma imagem associada à imoralidade: louco é o que age imoralmente e louco ainda é o que agindo moralmente pensa de modo imoral” (TAVARES, 2006, p. 95).

Por essa definição, o próprio Gomperz, diretor-gestor do Hospício, é um louco. A forma opressora como lida com os pacientes em Georg Rosenberg denuncia atitudes de imoralidade, contrário à conduta de respeito ao ser humano e à vida. As atitudes “insanas” do imoral Gomperz causam sérios danos aos pacientes que ele manipula no hospício sob sua gestão.

Paralelas às atividades como médicos, percebe-se que o comportamento de Gomperz e de Busbeck remete as duas possibilidades do homem que estão sempre prontas a vir à tona: sutileza e bondade ou insensibilidade perversa. No trecho que segue, fica claro que estavam aptos a agir de diferentes maneiras, a depender da situação que estariam envolvidos. Eram cordiais, mas jamais envolviam-se emocionalmente; estavam, na verdade, precavidos um do outro e, por trás da aparente polidez, o forte sentimento de individualismo, distanciamento e rivalidade, o que os levavam a “munir-se” para um possível confronto:

Pode mesmo dizer-se que os dois homens manifestavam mútua cordialidade [...]. Com o tempo formara-se uma certa admiração entre os dois homens que, apesar de tudo, não apagava por completo a hostilidade nascida da sensação comum e desagradável de que ele não precisa de mim. Não precisavam um do outro, pareciam, pois, preparados, se necessário, para o ódio (TAVARES, 2006, p. 97).

Assim também Adolf Eichmann, um dos principais organizadores do Holocausto, responsável pela logística de extermínio de milhões de pessoas, teve sua “normalidade” atestada por psiquiatras: “Mais normal, de qualquer forma, do que eu depois de examiná-lo, dizem ter exclamado um deles, enquanto outro descobriu que todo o seu perfil psicológico, sua atitude em relação à esposa e aos filhos, à mãe e ao pai, aos irmãos, irmãs e amigos, era **‘não apenas normal, mas muito agradável’**” (ARENDT, 1999, p. 37 – grifo nosso). Eichmann não era um monstro, era um homem comum, de que, aparentemente, não se poderia esperar tais atos.

Diante do comportamento humano observado em *Jerusalém*, tanto dos opressores quanto dos que estão à margem; dos novos valores racionais adotados pela sociedade, é que se pode concluir que à Guerra nunca foi dado um fim definitivo. Apesar de os campos de concentração estarem, no momento da narrativa, apenas nos livros de estudo de Busbeck, o mundo em ruínas não pode mais se estabelecer, porque a mentalidade humana mudou e os resquícios arremessados ficaram em meio à vida cotidiana, alterando-a negativamente.

O que ocorreu em Auschwitz, evento maligno, animalesco, decorreu, assustadoramente, de ações humanas. A inteligência e as energias captadas para bem articular as atrocidades que, conforme afirma Bauman, se sobrepõem às que se poderia esperar de um monstro e, ainda assim, não seriam tão bárbaros quanto aos ocorridos nos campos de concentração: “A lição mais horripilante de Auschwitz [...] é que [...] nem só os monstros cometem crimes monstruosos; e se apenas monstros o fizessem, os crimes mais monstruosos e horripilantes de que temos notícia não teriam acontecido” (BAUMAN, 2008, p. 88-89).

Busbeck, mesmo enxergando os horrores dos campos de concentração, pasmo diante dos corpos todos misturados, crianças, mulheres e idosos, ele próprio estava a produzir o mal. Em palavras de Bauman (2008, p. 89), do ponto de vista moral, “a lição mais devastadora de Auschwitz, do Gulag ou de Hiroshima não é que poderíamos ser postos atrás do arame farpado ou enviados à câmara de gás, mas que (nas condições adequadas) poderíamos ficar de sentinela ou espargir cristais brancos em chaminé”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lição mais horripilante de Auschwitz [...] é que [...] nem só os monstros cometem crimes monstruosos; e se apenas monstros o fizessem, os crimes mais monstruosos e horripilantes de que temos notícia não teriam acontecido. (Bauman)

A escolha do romance *Jerusalém* foi devida à densa e problemática vida representada por meio das personagens que compõem o enredo. A diegese da obra convida a reflexões e à percepção das mazelas e violências do homem contra sua própria espécie; chama a atenção para questões complicadas do ser humano e adentra no que comumente é preferível ignorar para permanecer com a consciência tranquila.

Ao investigar a narrativa do romance, compreendem-se os processos de morte e de mortificação que ocorrem na história fictícia e que são, inevitavelmente, ancorados na realidade. A partir das situações vivenciadas pelas personagens, é possível refletir sobre como as circunstâncias de guerra, opressão e caráter desumanizado da sociedade interferem na vida do indivíduo. Os acontecimentos fragmentados da obra, a vida dilacerada das personagens, suscitam questionamentos sobre a guerra, a ambição pelo poder, o lado mal e perverso que se tem noticiado ao longo da história e que não cessa.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

_____. Medo Líquido. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIM, Walter. O Narrador. In Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. O Anjo da História. Tradução João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

MORIN, Edgar. O homem e a morte. Tradução de João Guerreiro Boto e Adelino dos Santos Rodrigues. 2 ed. Lisboa: Publicações Europa-America, 1988.

TAVARES, Gonçalo M. Jerusalém. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Entrevista. In: Revista LER. Gonçalo M. Tavares - entrevista a Carlos Vaz Marques. Dezembro 2010 (p. 30-38).

Capítulo 14

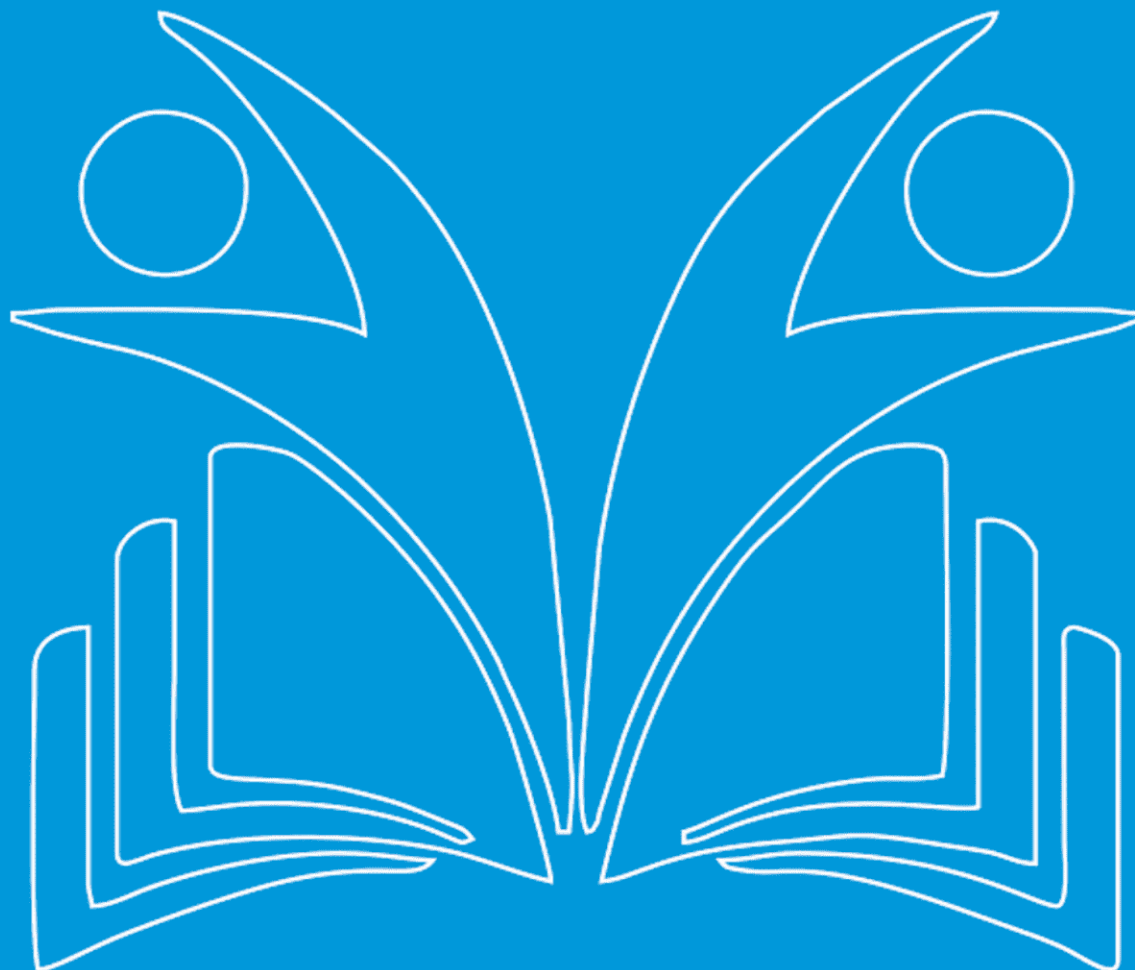


10.37423/220906506

A ESCRAVIZAÇÃO E A REESCRVIZAÇÃO PRESSENTIDAS: TENSÕES EM TORNO DA MANUTENÇÃO DA LIBERDADE NO CEARÁ OITOCENTISTA

Antonia Márcia Nogueira Pedroza

*Doutora em História pelo Programa de Pós-
graduação em História da Universidade
Federal do Ceará UFC*



Os leitores de *O Cearense*, numa manhã de quarta-feira de 04 de outubro de 1871, puderam ler sobre vários assuntos nas páginas do seu jornal. A seção do noticiário informava sobre uma epidemia de febre que estava assolando a população de Granja. O periódico também participava que, naquela cidade, alguns criminosos haviam se rendido à Justiça. Uma pequena nota comunicava que Gregório de Almeida Fortuna, ali residente, havia alforriado a escrava Maria Magdalena¹.

Nessa edição do jornal liberal também se podia ler a respeito das novidades ocorridas na província do Piauí, e se tomar conhecimento dos fatos ocorridos na Itália e na Alemanha. A seção de literatura estampava o poema de um certo João Ribeiro de Carvalho, e nos anúncios, o leitor ficaria ciente do “grande e novo surtimento (...) de fazendas francezas, inglesas, suissas e alemães²” tudo em exposição no afamado estabelecimento de Moura Rolim e Pinto, localizado na capital cearense. O jornal servia a vários propósitos: informava, vendia, se oferecia como espaço de manifestação escrita dos leitores. Um desses espaços estava nas *Publicações Solicitadas*, ou simplesmente *Solicitadas*, ou, ainda, *A Pedido*.

Foi numa dessas sessões que alguém, sob o pseudônimo de “O sonhador”, levou ao conhecimento do público um sonho que tivera, melhor dizendo um suposto sonho, ou, pelo menos para duas das personagens da história relatada, um pesadelo. O sonhador-narrador escreve: “Sonhei que no foro da villa do Ipú d’esta província se tratava d’uma questão de escravidão para reduzir-se ao captiveiro duas mulatinhas mãe e filha que se achão de posse de sua liberdade há 4 annos³;” O sonho ou pesadelo apresenta uma evidente correspondência com o mundo real, apresentando um cenário preciso, a vila de Ipu, e um evento que tem lugar no presente, de modo que o tempo da narrativa pretende ser o mesmo tempo em que o acontecimento está se desenrolando.

Voltemos à narrativa do “Sonhador”, conforme publicado:

Sonhei (...) que estas mulatinhas havião de ser declaradas captivas por sentença, nem que dessa sentença houvesse appellação e que a final de contas ficarião pertencendo a titulo de compra a ... E nisto acordei. E como ouço dizer que o sonho que se conta não se realiza apresso-me em manifestal-o ao publico para não se ver posto em pratica tão ruim agoiro. E viva a liberdade! O sonhador⁴.

O suposto sonho era um aviso de que uma ação de escravidão, correndo no foro de Ipu, iria terminar os dias de liberdade das duas forras, mãe e filha, o que de fato poderia ocorrer porque no século XIX a chamada “liberdade precária” funcionava como sustentáculo social da escravização ilegal⁵. O texto faz uso dos recursos da época, manejados frequentemente pela imprensa, ou seja, a linguagem da malícia e das insinuações protegidas sob o anonimato. Fazendo uso das reticências, deixava-se de se enunciar

o nome do escravizador, colocando no ar um suspense, o campo ficava livre para a imaginação dos leitores e ainda evitava ao autor um eventual processo por afirmação caluniosa.

Esses recursos eram frequentemente utilizados pelos jornais brasileiros do século XIX, em prosa e em verso, e não apenas nos pasquins. Em *A normalista*, publicado em 1893, Adolfo Caminha traz para o enredo a presença de uma imprensa sem escrúpulos, sussurrando maledicências nos ouvidos da sociedade hipócrita de Fortaleza, pretendendo se passar por vigilante da moralidade. No caso em questão, a moral estava ameaçada porque um moço rico e leviano vinha seduzindo uma mocinha ingênua e órfã, sob as barbas do chefe de família. Os versinhos maldosos estampados pelo jornal não forneciam os nomes dos envolvidos, mas as pessoas próximas e os vizinhos tinham os dados suficientes para desconfiarem da identidade do sedutor e de sua vítima⁶. Da mesma forma, certamente, os leitores de *Ipu* podiam deduzir quem eram os personagens daquele sonho, candidatos a escravizados e a escravizadores.

A escravidão era um assunto frequente nos jornais e, principalmente na segunda metade do século XIX, encontramos muitos anúncios de compra e venda de cativos, fugas de escravos e, nos últimos anos da escravidão, de maneira cada vez mais frequente, a imprensa dirigia congratulações aos senhores que concediam, ou afirmavam estarem concedendo, alforrias a escravos. Do mesmo modo, ao longo da segunda metade do Oitocentos, foi significativa a presença de denúncias de escravizações ilegais e reescravizações. Os jornais representaram importante arma na luta de escravizados e libertos pela liberdade, fosse para conquistá-la, fosse para mantê-la. Assim, quando o ato de escravização ilegal ou reescravização já havia sido consumado, esse era um bom lugar para se estampar uma denúncia.

A imprensa, a partir dessas “denúncias” de escravização ilegal e reescravização (ilegal ou não), aparece como um dos estratagemas utilizados para se conquistar e conservar a liberdade em perigo. No caso em exame estamos diante de um fato que até aquele momento da narração dos acontecimentos não tinha ainda se consumado, embora o narrador soubesse que se tratava de um fato iminente. A narrativa sugere ao leitor um futuro incerto, indicando um desfecho desfavorável para a vítima. O sonho antecipatório devia encontrar correspondência na realidade vivida ou sabida de muitos dos leitores do jornal. Porque eles ou tinham ouvido falar ou tinham eles mesmos vivido situação semelhante àquela apresentada na narrativa. Aquele sonho ruim podia ser facilmente contado a uma parcela das pessoas pobres descendentes de africanos livres e libertas que viviam na província do Ceará e eles o escutariam como uma história plausível.

No sonho narrado, a ação de escravidão, que teria resultado favorável para o escravizador, estava em curso ou prestes a ser iniciada. Se na vida real o processo ainda não tivesse se concretizado, estando

as duas mulheres em usufruto da liberdade havia quatro anos, e sob a ameaça de voltarem ao cativeiro, elas podiam lançar mão de mecanismos jurídicos para preservarem a liberdade. A arena jurídica é um canal para a expressão das relações sociais, e mesmo uma situação incerta como a que aparece no sonho narrado era acolhida na legislação, a título de atitude preventiva. De fato, o direito aceitava a *ação de manutenção da liberdade*, um instrumento da Justiça que permitia ao sujeito que se via na iminência de perder sua liberdade se antecipar à reescravização que ainda não se materializara e que poderia vitimá-lo. Ação que só poderia decidir sobre a “posse” da liberdade e não se tratando de ação ordinária, não poderia decidir sobre o “domínio”, ou seja, esse procedimento jurídico não tinha força para estabelecer de forma definitiva o estatuto jurídico de uma pessoa. Já a *ação de liberdade* e a *ação de escravidão* eram ações ordinárias poderiam decidir sobre o estatuto jurídico de uma pessoa.

Os principais procedimentos da Justiça civil em torno da escravidão e da liberdade eram: 1) a *ação de liberdade* que era movida por cativos, ou pessoas formalmente tidas como escravas, que com o auxílio de um curador questionavam seu cativeiro na Justiça; 2) a *ação de manutenção de liberdade*⁷ era movida por pessoas libertas, que estavam sob o risco de serem reescravizadas e que objetivavam manter a condição de libertos; 3) a *ação de escravidão* era movida por senhores que pretendiam reescravizar libertos. Como observou Keila Grinberg, “é preciso considerar a reescravização como uma prática efetivamente realizada mesmo em fins do século XIX”⁸.

A legislação em voga no século XIX dispunha de mecanismos que permitiam a reescravização de libertos. Em razão de não se ter conseguido elaborar um Código Civil para o Brasil durante todo o Império, o Direito Cível em vigor continuava tendo por base o direito colonial português. Segundo Keila Grinberg, no Brasil, a execução desse código era dificultada por uma série de ambiguidades. Diante da Lei, numa certa situação o escravo era considerado uma coisa, objeto de compra e venda; noutras, quando cometia um crime ou lutava pela liberdade, ainda que para isso, a Lei exigisse que ele fosse representado juridicamente, ele era considerado uma pessoa. A grande questão levantada por Grinberg é: nos casos de reescravização ou de revogação de alforria, como legislar sobre alguém que passa da condição de coisa para pessoa e, novamente, de pessoa para coisa?

Deste modo, os advogados dos proprietários usualmente requeriam a reescravização dos libertos invocando as Ordenações Filipinas, em vigor no século XIX, que, no livro 4, título 63, estabeleciam a possibilidade de revogação das alforrias:

Se alguém forrar seu escravo, livrando-o de toda servidão, e depois que for forro, commetter contra quem o forrou, alguma ingratidão pessoal em sua presença, ou em ausencia, quer seja verbal, quer de feito e real, poderá esse patrono revogar a liberdade, que deu a esse liberto, e reduzi-lo á servidão,

em antes stava. E bem assi por cada huma das outras causas de ingratição (...) E bem assi, sendo o patrono posto em captiveiro, e o liberto o não remir, sendo possante para isso, ou estando em necessidade, fome, o liberto lhe não socorrer a ella, tendo fazenda, por que o possa fazer, poderá o patrono revogar a liberdade ao liberto, como ingrato, e reduzil-o á servidão, em que antes stava. (...) ⁹.

Assim, a legislação em vigor explicita diversas situações nas quais um liberto poderia ser reescravizado, embora todas remetessem ao tema da ingratição. Mesmo com uma carta de liberdade em mãos, registrada em cartório, o forro devia, por toda sua vida, obediência e gratidão ao seu ex-proprietário, sob pena de retornar ao cativo. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 11 de outubro de 1857, segundo informou *O Araripe*. Na seção de anúncios, o jornal divulgou a declaração de uma proprietária de escravos, que utilizaremos para exemplificar a vulnerabilidade da condição social do liberto e do libertando. O anúncio tinha sido publicado por Theresa de Jezus, “moradora do Crato, e hoje no termo da Villa do Exú, provincia de Pernambuco, no sitio – Lagoa dos cavalos”, na qual ela declarava:

tendo dado titulo de liberdade a sua escrava Maria, molata, de idade de vinte e oito annos, com condição de lhe prestar todos os serviços té o fim de sua vida, como escrava que era; a annunciante acha se na desposição de revogar, essa doação de liberdade, como defacto o fará pelos meios que as leis permitem visto ter se dita escrava constituido indigna dessa graça, não só por actos de atrevidas desobediencias que diariamente pratica, como por ter se escandalosamente prostituido e viver em publica amancebia, chegando seu arrojio ao ponto de entroduzir dentro na propria casa da annunciante seo Barregan, até profanar o proprio leito d’aquella a quem essa escrava por muitos respeitos devia reverenciar! A presente declaração é um protesto contra o titulo de q’ se acha munida essa escrava, para que em tempo algum não se allegue prescripção em favor dessa ingrata doada. Lagoa dos cavallos 16 de agosto 1857¹⁰.

Sabemos, então, que Maria, liberta sob condição, estava de posse de uma carta de alforria em seu nome. Assim, considerada sua situação à luz do Direito Positivo, era mais apropriado afirmar que ela estava “em processo de libertação”, era uma libertanda, e desse modo somente poderia entrar no inteiro gozo da liberdade quando cumprisse todas as condições, exigências determinadas em sua carta de liberdade, servir sua senhora até o fim da vida desta.

Invocando os argumentos da desobediência e indignidade, sua proprietária apontou que, por meios legais, iria revogar a alforria conquistada por Maria. Bastava esse gesto, do ponto de vista legal, para que ela retrocedesse da condição de libertanda para a condição de cativa. Mesmo assim, Theresa de Jezus decidiu mandar publicar no jornal *O Araripe* sua decisão de anular a alforria, difundindo essa notícia no Ceará e em Pernambuco, onde ela residia naquele momento.

No século XIX, muitos proprietários possuíam bens de um e de outro lado da fronteira entre Pernambuco e Ceará, por onde circulavam, tinham negócios, ocupavam cargos. Aquela área era percorrida tanto pelos indivíduos livres quanto por aqueles que fugiam, buscando esconderijos e abrigos numa e noutra província. Essa geografia que inclui a província do Ceará e as províncias limítrofes, que servirá de espaço de alguns dos acontecimentos narrados ao longo de toda a tese, é desenhada não somente pela circunscrição oficial, que estabelece limites e jurisdições oficiais, mas também pelas propriedades e pelas relações familiares, pelas alianças firmadas entre proprietários e pela circulação constante entre, nesta situação em particular, os dois lados da chapada do Araripe.

É possível que Theresa de Jezus tenha tornado pública a nulificação desse documento como um recurso para impedir que, portando a carta de liberdade, ainda que sem valor legal, Maria pudesse fugir e se passar por liberta, ou ainda obter essa liberdade por meio de uma ação judicial, após a morte desta. Por isso ela alertava os leitores daquele periódico para que “em tempo algum não se allegue prescrição em favor dessa ingrata¹¹”. Os jornais serviam para muitas finalidades, inclusive para que os escravistas protegessem o que entendiam ser seus direitos, como fazia Theresa de Jezus. O anúncio informava os leitores sobre a anulação de sua alforria, para que todos soubessem que ela voltara a ser uma cativa. A senhora parecia obstinada em anular a carta de liberdade e em dar publicidade a seu ato, visto que em 05 de dezembro de 1857, quase dois meses depois de sua divulgação, o anúncio reapareceu no jornal.

A proprietária encerrava sua nota no jornal escrevendo o adjetivo *ingrata*. É possível que ela tenha feito uso dessa palavra pensando no peso que a gratidão e a fidelidade deveriam ter, da parte do dependente, nas relações paternalistas. Mas também é possível que ela estivesse se referindo às Ordenações Filipinas, que, no livro 4, título 63, estabelecia a possibilidade de o proprietário revogar a alforria “por ingratidão”. A lei definia o gesto de “ingratidão” do alforriado, e, por conseguinte, as situações em que sua liberdade podia ser retirada pelo proprietário. O que importa é que essa lei representava mais uma força que pressionava para fazer do usufruto da liberdade algo ainda mais incerto, circunscrevendo-a ao campo afetivo das relações patriarcais. Os senhores que libertavam escravos tinham o entendimento de que a alforria era concedida por eles como um prêmio que podia ser retirado no caso deles, os ex-proprietários, considerarem que o liberto tinha se comportado inadequadamente.

Em outra situação ocorrida anos depois, em Aracati, o tenente Bento Lourenço Collares foi acusado de tentar reescravizar uma liberta adulta “uma mulatinha, que fôra sua escrava a quem alforreara e

creara”. O *Cearense* informava que o pretexto utilizado pelo ex-proprietário para efetuar a reescravização foi a liberta não querer se casar com o homem que seu ex-senhor havia lhe arranjado¹².

Como se vê, uma carta de alforria não garantia total segurança ao seu portador, porque ela poderia ser facilmente revogada. Essa situação de instabilidade foi reduzida a partir do ano de 1871, com a Lei 2040 (do Ventre Livre), a qual, no seu artigo 4º, § (inciso) 9¹³, anulava a ordenação no livro 4, título 63, na parte que tratava da revogação da alforria por ingratidão. Posteriormente, o julgamento do processo 8.965, em acórdão de Revista Cível, do Supremo Tribunal da Justiça, foi de entendimento que a “revogação da alforria por ingratidão” era inexecutável e incompatível com a Constituição do Império e por esta razão havia sido invalidada¹⁴.

A partir de 1871 ficou proibida a revogação de alforria sob o argumento da ingratidão. Todavia, a possibilidade de reescravização não foi totalmente abolida da prática jurídica brasileira nesse ano. Por exemplo: em 1875 corria no Tribunal da Relação de Fortaleza uma *ação de escravidão*, iniciada no ano anterior, contra Benedita e sua filha Damiana¹⁵. Elas não haviam sido matriculadas, como mandava a lei de 1871, e portanto se tornaram libertas. Adiante, examinaremos mais demoradamente as disputas em torno do tema das matrículas. Por agora, basta dizer que a ex-proprietária Margarida Ferreira de Jesus não aceitou a liberdade de Benedita e Damiana e, sob a representação do advogado João Brígido dos Santos (toparemos com ele mais adiante), pleiteou na Justiça a reescravização das duas por meio de uma *ação de escravidão*.

Ao longo do século XIX a reescravização praticada ilegalmente frequentemente envolvia operações como desaparecimento de testamentos, principalmente nos casos em que esses vinham acompanhados de uma carta de alforria, ou que afirmassem, de modo explícito, o desejo de alforriar o escravizado. Em geral, nessas situações, em vez de ser libertado, o forro ou libertando era reescravizado. Foi o que ocorreu com a liberta Joaquina, uma mulata de trinta e três anos de idade, residente em Boa Viagem, sertão central da província do Ceará.

Em 1858, Joaquina conquistou sua carta de alforria, passada pela proprietária Marcelina de Palhares Pita, sob a condição de que ela seria liberta somente após a morte da proprietária. No entanto, logo depois do falecimento, segundo as palavras divulgadas n’*O Cearense*, “Os herdeiros caíram logo como corvos sobre a presa. Desaparece a carta que alforriava a escrava e sob este pretexto é ella incluída no inventario a que se procedeu, ficando a pertencer a diversos¹⁶.” Depois da morte de sua senhora, Joaquina teve três filhos. Mais de dez anos depois, em 1869, ela e seus filhos ainda estavam vivendo como cativos. Nesse ano, o jornal *O Cearense* escreveu sobre o assunto: “se a constituição

ainda considera-se como a mais segura garantia da liberdade do cidadão brasileiro, se ella ainda protege aos que soffrem sede e fome de justiça, então podemos contar que vae soar a aurora de liberdade para esses 4 infelizes”. A seguir, o jornal apresenta, na íntegra, a transcrição da carta de alforria de Joaquina, que estava registrada no livro de notas de Pedra Branca.

O fato é que, para essas pessoas, não devia ser fácil crer na Justiça. Numa publicação de 1874, *O cearense* estampa uma carta assinada por um tio de vários órfãos que se sentiam ameaçados de serem escravizados, em Telha (atual cidade de Iguatu). Depois de muito ter lutado em favor de seus sobrinhos, o tio revelava o desalento, porque o processo já havia chegado ao Rio de Janeiro, terceira instância, sem um resultado favorável a sua causa. O jornal publica a história no tom de drama de escravidão, injustiça e orfandade, e que só poderia ser resolvido apelando-se à clemência do Imperador:

A liberta Urçula jáz na eternidade, tendo deixado na orfandade porção de filhos, e pendente na Relação uma causa pela qual os filhos do finado Antonio Manoel pretendem redusil-os a escravidão!!! Não tem em seo favor se não a mão Divina, pois alem da pobreza, sempre soffrerão injustiças, e privações em sua defesa, no entretanto confião na munificencia Imperial serem mantenidos em sua liberdade, que desfructão a desde o berço. É de um irmão da finada, que com sacrificio de sua própria vida pugna pela feliz sorte de seus miseráveis sobrinhos¹⁷.

Esse caso deixa patente como o estado de incerteza pode se prolongar, se materializando num processo judiciário que tramita por duas ou três instâncias e cada vez que ele recebe sentença desfavorável às vítimas elas sentem mais a aproximação da escravidão. De acordo com o tio, os sobrinhos estavam correndo grande risco de serem escravizados, e para obter a liberdade deles, talvez não lhes restasse senão esperar na autoridade do soberano e na justiça de Deus. A alusão à justiça podia ser também um recurso retórico. Ainda assim, homens e mulheres, se contavam com alguma ferramenta a seu favor, essa ferramenta era a Justiça, terrena e local, seguindo o caminho rotineiro de uma, duas ou três instâncias. O descrédito, porém, em alguma medida, estava presente. Ainda assim, as vítimas da escravização ilegal e da reescravização procuraram os tribunais ao longo do Oitocentos.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2010.
- CAMINHA, Adolfo. A normalista (Cenas do Ceará). 14ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. The Politics of Ambiguity: Conditional Manumission, Labor Contracts, and Slave Emancipation in Brazil (1850–1888). In: Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis - IRSH 60 (2015), pp. 161–191.
- CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista. Tese de Doutorado em História Social – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2015.
- _____. Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri Cearense (1850-1884). Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2008.
- COSTA, Francisca Raquel da. Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888). Tese de doutorado em História Social - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. 319f.
- DIAS PAES, Mariana Armond. O procedimento de manutenção de liberdade no Brasil oitocentista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 339-360, maio/ago. 2016.
- FUNES, Eurípides. Os negros no Ceará. In: SOUSA, Simone da (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.
- Grinberg, Keila. 2013. “ Re-enslavement, Rights and Justice in Nineteenth Century Brazil.” Translating the Americas, v 1. <http://dx.doi.org/10.3998/lacs.12338892.0001.006>.
- GRINBERG, Keila. “Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América”. In: As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América. Keila Grinberg. (org.). Rio de Janeiro: Sette Letras.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. et GRINBERG, Keila. Le crime de réduction à l’esclavage d’une personne libre (Brésil, XIXe siècle), Brésil(s) [En ligne], 11 | 2017, mis en ligne le 29 mai 2017, consulté le 28 septembre 2018. URL: <http://journals.openedition.org/bresils/2138>; DOI: 10.4000/bresils.2138.
- PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Desventuras Hypolita de: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX). Natal: EDUFRN, 2018.
- PINHEIRO, Fernanda Domingos. O perigo da (re)escravização: disputas judiciais de manutenção da liberdade na Mariana setecentista. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 65-85, 2018.
- REIS JR. Darlan de O. Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. Tese de doutorado em História Social, UFC, 2014.
- RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. Liberdade ainda que precária: Tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884) Dissertação (Mestrado em História Social) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2012.

SCOTT, James C. A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

THOMPSON, Edward P. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. 2. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NOTAS

¹Publicações solicitadas. Um sonho. O Cearense. Ed. 114. Fortaleza 04 out. 1871, p.3.

²Ibid.

³Ibid.

⁴Ibid.

⁵Sobre a “liberdade precária” ver MAMIGONIAN, Beatriz G. et GRINBERG, Keila. Le crime de réduction à l’esclavage d’une personne libre (Brésil, XIXe siècle), Brésil(s) [En ligne], 11 | 2017, mis en ligne le 29 mai 2017, consulté le 28 septembre 2018. URL: <http://journals.openedition.org/bresils/2138>; DOI: 10.4000/bresils.2138; Grinberg, Keila. 2013. “ Re-enslavement, Rights and Justice in Nineteenth Century Brazil.” Translating the Americas, v 1. <http://dx.doi.org/10.3998/lacs.12338892.0001.006>; GRINBERG, Keila. “Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América”. In: As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América. Keila Grinberg. (org.). Rio de Janeiro: Sette Letras. CHALHOUB, Sidney. The Politics of Ambiguity: Conditional Manumission, Labor Contracts, and Slave Emancipation in Brazil (1850–1888). In. Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis - IRSH 60 (2015), pp. 161–191; COSTA, Francisca Raquel da. Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888). Tese de doutorado em História Social - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. 319f.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. Liberdade ainda que precária: Tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884) Dissertação (Mestrado em História Social) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2012.

⁶CAMINHA, Adolfo. A normalista (Cenas do Ceará). 14ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2002, capítulo 3.

⁷Ver DIAS PAES, Mariana Armond. O procedimento de manutenção de liberdade no Brasil oitocentista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 339-360, maio/ago. 2016; PINHEIRO, Fernanda Domingos. O perigo da (re)escravização: disputas judiciais de manutenção da liberdade na Mariana setecentista. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 65-85, 2018.

⁸GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In. (Orgs.) LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli Maria. Direitos e justiça no Brasil. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006, p.107.

⁹Ordenações Filipinas, livro 4, título 63, p. 865, 866. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em 05 de agosto de 2016.

¹⁰Annuncios, O Araripe. 11 de out. 1857, p. 4

¹¹Ibid.

¹²NOTICIARIO. Jornal “O cearense”, Edição 00273, Seção Noticiario, nº 273, 7 dez. 1869, p.2.

¹³Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm.

¹⁴Revista cível, Nº 8.965, do Supremo Tribunal da Justiça. Gazeta Jurídica, 1876, p 316.

¹⁵Ação de escravidão. Apelante: Margarida Ferreira de Jesus. Apeladas: Benedita e Damiana. Fundo: Tribunal da Relação. Caixa 501, Pacote 71 A, nº 139. 1874. Acervo: Arquivo Público do Ceará.

¹⁶Questão de liberdade. O Cearense, Fortaleza, 13 ago. 1869, p. 1.

¹⁷Publicações solicitadas. Attenção da Relação do Destricto. O Cearense, Fortaleza 09 jul. 1874, p.3.

 conhecimentolivre.org/home
 contato@conhecimentolivre.org
 [editoraconhecimentolivre](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolivre)



HISTÓRIA:

A CIÊNCIA DO PASSADO NO PRESENTE

VOLUME III